



Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)

# História: Diálogos Contemporâneos

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Denise Pereira**  
**Maristela Carneiro**  
(Organizadoras)

# **História: Diálogos Contemporâneos**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História: diálogos contemporâneos [recurso eletrônico] /  
Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta  
Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos  
Contemporâneos; v. 1)

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-559-4  
DOI 10.22533/at.ed.594192308

1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro,  
Maristela. III. Série.

CDD 900.7

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
(RE)PENSANDO A CIBERCULTURA NO CONTEXTO EDUCACIONAL	
Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5941923081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>23</b>
A COEXISTÊNCIA ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA. A ESCRITA BALZAQUIANA COMO PROJETO DE UMA HISTÓRIA DOS COSTUMES	
Ana Beatriz Morais de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5941923082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
A FEBRE AMARELA NO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, CIÊNCIA E LITERATURA	
Cláudia Santos Turco	
Eduardo Nazareth Paiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5941923083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
A FILOSOFIA E A FORMAÇÃO DO HOMEM CONSCIENTE DE SI: ANÁLISE DO O CONTRATO SOCIAL E DO EMÍLIO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU	
Edson de Sousa Brito	
Vanessa Aparecida Bernardes de Souza	
Tiago Carvalho Lombardi Tosta	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5941923084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	
Fernanda Moreira Silva Rabelo	
José Carlos Ferraz	
Hellayny Silva Godoy de Souza	
Ana Maria Franco Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5941923085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
A TRAJETÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL E A POLÍTICA DE RECONSTRUÇÃO DO JAPÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	
Tomoko Kimura Gaudioso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5941923086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>77</b>
DE IBICABA A SUPERAGUI: APROXIMAÇÕES ENTRE A IMIGRAÇÃO DEDICADA À GRANDE LAVOURA E A COLONIZAÇÃO HAVIDA NO PARANÁ	
Caiubi Martins Dysarz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5941923087</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>101</b>
AÇÕES POLÍTICAS DE PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA: MODERNIDADE E POLÍTICA EM GOIÁS (1930-1933)	
Ivo Monteiro de Queiroz Claitonei de Siqueira Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5941923088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>115</b>
ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL DO CRESCIMENTO DA MANCHA URBANA DO BAIRRO COLINA DE LARANJEIRAS – SERRA/ES A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE IMAGENS GOOGLE EARTH	
Rubyana dos Santos Vieira Jordano Francesco Gagno de Brito Eliana Cassia Rocon Daiane Entringer Modesto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5941923089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>121</b>
BIOGRAFIA, METODOLOGIA, SENSIBILIDADES E PRÁTICA RELIGIOSA CATÓLICA EM MARINGÁ, NORTE DO PARANÁ (1969-2000)	
Marcia Regina de Oliveira Lupion Solange Ramos de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59419230810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>132</b>
CAMPESINATO NA DIOCESE DE GOIÁS: MEMÓRIAS DAS LUTAS E COM D. TOMÁS BALDUÍNO	
Valtuir Moreira da Silva Damiana Antonia Coelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59419230811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>144</b>
IGREJA CATÓLICA E A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SANTA LUZIA D'OESTE/RO (1980-2017)	
Cátia Franciele Sanfelice de Paula Pâmela Kamila da Silva Gomes Andrea Gomes Veríssimo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59419230812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>157</b>
FÉ EVANGÉLICA E A AÇÃO POLÍTICA NA OBRA CINEMATOGRAFICA SELMA (2014): UMA VISÃO PROTESTANTE ACERCA DA LUTA PELOS DIREITOS CIVIS	
Vinícius Almeida Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59419230813</b>	

<b>CAPÍTULO 14 .....</b>	<b>166</b>
<b>ILÊ OJU ODÉ: POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES NO CANDOMBLÉ DE GOIÁS</b>	
<b>Victor Hugo Basilio Nunes</b>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59419230814</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS.....</b>	<b>175</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>176</b>



## (RE)PENSANDO A CIBERCULTURA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

**Cristiane Tavares Fonseca de Moraes  
Nunes**

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é abordar a cibercultura como uma forma de relacionamento da sociedade com a informática, com as redes, com a multimídia, com a educação, com os jogos eletrônicos, enfim, com os modos de navegação que produzem a comunicação dando-lhe sustentação. Essa cultura *high tech* é proveniente da utilização do ciberespaço constituído pelas redes tipo *internet* e pelos computadores que se comunicam. Uma sociedade emergente, caracterizada como da informação ou do conhecimento, conectada por fios ou por *wifi*, formam uma base para que novas capacidades e novas organizações produzam a sociedade *ciber*, cuja técnica e cultura se relacionam, traduzindo os efeitos da tecnologia na educação, notadamente no ensino superior e os desafios na formação desse profissional conectado. A técnica, cultura e sociedade estão imbricadas e se relacionam, sem que necessariamente seja enfatizado o “impacto” da tecnologia na sociedade, mas, fundamentalmente que essa tecnologia seja pensada como produto da sociedade, da cultura e da educação, conforme Pierre Lévy, Manuel Castells e Zygmunt Bauman atestam e nos fazem compreender onde estamos nesse

universo interconectado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cibercultura. Ensino e Aprendizagem. Tecnologia e Educação.

(Re)thinking cyberculture in the educational context

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to approach cyberculture as a way of relating society to computer science, to networks, to multimedia, to education, to electronic games, in short, to the navigation modes that produce communication, giving it support. This high tech culture comes from using cyberspace made up of internet-type networks and communicating computers. An emerging society, characterized as information or knowledge, connected by wires or wifi, form a basis for new capacities and new organizations to produce cyber society, whose technique and culture are related, translating the effects of technology on education, notably in higher education and the challenges in the training of this connected professional. Technique, culture and society are intertwined and related, without necessarily emphasizing the “impact” of technology on society, but fundamentally that this technology is thought as a product of society, culture and education, as Pierre Lévy, Manuel Castells, Richard Barbrook and Zygmunt Bauman attest and make us understand where we are in this interconnected universe.

**KEYWORDS:** Cyberculture. Teaching and learning. Technology and Education.

## INTRODUÇÃO

O ciberespaço criou a cibercultura, ou seja, o território da internet fundou uma nova (nem tão nova assim) forma de as pessoas viverem e se relacionarem. Nesse espaço, as redes de comunicação foram decisivas para a instalação de uma vida social e cultural, capaz de definir a sociedade em que estamos inseridos, promovendo não só mudanças nos hábitos, mas também na economia de regiões e países inteiros.

Para definir ciberespaço, Pierre Lévy (1999, p. 17) o enuncia como um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores, em que o referido termo representa não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga. Os seres humanos navegam e alimentam esse universo, determinando um espaço de diálogo aberto pela comunicação de mais de um computador. Quanto à definição de cibercultura, o mesmo autor a define como o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço:

A palavra “ciberespaço” foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromancer*. No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural, sendo uma das principais funções do ciberespaço o acesso à distância aos diversos recursos de um computador, bem como a transferência de dados entre eles (LÉVY, 1999, p. 92-93).

William Gibson, autor de “*Neuromancer*”, abordou interações do ser humano com a máquina, como a computação pode alterar as relações humanas. Personagens meio robôs, *hackers*, *ciberpunk*, *matrix* como um mundo virtual, vírus como ferramenta de boicote a projetos, reposição de órgãos humanos, em síntese, tudo indica que a ficção científica do passado chegou ao presente como um futuro que traz no bojo uma revolução tecnológica e também seus efeitos colaterais<sup>2</sup>.

O papel do ser humano e sua relação com os meios de comunicação mediados por computadores fizeram do livro “*Neuromancer*” uma referência na relação cultura e tecnologia, e serviram de inspiração para muitos aparatos eletrônicos que surgiram tempos depois.

No cinema, o filme americano-canadense “*Johnny Mnemonic: o cyborg do futuro*”, estreado em 1995, foi baseado no livro de William Gibson, com a participação do ator Keanu Reeves como protagonista. O enredo trata de um chip implantado na cabeça do personagem com informações importantes para a *Yakuza*, a maior facção criminosa do Japão. Interessante notar que o filme com vinte anos de produzido projetou um futuro que, para nós, já se tornou passado com telefones analógicos e teclados obsoletos. Em um dos diálogos, quando o *cyborg*, ao pedir que seja retirado

o chip de sua memória, ouve de outro personagem: “[...] sobrecarga de informação... Toda a eletrônica envenenando as ondas de transmissão. A maldita civilização tecnológica. Tudo isso porque não podemos viver sem ela”. Isto está em consonância com o que hoje experimentamos, estamos cada vez mais dependentes da tecnologia, seja ela qual for e para quaisquer fins a que se destine.

Porém, na concepção de que a informática não tem mais nada a ver com computadores, mas, sim, com a vida das pessoas, Negroponete (1995, p. 11) procurou criar um sentido pelo vínculo ao mundo digital que desenvolvemos e por meio do qual nos relacionamos. Estiveram incluídos também, tal qual na nossa própria realidade cotidiana, problemas, crises e contradições. O livro “A Estrada do Futuro”, escrito por Bill Gates no mesmo ano em que Negroponete lançou “A vida digital”, trouxe perspectivas que serviram de previsão em alguns casos e em outros, justamente o contrário, ou seja, a concretização de algo que era apenas uma ideia que estava no papel:

Os custos das comunicações vão cair tão drasticamente quanto despencaram os custos da computação. Quando baratear o suficiente e for combinada a outros avanços tecnológicos, a “estrada da informação” não será apenas mais uma expressão usada por empresários ansiosos e políticos entusiasmados. Será tão real e abrangente quanto “eletricidade”. Para compreender por que a informação será tão central, é importante saber como a tecnologia está alterando as maneiras que utilizamos para lidar com a informação (GATES, 1995, p. 37).

A tecnologia para que os bancos e seus *cashers*, celulares e *tablets* utilizem a tecnologia *touch screen* não é hoje um mistério e cria nos mais jovens ou nos “nativos digitais”<sup>3</sup> a impressão que sempre foi assim. O fato é que a evolução da informática tem ocorrido em um ritmo acelerado e produzido equipamentos menores, mais leves, mais fáceis de usar, além de economicamente mais acessíveis. Negroponete, tal como Gates, enfatizou a “superestrada da informação” como um movimento global de *bits* sem peso e sem velocidade da luz. A possibilidade de produtos e serviços terem adquirido forma digital foi preconizada por alguns teóricos e profissionais que viam o progresso das tecnologias se concretizarem ano após ano:

O verdadeiro motivo para a não-utilização dos dedos [*touch screen*] é que ainda não encontramos uma boa tecnologia capaz de detectar o campo ao redor do dedo: isso é, quando o dedo está próximo da tela, mas ainda não a está tocando. Contando com dois estados apenas – o toque e o não-toque –, muitas aplicações serão, no máximo, desajeitadas (NEGROPONETE, 1995, p. 117).

As diversas maneiras que utilizamos a tecnologia em busca de informação tendem a criar crises e contradições entre o ser humano e a rede. Tal atrito foi abordado por Manuel Castells (1999), que destacou o fato da revolução da tecnologia da informação ter sido fundamental para analisar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação. A tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas. Muito embora

a cultura da internet tenha sido apontada pela influência e formação das culturas tecnomeritocrática, *hacker*, comunidades virtuais e empreendedoras, Castells indica que o maior propagador da rede é o Estado, na medida em que atua enquanto força incentivadora, impulsionando a competitividade das empresas, demandando sua produção e lucro.

## INTERNET, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

As representações das novas tecnologias integraram o mundo em redes globais cuja comunicação mediada por computadores suscitou uma gama enorme de comunidades virtuais. A interlocução é algo central diante dessa sociedade do ciberespaço. O futuro que parecia algo distante se fez presente sem que percebêssemos. O chamado *bug* do milênio, na virada de 1999 para 2000, serviu para constatar o poder da mídia, que massificou a informação de tal maneira que muitas pessoas, de fato, acreditaram estar diante do apocalipse.

As matérias jornalísticas que sistematicamente foram divulgadas em quase todas as mídias, davam conta de que o mundo poderia parar por causa de um suposto colapso que retrocederia o ano para 1900 em vários sistemas computacionais, provocando um caos em aeroportos, sistemas financeiros, entre outros setores<sup>4</sup>. Como bem sabemos, o fato temido não se concretizou. Contudo, ficou claro que a revolução tecnológica já aparecia como produto de poder. Não apenas pelo custo de pesquisas destinadas a antever ou precaver um problema, mas o poder da mídia, necessário para caracterizar o presente por um futuro sempre promissor.

Uma das primeiras interações do futuro imaginário da inteligência artificial foi citada por Richard Barbrook (2009), como proveniente da Feira Mundial de Nova Iorque, em 1939, com a exposição de grandes empresas. Naquele evento, houve a composição de um ambiente futurista para os visitantes, a começar pelo tema da exposição “Construindo o mundo do amanhã”, situando os Estados Unidos já presentes naquele cenário futurista. A ideia de um futuro imaginário representava o potencial produtivo da indústria, do qual a tecnologia não poderia ficar fora. Todo esse aparato tecnológico apontava para outra cultura ou uma nova civilização.

O futuro imaginário da inteligência artificial revelou um potencial transformador dessa nova tecnologia (BARBROOK, 2009, p.75). Podemos exemplificar com o que houve durante a Guerra Fria com o desenvolvimento, por parte da *International Business Machine* (IBM), de *mainframes*, cujo objetivo era ajudar a força aérea americana a guiar mísseis nucleares para atacar a população civil da Rússia<sup>5</sup>.

O computador, nesse processo histórico, passou a ser o salvador tecnológico de um futuro promissor, um equipamento que veio classificar o grau de importância ou desenvolvimento de um determinado lugar. Os computadores foram colocados em fábricas, escritórios e instituições. Onde houvesse indício de progresso, lá estaria ele. Constituindo-se, portanto, na representação de um futuro imaginário, cujo processo

de industrialização não poderia ficar à margem. De igual modo, a estrutura social da economia tomou outro ritmo para acompanhar ou dar sustentação a essa mudança paradigmática.

Nesse processo de desenvolvimento da cibercultura, são notórios os recursos que ampliaram horizontes/relações sociais. Programas de computador tornaram-se cotidianos na medida em que auxiliam o pensamento para tarefas como agendar compromissos, organizar textos, planilhas e contactar pessoas. Outrossim, os meios de comunicação sofreram mudanças consideráveis no decorrer desse processo. O telefone, por exemplo, custava caro e servia apenas para receber ou realizar chamadas. Com o tempo foi ganhando mais recursos e tornou-se um elemento fundamental no acesso à rede. Além disso, a sua utilização foi mudando, recebendo outras funções e realizando diferentes formas de comunicação.

Concomitante a essas mudanças, iniciava um rico e produtivo sistema financeiro de cotas de patrocínio e divulgação de empresas em sites de busca, que sustentavam endereços eletrônicos, comércio eletrônico, cinema e música e que se firmaram como parte de um negócio lucrativo e cada vez mais crescente:

Os serviços on-line serão pagos, restritos aos mais ricos. O crescimento do ciberespaço servirá apenas para aumentar ainda mais o abismo entre os bem-nascidos e os excluídos, entre os países do Norte e as regiões pobres nas quais a maioria dos habitantes nem mesmo tem telefone (LÉVY, 1999, p. 12).

Existem serviços eletrônicos disponíveis, muito embora as dificuldades sejam grandes no acesso a eles. O ciberespaço passou a ser uma espécie de Terra Prometida, representante do futuro imaginário no presente, portador da sociedade da informação idealizada.

Tal constatação define um otimismo tecnológico pelo qual a sociedade vem passando nos últimos anos. É tributada à tecnologia a força motriz do progresso e da resolução dos problemas em várias áreas do conhecimento.

Sobre essa perspectiva, Castells (2003) aborda a expectativa sobre a internet como instrumento ideal para promover a democracia. O acesso fácil às informações permite aos cidadãos uma maior interatividade com o poder público. No entanto, a internet não pode fornecer um conserto tecnológico para a crise da democracia (CASTELLS, 2003, p. 129). Ou seja, apesar do seu papel significativo na dinâmica da política, a internet ainda possui ações limitadas, principalmente no quesito segurança. Outrossim, é considerado um espaço democrático, porém, com grandes ressalvas. Cada vez mais deixa de ser um território de ninguém, sem regras, livre, no sentido mais pejorativo da palavra.

Não obstante, a liberdade nunca é uma dádiva. É uma luta constante; é a capacidade de redefinir a autonomia e pôr a democracia (CASTELLS, 2003, p.135). É importante considerar que o simples fato de disponibilizar a tecnologia não significa dizer que os problemas estão resolvidos. Questões muito mais complexas fazem

parte da estrutura em que a relação homem/máquina cada vez mais precisará de uma comunicação eficiente e que gere resultados satisfatórios.

Assim, a sociedade criou demandas que modificaram a cibercultura. Os serviços *online*, principalmente aqueles oferecidos pelos governos, estão cada vez mais abertos ao grande público, independentemente de sua condição financeira<sup>6</sup>, até pela popularização dos aparelhos celulares, que funcionam como computadores de bolso.

Para Zygmunt Bauman (1999), as distâncias temporais podem emancipar certos seres humanos das restrições territoriais e tornar extraterritoriais certos significados geradores de comunidade, ou seja, com as distâncias pouco importando, as localidades também perdem seu significado. Ele denomina isso de “a elite da mobilidade”, cujo ciberespaço importa muito, principalmente não se esquecendo da segurança de um pseudoisolamento que (re)estruturará outros territórios.

Consideramos que essas fronteiras foram estabelecidas e deram origem ao embrião de uma nova sociedade em seus próprios locais de trabalho acadêmico, cuja tecnologia pós-industrial revelou dentro das universidades uma geração de cientistas.

O que poderia ser definido como real e virtual? Onde o virtual se encontra com algo que é *ciber*<sup>7</sup>? É virtual toda entidade “desterritorializada” (LÉVY, 1999, p. 49), ou seja, ele permanece mesmo sem estar presente e pode ser real na medida em que existe. O virtual normalmente é caracterizado pelo que não existe na realidade, mas que pode ser equivalente com a ajuda do computador. Quando mencionamos o termo realidade virtual, estamos nos referindo a uma interação entre um usuário e um computador simulado por um ambiente em que haverá a referida interação.

Utilizando deste mesmo paradoxo entre a tecnologia e a sociedade, o filme “*Chat – a sala negra*”, de 2010, mostra o cotidiano de cinco adolescentes que se encontram numa sala de bate-papo virtual intitulada *Chelsea Teens*, criada por um deles. Trata de promover a caracterização do mundo virtual como parte da ação dos personagens no mundo real, reunidos numa sala em diálogos sobre suas vidas. A partir desse mote, o filme nos permite refletir sobre a influência da internet na formação da identidade de grupos, bem como na interação dos indivíduos nos dois ambientes em que transitam.

Nesse filme, o ambiente virtual é retratado com uma riqueza de detalhes e sempre de forma muito colorida, enquanto a vida real possui uma paleta de cores acinzentada. O figurino dos personagens também é mais alegre e sofisticado, quando exibido na *web*. Além disso, os adolescentes do filme apresentam uma maior desenvoltura para se comunicar no ciberespaço, em detrimento da vida real. Sobre isto, Lévy (1996, p. 79) nos lembra que “A virtualização, em geral, é uma guerra contra a fragilidade, a dor, o desgaste. Em busca da segurança e do controle, perseguimos o virtual porque nos leva para regiões ontológicas que os perigos ordinários não mais atingem”.

O movimento de saída do “aqui e agora” parece possibilitar a adoção de um comportamento cujo anonimato problematiza mudanças de identidade, liberdade e tolerância. O filme citado acima apresenta a chamada *Deep Web* (também conhecida como *Deepnet*, *Web Invisível* ou *Web Oculta*), que é a internet fora da lei, cujos



conteúdos ficam escondidos em sites gerados dinamicamente, que não podem ser encontrados pelos mecanismos de busca padrão.

O virtual se configura como um ambiente em que se pode assumir muitas identidades. Um dos grandes compositores do Brasil, Chico Buarque (1944- ), compôs, em 2011, a música “Nina” (CHICO, 2011, CD), em que o eu lírico dessa canção desafia poeticamente a descrição da musa, que distante, na Rússia, aparece assim nos versos:

Nina diz que se quiser eu posso ver na tela  
A cidade, o bairro, a chaminé da casa dela  
Posso imaginar por dentro a casa  
A roupa que ela usa, as mechas, a tiara  
Posso até adivinhar a cara que ela faz  
Quando me escreve

Na música, no cinema, nas obras de artes plásticas, enfim, qualquer manifestação artística pode dispor dessa cultura digital que não começa com o computador. O próprio Chico Buarque, em uma outra composição chamada “Bye Bye Brasil” (VIDA, 1979, CD), em uma das estrofes utiliza a frase “Eu acho que vou desligar, as fichas já vão terminar”, retomando nossa memória a um aparelho que parece arcaico e fora de uso: o popular orelhão, que diante dos aparelhos celulares, tornou-se objeto quase inexistente ou decorativo nas cidades, mesmo assim hoje, utilizando cartões telefônicos e não mais fichas.

Na situação dessas mudanças, adentrando no virtual para uma realidade difícil e excludente, o CDI partilhava da ideia de que a tecnologia sozinha não seria capaz de nada. Ela serviria apenas como meio, mas o fim desejado era a inclusão social, ou seja, a ONG funcionava com inclusão digital para se chegar a um objetivo macro, que desenvolvesse a cidadania pela apreensão das informações que qualificariam aquele aluno para atuar como agente de mudança. Neste estudo, não nos interessa a técnica em si. Contudo, é necessário expor as grandes tendências da evolução técnica contemporânea para abordar as mutações sociais e culturais que as acompanham (LÉVY, 1999, p. 32).

Toda essa mudança permite verificar as formas pelas quais o homem desenvolveu sua cultura digital. Da passagem da oralidade para a escrita até a chegada do ciberespaço, em todo esse percurso, houve importante desenvolvimento da linguagem e da forma de comunicação. A construção cultural acrescenta uma dimensão social importante, na qual a tecnologia é o meio de integração simbólica.

Emissores e receptores trocavam mensagens em um mesmo tempo e espaço enquanto a escrita acabou por gerar uma transformação entre diferentes pessoas e culturas. Lévy utilizou da tecnologia linguística para ilustrar essa mudança no processo de comunicação, a exemplo de gramáticas e dicionários. Em razão disso, podemos pensar no desenvolvimento digital como universalizante, tendo em consideração as

diversas nuances que permitem que essa cultura digital seja instaurada ou instituída.

Assim, com o surgimento da escrita, o saber foi sendo transmitido pelo livro, o qual primordialmente centralizava as informações para quem assim desejasse transformá-las em conhecimento. Conseqüentemente, o livro foi considerado uma importante tecnologia de acesso a todo um conjunto de saberes, antes apenas narrativos e ritualísticos da sociedade. Contudo, esse foi um longo processo. Do domínio da escrita à produção do livro, alguns séculos foram necessários para que o processo fosse ganhando as formas para que pudéssemos ler de forma digital, tal qual fazemos atualmente.

O contato do leitor com o papel estabeleceu protocolos de leitura, que combinavam desde anotações nas margens, até recortes e montagens. Todavia, com o advento da leitura em tela, tais elementos foram sendo substituídos por diferentes formas de contato com o texto. A mudança paradigmática para a forma de ler eletronicamente, provocou muitas discussões sobre o futuro do livro. A textualidade eletrônica, de fato, transformou a maneira de organizar as argumentações, históricas ou não, e os critérios que podem mobilizar um leitor para aceitá-las ou rejeitá-las (CHARTIER, 2009, p. 59).

Entretanto, em qualquer suporte (físico ou digital), muitas informações podem ser consideradas abstratas ou incompletas acerca de determinado conteúdo, a exemplo de citações fragmentadas em notas de rodapé ou indicações que nunca serão encontradas. Ainda segundo Chartier, as citações são fragmentos recortados por mera vontade do historiador, sem possibilidade, para o leitor, de conhecer a totalidade dos textos de onde foram extraídos os fragmentos. Dessa maneira, em qualquer tipo de escrita existe uma interferência, advinda daquele que escreve, do historiador ou do escritor de determinados textos, que até chegarem aos leitores foram interpretados e produzidos por esse agente.

Na textualidade eletrônica, um hipertexto é uma matriz de textos potenciais, sendo que alguns deles realizar-se-ão sob o efeito da interação com um usuário (LÉVY, 1996, p. 40), que é um leitor daquelas que seriam imagens contidas em textos a acessar outros textos de forma sucessiva e quase infinita (se considerarmos como fim um texto que não pode ser continuado, a exemplo de um link que chega até um conteúdo em PDF - *Portable Document Format*). O leitor precisou enviar comandos em interatividade constante, o que tem ocorrido com a internet através da forma de buscar informações, para que o processo até chegar ao conhecimento pudesse existir.

Esse conhecimento, por sua vez, apesar de fácil acesso, promoveu transformações até a sua chegada. Os direitos autorais, os fornecedores de espaços virtuais para escritórios, a indústria da música, todos foram postos em uma “nova” economia da informação e do conhecimento desterritorializada, virtual e também real. Os canais do *Youtube* e toda uma facilidade na criação de filmes, vídeos e trabalhos autônomos são a prova dessa descentralização que foi importante para a

massificação destes mecanismos de comunicação.

Sobre esse ponto, Lévy (1996) enfatizou o risco de o ciberespaço ser um microterritório com restrito desempenho de difusão das informações pelos entraves de direitos adquiridos no mundo real, como a utilização de fotografias, por exemplo. Sugeriu, diante disso, que houvesse uma espécie de contagem do consumo das informações pelos usuários finais, como forma de não limitar o que parece ser ilimitado, pelo menos na essência. Assim, a fotografia poderia ser copiada e difundida mediante um pagamento como um débito minúsculo na conta do consumidor daquele produto. De fato, essas são situações que, mesmo diante da contemporaneidade e do tempo de utilização do ciberespaço (já podemos indicar mais de uma década de popularização), ainda parecem exigir reflexões sobre o que necessariamente seria ou não comércio eletrônico.

O processo de instauração de uma nova cultura é algo lento e gradual. No caso da cultura digital, as dimensões foram se tornando gigantescas. As mídias de massa<sup>8</sup> tiveram grande importância no processo de comunicação. Por conta disso, a cibercultura criou, o que Lévy chamou de universal sem totalidade, no sentido de que não poderia haver uma totalização da comunicação. Podemos perceber os hipertextos como exemplo, em uma navegação que pode se multiplicar infinitamente<sup>9</sup>.

Consequentemente, estabeleceu-se uma nova relação com o saber, que se tornou mais rápido, mais dinâmico e se for mais efêmero, ainda precisaremos do fator tempo para responder. O fato é que o conhecimento parece mesmo possuir certo grau de validade.

Esta relação da tecnologia com o tempo está presente no filme “Tempos Modernos” (1936), um clássico de Charles Chaplin, que imortalizou “o vagabundo” como seu mais célebre personagem, apresentando-o na condição de empregado de uma fábrica, como um sobrevivente do sistema capitalista. Há outros aspectos que perpassam a trama, tais como criminalidade e questões sociais, políticas e psicológicas do trabalhador. No entanto, o exemplo do filme serve, aqui, para trazer à tona os modos de produção sistematizados, padronizados, que delinearam a Revolução Industrial<sup>10</sup> e definiram, de forma inexorável, a relação do homem com a tecnologia.

Ao contrário do perfil de um trabalhador (operário) do século XIX, que vendia sua força de trabalho ou sua “mão-de-obra”, o trabalhador contemporâneo tem a necessidade de mostrar suas competências, sua capacidade de aprender e suas atitudes frente às instituições. Estas, muitas vezes, possuem universidades corporativas, ou seja, oferecem qualificação focada e especializada considerada como um processo de “aprendizado coletivo”, que mira desenvolver e explorar as competências distintas, difíceis de serem imitadas, propiciando vantagem competitiva para as organizações.

No início do século XX, Henry Ford (1863-1947) tornou-se símbolo de um novo paradigma social, o chamado Fordismo, no qual a produção em grande quantidade

a um preço mais acessível tornaria o automóvel mais ou menos popular. Da geração de Ford, Frederick Taylor (1856-1917) criou uma sistemática para que essa produção em escala fosse otimizada ou posta em manuais, de tal modo que as pessoas trabalhassem mais dentro de uma rotina preestabelecida.

A sociedade foi reconstruída sob a imagem das novas tecnologias midiáticas. A oficina de impressão de Johann Gutenberg, muito possivelmente, colaborou para a existência da fábrica de Henry Ford<sup>11</sup>. Isto é, a tecnologia midiática criou uma nova ordem social:

Conforme os contracheques dos empregados de colarinho branco continuamente cresciam, gerentes adquiriam crescentes quantidades de equipamento a fim de aumentar a produtividade dentro do escritório. Muito antes da invenção do computador, as burocracias das corporações fordistas participavam de uma economia informacional com tabuladores, máquinas de escrever e outros equipamentos de escritório (BARBROOK, 2009, p. 95).

A forma de trabalho, com o passar do tempo, modificou-se. Entretanto, os computadores continuaram sendo projetados cada vez mais para melhorar os métodos de trabalho na busca de uma maior produtividade. Não é mais uma casta de especialistas, mas a grande massa das pessoas que é levada a aprender, transmitir e produzir conhecimentos de maneira cooperativa em sua atividade cotidiana (LÉVY, 1996, p. 54).

Os escritórios, diferentemente de outros tempos, não necessariamente exigem um espaço físico, haja vista que o trabalhador tem a possibilidade de se desenvolver onde, como e em que momento desejar. Para isso, basta-lhe utilizar como componente a virtualidade, podendo trabalhar de forma isolada, com programas de desenvolvimento a distância. Ou ainda pode se valer do ambiente virtual como uma ferramenta para manter a coesão do grupo através de fases presenciais de treinamento e intercaladas com fases de estudo a distância. Isso faz parte da realidade de muitas empresas espalhadas pelo mundo inteiro.

Em relação à Internet, é pertinente destacar que as metáforas centrais da relação com o saber são a navegação e o surfe. Ambas implicam uma capacidade de enfrentar as ondas, redemoinhos, as correntes e os ventos contrários em uma extensão plana, sem fronteiras e em constante mudança (LÉVY, 1999, p. 161).

Acibercultura surgiu, assim, como um movimento social, gestado no ciberespaço, como fenômeno técnico. O computador e a internet se espalharam trazendo a interatividade, com suas vantagens e também com desvantagens, como terreno de divulgação e difusão de informações inúteis, fúteis ou de conteúdo superficial. Este fenômeno resultou em:

Algo que mudou o mundo. Porém, ao contrário dos tempos de Noé, as águas do novo dilúvio são formadas por dados, notícias, imagens, músicas e tudo o mais que circula no universo eletrônico. O oceano agora é feito de informações. Este novo lugar tem a sua melhor forma de representação naquilo que hoje chamamos

A internet entrou nas residências e nas escolas, mas em casa provocou uma sensação de insegurança nos pais. Curiosamente, estes, em princípio, ainda quando os filhos são crianças, veem o computador como um brinquedo que pode ajudar no raciocínio e na estruturação de um pensamento mais lógico. Contudo, à medida em que vão crescendo parece que muitos pais começam a descobrir que o brinquedo pode ser bem perigoso se mal utilizado:

O que alguns pais podem não perceber, contudo, é que os videogames, sendo o primeiro exemplo de tecnologia de computação aplicada à fabricação de brinquedos, foram, sem dúvida a porta de entrada das crianças para o mundo da informática (PAPERT, 1994, p. 12).

Os críticos da internet ou mesmo da utilização do computador como ferramenta de busca do conhecimento não podem deixar de reconhecer que as ideias procuradas nos livros podem também ser requisitadas nas redes virtuais. Basta que, para isso, quem está solicitando informações seja capaz de fomentar o desenvolvimento dialético do pensamento, com ou sem o auxílio da rede mundial<sup>12</sup>.

Barbrook (2009, p. 98) compara Marx a Wiener<sup>13</sup> nas críticas ao papel da tecnologia dentro de uma sociedade capitalista. Na perspectiva em que se acreditava que ao invés de criar mais tempo de lazer e melhorar os padrões de vida, a informatização da economia sobre o Fordismo aumentaria o desemprego e cortaria os salários. Mas esse paradigma econômico foi perdendo força na medida em que a famosa fábrica de Henry Ford, como já foi mencionada, simbolizou o acesso a bens que antes eram para poucos. Era um cenário que fazia parte do futuro imaginário que consentia uma interpretação otimista dos Estados Unidos, mesmo que isso fosse algo panfletário.

Diante disso, a utilização das TICs nesse processo produtivo, inclusive, apareceu de forma impactante, principalmente no início do século XX, na busca de melhoria de transmissão de mensagens por meio das redes telefônicas. No final do mesmo século, a cibercultura fez emergir uma sociedade conectada, plugada e dinamicamente mais eletrônica.

Todavia, uma sociedade conectada necessita também conectar outros saberes. Novos olhares sobre um mesmo objeto podem ser a contemplação de uma pintura vista em uma galeria de arte ou a visita a um museu pela tela do computador. Alguns estudiosos como Chartier, Burke e Darnton têm buscado compreender as formas de enxergar o mundo diante de novas lentes, aprender a ler e a escrever através delas.

Bill Gates (1995), ao propor uma estrada rumo ao futuro, pela via das tecnologias da comunicação, fez um comparativo da importância da prensa de Gutenberg até a impressão das potentes impressoras a laser de alta velocidade. O que levou Gutenberg às condições de imprimir múltiplos exemplares da Bíblia, por exemplo,

foi fundamental para a cultura ocidental, não simplesmente por tornar mais veloz a reprodução de um livro, mas pela condição das gerações conhecerem outras formas de vida fora da sua:

A maioria das pessoas só conhecia aquilo que fora visto com os próprios olhos ou ouvido em relatos de terceiros. Muito poucas aventuravam-se para além das fronteiras da aldeia, em parte porque, sem mapas confiáveis, em geral era quase impossível encontrar o caminho de volta (GATES, 1995, p. 22).

Nesse sentido, as experiências individuais puderam ser coletivas, a impressão seriada possibilitou maior comunicação entre as pessoas, e, conseqüentemente, a escrita paralelamente proporcionou que as fronteiras começassem a ser ultrapassadas.

No início do seu livro, Gates deixou clara a preocupação de algumas previsões se concretizarem e outras não. No ano em que foi publicado, 1995, a informática ainda estava criando uma cultura digital, principalmente no Brasil, com a abertura do mercado. Ele enfatizou que “os microcomputadores já alteraram nossos hábitos de trabalho, mas ainda não mudaram muita coisa no cotidiano”. Na sua visão, um futuro, que estava prestes a chegar, faz parte da vida das pessoas que já estão conectadas pela estrada da informação há alguns anos. As mudanças foram tão rápidas que uma obra escrita para simbolizar o futuro parece que está no passado ou que teve confirmadas muitas de suas previsões:

Teremos acesso a pessoas, máquinas, entretenimento e serviços de informação. Você poderá manter contato com qualquer pessoa, em qualquer lugar, que queira manter contato com você; bisbilhotar em milhares de bibliotecas, de dia ou de noite. A máquina fotográfica que você perdeu ou que roubaram mandará uma mensagem para você dizendo exatamente onde se encontra, mesmo que seja numa outra cidade. Você poderá atender o interfone do apartamento no escritório e responder a toda a sua correspondência de casa. Informações que hoje são difíceis de achar serão fáceis de encontrar (GATES, 1995, p. 23).

Alguns modelos de celulares já são adaptados com GPS (*Global Positioning System*) para que, ao serem roubados ou perdidos, possam ser localizados. Consultar bibliotecas é tarefa cada vez mais simples, quer seja em acesso pleno ou mais restrito.

As bibliotecas são sinônimos de saberes, de conhecimento, de cultura e informação. Se a cultura escrita tem como suporte principal os livros, nesse sentido, a construção de bibliotecas digitais seria a interação dos meios de comunicação, como áudio, imagens, textos eletrônicos, vídeos, ou seja, todo um aparato que, em tese, poderia inserir com maior facilidade camadas mais populares, que fazem parte dessa sociedade ciberespacial ou digital.

Sobre esse aspecto, Lévy (1999, p. 164) chama a atenção para uma desterritorialização da biblioteca como algo decorrente do ciberespaço, como região dos mundos virtuais, por meio do qual as comunidades descobrem e constroem seus objetos coletivamente. O já citado Barbrook enfatizou a ideia de que a convergência



tecnológica da televisão, satélites e computadores na internet criaria um sistema social único para toda a humanidade e restauraria a intimidade de se viver em uma comunidade tribal.

Negroponte buscou uma explicação coerente que possibilitou uma maior compreensão sobre os aspectos digitais frente à forma do analógico ou do físico, do papel em relação à tela:

Pense num jornal moderno. O texto é preparado num computador; as matérias são com frequência enviada pelos repórteres sob a forma de e-mail. As fotos são digitalizadas e, em geral, também transmitidas por fio. E o layout da página de um jornal moderno é feito por programas de editoração eletrônica, os quais preparam os dados para serem transferidos para o filme ou diretamente para as chapas de impressão. Isso significa que toda a concepção e construção do jornal é digital, do princípio ao fim, e até o último passo, quando a tinta é comprimida sobre as árvores mortas. Esse é o momento em que os bits transformam-se em átomos (NEGROPONTE, 1995, p. 55).

Evidentemente a citação poderia ser complementada na atualidade, no que o autor abordou que o jornal digitalizado precisaria ser transmitido por “fios”, os fios condutores, que podem ser de fibra óptica. A rádio e outras interpretações de envio de informações por satélites, novas tecnologias, inclusive, sem fio (utilizando outra concepção de “fio”) como *wifi* ou utilizando a computação em nuvens (*cloud computing*) como uma tendência. Nela, a aposta foi de que ninguém mais precisaria instalar programa algum em seu computador para realizar desde tarefas básicas até trabalhos mais complexos, pois tudo seria feito através da internet.

Nicholas Negroponte também citou as “chapas de impressão”, que podemos transpor para utilizações realizadas em impressoras laser de altíssima definição, já existindo, inclusive, modelos em terceira dimensão, testados para imprimir coisas e até mesmo partes do corpo humano como mão robótica impressa em 3D, *open-source* (código aberto) e alcançando preços cada vez menores.

Steve Johnson (2001) enfatiza a utilização do computador no cotidiano das pessoas e sua interferência no seu modo de escrever: “uma ou duas décadas depois [de começar a utilizar o computador] não posso imaginar escrever sem um computador. Até escrever um bilhete às pressas com caneta e papel me custa [...]”. Tal mudança na escrita teve impacto na forma de comunicação entre as pessoas, inclusive na utilização da língua materna (português brasileiro) e, da necessidade de uma escrita acelerada, com palavras abreviadas ou escritas diferentemente de sua forma original, popularmente chamada de “internetês”.

O *internetês* é um termo designado para conceituar uma linguagem simplificada e informal que surgiu no ambiente da Internet. A conveniência foi surgindo a fim de que a comunicação pudesse fluir mais rapidamente entre os adolescentes, tendo em vista já terem nascido em um mundo interconectado em que a Internet sempre esteve presente no seu cotidiano<sup>14</sup>.

A cada dia, novas pessoas passam a acessar a internet, novas informações

são acrescentadas e com isso a necessidade de uma comunicação sempre ágil e acelerada vai se apresentando. Lévy vê essa rapidez com cautela, como algo que podemos perder o controle. O filósofo afirma isso através de um fragmento de uma entrevista com Albert Einstein:

Durante uma entrevista nos anos 50, Albert Einstein declarou que três grandes bombas haviam explodido durante o século XX: a bomba demográfica, a bomba atômica e a bomba das telecomunicações... As telecomunicações geram esse novo dilúvio por conta da natureza exponencial, explosiva e caótica de seu crescimento. A quantidade bruta de dados disponíveis se multiplica e se acelera a cada segundo. (LEVY, 1999, p.13).

Compreendemos a cibercultura sob a ótica dos pressupostos da história cultural, justamente pelas viabilidades de um modo de estudar, de utilizar técnicas, posturas e até mesmo pela historicidade que envolve o processo de aprendizagem do ser humano. Os discursos a favor e contra a cibercultura enfatizam que estamos diante de um universo dual, plural, em que o equilíbrio muito mais do que um requisito para fazer parte dela, tornou o assunto obrigatório nas escolas e no seio da sociedade.

Para Robert Darnton (2005), a própria internet está cercada por um mito: a ideia de que ela veio anunciar uma nova fase da história, a “era da informação”. Para o autor, o século XVIII também pode ser considerado como uma era da informação pelos meios de comunicação e pelas mensagens que foram geradas no período.

A ideia de uma “era” da informação parece que sempre existiu, em diferentes tempos. A concepção de uma “nova era”, ao que parece, forja essa noção de ruptura de uma sociedade para outra, aparentando ter sido construída ou “inventada”, conforme preconiza Benedict Anderson. Isso em vista de que perpassaram por diferentes fronteiras como uma espécie de bandeira para legitimar novas culturas. Para Darnton, o século XVII desbravou muitas formas de comunicação, como uma forma de mostrar que o acesso a ela não faz parte de uma novidade do nosso cotidiano ou da nossa geração:

Em resumo, o processo de comunicação se dava de diversas maneiras em muitos ambientes. Sempre envolvia discussão e sociabilidade, portanto não era simplesmente uma questão de mensagens transmitidas por uma linha de difusão a receptores passivos, mas sim um processo de assimilação e reelaboração de informações em grupo – isto é, a criação de uma consciência coletiva ou opinião pública (DARNTON, 2005, p. 77).

Até mesmo a imprensa em sua história buscou o *status* de liberdade. Ainda hoje, toda informação veiculada tem limitações e algum tipo de censura. Independentemente do suporte, se em papel jornal ou em *tablets*, o que se publica precisa adotar alguns protocolos aos quais o campo editorial ou a liberdade de expressão sempre estiveram atentos ou foram cobrados de alguma forma.

A internet é o resultado da atuação de diferentes instituições. Universidades, empresas de software, organizações governamentais e corporações militares se

envolveram, com intensidades diferentes, na construção dos nós que formaram a rede das redes (MAYNARD, 2011, p. 21). A arquitetura aberta da internet promove uma contradição quando pensamos em propriedade intelectual, tema cada vez mais discutido. O processo de *downloads* de livros, músicas, filmes, jornais, jogos, transmissões de rádio e programas de TV criou a necessidade de se tentar estabelecer regras e limites no ciberespaço, que nasceu com a ideia de liberdade de expressão e de comunicação, tendo em vista que os arquivos digitais poderiam ser comercializados da mesma maneira que produtos físicos.

O compartilhamento de músicas pela internet, durante muito tempo, foi um fenômeno. As cópias de MP3 transformaram rapidamente a forma de ouvir música. Coleções de discos, fitas e CDs eram substituídas ou transformadas em arquivos. Logo, não demoraram a aparecer os casos extremos:

Em 2001, os tribunais dos Estados Unidos fecharam o Napster [um local de encontro virtual para troca de arquivos de músicas] por violar as leis federais de propriedade intelectual. Como outras empresas, as corporações de mídia precisavam de um marco legal seguro para conduzir o comércio eletrônico com seus clientes (BARBROOK, 2009, p. 371).

Assim, o comércio eletrônico, inclusive com a comercialização de músicas, precisou que leis, regras e ordem pudessem estabelecer um limite ou uma fronteira eletrônica. Foi necessário criar proteção a materiais e conteúdos a fim de preservar a propriedade intelectual de seus autores. Assim, grandes negócios começaram a se materializar, mesmo que o termo pareça ser anacrônico em se tratando de mercado virtual.

Uma cultura “ponto com” estabelecia novos padrões de comportamento e mercado no mundo cibernético. Todos poderiam ser escritores, artistas, programadores ou anônimos conhecidos em seus quinze minutos de fama por vídeos postados no *YouTube*, por exemplo.

Neste contexto, a música fez parte da representação do mundo virtual, com outros exemplos daqueles que já citamos pela inspiração de Chico Buarque. Gilberto Gil produziu várias canções trazendo o ciberespaço como elemento temático para suas composições. A letra “Pela Internet” (QUANTA, 1997, CD) disse muito dessa cibercultura que o compositor baiano identificou desse modo:

Criar meu web site  
Fazer minha home-page  
Com quantos gigabytes  
Se faz uma jangada  
Um barco que veleje  
Que veleje nesse infomar  
Que aproveite a vazante da infomará  
Que leve um oriki do meu velho orixá  
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé  
Um barco que veleje nesse infomar  
Que aproveite a vazante da infomará  
Que leve meu e-mail até Calcutá  
Depois de um hot-link  
Num site de Helsinque

Para abastecer  
Eu quero entrar na rede  
Promover um debate  
Juntar via Internet  
Um grupo de tietes de Connecticut  
De Connecticut acessar  
O chefe da milícia de Milão  
Um hacker mafioso acaba de soltar  
Um vírus pra atacar programas no Japão  
Eu quero entrar na rede pra contactar  
Os lares do Nepal, os bares do Gabão  
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular  
Que lá na praça Onze tem um videopôquer para se jogar

Há vinte anos, em 1997, Gilberto Gil conseguiu poetizar a cultura plugada que vivenciamos pela prática de uma vida no ciberespaço. Ao se referir a *websites* e *homepages*, enfatizou os endereços eletrônicos que possibilitam uma navegação pelo que chamou de “infomaré”, a qual nos remete mesmo ao sentido de navegação, de acessar um site a outro através dos *links*. A conectividade fez parte dessa interação entre as pessoas ao redor do mundo, de forma coletiva e construtiva.

Ainda sobre essa canção, cabe observar a referência à questão dos vírus e dos *hackers* que tentam invadir programas cada vez mais, tratando do território já representado pelo cinema acerca da outra face da *internet*, em que residem perigos e ameaças.

Não apenas os versos tratam de aspectos do universo da cibercultura, a sétima arte discute o tema na vida de jovens adolescentes, mas também um campo de estudos como o da Psicologia ajuda a compreender o comportamento da geração que nasceu inserida no mundo das TICs.

O documentário “*Web Junkie*” (2013) é um excelente exemplo de como a cibercultura altera relações sociais. Essa produção, focalizando a China<sup>15</sup>, trouxe a temática do vício no uso ilimitado da Internet, considerado uma espécie de doença mental, caso de saúde pública. Adolescentes chineses levados pelos pais a um Centro de Reabilitação, que também funciona como escola, ambos providos pelo estado, o Hospital Militar de Beijing, em Pequim. A partir dessa situação é retratada a rotina desse Centro, que tem como meta que os internos sejam desprogramados do uso da internet, chamada de “heroína eletrônica”.

O hospital simula uma espécie de prisão, casa de repouso ou hospício (utilizando um termo já em desuso). O tempo mínimo de permanência é de três a quatro meses, contudo os internos imploram pela saída insistentemente e há, inclusive, tentativas de fuga. Em uma dessas, os adolescentes, numa espécie de crise de abstinência, escapam para chegarem a um cyber café. Tanta ansiedade pelo mundo virtual nessas pessoas apresentadas nos faz questionar até que ponto os métodos têm surtido efeito. O nível de desespero relatado encontra eco na afirmativa de um dos internados, que declarou ter cogitado se jogar do prédio, quando o pai ordenou que desligasse o computador no meio de um dos seus jogos.

Além dos internos, o documentário mostra também os pais deles. Uma das

mães, em depoimento, afirmou que, temendo que o filho se tornasse um doente mental, levou-o ao Centro. O estopim para a internação foi quando o jovem chegou ao ponto de jogar por quarenta dias sem dormir e sem se alimentar direito, em total isolamento de amigos e da família.

Um outro pai, com ares de desculpa ou autodefesa, ressaltou que havia um fator comum entre os internos: o fato de serem filhos únicos, uma característica daquele país. Na verdade, eles estão tão perdidos com essa nova cultura quanto seus filhos, o que é atestado pelo fato de que pedem da equipe médica que haja sobre os filhos corretivos severos<sup>16</sup>. Um desses pais chega a confessar o quanto violento e frio, que não tem comunicação com o rapaz, o qual é visto como um estranho dentro de casa. Pelas lentes dos documentaristas, os pais são responsabilizados a todo momento pelo estado dos filhos.

Não há políticas públicas que apresentem uma resolutividade no tocante ao assunto. Os efeitos colaterais da cibercultura não ocorrem somente na China, nem tão pouco os vícios da internet são piores que outros tantos que assustam e fragilizam a vida dos seres humanos.

Lévy (1996) chama atenção para a realidade virtual como um tipo particular de simulação interativa, na qual o explorador tem a sensação física de estar imerso naquela situação. A ilusão provoca, no caso do documentário, em uma confusão com a realidade cotidiana em uma geração que nasceu com a internet e não imagina o mundo off-line.

O documentário, em vários momentos, remete-nos a “*Vigiar e Punir*”, de Michel de Foucault (2000), texto que aborda a pena como meio de coerção, disciplina e aprisionamento do ser humano, revelando a face social e política como controle social. Não obstante, esse mesmo livro esclarece que tal modelo que, poderia reprimir e regenerar o sujeito, passa a contribuir para a manutenção dela, como um infundo círculo vicioso. De fato, muitos ex-internos relataram que suas vidas permaneceram iguais.

Contudo, talvez nem Castells (2005) pudesse prever o outro lado da questão, ou supor que a sociedade que nasceu com a internet fazendo parte do seu cotidiano, pudesse adoecer por causa dela.

A sociedade em rede também se manifesta na transformação da sociabilidade. O que nós observamos, não é ao desaparecimento da interação face a face ou ao acréscimo do isolamento das pessoas em frente dos seus computadores. Sabemos, pelos estudos em diferentes sociedades, que a maior parte das vezes os utilizadores de Internet são mais sociáveis, têm mais amigos e contactos e são social e politicamente mais activos do que os não utilizadores. Além disso, quanto mais usam a Internet, mais se envolvem, simultaneamente, em interacções, face a face, em todos os domínios das suas vidas. Da mesma maneira, as novas formas de comunicação sem fios, desde o telefone móvel aos SMS, o WiFi e o WiMax, fazem aumentar substancialmente a sociabilidade, particularmente nos grupos mais jovens da população. A sociedade em rede é uma sociedade hipersocial, não uma sociedade de isolamento (CASTELLS, 2005, p. 22).

Assim, é preciso perceber uma mudança na sociabilidade, que pode ou não ser consequência da internet ou das novas tecnologias de comunicação. A família e as redes de comunicação possibilitam que um diálogo urgente seja constantemente mantido tanto pelos grupos sociais quanto pela escola, para que a sociedade em rede seja a sociedade de indivíduos em rede. Todavia, almejando para isso que pessoas cada vez mais sadias lancem mão da tecnologia para libertar e não para aprisionar o sujeito. E quiça essa almejada liberdade esteja sempre a favor da inclusão dos menos favorecidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2016, o canal de filmes *Netflix* lançou em seu catálogo uma série chamada *Black Mirror*, uma espécie de crônicas ou fábulas com episódios independentes uns dos outros e que aliam tecnologia, suspense e sobrenatural. Essa série britânica que mescla ficção científica, drama e mistério, foi criada por Charlie Brooker em 2011, tendo como recorte explorar “as consequências ruins de um mundo digitalmente conectado”<sup>17</sup>. A reflexão sombria sobre a tecnologia põe, em todos os episódios, ela própria como protagonista da narrativa, bem como faz alusão às consequências imprevisíveis das novas tecnologias na vida das pessoas. O uso desastroso de uma tecnologia existente é utilizado em alguns momentos, mas não necessariamente em todos os episódios. Esse segmento evidencia a reverberação sobre a sociedade moderna e o que a cibercultura pode promover como efeito colateral. No nosso caso, serve para observarmos como estamos dependentes dessa conectividade para que possamos pensar nas soluções educacionais de uma sociedade em rede.

Diante de tantas metáforas, buscamos uma compreensão sobre o ambiente dessa cibercultura como produto de uma sociedade conectada, inclusive produto social do encontro entre Estado, mercado, sociedade e tecnologia. Através dessa construção, os cidadãos, o próprio Estado e a capacidade produtiva do mercado colidiram em busca de uma missão social, uma finalidade comunitária em prol de um bem público.

A informação gera o conhecimento que por sua vez é fruto de uma aprendizagem virtualizada ou desterritorializada. Podemos verificar como a educação à distância explorou o espaço virtual de conhecimento utilizando as hipermídias, as redes de comunicação interativas e todas as tecnologias intelectuais da cibercultura como um novo estilo de pedagogia. Isso privilegiou aprendizagens individuais e coletivas, configurando também um novo estilo de aprender e também de ensinar. Segundo Lévy (1999), o professor é incentivado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimentos. Sua atividade é centrada no acompanhamento e na gestão das aprendizagens, da troca dos sabers e da mediação. A aprendizagem aliada à tecnologia é realidade nas



escolas e precisa cada vez mais de ação efetiva para ajudar a qualificar a educação. E o ensino superior precisa estar atento pois é para essa sociedade que estará formando os profissionais do presente e do futuro.

## NOTAS

(1) Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do grupo de pesquisa sobre o tempo presente GET/UFS. Contato: profacristavares@outlook.com

(2) A tecnologia da informação é, para esta revolução, o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foram o elemento principal na base da sociedade industrial. Ver: *A Sociedade em Rede*, de Manuel Castells (1999, p. 68).

(3) Expressão utilizada por Marc Prensky para denominar aqueles que já nasceram nestes tempos digitais. Fonte: <http://marcprensky.com/> Acesso em: 08 de fevereiro de 2017.

(4) Maiores informações sobre o assunto e o temor do evento podem ser lidas em <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/678/noticias/o-ano-2000-comeca-em-1999-m0048939>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

(5) A Guerra Fria teve início após a Segunda Guerra Mundial, pois os Estados Unidos e a União Soviética disputaram a hegemonia política, econômica e militar no mundo. A União Soviética possuía um sistema socialista, porém com falta de democracia, enquanto nos Estados Unidos, havia a expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada. Na segunda metade da década de 1940 até 1989, estas duas potências tentaram implantar em outros países os seus sistemas políticos e econômicos. A definição para a expressão guerra fria é de um conflito que aconteceu apenas no campo ideológico, não ocorrendo um embate militar declarado e direto entre Estados Unidos e URSS, muito embora ambos estivessem em equilíbrio bélico. Barbrook (2009, p. 290) enfatizou que o jogo da Guerra Fria não teve – e nem poderia ter – um placar final. Segundo Hobsbawm (1977, p. 225), a Guerra Fria acabou quando uma ou ambas superpotências reconheceram o sinistro absurdo da corrida nuclear, e quando uma acreditou na sinceridade do desejo da outra de acabar com a ameaça nuclear. Ver: Hobsbawm (1977).

(6) Lévy ressaltou que seu texto é um relatório encomendado pelo Conselho Europeu e abordou as implicações culturais do desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e de comunicação, encontrando-se fora do campo do respectivo estudo, as questões econômicas e industriais, os problemas relacionados ao emprego e as questões jurídicas (LÉVY, 1999, p. 17).

(7) Segundo Collin (2001), *ciber* é originário da palavra *cybernetic*, que significa algum

local que possui computadores, internet ou alguma utilização de TICs. Cibernética é o estudo da mecânica dos movimentos humanos ou máquinas eletrônicas, e o modo pelo qual dispositivos eletrônicos podem ser elaborados para trabalhar e imitar as ações humanas.

(8) As mídias de massa: imprensa, rádio, cinema, televisão, ao menos em sua configuração clássica, dão continuidade à linhagem cultural do universal totalizante iniciada pela escrita (LÉVY, 1999, p. 116).

(9) Lévy (1999) define o universal como sendo a presença (virtual) da humanidade em si mesma e a totalidade como a conjunção estabilizada do sentido de uma pluralidade (discurso, situação, conjunto de acontecimentos, sistema, entre outros).

(10) Sobre Revolução Industrial, consultar HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

(11) A expansão do estado dos Estados Unidos foi também incentivada pela difusão do Fordismo. Na década de 1950, grandes negócios se tornaram dependentes de um grande governo para fiscalizar e direcionar a economia nacional. No início do século XIX, foi possível que uma pequena casta de políticos, empreendedores e financiadores governassem o país de uma forma íntima e informal. Porém, agora que os Estados Unidos eram a economia líder do mundo, mercados desregulados e corrupção descarada pareciam relíquias de outra era. Em seu lugar, tanto corporações capitalistas quanto o Estado utilizavam uma burocracia gerencial racional e eficiente para administrar os seus negócios. A competição de mercado foi acrescida de um planejamento hierárquico. Assim como o governo mínimo, a economia *laissez-faire* era um anacronismo nos Estados Unidos da Guerra Fria. O Fordismo substituiu o Liberalismo, que corresponde ao período de desenvolvimento da economia capitalista baseada no individualismo e no jogo das leis econômicas e naturais e da livre concorrência (BARBROOK, 2009, p. 128-129).

(12) O professor Valdemar Setzer, já aposentado pelo Departamento de Ciência da Computação da Universidade de São Paulo (USP), é um dos críticos da utilização da internet para jovens. Foi convidado pela Editora Novo Conceito a dar um parecer sobre a conveniência da tradução e edição do livro de Gregory S. Smith *How to Protect Your Children on the Internet: A Road Map for Parents and Teachers*, Westport: Praeger Publishers, 2007. A versão em português foi publicada em 2009 com o título *Como Proteger seus Filhos da Internet: um Guia para Pais e Professores*. Sua resenha do livro está disponível no endereço eletrônico <http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/como-proteger-resenha.html>, acessado em 25/08/2015, em que Setzer, que é membro da Sociedade Antroposófica, difunde, dentro da concepção da Pedagogia Waldorf, a inutilidade da utilização do computador por crianças. No capítulo cujo título é “*Resumo dos perigos: os pais estão sendo aprovados?*”. Ele corroborou com o autor do livro, que detalhou os perigos que crianças e adolescentes correm ao usarem a Internet, desafiando os pais a obterem informações adequadas a respeito, colocando-se frontalmente contra “os defensores da privacidade que pontificam sobre

como é errado pais espionarem as atividades de seus filhos, algumas em rede, na tentativa de mantê-los seguros [...]. Em um dos trechos, afirma que como pai, tem todo direito de fazer o necessário para mantê-los seguros: “Minha casa não é uma democracia e está longe de ser uma ditadura [...]. A Internet é definitivamente um lugar interessante, especialmente para pais tentando proteger seus filhos de conteúdo adulto, predadores adultos perigosos, e outras pessoas querendo prejudicar crianças e adolescentes física ou emocionalmente”. Recentemente estive na Universidade Federal de Sergipe (UFS) para palestra cujo tema foi “Reflexões sobre a Sociedade Informatizada”. Evento ocorrido no Auditório da Didática VI, em 6 de outubro de 2014, na programação “O que a internet está fazendo com nossas mentes?”.

(13) Norbert Wiener foi um matemático estadunidense, conhecido como o fundador da cibernética. Wiener morreu em 1964, antes que a revolução do computador começasse. Mesmo assim, ele previu e escreveu sobre muitos dos problemas que iriam surgir com esta nova tecnologia. Segundo Barbrook (2009, p. 99), de acordo com Wiener a cibernética provava que a inteligência artificial ameaçava as liberdades da humanidade.

(14) Fenômeno que se espalhou pelas salas de bate-papo (os famosos chats) da Internet com o advento comunicação propiciada pela era da informática. É uma escrita que não segue a grafia normal da língua e que em muitos momentos lembra as abreviaturas que nós mesmos criamos para notas pessoais de uma aula ou de uma conferência, na tentativa de reduzir ao máximo o tempo de escrita, concentrando-se na informação. “Os internautas, especialmente os jovens, desenvolveram esse novo sistema de escrita que acabou sendo chamado de **internetês**, embora não seja uma língua, mas apenas um modo de grafar as palavras.” (extraído do texto “Você entende **internetês**?” de Carlos Alberto Faraco - UFPR) Fonte: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>> Acesso em: 24 ago. 2015.

(15) Primeiro país a rotular tal dependência como um transtorno clínico.

(16) O documentário mostra, por exemplo, o caso de um adolescente que ficou dez dias isolado em uma cela.

(17) Fonte: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2016/10/black-mirror-traz-reflexao-sombria-sobre-mundo-digital-ao-netflix.html>. Acesso em: 23 out. 2016.

## REFERÊNCIAS

BARBROOK, Richard. **Futuros Imaginários**: das máquinas pensantes à aldeia global. Vários tradutores. São Paulo: Petrópolis, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Tradução Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_.; CARDOSO, Gustavo (org). **A sociedade em rede**: do conhecimento à ação política. Disponível em: <<http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf>> Acesso em 21 ago. 2015.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo Carmello e Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COLLIN, S.M.H. **Dicionário de informática, multimídia e realidade virtual**. Tradução Antônio Carlos dos Santos e Regina Borges de Araújo. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2001.

DARNTON, Robert. **Os dentes faltos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. Tradução José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. Nascimento da Prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GATES, Bill. **A estrada do futuro**. Tradução Beth Vieira et al. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIBSON, William. **Neuromancer**. Tradução Fábio Fernandes. 4. ed. São Paulo: Aleph, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

\_\_\_\_\_. **O que é o virtual?** Tradução Paulo Neves. 1.ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 1.ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAGNABOSCO, Gislane Gracia. Hipertexto e gêneros digitais: modificações no ler e escrever? In Revista Conjectura, vol. 14, nº 2, p. 49-63, mai./ago. 2009.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Escritos sobre história e internet. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças**: repensando a escola na era da informática. Tradução Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

TOFFLER, Alvin. **A riqueza revolucionária**. Tradução: Maiza Prande Bernardello e Luiz Fernando Martins Esteves. São Paulo: Futura, 2007.

\_\_\_\_\_. **A terceira onda**. 29. ed. Tradução João Távora. Rio de Janeiro: Record, 2007.

## A COEXISTÊNCIA ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA. A ESCRITA BALZAQUIANA COMO PROJETO DE UMA HISTÓRIA DOS COSTUMES

**Ana Beatriz Morais de Souza**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
São Gonçalo/RJ

**RESUMO:** Esta apresentação tem como objetivo analisar a noção de “história dos costumes” presente na escrita do autor francês Honoré de Balzac (1799-1850). Através das suas obras *Ilusões Perdidas* (1837-1843) e o *Tratado da Vida Elegante: Ensaio sobre a moda e a mesa* (1830- 1833) podemos observar a presença de uma noção singular do que poderia ser a escrita historiográfica. Com influência dos postulados da filosofia natural e o princípio de “unidade de composição orgânica” movido nas teorias de Geoffroy Saint-Hilaire e outros biólogos e filósofos, Honoré de Balzac empreende uma análise da sociedade francesa através de uma descrição detalhada das fisionomias das personagens e do meio ao qual eles pertenciam, dando a entender que essas questões interferiam na construção dos costumes e do surgimento de tipos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** História dos costumes - Escrita literária - Escrita jornalística

THE COEXISTENCE IN BETWEEN  
LITERATURE AND HISTORY. THE  
BALZAQUIAN WRITING AS A PROJECT OF A  
HISTORY OF CUSTOMS

**ABSTRACT:** This presentation aims to analyze the notion of “history of customs” present in the work of the french writer Honoré de Balzac (1799-1850). Through his works *Ilusões Perdidas* (1835-1843) and the *Tratado da Vida Elegante: Ensaio sobre a moda e a mesa* (1830-1833) we can observe the presence a singular notion of what could be a historiographical writing. With influence of the postulates of natural philosophy and the principle of "unity of organic composition" moved in the theories of Geoffroy Saint-Hilaire and other biologists and philosophers, Honoré de Balzac undertakes an analysis of French society through a detailed description of the physiognomy of the characters and the middle to which they belonged, implying that these questions interfered with the construction of customs and the emergence of human types.

**KEYWORDS:** History of customs - literary writing - journalistic writing

### 1 | INTRODUÇÃO

#### 1.1 Percurso invertido: de literato a historiador dos costumes

Podemos admitir que a produção intelectual balzaquiana que hoje temos acesso, basicamente se estende a duas formas de escrita – a escrita literária e a escrita jornalística. Atuando durante quase todo o momento da

sua vida nesses dois ramos do mundo da imprensa, Honoré de Balzac (1799-1850) divulgou algumas ideias fundamentais que alimentaram a sua produção e que até influenciaram o seu modo de vida e de observação sobre o mundo. Entre essas inúmeras ideias, elegemos uma. A ideia chave que queremos problematizar neste trabalho está relacionada com a forma de entendimento do autor sobre o que poderia vir a ser a “história dos costumes”.

Vivendo a efervescência do movimento romântico e sua propensão a uma abordagem mais próxima dos acontecimentos históricos, Balzac tinha elucidado nas suas produções que a mudança provocada com a Revolução Francesa havia totalmente desestruturado o que antes eram considerados os parâmetros fundamentais da sociedade francesa, inclusive no âmbito privado. Como pensador do seu tempo, à maneira de um “escritor monárquico”<sup>1</sup>, observamos nos seus esforços intelectuais uma tentativa de fazer da sua produção algo mais “útil” para compreender a contemporaneidade, como as mudanças vindas da modernidade e a ascensão de novos padrões de vida. Leiam-se padrões burgueses.

[...]. Chegamos a uma época em que, diminuindo as fortunas por igualização, tudo se empobrecerá: havemos de querer roupas e livros baratos, como se começa a procurar quadros pequenos por falta de espaço onde colocar os grandes. As camisas e os livros pouco hão de durar, essa é a verdade. A solidez dos produtos começa a desaparecer por toda a parte. Assim o problema a ser resolvido é de mais alta importância para a literatura, para a ciência e para a política. (BALZAC, 1981, p.67)

Para esclarecer melhor essa questão, gostaríamos de dar destaque ao trecho marcante que se encontra no *Avant-propos* de *A Comédia Humana*<sup>2</sup> (1842). Neste, podemos observar a presença de uma certa pretensão balzaquiana em tornar a sua grande criação literária um modelo possível de registro histórico.

---

1 A denominação “escritor monárquico” pode ser encontrada na apresentação realizada pelo literato no seu *Prefácio à Comédia Humana* publicado em 1842. Neste trecho Balzac afirmar que “A lei do escritor, o que faz que ele o seja, o que, não temo dizê-lo, o torna igual e talvez superior ao homem de Estado, é uma decisão qualquer sobre as coisas humanas, uma dedicação absoluta a princípios. Maquiavel, Hobbes, Bossuet, Leibniz, Kant, Montesquieu são a ciência que os homens de Estado aplicam. ‘Um escritor deve ter em moral e política opiniões definidas, deve considerar-se como um preceptor de homens; porquanto os homens não necessitam de mestres para duvidar’, disse Bonald. Cedo adotei como regra essas grandes palavras, que são a lei do escritor monárquico, tanto quanto a do escritor democrático”. BALZAC, Honoré de. “Prefácio à Comédia Humana”. In: *A Comédia Humana: estudos de costumes: cenas da vida privada*. Orientação, introdução e notas de Paulo Rónai; tradução de Vidal de Oliveiras; 3ª edição. São Paulo: Globo, 2012, p.109.

2 *A Comédia Humana* pode ser considerada como o maior monumento literário construído durante o século XIX. Compilada por Honoré de Balzac para ser um longo trabalho de interpretação da história e a crítica da sociedade francesa do XIX, a Comédia traz a lume a trajetória fictícia de mais de 2.500 figuras literárias que foram construídas a partir de vários cenários históricos da época. Esses cenários estão divididos entre as *Cenas da Vida Privada*, *Cenas da Vida Provinciana*, *Cenas da Vida Parisiense*, *Política*, *Militar* e *Rural*. Nestes seis grupos classificados se encontram os *Estudos de Costumes*, os *Estudos Filosóficos* e os *Estudos Analíticos*.



O acaso é o maior romancista do mundo; para ser fecundo, basta estudá-lo. A sociedade francesa ia ser o historiador, eu nada mais seria do que seu secretário. Ao fazer o inventário dos vícios e das virtudes, ao reunir os principais fatos das paixões, ao pintar os caracteres, ao escolher os acontecimentos mais relevantes da sociedade, ao compor os tipos pela reunião dos traços de múltiplos caracteres homogêneos, poderia talvez, alcançar escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes. Com muita paciência e coragem, eu realizaria para a França do século XIX esse livro que todos lamentamos não terem deixado Roma, Atenas, Tiro, Mênfis, a Pérsia, a Índia sobre sua civilização (...) (BALZAC, 2012, p.108).

A noção de “história” que encontramos presente nesta descrição está limitada à exposição do presente contemporâneo do autor. Mesmo tendo intenções totalizantes, beirando a construção de uma história nacional, Balzac a observa não como prática científica consagrada, com seus métodos e fontes, mas como uma investigação livre. Segundo Auerbach “não se trata de history, mas de fiction, não se trata de forma alguma, do passado, mas do presente contemporâneo, que se estende quanto muito, por alguns anos ou décadas no passado” (AUERBACH, 2013, p. 429).

Vale destacar que, o conceito de história neste momento vinha sofrendo uma mudança nas suas formulações devido à influência de outros modelos científicos (RIBEIRO, 2013, p.17). Como elucidou Georges Lefebvre (1981), o século XIX foi marcado pela noção de desenvolvimento histórico. A história passou a ser encarada como um saber vivo em continua transformação, sua matéria que não eram fatos mortos e amorfos, não obstante, viviam em relação direta com a vida e a realidade que ela buscava refletir. Como um ser vivo que precisa ser estudado, a história “evolui com a civilização dos homens e com os acontecimentos que lhes definem a existência e por vezes os ensinam” (LEFEBVRE, 1981, p.11).

De acordo com as preposições de Erich Auerbach (2013), é comum entre as produções literárias de determinados períodos existir certa intenção em representar a realidade a partir da sua forma de compreensão do mundo. Neste caso, considerando algumas produções literárias que tiveram uma acentuada atuação durante o século XIX, como a de Stendhal, de Flaubert e a do próprio Balzac, Auerbach demonstra que o surgimento de uma geração romântica, que ganhou destaque com o movimento de reivindicação pela mistura do sublime e do grotesco, fez uma aproximação inovadora no que condiz à relação da literatura com o mundo real. O romantismo, tendência que teve origem na “Alemanha” e na Inglaterra e que se desenvolveu intensamente na França a partir de 1820, rompeu as barreiras estilísticas entre os aspectos realista e trágico promovendo uma mudança de perspectiva que desencadeou novos polos estilísticos preocupados com a contemporaneidade e não com a fuga do real como tinha ocorrido no pré-romantismo (AUERBACH, 2013, p.249).

Para James Guinsburg (2013), o movimento historicista promovido pelas ideias românticas, trouxe para as produções literárias do século XIX a relevância de se ter uma consciência histórica. Essa consciência não era aquela semelhante ao modelo racionalista do século XVIII ou a história natural das instituições com as descrições

das “vidas ilustres”. No entanto, era a construção de uma consciência atenta às inúmeras formas de organização da sociedade (comunidades, raças, nações) “que têm antes cultura do que civilizações, que secretam uma individualidade peculiar, uma identidade, não de cada indivíduo, mas do grupo específico, diferenciado de quaisquer outros” (GUINSBURG, 2013, p.15).

Revestidas de cor local, as realidades que os românticos buscavam atingir tinham o objetivo de traçar a trajetória de cada povo, de um país ou de uma nação, chamando atenção para as particularidades e os “coloridos nacionais”. Não perdendo essa “paramentação romântica” (GUINSBURG, 2013 p. 18), romancistas como Balzac e Stendhal desdobram uma forma de escrita mais colada aos acontecimentos, com objetivos de desvendar fatos, impulsos no contexto do imprevisível de alta complexidade, no mundo da sensibilidade, da imaginação, aspectos que vinham sendo entendidos como parte integrante da realidade social.

Com o surgimento do realismo moderno essa mudança foi efetiva. A tendência que trouxe para o mundo literário um tratamento narrativo mais sério para o cotidiano, fez com que as camadas humanas consideradas socialmente inferiores passassem a ser objetos de representação. Segundo Auerbach, na França esse movimento foi de grande importância, pois trouxe para o corpo da literatura uma visão moderna da realidade, modificada com as novas transformações (AUERBACH, 2013, p. 440).

Essa exigência de maior veracidade na ficção fez com que a narrativa observasse a natureza humana como fruto das transformações históricas, diferenciada pelas construções do tempo e do espaço. A partir desse paralelismo entre romantismo e realismo, observamos que o gênero do romance começa a ganhar novos traços. A própria concepção que Balzac tinha sobre esse modelo é exemplo disso. Como afirmou Auerbach, Balzac acreditava que o romance, inclusive o de costumes, poderia ser encarado como um modelo de história e de filosofia que atenta ao mundo real poderia estar além das estruturas literárias (AUERBACH, 2013, p.436).

## **2 | DESENVOLVIMENTO**

### **2.2 Gênero aberto à perspectiva do autor: o romance como espelho da sociedade**

Criador do romance de costumes, Balzac encarregou à sua escrita um verdadeiro “laboratório experimental” fortalecido pela experiência, não muito positiva, como auxiliar de tabeliões em um cartório na Capital e como impressor e tipógrafo provinciano. Operando nestas duas profissões ganhou conhecimento sobre os detalhes das formalidades e regulamentos da jurisprudência francesa. Além de captar a enorme influência que as editoras tinham na coordenação de múltiplas atividades industriais no ramo literário. Isso o auxiliou na formação de uma visão mais apurada sobre o romance, fazendo com que rompesse com os impasses e as imperfeições do gênero (RÓNAI, 2012).

Não podemos esquecer que a maior influência sobre a escrita balzaquiana, no que consistem às formulações do romance, veio das produções do romancista escocês Sir Walter Scott<sup>3</sup> que criou o romance histórico pautado na investigação de documentos e a descrição de cenários memoráveis. Suas obras serviram de modelo para Balzac, principalmente no que consiste na estratégia do escocês em adicionar a vida dos seus personagens um ambiente de verossimilhança. Para Balzac, Walter Scott elevou o valor histórico e filosófico no romance, abrindo espaço para a oportunidade do surgimento de uma narrativa que pudesse pintar a vida social. Introduziu na obra a junção do maravilhoso com o verdadeiro, fazendo com que a poesia tivesse uma roupagem mais real, aproximando-a das linguagens mais humildes (“Prefácio à Comédia Humana”, 2012, págs.106-107).

Balzac considerava a construção do romance histórico como uma forma de apresentar a história. Para Maria Inês C. Arigoni (2015), a estrutura dos romances balzaquianos trazia em seu cerne a ideia de que a história era uma moldura fundamental para a construção do personagem e para expressar as estruturas do mundo. O romance, tendo essa liberdade de diálogos com diferentes discursos científicos deveria ser melhor que a história, mesmo não tendo a pretensão em representar o que verdadeiramente ocorreu.

Todavia, o gênero não deixa de ser verdadeiro nos pormenores. Prosseguindo por uma denúncia contra os postulados da historiografia marcante da sua época “com secas e enfadonhas nomenclaturas dos fatos denominados *históricos*” (“Prefácio à Comédia Humana”, 2012, p. 105), o literato francês sente-se animado pelo esforço do escritor escocês que coloca na sua obra o espírito dos tempos antigos. Assim, Balzac demonstra a importância das formulações de Walter Scott ao seu próprio modelo de interpretação que condizia em dar vida às paixões humanas, e que não eram tão bem exploradas por Sir Walter Scott, como afirmava o literato. Apesar disso, seu objetivo literário se tornou ousado, em certa medida, pois procurava ultrapassar a construção iniciada por Walter Scott.

Mas, tendo antes achado seu feito ou no ardor do trabalho, ou pela lógica desse trabalho, do que propriamente imaginado um sistema, não pensou em ligar suas composições umas às outras com o fim de coordenar uma história completa, da qual cada capítulo formasse um romance e cada romance uma época. Ao perceber essa falha de ligação, que, aliás, não diminui a grandeza do escocês, vi ao mesmo tempo o sistema favorável à execução de minha obra e a possibilidade de executá-la (“PREFÁCIO À COMÉDIA HUMANA”, 2012, págs. 107-108).

### 2.3 A “Unidade de composição orgânica” e a relação de Balzac com as ciências naturais

Impregnado pelas teorias da história natural e pelos estudos de pensadores

---

3 Sir Walter Scott (1771-1832) nasceu na capital da Escócia em Edimburgo, foi o verdadeiro criador do romance histórico. Entre algumas das suas obras, *Ivanhoe* (1819) pode ser considerada a mais famosa.

místicos<sup>4</sup>, o escritor era adepto do que entre os naturalistas era conhecido como a “unidade de composição orgânica”. As descrições literária e jornalística de Balzac estiveram influenciadas por esta noção divulgada pelo biólogo francês Étienne Geoffroy Saint- Hilaire<sup>5</sup>, que o auxiliou a interpretar as vicissitudes da natureza humana e sua relação com o meio social.

Fundador da anatomia comparada e da paleontologia, Saint Hilaire sustentava a importância dos postulados da filosofia natural especulativa. Afirmava que existiria entre as plantas e os animais um tipo de organização comum, no seu plano geral, de existência na natureza. Transportado por Balzac dos planos das ciências naturais para os estudos de costumes da sociedade humana, essa noção é apresentada como uma forma de apresentar os estados das coisas, de maneira sugestiva, por meio de unidades orgânicas que estariam estruturadas através de uma relação harmônica entre os indivíduos e o meio ao qual viviam (AUERBACH, 2013, p. 424).

Balzac ficou tão impressionado com esse modelo de análise das ciências naturais, que na sua lista de preferidos tinha espaço para Cuvier, Leibniz, Charles Bonnet, Spallanzani, Müller, Gall e Lavater<sup>6</sup>. Para se ter ideia da tamanha influência que as formulações naturalistas tinham na concepção de mundo do autor, Balzac transformou o seu conjunto de textos literários em algo parecido com o conjunto sobre zoologia que foi produzido pelo conde de Buffon<sup>7</sup> publicado entre 1749 e 1789, composto por mais de 36 volumes sobre História Natural. Balzac acreditava que era possível realizar uma composição semelhante ao naturalista, que abarcasse detalhes sobre os costumes, a vida individual, material e a atmosfera moral presente na sociedade. “Não transforma a sociedade o homem, segundo os meios em que se desenvolve sua ação, em outros tantos indivíduos diferentes, à semelhança das variedades em zoologia?” (“Prefácio à Comédia Humana”, 2012, p. 103).

Para o literato, o “criador” tinha servido de apenas um único padrão para a organização de todos os seres. E tratando inicialmente das questões que eram associadas ao mundo da zoologia, Balzac incluía o animal como exemplo de ser vivo transformado pelo meio, limitado por assim dizer, pela sua natureza já que mantinha

4 *Emmanuel Swedenborg* (1688-1772) naturalista e mineralogista sueco adepto da teosofia e do misticismo. Segundo Paulo Rónai, a mãe de Balzac foi leitora assídua da obra de Swedenborg. *Saint-Martin* (1743-1803) adepto do misticismo de Emmanuel Swedenborg, percorreu vários países para propagar esta doutrina mística em combate ao sensualismo e ao materialismo.

5 Étienne Geoffroy Saint- Hilaire (1772-1844), foi naturalista e zoólogo francês. Durante a sua atuação se envolveu numa polêmica científica com *Georges Cuvier* (1769-1832) que combate fortemente as suas teorias. Esta polêmica envolveu considerável interesse de outros literatos da época como Goethe e o próprio Balzac.

6 *George Cuvier* (1769-1832) naturalista francês; *Gottfried Wilhelm Leibniz* (1646-1716) cientista e matemático alemão; *Charles Bonnet* (1720-1793) adepto da filosofia especulativa depois de ter abandonado o misticismo; *Lazzaro Spallanzani* (1729-1799) fisiologista e estudioso das ciências naturais; *Hans Peter Müller* (1801-1858), médico e fisiologista; *Franz Josef Gall* (1758-1828) fisiologista e filósofo alemão, fundador da ciência da frenologia e *Johann Kaspar Lavater* (1741-1801) inventor da fisiognomia, ciência de julgar o caráter das pessoas pelas expressões faciais.

7 *Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon* (1707-1788) foi um naturalista, matemático e escritor francês. As suas teorias influenciaram duas gerações de naturalistas, entre os quais se encontram Jean-Baptiste de Lamarck e Charles Darwin.

o ritmo de vida semelhante em todos os tempos.

Neste aspecto, de acordo com as estratégias de organização, a sociedade e a natureza se assemelhavam. Através das analogias biológicas, Balzac construiu suas formulações acerca da sociedade humana, apontando que as diferenças entre os tipos sociais, os destinos, as mudanças comportamentais, o vestuário, as atitudes estariam ligadas como unidades orgânicas ao meio estruturante da vida em sociedade. Como uma descrição sugestiva, o estado das coisas sociais passou a ser encarado como apreensíveis de interpretação, onde havia a atuação de dispositivos organizacionais que davam continuidade às relações e à permanência da sociedade.

Em um trecho do *Tratado da Vida elegante: ensaios sobre moda e mesa* (1830-1833), notamos a descrição do literato profundamente ligado a esse mundo de teorias naturais. Esses artigos, que foram publicados na época em que o autor atuava assiduamente como jornalista, nos mostra como antes mesmo de Balzac pensar em construir *A Comédia Humana* e de publicar alguns dos seus principais romances, essas ideias já lhes eram familiares.

A vida exterior é uma espécie de sistema organizado que representa um homem tão exatamente como as cores do caracol se reproduzem em sua concha. Assim, na vida elegante tudo se encadeia e se comunica entre si. Quando o sr. Cuvier apercebe-se do osso frontal, maxilar ou crural de algum bicho, daí não induz toda uma criatura, seja ela antediluviana, e não reconstitui logo um indivíduo classificado, seja entre os sauros ou os marsupiais, seja entre os carnívoros ou os herbívoros?... Nunca esse homem se enganou: seu gênio lhe revelou as leis unitárias da vida animal (BALZAC, 2016 p. 58).

Essa obra jornalística composta por doze tipos de exposições interpretativas traz para o debate questões sobre a conformação do espírito, das classes sociais, do movimento, da utilidade dos apetrechos e suas funções na cidade urbanizada. A primeira parte foi publicada com o título *o Tratado da vida elegante: ensaios sobre a moda e a mesa*<sup>3</sup> na revista *La Mode*, nos dias 2,9,16, 23 de outubro e 6 de novembro de 1830.

Segundo Rosa Freire D´Aguiar (2016), esses trabalhos jornalísticos de Balzac nos apresentam um conjunto de questões que definem muito bem a sua escrita. Percorrendo os espaços sociais como a rua, os arrabaldes, os salões da alta sociedade, a vida boêmia, as casas dos operários e dos burgueses, esta investigação jornalística balzaquiana pretende estabelecer a conformação da origem, da institucionalização e das principais características da “vida elegante”. Além disso, tem como objetivo desvendar as razões do movimento profundo da sociedade moderna. “Pois os princípios segundo os quais se conduzem e vivem as pessoas que têm talento, poder ou dinheiro, jamais se assemelharão aos da vida vulgar. E ninguém quer ser vulgar!... A vida elegante é, pois, essencialmente a ciência das maneiras” (BALZAC, 2016, p. 37).

Os aspectos gerais, frívolos, secundários são os verdadeiros agentes da



sociedade se for considerar a maneira de análise empreendida por Balzac. Preocupado com as disposições que o mundo moderno imprimiu na vida da sociedade francesa e a importância que foi dada às coisas da aparência, suas fisionomias, à análise dos detalhes feita pelo literato pretende interpretar as disposições morais através da forma como os indivíduos se expressam e se comportam durante as relações sociais. Os detalhes da personalidade, das perspectivas, intenções e até mesmo da profissão estão marcadas secundariamente nas formas de se vestir, de falar, de comer, de pensar, de realizar a toailete e de agir dos agentes humanos com o lugar que ocupam na sociedade.

Coloque aí um cabideiro e pendure roupas! ...Bem. A menos que tenha passeado como um bobo que não sabe ver nada, você adivinhará o burocrata pelo amarrotado das mangas, pela larga risca horizontalmente impressa nas costas por conta da cadeira em que ele se encosta tão frequentemente, enrolando sua pitada de rapé ou repousando dos cansaços da vadiagem. Você admirará o homem de negócios pelo recheado bolso das cadernetas; o flâneur, pelos bolsos deformados, onde costuma manter as mãos; o comerciante, pela abertura extraordinária dos bolsos que vivem desbeijados, como para se queixar de estarem privados dos pacotes habituais. Por fim, um colarinho mais ou menos limpo, empoeirado, gorduroso, surrado, botoeiras mais ou menos gastas, uma aba caindo, a firmeza de uma nova entretela são os diagnósticos infalíveis das profissões, dos costumes e dos hábitos” (BALZAC, 2016, p. 76).

Preocupado com essas expressões comportamentais dos indivíduos, Balzac acredita que a sociedade molda os costumes, interfere na forma dos homens de se relacionarem e cria tipos comportamentais. Assim sendo, o autor estabelece na primeira parte do seu tratado denominado “Generalidades”, que a Revolução foi muito além de uma mudança política e redirecionou a sociedade francesa em todos os seus aspectos. Inclusive criando disposições para a vida social que separam a atuação do trabalho, das questões do pensamento e da vida do talento, a almejada “vida elegante”.

A *vida elegante* repousa, ao contrário, nas deduções mais severas da constituição social. Não é ela o hábito e os costumes das pessoas superiores que sabem usufruir da fortuna e obter do povo o perdão de sua elevação graças aos benefícios espalhados por suas luzes? Não é ela a expressão dos progressos feitos por um país, já que representa todos os seus gêneros de luxo? Por fim, se ela é o indício de uma natureza aperfeiçoada, todo homem não deve desejar estudá-la e flagrar seus segredos? (BALZAC, 2016, p.44).

[...] É um tato sofisticado, cujo exercício constante é a única maneira capaz de fazer descobrir de súbito as relações, prever as consequências, adivinhar o lugar ou o alcance dos objetos, das palavras, das ideias e das pessoas; pois, para resumir, o princípio da vida elegante é um pensamento elevado de ordem e de harmonia destinado a dotar as coisas de poesia (BALZAC, 2016, p.43).

Fisionomias. Ideias. Princípios. Ordem. Harmonia. A sociedade constrói todas essas possibilidades. Com uma pretensão à descrição naturalista, o formato do tratado composto por aforismas, máximas, “fisiologias”, apresenta uma preocupação



com a educação dos indivíduos modernos e burgueses que precisaram se acomodar às novas reivindicações da vida em sociedade. Com isso, a obra balzaquiana pode apresentar aspectos parecidos com os códigos de boas maneiras, elucidando condutas positivas ou negativas de acordo com a moda e com a elegância (d'AGUIAR, 2016).

Desnaturalizando a vida comum, o cotidiano, o literato sugeriu que a descrição material encontraria certo tipo de ligação com a atmosfera moral. Segundo Carlo Ginzburg (2007), os traços românticos de Balzac estiveram próximos ao que historiador denominou de uma “atitude historicista”, mostrando que as múltiplas formas culturais de um momento estariam unidas por uma coerência subterrânea, que deveriam ser desvendadas pelo estudo científico.

A composição de uma história dos costumes, esquecidas pelos historiadores na visão do literato, esteve associada a esse plano, de resgatar os caracteres múltiplos e homogêneos que dão vida aos fatos e às paixões no interior das experiências conformadas pela sociedade francesa. Influenciado pelo desejo em realizar uma análise comparativa entre “a humanidade e a animalidade” (“PREFÁCIO À COMÉDIA HUMANA”, 2012, p.101), Balzac amplia as estruturas da obra literária, sobretudo o romance. E esse tipo de descrição é uma estratégia narrativa muito frequente no romance *Ilusões Perdidas*. Abaixo, observamos um exemplo de descrição nesse modelo:

Jerônimo Nicolau Séchard havia trinta anos usava o famoso tricórnio municipal, que, nalgumas províncias, ainda se encontra à cabeça do tamboreiro da cidade. O colete e as calças eram de veludo verde; vestia um velho redingote castanho, meias variegadas de algodão e sapatos com fivela de prata. Tais vestes burguesas mal disfarçavam o operário e condiziam tão bem com elas; não se poderia imaginá-lo sem elas tal como não se concede uma cebola sem casca (BALZAC, 1981, p.17).

Considerada uma das obras primas do literato, *Ilusões Perdidas*, pode ser analisada como um típico romance de costumes, publicado na França entre os anos de 1837 a 1843. Nele, Balzac trabalhou, por assim dizer, quase toda a sua vida, ou pelo menos a maior parte da sua carreira. Para alguns, Lucien Chardon de Rubempré, protagonista do romance, pode ser considerado como uma das criações mais completas do literato. Esse romance faz parte da galeria de *A Comédia Humana* que Balzac denominou como os “estudos de costumes”.

Trazendo em sua centralidade a trajetória de vida do jovem provinciano Lucien Chardon de Rubempré, *Ilusões Perdidas* resgata através da justaposição de ambientes bastante complexos da sociedade francesa: a província – protagonizada por Angoulême – e a capital parisiense, uma representação da realidade cotidiana e dos costumes franceses que circulavam durante a Restauração monárquica (1814-1830). Para isso, o personagem principal, percorre caminhos simbólicos por meio da narrativa representando um tipo social francês encantado com as oportunidades do mundo moderno. Da província à capital, Lucien encontra desde aventuras até ilusões, entrou em contato com diversos “mundos” sociais desde operários, aristocratas,

jornalistas, tipógrafos, poetas e entre outros.

Apresentado como filho de um farmacêutico e de uma parteira da província de Angoulême, Lucien Chardon de Rubempré vive desencantado com a sua realidade interiorana e busca romper definitivamente com as limitações que o cercam. Incentivado por familiares e pelo melhor amigo David Sechárd, que acreditam no talento do jovem, Lucien provido da sua inteligência, dirige-se à capital parisiense para conquistar riqueza e prestígio no meio literário. Com o apoio da Senhora de Bargeton, uma aristocrata da província com quem mantém relações afetuosas, passa a frequentar outra parte da esfera social considerada um lugar daqueles que possuem belas maneiras. Lucien que vê essa relação como uma grande oportunidade, acaba entrando em contato com a pequena nobreza provinciana que, diferente dos costumes parisienses, representa “uma prataria de velho estilo, enegrecida, mas pesada” (BALZAC, 1981, p.37). Esse contato o leva a desenvolver pretensões maiores. Não podemos esquecer que o momento ao qual Balzac reflete a trajetória de Lucien, entre os anos de 1821 a 1830, a França vivia um cenário caótico, onde os adeptos da Restauração tentavam a todo momento sobreviver às transformações modernas.

Delineando a posição da nobreza na França e dando-lhe esperanças que não se poderiam realizar sem um transtorno geral, a Restauração aumentou a distância moral que separava, mais fortemente que a distância local, Angoulême do Houmeau. A sociedade nobre, unida então ao governo, tornou-se ali mais exclusivista que em qualquer outro lugar na França. O habitante do Houmeau parecia-se muito a um pária. Daí procederam aqueles ódios surdos e profundos que deram espantosa unanimidade à insurreição de 1830 e destruíram em França os elementos de um estado social durável. A arrogância da nobreza da corte desafeiçoou do trono a nobreza da província, tanto quanto esta dele afastava a burguesia ferindo-lhe todas as vaidades (BALZAC, 1981, p.30).

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste interim, observamos que o romance durante o século XIX foi um gênero susceptível às rápidas mudanças que modificavam o mundo. O aumento populacional, o surgimento da economia monetária, a ascensão da classe burguesa gerou questionamentos em relação à natureza humana e aos contornos da modernidade. A consequência das atitudes objetivas “reivindicadas” pela economia monetária fez com que os lugares sociais se tornassem campos férteis para a competição e os conflitos de interesses. As conformações políticas, sociais e econômicas contribuíram para que essas questões fossem canalizadas pelo enredo dos romances.

Como muitos em sua época, que estavam influenciados pelas novas tendências românticas que realçaram a produção de romances históricos e realistas, Balzac via na ação da escrita literária um espaço de atividade social, disposto a questionar a essência da vida e suas vicissitudes. Reconfigurando o real, o romance poderia desvendar a totalidade da vida e o seu desespero e embriaguez (AUERBACH, 2013). A partir de uma caracterização individualizada, a narrativa forneceria uma representação

dos traços fundamentais dos destinos e da formação da psicologia do personagem.

Assim, tendo em vista esta análise apresentada, podemos afirmar que Literatura e História são formas diferentes de apreensão do mundo real. Hoje, devido às grandes transformações que os postulados normativos da história enfrentaram, sabemos que existe uma possibilidade de ligação entre a prática e escrita histórica com a narrativa literária, e conseqüentemente, a aceitação no campo científico de que a ficção pode conter, em alguma medida, fragmentos da realidade. Historiadores até então preocupados com as formulações narrativas destes dois discursos recuperaram um debate que pode ser encontrado no século XIX.

Portanto, nestes dois textos balzaquianos podemos observar um possível projeto de escrita historiográfica. Para o autor, a história era uma descrição das singularidades de um povo e de uma época através do esforço em delimitar as especificidades de um contexto social. E na sua concepção, os estilos de escrita literária, jornalística e historiográfica estariam em constante relação.

## REFERÊNCIAS

ARIGONI, M. Inês C. “**Honoré de Balzac: Diálogos entre a escrita cotidiana e a literatura**”. Terra roxa e outras terras- Revista de Estudos literários. Londrina: Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina, vol. 30, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/terraroxa/article/view/25264>

AUERBACH, Erich. “Na mansão de La Mole”. In: **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 6º Ed. São Paulo: Perspectiva.

BALZAC, Honoré de. **Ilusões Perdidas**. Tradução de Ernesto Pelanda e Mário Quintana. Nota introdutória de Paulo Rónai. São Paulo: Abril Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. “Prefácio à Comédia Humana”. In: **A Comédia Humana: estudos de costumes: cenas da vida privada**. Orientação, introdução e notas de Paulo Rónai. Tradução de Vidal de Oliveira; 3º ed. São Paulo: Globo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Tratado da vida Elegante. Ensaios sobre a moda e a mesa**. Organização, apresentação, tradução e notas de Rosa Freire D’Aguiar. 1º ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

GINZBURG, Carlo. “A áspera verdade – Um desafio de Stendhal aos historiadores”. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GUINSBURG, James. “Romantismo, Historicismo e História”. In: **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LEFEBVRE, George. “Definições e problemas de base”; “O romance histórico”. In: **O nascimento da moderna historiografia**. Tradução de José Pecegueiro. 1º ed. Lisboa: Sá da Costa editora, 1981.

RIBEIRO, Rosária Cristina Costa. “Alguns fundamentos do romance histórico”. In: **A espacialidade no romance histórico francês no século XIX: Balzac, Hugo e Elémir**. Tese (Doutorado em Estudos Literários) USP- Faculdade de Ciências e Letras, 2013.

RÓNAI, Paulo. “A vida de Balzac, por Paulo Rónai”. In: **A Comédia Humana: estudos de costumes: cenas da vida privada**. Orientação, introdução e notas de Paulo Rónai. Tradução de Vidal de Oliveira; vol.1, 3º Ed. São Paulo: Globo, 2012.

## A FEBRE AMARELA NO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, CIÊNCIA E LITERATURA

**Cláudia Santos Turco**

Universidade Federal do Rio de Janeiro –  
Programa de História das Ciências e das Técnicas  
e Epistemologia

**Eduardo Nazareth Paiva**

Universidade Federal do Rio de Janeiro –  
Programa de História das Ciências e das Técnicas  
e Epistemologia

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo discutir os entrelaçamentos entre ciência e produção cultural. Para isso, volta seu olhar para a febre amarela, no período entre o final do século XIX e início do século XX e analisa o romance *Lucíola*, de José de Alencar; uma marchinha de carnaval de 1904 de autor desconhecido; e um conto de Coelho Neto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Febre amarela, história, literatura.

**ABSTRACT:** This work aims to discuss the entanglements between science and cultural production. In order to do so, it turns its attention to the end of the XIX century and the beginning of the XX century. and the analysis of José de Alencar novel *Lucíola*; an anonymous author carnival song of 1904; and a Coelho Neto shorttale.

**KEYWORDS:** Yellow fever, history and literature.

### 1 | INTRODUÇÃO

Uma epidemia é um fenômeno que contém uma carga de dramaturgia. Inicia em determinado tempo e local e, como se estivesse seguindo um roteiro. Cresce e, após um período de negação, se revela em crise coletiva e individual; depois se encerra. Assim, mobiliza comunidades para a ação, explicita valores sociais; cada sociedade constrói suas respostas. Cientistas se mobilizam para encontrar explicações e estratégias de combate, enquanto as consequências da doença e muitas vezes das medidas para seu controle se refletem na produção cultural de uma época. No entanto, a própria construção da ciência, fruto de práticas cotidianas de cientistas, está situada histórica e geograficamente, o que se evidencia mais em momentos de controvérsia, nos quais muitas vezes ocorre uma disputa de diferentes estilos de pensamento.

Este trabalho busca capturar através de manifestações culturais a teia de relações, as texturas e percepções sobre a febre amarela e seu combate no Rio de Janeiro. O período selecionado está entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX; período no qual surgiram controvérsias sobre a forma de transmissão da febre amarela e no qual se estabilizou o *Aedes aegypti* (*Stegomyia fasciata*)

como vetor. As consequências deste consenso acarretaram mudanças intensas nas ações públicas, na vida cotidiana das pessoas e na própria percepção da doença.

Traremos narrativas nas quais a febre amarela é incorporada, ou não, como elemento central. Nestas obras, as dimensões de vivência da febre amarela no cotidiano são abordadas; estas vão do drama individual até mesmo a um diálogo entre um humano e um mosquito sobre as respostas coletivas à doença. A análise realizada busca trazer como, nas narrativas selecionadas, estão refletidos tanto a mudança de percepção da doença e de sua forma de transmissão quanto os elementos e acontecimentos da época.

## 2 | A FEBRE AMARELA E O RIO DE JANEIRO

As primeiras descrições que parecem refletir sintomas de febre amarela datam de meados do século XVII e são provenientes das Américas Central e do Norte. Já na primeira metade do século XIX, epidemias de febre amarela apareciam regularmente no Velho e no Novo Mundo.

A epidemia de febre amarela de 1850 no Rio de Janeiro conta com registro oficial de mais de 4 mil mortos, mas tudo indica que o número foi subestimado. Estima-se que um terço da população da cidade à época contraiu a doença, cerca de 266 mil pessoas. Desde esta epidemia, a febre amarela estabeleceu-se em estado endêmico no Rio de Janeiro, com ocorrência de epidemias regulares (CHALHOUB, 2006; LOWY, 2006).

No período estudado, a febre amarela trazia características que a tornavam uma doença a ser prioritariamente combatida. Suas características epidêmicas, ao contrário de doenças com ocorrência mais estável, a tornavam extremamente visível e causavam constantes embaraços às atividades econômicas. Outra característica da doença é que esta atingia, seletivamente, determinados grupos de habitantes, como imigrantes, viajantes de passagem e tripulantes de navios. Assim além de ser um embaraço para atividades econômicas em geral, a febre amarela ainda afetava diretamente a política de imigrantes (CHALHOUB, 2006; LOWY, 2006).

Podemos estabelecer três períodos diferentes entre 1850 e o início do século XX relativos ao entendimento e às respostas às epidemias de febre amarela. Durante a epidemia de 1850 e até os anos 1870, segundo Chaloub (2006), havia enorme dificuldade no estabelecimento das causas da epidemia e conseqüentemente em chegar a um consenso sobre medidas para seu controle. O principal debate de então ocorreu entre os contagionistas e os infeccionistas. Os contagionistas acreditavam que a febre amarela era transmitida de pessoa para pessoa ou através do contato com objetos utilizados pelo doente. Assim, suas propostas para controle de epidemias estavam focadas na quarentena de navios e no isolamento dos doentes em hospitais distantes da cidade. Já os infeccionistas acreditavam que as epidemias eram

causadas por miasmas, ou seja, pela ação de substâncias animais e vegetais em putrefação que se disseminavam pelo ar. Dessa forma, os infeccionistas propunham medidas relacionadas à transformação das condições ambientais da cidade como meio de impedir as emanções miasmáticas.

A partir de 1870, com a teoria microbiana (CHALHOUB, 2006; LOWY, 2006), os pesquisadores passaram a se dedicar à identificação e ao isolamento do agente causador da febre amarela e, ainda, à busca de uma vacina. Mesmo neste período, os bacteriologistas acreditavam que o germe causador da febre amarela cumpria uma etapa de seu ciclo no ambiente, pois parecia haver uma combinação de fatores que causavam a latência em determinados períodos e a virulência em outros. Assim, as medidas de saneamento da cidade constituíam um ponto importante das medidas de controle da doença.

Já no início do século XX, a questão central se deslocou da busca e do isolamento de um agente infeccioso para a descrição do modo de transmissão da doença e foi neste momento que um novo ator passou a ocupar o centro do palco: o mosquito *Stegomyia fasciata*, identificado como vetor intermediário da febre amarela. Ainda no final do século XIX, a noção de hospedeiro intermediário tinha sido trazida à tona em pesquisas sobre malária e filariose.

A hipótese de transmissão pelo mosquito foi inicialmente elaborada em 1881 pelo pesquisador cubano Carlos Finley e estabilizada por experimentos da Comissão Reed também em Cuba, 20 anos depois. As experiências da Comissão confirmaram que a febre amarela no ambiente só pode ser transmitida através da picada do mosquito *Stegomyia fasciata*. A consequência desses resultados foi o estabelecimento de um programa de eliminação dos mosquitos e, a partir de 1901, obteve-se uma rápida queda nos casos de febre amarela em Havana.

Segundo Löwy (2006), essa teoria, por um lado, privilegiou as pesquisas de laboratório como lugar central para a descoberta dos agentes infecciosos e, por outro, incluiu uma abordagem mais ecológica, preocupada com o clima e o ambiente. Assim, os agentes infecciosos poderiam ser estudados em laboratório e os vetores no campo.

### **3 | O ROMANCE “LUCÍOLA” E SEU FOCO NA DOENÇA: UMA PARCERIA ROMÂNTICA**

O romance “Lucíola” (ALENCAR, 2005) é um dos romances urbanos femininos de José de Alencar, de 1862 (SOARES, 2010). Quanto à febre amarela, a doença aparece como um fator que desencadeia tragédias. A protagonista, Lúcia, em consequência da epidemia de febre amarela de 1850 no Rio de Janeiro, torna-se prostituta para salvar sua família. Algumas características sobre a descrição epidemia



de febre amarela de José de Alencar, expressas como relato do passado de Lúcia, refletem o contexto e o entendimento sobre a doença na época e, inclusive, as ideias contagionistas.

No primeiro momento, Lúcia coloca que sua família era recém-chegada do interior e que seu pai viera para trabalhar em obras públicas. Coloca assim uma das características dessa primeira epidemia que afetava mais os recém-chegados à cidade. — Deixamos São Domingos para vir morar na corte; tinham dado a meu pai um emprego nas obras públicas. Vivemos dois anos ainda bem felizes.” (ALENCAR, 2005, p.88)

A virulência da epidemia de 1850 na Cidade do Rio de Janeiro é explicitada quando Lúcia coloca que em sua família quase todos caíram doentes e muitos de seus membros morreram.

— Lembra-se da febre amarela em 1850?(...)

— Foi um ano terrível. Meu pai, minha mãe, meus manos, todos caíram doentes: só havia em pé minha tia e eu. (...)

Para cúmulo de desespero, minha tia uma manhã não se pôde erguer da cama; estava também com a febre. Fiquei só! Uma menina de 14 anos para tratar de seis doentes graves, e achar recursos onde os não havia. Não sei como não enlouqueci. (...)

Meus dois irmãos acabavam de expirar, minha tia entrava na agonia, minha mãe tivera um novo acesso. Felizmente já meu pai estava em convalescença, e saiu para tratar do enterro. (ALENCAR, 2005, p.88-89)

Em outra passagem, o relato da personagem explicita sua dificuldade em obter ajuda relacionada ao medo do contágio pelo contato com os doentes, uma das teorias importantes da época. “Uma vizinha que viera acudir-nos, adoecera à noite e não amanheceu. Ninguém mais se animou a fazer-nos companhia” (ALENCAR, 2005, p.88).

Por fim, o romance reflete as mudanças que a cidade sofreu nas décadas de 1850 e 1860, como a canalização das águas, o início da construção da rede de esgoto e a limpeza urbana.

O romance “Lucíola” apresenta uma abordagem da febre amarela com foco na própria doença e seus efeitos na vida das pessoas. Além de refletir a virulência e o sofrimento causado pela epidemia de 1850, reflete o medo do contágio por meio do contato com doentes.

#### **4 | A MARCHINHA “FEBRE AMARELA” E SEU FOCO NO MOSQUITO: UMA PARCERIA CARNAVALESCA**

Referências aos diferentes aspectos da tecnociência não eram novidade nos carnavais brasileiros do início do século XX. Há relatos de temas como o telégrafo e o sistema métrico em manifestações carnavalescas desde o final do século XIX.

As políticas de saúde pública do início do século XX foram também tema recorrente de marchinhas carnavalescas pois, cada vez mais, faziam parte do cotidiano da população. Campanhas sanitárias para controle de febre amarela, varíola e peste bubônica renderam algumas marchinhas carnavalescas.

No que se refere à febre amarela, em 1904, temos a marchinha “Febre Amarela” (AUTOR DESCONHECIDO), interpretada por Geraldo Magalhães. A letra da marchinha reflete, por um lado, o entendimento da ciência da época sobre as causas e a transmissão a febre amarela e, por outro, os esforços implementados para debelar a doença no Rio de Janeiro. A letra da marchinha inclui os termos científicos da época, citando o mosquito como responsável pela transmissão e demonstrando como seu nome científico da época - *Stegomyia fasciata* - estava disseminado pela população. Demonstra também o conhecimento de que a febre amarela é causada por um micróbio e cita as brigadas de mata-mosquitos e suas estratégias. A letra está parcialmente transcrita abaixo.

Febre amarela  
Hoje em dia em falso rente (?)  
Acabou-se a sua guerra  
Do senhor, seu Presidente  
Não há mais febre amarela  
Entornou-se todo o caldo  
E o mosquito já não grita  
Porque o grande mestre Oswaldo  
Vai dar cabo da maldita  
Foi-se *Stegomyia*,  
Foi de embrulho,  
Foi de embrulho a passeata  
Um manata fez barulho,  
Arrumou-se a grande lata  
Diz o Oswaldo da amarela  
Que lhe tira o seu topete  
Antes de 7 de março  
De 907  
(...)  
Que ela acaba ou não acaba  
Se apertar muito as varetas  
Machucar todo o micróbio  
Eu estou vendo as coisas pretas  
Quero o tal mata-mosquito  
Prá que não se faça feio  
Que se bote (...)  
Que tem mais de metro e meio  
E o *Stegomyia* foi de embrulho  
Foi de embrulho, passeata  
Um manata fez barulho,  
Arrumou-lhe a grande lata  
Diz Oswaldo da amarela

Que lhe tira o seu topete

Antes de 7 de março

De 907

## 5 | O CONTO “PALAVRAS DE UM *STEGOMYIA*” E O MOSQUITO FALANTE: UMA PARCERIA FANTÁSTICA

O conto de Coelho Neto “Palavras de um *Stegomyia*”, publicado em 1904 no livro “A Bico de Pena” (NETO, 1925), é uma obra surpreendente, pois reflete o entendimento da transmissão da febre amarela pelo ponto de vista do mosquito *Stegomyia fasciata*.

Coelho Neto (1864-1934), autor pouco estudado (MENDES & IGNÁCIO, 2018), era um maranhense que foi criado no Rio de Janeiro. Foi um dos autores mais lidos em seu tempo e produziu uma vasta e diversificada obra com peças teatrais, mais de 100 livros e cerca de 650 contos. Sua escrita tem características parnasianas e este seu estilo fez com que fosse alvo de críticas do movimento modernista. Contudo, ao buscar textos do início do século sobre a febre amarela, esse conto de Coelho Neto se destaca, não apenas por incluir em seu texto os entendimentos sobre transmissão e controle de febre amarela da época, mas especialmente pela ousadia da abordagem e pelo enfoque inusitado.

O conto relata o encontro entre um homem e um mosquito *Stegomyia fasciata*. Neste encontro, homem e mosquito negociam um acordo: o homem relata ao mundo a versão do mosquito sobre a febre amarela e, em troca, o mosquito e seus irmãos não picam o homem.

MOSQUITO: Agora, meu senhor, por quem é, defenda-nos, escreva sobre nós (...) Prometo em meu nome e em nome de todos os *Stegomyias* que, se escrever sobre nós, poderá, doravante, dormir sem mosquiteiro, palavra de pernilongo!

HOMEM: E eu, para não ser mordido, prometi ao *Stegomyia* reproduzir as suas palavras e cumpro a minha promessa. (NETO, 260)

O estilo de escrita e a personificação do mosquito trazem um caráter muito diferente às questões levantadas. A relação de igual para igual entre homem e mosquito é colocada no início do texto.

MOSQUITO: — O senhor pôde ouvir-me em particular? Quem lhe fala sou eu, *Stegomyia fasciata*, vulgo pernilongo, um seu criado. (...)

HOMEM: Requestado, com tanta gentileza, pelo *Stegomyia*, não quis ficar por baixo de um reles mosquito e respondi, também fidalgamente

— Pois não, meu amigo, estou às suas ordens. Quer conversar aqui mesmo ou prefere o meu gabinete, mais agasalhado e discreto? (NETO, 254-255)

O conhecimento corrente sobre o mosquito, seu ciclo e seu papel na transmissão da febre amarela é explicitado como fato de conhecimento comum da população.

MOSQUITO: O mosquito transmissor da febre amarela, muito comum nas nossas habitações, é o *Stegomyia fasciata*, conhecido geralmente pelo nome de — mosquito ou pernilongo rajado. (NETO, 257)

E aí se faz a grande reviravolta. O mosquito que seria nosso inimigo e responsável pelas epidemias de febre amarela apresenta o homem como inimigo implacável e brutal.

MOSQUITO: — Meu amigo, já que sabe o meu nome, quero que também saiba onde nasci e o que faço neste ingrato mundo, onde só podem viver em paz os grandes. (...) Nasci numa gota d'água, eu e mil e tantos irmãos que andam soltos por esses ares. Não conheci meus pais. Logo que senti forças para voar deixei a gota d'água, subi ao macio espaço e compreendi imediatamente que o homem era o meu pior inimigo (...). (NETO, 255-256)

MOSQUITO: O grande crime: chupar um pingo insignificante de sangue, muitas vezes bem ordinário (NETO, 256)

MOSQUITO: Os nossos filhos — e dizem que os homens são humanos! — não chegam, muitas vezes, a ver a luz do sol — matam-nos ab-ovo : despejando as tinas, estancando as poças, não deixando água, nem mesmo nos jarros, só para que não tenhamos lugar para a criação da prole. É justo? (NETO, 256)

E o mosquito vai além. Discorda das conclusões dos homens da ciência e coloca que, se os mosquitos possuíssem laboratórios, testariam o sangue dos humanos antes de bebê-lo.

MOSQUITO: E por quê? Porque uns sábios afirmaram que os transmissores da febre amarela somos nós. Ora, francamente, ou tais sábios não enxergam uma polegada adiante do nariz (...) (NETO, 257)

MOSQUITO: Porque não cuidam os homens de purificar o sangue? (...) Não — o mosquito não transmitiria a febre amarela se a não encontrasse no sangue. (NETO, 258)

MOSQUITO: Se tivéssemos um laboratório de análises os amarementos podiam ficar descansados porque não lhes iríamos à pele (...) (NETO, 259)

A fábula de Neto demonstra como os conhecimentos científicos e as estratégias sanitárias de controle da febre amarela estavam amplamente em debate na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX. A novidade da abordagem do autor é sua irreverência ao tratar como vítima aquele que todos consideravam como algoz, como inimigo.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oposição entre ciência e arte é parte do paradigma moderno, mas este trabalho buscou encontrar relações que acabaram se configurando como relações de parceria, entre a história, a literatura, a música, a saúde pública e a tecnociência. Estas podem contar com diferentes mecanismos e métodos de produção, contudo todas são

práticas humanas, imbricadas em seus contextos de época. Assim, a utilização da produção cultural de uma época como fonte histórica pode contribuir para refletir, por um lado, a intromissão da tecnociência na arte e no saber das pessoas leigas e, por outro, as posições críticas, explícitas através da produção cultural, com relação aos saberes e estratégias da tecnociência da época. Consideramos que, embora muitas vezes inusitadas, essas relações de parceria entre esses saberes e essas práticas, repletas de historicidades e de heterogeneidades, podem se candidatar a receber a palavra mestra do gênero histórico: “interessante” (VEYNE, 2014:51-52).

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Lucíola**. [S.l.]: Positivo, 2005. 105 p. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/classicos/obras/Luciola.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

AUTOR DESCONHECIDO. **Febre Amarela**. Disponível em: <http://quemfoiqueinventouobrasil.com/album/capitulo-1/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CHALHOUB, Sydney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 2006. 254 p.

COSTA, Marcos Rogério Martins; COELHO, Patrícia Margarida Farias. Lucíola e Senhora de José de Alencar Agon, n.5, abril-junho, 2015.: um estudo interdisciplinar das faces sociais da personagem feminina no século 19. **Agon**, [S.l.], n. 5, p. 5-43, abr. 2015. Disponível em: <<http://agon.unime.it/files/2015/08/0501.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

LOWY, Ilana. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 428 p.

MENDES, Rafael Ferreira Campos; IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. Entre dois modus vivendi: arcaísmo e modernidade em Turbilhão, de Coelho Neto. In: Seminário de Iniciação Científica, VIII., 2010, UEG. **Anais do VIII Seminário de Iniciação Científica e V Jornada de Pesquisa e Pós-Graduação UEG**. Goiás: UEG, 2010. p. 1-16. Disponível em: <[http://www.prp2.ueg.br/sic2010/apresentacao/trabalhos/pdf/linguistica/seminario/entre\\_dois\\_modus\\_vivendi.pdf](http://www.prp2.ueg.br/sic2010/apresentacao/trabalhos/pdf/linguistica/seminario/entre_dois_modus_vivendi.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2018.

NETO, Coelho. **A bico de pena: fantasias, contos e perfis**. 3. ed. Porto: Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Ltda, 1925. 342 p. Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37120>>. Acesso em: 02 abr. 2018

ROSEMBERG, Charles. **Explaining epidemics and other studies in history of medicine**. New York: Cambridge Press, 1992. 357 p.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Nos caminhos da pena de um romancista do século XIX: o Rio de Janeiro de Diva, Lucíola e Senhora. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 195-209, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a11v3060.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, Editora Universidade de Brasília, 4ª edição. Brasília, 2014.

## A FILOSOFIA E A FORMAÇÃO DO HOMEM CONSCIENTE DE SI: ANÁLISE DO O CONTRATO SOCIAL E DO EMÍLIO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

### Edson de Sousa Brito

Universidade Federal de Jataí, Faculdade de Educação, Jataí-GO.

### Vanessa Aparecida Bernardes de Souza

Universidade Federal de Jataí, Faculdade de Educação, Jataí-GO.

### Tiago Carvalho Lombardi Tosta

Universidade Federal de Jataí, Faculdade de Psicologia, Jataí-GO.

**RESUMO:** Este artigo tem como intenção trabalhar a formação do homem político em Rousseau. Investigando o processo pelo qual se dá a criação da sociedade em que este homem vive, explora-se por quais meios ele deixa o estado natural para entrar em comunhão com seus semelhantes e assim dar início à vida social. Neste novo percurso o homem cede a sua liberdade em troca da segurança que a união do grupo oferece contra as forças nocivas da natureza. Para tanto, o homem nega o que naturalmente é para tornar-se um homem civil. Porém, o contrato convencionado entre os homens pode surtir efeitos danosos para os mesmos e subjugá-los a situações que corrompem as intenções iniciais pelas quais eles se uniram. Buscando a alforria das forças impassíveis da natureza, encontra a subjugação entre os próprios semelhantes. Com isso vemos nascer a desigualdade social e a alienação

de suas vontades. A sociedade acaba por corromper e desfigurar o homem. Tendo isso em vista, Rousseau propõe a fundamentação e os princípios de um corpo social puro em suas intenções de servir bem a todos os homens e, em seu tratado sobre a educação, expõe de que maneira se poderia educar um cidadão que, bem servido de suas faculdades e cômico de si, submeter-se-ia apenas à própria vontade e cumpriria um papel responsável e consciente em seu meio, tendo em vista a sua emancipação e a de seus convivas. É à formação desse cidadão emancipado que se volta a atenção deste estudo. A pesquisa utilizada foi a bibliográfica se utilizando de análise de vários textos dos principais comentadores do autor genebrino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rousseau; Educação; Consciência.

**THE PHILOSOPHY AND THE FORMATION OF THE MAN CONSCIOUS OF HIM: Analysis of The social contract and The Emile of Jean-Jacques Rousseau.**

**ABSTRACT:** This article intends to work the formation of the politician in Rousseau. Investigating the process by which the creation of the society in which this man lives takes place, one explores by what means he leaves the natural state to enter into communion with his fellows and thus initiate social life. In this



stage that begins for the natural man, life ceases to be nomadic, independent and individual to become sedentary, dependent and collective. In this new course man gives up his freedom in exchange for the security that the union of the group offers against the harmful forces of nature. In order to do so, the man denies what it is naturally to become a civil man. But the contract agreed upon by men can have damaging effects on them and subject them to situations that corrupt the initial intentions by which they came together. Seeking the liberation of the impassible forces of nature, finds the subjugation between the similar ones. With this we see the birth of social inequality and the alienation of their wills. Society ultimately disfigures man and corrupts him to what he has most vile. With this in view, Rousseau proposes the foundation and principles of a pure social body in its intentions to serve all men well, and in his treatise on education he shows us how a citizen could be generated who, well served of his faculties and aware of himself, would submit only to his own will and would play a responsible and conscious role in his environment, in view of his emancipation and that of his guests. It is the formation of this emancipated citizen that turns the attention of this study. The research used was the bibliographical if using of analysis of several texts of the main commentators of the geneva author.

**KEYWORDS:** Rousseau; Education; Consciousness.

## 1 | INTRODUÇÃO

Quando se pergunta sobre o sentido da vida, vê-se indagando sobre o significado de se viver em sociedade e sobre o porquê de se empenhar tanto em uma relação que ao final das contas não parece ser profícua o suficiente para que possa se sentir seguros acerca de nossas vidas e do lugar em que se ocupa no mundo.

Isso advém da desorganização que se encontra na sociedade, visto que esta não respeita os desejos do indivíduo e atropela a sua natureza em nome da prosperidade econômica. Esta sociedade não se caracteriza em uma comunidade onde homem e mulher possam se desenvolver e encontrar sua potência como seres humanos, entrando em consonância consigo mesmos e integrando-se harmonicamente com o meio que o circunscreve. Pelo contrário, ela cerceia o seu vigor e aliena suas vontades, tornando-o mera peça funcional de um sistema que não volta seus objetivos para aqueles que o compõem. Ao invés de servir ao espírito humano, apequena-o e serve-se dele para fins incompatíveis com a realização social que traria um estado de bem-estar e segurança para os componentes da sociedade.

Rousseau defende que o contrato social assinado via convenção, dá-se pela promessa de que essa sociedade tornaria melhor vida dos indivíduos. O homem vivendo em liberdade no estado de natureza, vê-se limitado perante as forças impetuosas desta. Portanto, ao juntar-se a outros homens, sua intenção é a de que esses laços o sirvam para transpor as imponentes barreiras naturais que sobrepujam sua capacidade individual. Mas essa sociedade acaba por se corromper, e antes de

tornar o ser humano mais apto e soberano de seu ambiente, torna-o mais impotente e submisso.

Como é possível que esse infeliz destino recaia sobre tão promissora associação de forças? Como de seres livres e senhores de si, os indivíduos passam para um estado de servidão? No presente estudo se busca as respostas para esse controverso caminho que a humanidade tomou e, em meio a isso, se indica os caminhos apontados por Rousseau que pretendem a inversão desse estado de coisas que reordenaria o homem e a sociedade para o consciente desempenho de seus papéis.

## 2 | O CONTRATO SOCIAL

O que Rousseau pretende ao falar de política com o homem e a mulher da sua época é justamente fazer com que essas pessoas tomem consciência de quem elas são. Para desenvolver esse assunto será analisado o livro *O Contrato Social* de Rousseau, em especial os dois primeiros livros, tendo em vista que eles são de fundamental importância para a compreensão da teoria geral, se assim se pode dizer, do autor estudado. (ROUSSEAU, 1978b)

Portanto o que é necessário traçar ou pesquisar na obra citada acima? A formação do homem para a cidadania. Rousseau defende que o homem deve viver em sociedade? Essa é uma das primeiras perguntas que surge ao estudar o pensamento de Rousseau. Outra pergunta relacionada à anterior se refere ao personagem Emílio e sua formação. Se questiona se o aluno imaginário é educado para a viver na cidade e a resposta se dá pela negativa. Alguns teóricos vão repensar essa visão afirmando que o Genebrino não educa o homem para viver na cidade, ele educa o homem para ser cidadão.

Assim, pode-se dizer que Rousseau não educa o Emílio para viver na cidade ou em ambiente onde não existe a sociedade ou sociabilidade ou algo nesse sentido. Quando o autor escreveu *O Contrato Social* também escreveu dois outros livros (a saber, *O Segundo Discurso* e *Emílio*) para explanar esse assunto. Pode-se dizer que esse assunto se refere à natureza do ser humano. A pergunta de destaque aqui é saber como o homem enquanto ser natural pode negar o que é, e se tornar uma criatura diferente do que vem a ser o homem natural, ou seja, o homem civil. O homem civil pra Rousseau é um ser completamente diferente do homem natural. Para explicar essa diferença ele vai escrever três livros para mostrar como aconteceu a passagem da natureza para o estado civil e nestas obras o autor vai analisar, a todo instante, a problemática do estado civil. (ROUSSEAU, 1978b)

*O Contrato Social*, além de uma crítica à sociedade, indica como deveria ser a nova sociedade na visão do autor estudado. Essa nova sociedade de Rousseau é uma forma de associação quase impossível de ser praticada, podendo ser considerada utópica. Aqueles que estuda essa teoria querendo aplicá-la à realidade atual do estado civil, nas próprias palavras Rousseau, pode ser considerado um tolo.

Assim a teoria do genebrino não deve ser aplicada no sentido de construir uma sociedade Rousseauiana. Tentou-se fazer isso na educação. Sabe-se que há algumas escolas, principalmente nas tendências não diretivas, que seguem a teoria de Rousseau, em especial a questão da formação do homem livre, do cidadão conforme tratado na obra *Emílio*. Entretanto, se esse livro não é um manual que visa a implantação de um sistema de educação, então a pergunta pelo seu objetivo se torna essencial. A teoria educacional de Rousseau pretende ser um parâmetro de análise daquilo que se chama educação em todos os tempos e épocas. A mesma lógica de aplicação da obra *Emílio* deve ser aplicada também à obra *O Contrato Social*, ou seja, essa obra traz em sua teoria um parâmetro que deve ser aplicado para se fazer uma boa análise da sociedade real. Então, pode-se supor que existe a sociedade real e existe o modelo de sociedade ideal que Rousseau propõe no *O Contrato Social* que aqui é entendida como uma hipótese. A sociedade ideal que Rousseau propõe no *O Contrato Social* deve ser considerada uma escala, e que poderia servir de parâmetro para análise de sociedades reais. (FORTES, 1985)

A sociedade que Rousseau vive é a sociedade Francesa. Se fosse possível fazer um exercício de comparação desta com aquela que o autor propõe, onde ela estaria nesta escala? Ao se comparar a sociedade francesa, com todos os seus problemas, esta poderia estar no nível baixo ou alto? Ela precisa melhorar em quais aspectos? Outra pergunta, para entender o livro: porque a sociedade tem que melhorar e não o ser humano? Uma resposta possível, segundo a teoria de Rousseau, é a própria reflexão de que a sociedade não visa o aperfeiçoamento da natureza humana. Ela não leva em conta o que é o ser humano. Na verdade, a sociedade atropela essa natureza e força o ser humano a ser o que de fato ele não é. (MACHADO, 1976)

Assim, para desenvolver esse assunto e entendimento da teoria do autor estudado, se faz necessária a análise, do *O segundo discurso (Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens)* (ROUSSEAU, 1978a), que trata da visão primeira da natureza do homem, *O Contrato Social*, que trata sobre como a sociedade se formou e como ela poderia ter sido se tivesse percorrido outro caminho apostado pelo autor e, por fim, *Emílio*, que trata de como deve ser a formação desse novo cidadão, pra essa nova sociedade. Nesse sentido, *O Contrato Social* não trabalha a educação, mas a política. O que Rousseau propõe nesse contexto é possibilidade do ser humano ser tornar consciente de si (ABBAGNANO, 2000).

Afinal de contas, talvez esse livro não sirva para o regime que o homem vive hoje, a não ser que alguém considere que o homem atual se identifica com o homem do século XVII, XVIII na sociedade francesa, ou seja, que se repetem em tais épocas os enganos, as ideologias, a falta de liberdade e assim por diante. Sejam os desmandos, seja uma soberania ilegítima, ou coisas neste sentido. De certo ponto de vista, esse livro é muito atual, mas depende da postura teórica de cada leitor. Porém, no nosso entendimento, esta teoria ainda tem muito a nos dizer frente aos desafios sociais atuais.

A sociedade foi instituída para os homens e mulheres e não o contrário. E o que acontece na atual sociedade é uma luta interminável pela garantia dos direitos em geral. Para Rousseau, não deveria ser assim. Todos os direitos que o cidadão tem, são garantidos pela própria vontade geral, que por sua vez é legitimada pelos cidadãos. (CASSIRER, 1999).

Portanto, Rousseau escreve *O Contrato Social*, para refletir questões relevantes em sua época como, por exemplo, o problema da legitimidade do Estado, da identidade dos cidadãos, do problema relacionado aos direitos e deveres pactuados no contrato social.

Assim, na primeira frase da obra *O Contrato Social*, o autor afirma o seguinte, (1978b, p. 21) “indagando se pode existir na ordem civil, alguma regra de administração legítima e segura tornando os homens como são e as leis como podem ser”. Ao pensar sobre os Estados modernos atuais, pode-se dizer que essa questão é muito discutida e talvez não se tenha muitas dúvidas sobre a legitimidade dos mesmos. Mas a questão fica mais clara quando se aplica à legitimidade da monarquia francesa na época do autor.

A legitimidade do governo monárquico era fundamentada, especialmente, pela teoria de Grothius, onde aponta para a vontade divina na escolha dos reis e sobre o direito divino dos reis para governar o estado. Aqui não será tratado sobre essa teoria tendo em vista nossa preocupação com os fundamentos do estado moderno, porém a questão é que basicamente o autor vai desconsiderar ou desconstruir essa argumentação, dizendo que a sociedade não foi constituída por um pacto entre os governos e os governados, mas o pacto se deu a partir de uma evolução histórica da sociedade onde governados e governantes estabeleceram pactos sociais. Esse pacto social foi estabelecido de uma maneira a denegrir e a subjugar o governado em prol do governante e dos seus interesses.

Nesse caso, o contrato não tem legitimidade. Ainda sobre a legitimidade contrato, o autor aponta outra reflexão sobre a natureza do contrato. Segundo sua argumentação o contrato é um objeto composto de regras onde as partes, governantes e governados, tem direitos e deveres. Quando uma das partes deixa de cumprir o que lhe é obrigatório o contrato pode ser rescindido. Nesse caso, o contrato que o povo tinha com os reis da França estava quebrado há muito tempo. Neste contexto de questionamento da legitimidade política dos governantes se desencadeou a revolução francesa. (MACHADO, 1968)

O contrato social tem legitimidade somente se for voltado para governar os homens em sociedade de forma a lhe garantir o desenvolvimento de suas potencialidades e a preservação de sua natureza primeira. O entendimento desta natureza primeira se dará mediante a análise do homem primitivo. Assim momento Rousseau vai empreender uma busca pelo primeiro homem, o homem natural, discorrendo sobre suas características. Para destacar essas características naturais, se nota na obra *O Segundo Discurso* constantes comparações entre o homem natural

e o homem civil

Nestas comparações o homem civil é semelhante à estátua do deus Glauco que estava à beira mar e que ficou desfigurado pelas ondas que batia nela e pelo acúmulo de musgos e de plantas marinhas. Ao se olhar para aquela estátua não era possível saber se ela era a imagem de um deus ou se era de uma besta. Ou seja, se ele é uma fera ou se ele é um ser divino. O mesmo acontece com o ser humano em sociedade. Não se consegue mais saber como era ser humano em sua origem de acordo com o autor. (ROUSSEAU, 1978b)

O homem nasce livre e por toda parte encontra-se a ferros, o que crê o senhor dos demais não deixa de ser mais escravos do que eles, como a direito a mudança, ignoro se ele não sabe dizer como passamos do estado de liberdade para o estado de escravidão. O que poderá legitimar essa mudança para eu poder resolver essa questão (ROUSSEAU, 1978, p 22).

O que pode legitimar justamente essa passagem da liberdade para a escravidão? O homem e a mulher podem deixar de ser livres para se tornar escravos? Neste contexto o autor trabalha o tema do nascimento da sociedade e começa a se perguntar qual é a origem da mesma.

Assim, quanto a questão da sociedade, ele afirma que “a sociedade mais antiga de todas é a família. Essa é a primeira sociedade”. Para Rousseau o ser humano no estado de natureza ele era um ser solitário. A família surgiu a partir de uma necessidade, a partir da convivência dos pais com os filhos. (ROUSSEAU, 1978a)

O autor começa a tratar da família para justamente ir falando sobre a legitimidade da força. No estado natural o homem tem força, diferentemente do homem civil que é considerado fraco. O que mantém o homem civil no estado? Pode-se dizer que é a força do estado que ele mesmo legitima. Aqui talvez Rousseau esteja criticando Hobbes que firma que o homem é o lobo do homem e se o homem for entregue a si mesmo, numa convivência sem nenhuma mediação de um outro mais forte, possivelmente, segundo Hobbes, a humanidade poderia estar extinta. (BOBBIO, 1991)

O homem para Hobbes é mau e por isso ele precisa de alguém que o subjuguem. Hobbes vai defender o papel do estado para subjugar o homem pois este é o único que tem a força necessária. Assim a função do Estado é mediar as relações humanas de tal forma que eles possam conviver mantendo assim a sociedade. O estado tem poder e legitimidade para justamente barrar essa maldade humana, pois o Estado é mais temeroso que o próprio homem. Então, quanto mais forte for o estado em relação ao ser humano mais o ser humano vai viver em paz. Rousseau talvez esteja criticando esta teoria, pois o estado não tem sua legitimidade na força. (BOBBIO, 1991)

Para Rousseau, o que legitima a lei é a convenção. A convenção é aquilo que se dá no contrato. Duas pessoas fazem o contrato e elas concordam por meio de convenção sobre seus direitos e deveres, sendo que isso é a base que legitima

qualquer lei. E o contrato social para que tenha legitimidade, deve partir justamente dessa convenção. Algo que não pode fazer parte da convenção é a escravidão. Nenhum ser humano pode dispor da sua liberdade, pois a liberdade é natural, enquanto a convenção é artificial. Rousseau dá o seguinte exemplo: “suponhamos que alguém se venda como escravo, ele faz isso para que tenha subsistência” (1978, p. 27). Esse ato de se vender para ter subsistência não é legítimo, pode acontecer, mais não é legítimo. Ele continua no exemplo, “pode até ser que uma pessoa faça isso, mas porque que um povo inteiro iria fazer isso? Um povo inteiro não tem o por que se vender como escravo”. (1978, p. 27).

A escravidão é algo ilegítimo, (1978, p. 27) pois “renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homens e renunciar aos direitos de humanidade e até os próprios deveres”. A liberdade corrobora a ação ética e a ação legal. Se o homem vende a sua liberdade ele está agindo de acordo com a vontade de outra pessoa e, automaticamente, sua ação não é imputada como responsabilidade à vontade pessoal. Então, a pessoa que é escravo não tem vontade e não pode ser responsabilizada por suas ações.

Por conseguinte, ele vai afirmar sobre o pacto social:

suponhamos o homem chegado a aquele ponto em que os obstáculos prejudiciais à sua conservação no estado de natureza sobrepõem pelas suas resistências às forças de cada indivíduo, dispõe-se para manter-se nesse estado. Então esse estado primitivo já não pode subsistir e o gênero humano se não mudar de modo de vida, pereceria. (ROUSSEAU, 1978a)

Para Rousseau o estado natural não é mais suficiente para abarcar o homem com sua perfectibilidade. O estado de natureza tem esse primeiro momento onde o homem vive sozinho, depois ele percebe que era interessante viver com outra pessoa, por exemplo, para enfrentar grandes perigos e garantir sua sobrevivência. (ROUSSEAU, 1978a)

No estado de natureza os homens naturais perceberam que nos momentos de perigos era necessário se associarem temporariamente. Esses eventos foram ficando mais comuns até que começaram a viver juntos e, assim, a primeira sociedade que se firmou foi a família. A partir do primeiro momento que essa família foi se constituindo, foram se constituindo também outras famílias ao redor e ali foi se formando uma sociedade maior. Foi essa sociedade que Hobbes contemplou. (ROUSSEAU, 1978a).

Com o aumento da sociedade e o surgimento dos conflitos se instaura um estado de guerra de todos contra todos. Nesse estado não é possível viver sem um contrato social. Com a instituição deste primeiro contrato se estabelece a passagem do estado de natureza para o estado civil. Neste momento o autor coloca um dos pontos fundamentais da obra *O segundo discurso*: Qual o papel do contrato? “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda força comum e pela qual cada um unindo-se a todos só obedecesse a si



mesmo permanecendo tão vivo quanto antes”. Para Rousseau a ideia de obedecer ao outro é problemática. A verdadeira obediência é aquela que obedece a si mesmo. A união das vontades particulares é chamada de Vontade geral. (DENT, 1996)

Para Rousseau toda legislação deve partir da vontade geral. Todas as leis devem partir da vontade geral. Assim, os cidadãos estarão obedecendo as suas próprias leis que foi elaborada por eles mesmos. Em resumo, “pelo pacto social cada põe em comum a sua pessoa e todo seu poder sobre a direção suprema da vontade geral e recebemos enquanto corpo cada membro como parte divisível do todo”. (ROUSSEAU, 1978b). O pacto social é a congregação das pessoas ao participar dessas decisões de modo que possa seja respeitada a natureza humana. “A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava”. (ROUSSEAU, 1978b). Quando o autor trata da questão das ações morais o mesmo se refere à ideia de que o homem no estado de natureza é amoral devido a sua condição solitária. Da passagem do estado de natureza para o estado civil um dos questionamentos que deve ser estudado é a questão da liberdade. No estado de natureza há uma liberdade natural sendo que quando os homens assumiram contrato social é inaugurada um novo tipo de liberdade que é chamado de liberdade civil e que tem por finalidade, no novo contrato, garantir as mesmas qualidades da liberdade natural. Por fim outro ponto que o autor discorre é a questão da desigualdade natural e a desigualdade civil. (STAROBINSKI, 1991)

Assim se justifica perguntar: os homens são desiguais? Rousseau afirma que o homem é desigual na sociedade, mas se questiona se isso é legítimo. A desigualdade social é legítima? Para Rousseau a desigualdade social não é legítima. A desigualdade é natural a começar pela constituição física das pessoas, pois há o mais forte e o mais fraco. O que o autor não vê como natural é o mais fraco subjugar o mais forte, que é o caso no estado civil. Rousseau não justifica que o mais forte deva subjugar o mais fraco, assim ele propõe uma igualdade que deva partir de uma convenção. “Pelo pacto social demos existência e vida ao corpo político, trata-se agora de lidar, pela legislação o movimento”.

A vontade geral tem que legislar, tem que escrever as regras e a partir delas os homens irão estabelecer suas condutas, se ele poderá o não poderá fazer algo, se é seu direito ou se é seu dever. Se isso foi convencionado, isso lhe é garantido. Quando o autor trata sobre essa questão de que todos são iguais, todos tem os mesmos direitos e deveres. (ROUSSEAU, 1978a)

Nesse contexto, Rousseau não educa *Emílio* para ir para fora da cidade, para ir para a fazenda, mas ele o educa para ser cidadão. A natureza do Emílio foi constituída de tal forma que ele vai deixando seu estado natural (infância), gradualmente e se tornando um ser civil. Essa é a educação em Rousseau proposta no *Emílio* como uma educação que deve fazer assumir essa passagem, do estado de natureza para o estado civil. A educação deve acontecer desde a infância, como afirma: “a maioria

dos povos como os dos homens, são dóceis na juventude e envelhecendo tornam-se incorrigíveis. Desde que se estabelecem os costumes e se enraízam os preconceitos constitui a empresa perigosa e vã querer reforma-los”. (ROUSSEAU, 1995) Para o autor (e esse pensamento era comum em sua época) a sociedade que está aí não tem como ser ‘reformada/reeducada’. Quem deve ser o foco da educação para a criação de uma nova sociedade é a criança.

Na teoria aqui estudada há sempre uma comparação entre o estado de natureza e o estado civil. Ele faz a crítica ao estado civil destacando o que há de bom e de ruim no estado de natureza. Quando se faz uma análise geral da teoria do genebrino, pode-se perceber que os homens e as mulheres em todos os tempos passam do estado de natureza para o estado civil. Acreditamos que quando criança o ser humano conserva um estado natural, pois ele não tem nenhum preconceito, ideologia, noção de ética e de moral, noção de ação política sendo esses conceitos construídos aos poucos em seu microcosmos. Como esse microcosmos deve ser constituído? É o que Rousseau propõe em sua teoria ao tratar da formação desse novo cidadão, cidadão que está no contrato social e que sabe que ele não é alguém que deve obedecer ao estado pura e simplesmente, mas alguém que legitima o próprio Estado. É isso que tem que ficar muito claro para o homem e a mulher da atualidade. Concluo com uma pergunta: Esse não poderia ser o papel da educação de hoje na formação política de nossos jovens?

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa investigação exploramos os meios perniciosos pelos quais a sociedade tornou-se o que hoje é, bem como os homens tornaram-se o que hoje são. Segundo Rousseau, desvirtuada de seu propósito original, a sociedade culminou-se em um instrumento de dominação dos homens, impossibilitando que estes exerçam suas potencialidades, suplantando-as em prol da máquina social que ganha uma vida que ultrapassa o objetivo de servir como mecanismo de bem-estar social.

Essa perversão do sentido de uma sociedade, torna os homens menos conscientes de si e os afastam de sua natureza, criando objetivos e desejos que vão na contramão de suas necessidades. Esse ser social é alienado de si mesmo. Já não consegue mais fazer a distinção entre aquilo que diz realmente respeito a si e aquilo que o meio conturbado instaurou nele como um condicionamento que submete a sua liberdade em nome de fins arbitrários que ela instaura.

Para conseguir transcender essa situação precária, em que os homens já não agem como seres humanos, mas sim como engrenagem de uma máquina, Rousseau propõe um modelo de educação ousado que visa a devolução da sensibilidade para esse homem que vê seus sentidos anestesiados pelo ambiente social que o circunscreve. Esse novo homem tem o poder de si mesmo e de suas volições, delibera sobre suas atitudes e tem um senso de justiça que se harmoniza com o equilíbrio de

sua natureza.

Para tornar o homem, novamente consciente de si, Rousseau vê a necessidade de afastá-lo das ideias maledicentes da sociedade, a fim de que ele possa desenvolver-se naturalmente, sem a corrupção de crenças e valores sobre os quais ainda não pode ponderar. A educação que o emanciparia dessa condição servil, o tornaria física e sensivelmente forte. Tornaria seu intelecto independente, pensando por si o seu mundo e as impressões que este vem lhe causar. Formar-se-ia assim, um cidadão íntegro e coerente, apto a encontrar a felicidade individual e a trabalhar pela coletiva. É a esse indivíduo que devem visar os nossos esforços.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. de. **A questão da educação na obra de Jean-Jacques Rousseau**. 1997. Dissertação (Mestrado em Filosofia). – Universidade de São Paulo.

**BOBBIO, Norberto. Thomas Hobbes**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Campus, 1991.

BONAVIDES, Paulo. Democracia e Liberdade no Contrato Social de Rousseau. In: **Estudos em Homenagem a Jean Jacques Rousseau**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1962.

CASSIRER, E. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CERISARA, Ana Beatriz. **Rousseau: a educação na infância**. São Paulo: Scipione, 1990.

DENT, N. J. H. **Dicionário Rousseau**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

FORTES, L.R.S. **O Iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MACHADO, Lourival Gomes. **Política de Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

\_\_\_\_\_. **Homem e Sociedade na Teoria Política de Jean Jacques Rousseau**. São Paulo: Edusp, 1976.

PAIVA, Wilson Alves de. A formação do homem no Emílio de Rousseau. **Educação e Pesquisa**. vol.33, no.2, São Paulo, mai/ago. 2007

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2. ed. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: AbrilCultural, (Coleção Os Pensadores), 1978a.

\_\_\_\_\_. **Do contrato social: ou princípios do direito político**. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978b. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **Emílio ou Da educação**. 2. ed. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 26 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1992.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau**. A transparência e o obstáculo. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

## FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

### **Fernanda Moreira Silva Rabelo**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Rio Verde – GO.

### **José Carlos Ferraz**

Faculdade Unida – Rio Verde – GO.

### **Hellayny Silva Godoy de Souza**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Goiânia – GO.

### **Ana Maria Franco Pereira**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Goiânia – GO.

**RESUMO:** A vida é constituída de períodos marcantes, que de alguma forma assinalam nossa existência nesse mundo. Em nossos dias, é importante desenvolvermos um pensamento crítico e independente, ou seja, que permita que o ser humano experimente um pensar individual. Este trabalho tem como objetivo confirmar o valor do ensino da Filosofia para a educação. A Filosofia demanda que estejamos acessíveis ao novo buscando delimitar espaços que têm especial importância para Educação. Ficamos então com um grande desafio: como ensinar Filosofia nas escolas! Além disso: como ensinar de modo significativo a Filosofia para jovens e crianças em nossos dias? A metodologia utilizada neste trabalho foi através de pesquisa bibliográfica, onde busco trazer à tona, a beleza velada que se encontra por de trás da filosofia

como um conhecimento histórico com mais de dois mil anos, por si só já possui um valor cultural e que se desenvolveu ao longo deste tempo. Por conseguinte, o valor da filosofia na educação vai além da mera instrumentalização do refletir ou do criticar. A filosofia deve mostrar a origem das opiniões para que possam ser incluídas no seu contexto, e ao serem assimiladas possam auxiliar no desenvolvimento integral dos estudantes. A história da Filosofia e os filósofos, adotados como instrumentos para abranger melhor aquele tema e o problema que está sendo abordado, recebem um sentido especial, não sendo tão somente mais um conteúdo a ser decorado pelos estudantes. De qualquer forma, os conteúdos devem ser expostos de forma temática, numa experiência de torná-los mais próximos da realidade vivida pelos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia. Educação. Conhecimento. Educando. Experiência.

### **PHILOSOPHY AND EDUCATION: A NECESSARY DIALOGUE**

**ABSTRACT:** Life is made up of remarkable periods, which somehow signal our existence in this world. In our day, it is important to develop a critical and independent, that is, that allows the human being to experience an individual thinking. This work aims to confirm the value of Philosophy teaching for education. Philosophy demands that we be accessible to the new

seeking to delimit spaces that have special importance for Education. We then had a great challenge: how to teach Philosophy in schools! In addition: how to teach Philosophy meaningfully to young people and children in our day? The methodology used in this work was through a bibliographical research, where I seek to bring to light the hidden beauty that lies behind philosophy as a historical knowledge with more than two thousand years, by itself already has a cultural value and that is Developed over this time. Therefore, the value of philosophy in education goes beyond the mere instrumentalization of reflecting or criticizing. Philosophy must show the origin of opinions so that they can be included in their context, and when assimilated they can help in the integral development of the students. The history of Philosophy and the philosophers, adopted as instruments to better cover that theme and the problem being addressed, receive a special meaning, not just another content to be decorated by the students. In any case, the contents must be exposed in a thematic way, in an experience of making them closer to the reality lived by the students.

**KEYWORDS:** Philosophy. Education. Knowledge. Teaching. Experience.

## 1 | INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é mostrar a importância do ensino da Filosofia para a Educação, no que se refere a despertar o senso crítico de alunos desde a educação básica até o ensino superior além da formação do ser humano como um todo. Pensar o ensino de Filosofia, no seu valor, da luta constante por sua independência, é refletir em uma transformação cultural, em mudança de visão de mundo, de paradigmas. De acordo com o artigo de Severino<sup>1</sup> (1990), compreende-se que a filosofia e a educação estão ligadas desde suas origens, e a união entre as duas é de derradeira importância no momento de se pensar na educação, mesmo que, essa afinidade atualmente seja vista de forma desvirtuada e separada, ou seja, vistas sem vínculo nenhum uma da outra o que tem atrapalhado muitos estudos nesta área. Pois se sabe que muitos das dificuldades que se tem hoje em dia na área da educação, só podem ter respostas com abordagens filosóficas.

Filosofar dentro do sistema de ensino e em sala de aula com as crianças, adolescentes e jovens é fazer com que eles possuam condições para o debate, para o confronto de ideias. Se a Filosofia possui como essência o conhecimento com o conceito, é importante que o estudante tenha a chance de fazer ele próprio a experiência de refletir e não apenas repetir pois: “Filosofar é procurar, é afirmar que há algo a ver e a dizer” (MERLEAU-PONTY, 1986<sup>2</sup>). Nenhuma pessoa foge da Filosofia. Mais dia, menos dia o homem acaba descobrindo o que Jaspers<sup>3</sup> chama de “questões

1 Professor Assistente, Doutor da Faculdade, de Educação, da USP.

2 Maurice Merleau-Ponty foi um filósofo fenomenólogo francês. Estudou na École normale supérieure de Paris, graduando-se em filosofia em 1931. Lecionou em vários liceus antes da Segunda Guerra.

3 Karl Theodor Jaspers foi um filósofo e psiquiatra alemão. Estudou medicina e, depois de tra-

fundamentais da vida”. Neste momento, os conhecimentos particulares silenciam. O mero conceito, estranha aos “porquês” do ser humano, sequer pronuncia algo.

A Filosofia, ao contrário, “procura” e busca “ver” para dizer alguma coisa. Se é fato que o “humano” é fruto da educação, ao mesmo tempo é correto dizer que o saber filosófico pode cooperar e muito para este procedimento. Mas, vários insistem em que a Filosofia é “incompatível” com o desenvolvimento oferecido em nível de educação básica. Entre numerosos argumentos que “sustentam” essa anunciada “incompatibilidade”, pode-se dizer que dois são bem interessantes: o do “despreparo” e o da “inaptidão” dos alunos e de alguns professores desse tempo da educação formal. Outros problemas também afetam o ensino de Filosofia na educação básica brasileira tais como: a pouca valorização da Filosofia por parte dos professores e do próprio Governo que para preencher a carga horária de muitos professores efetivos, repassa as aulas de Filosofia para educadores que não possuem formação e muito menos são especialistas na área; a falta de interesse dos alunos em relação ao ensino da Filosofia; o pouco caso que se tem com as normas curriculares, etc.

Como todos já sabemos, nenhum desses problemas é privilégio da Filosofia, podendo ser conexo “às demais disciplinas que compõem os programas de ensino no Brasil” (FINI, 2008, n.p.)<sup>4</sup>. Uma coisa é certa: não irá bem longe o professor que limitar um pensador enjaulando-o numa espécie de quarto sem chaves, na tentativa de encerrar seu pensamento, idealizando que a disposição do texto, por si só, poderá trazer alguma forma de compreensão ou reflexão. Não se pode presumir de que o educando terá uma boa formação somente por conseguir compreender as composições do pensamento de um filósofo, separado em mundo imaginário onde tempo e história não coabitam. Isso porque o uso de um recurso a um pensador, sem o nervosismo de fazer pensar o seu leitor contemporâneo, é um treinamento inútil. É como não querer mais viver e assim, evitar todos os riscos que a vida provoca, para se viver por mais tempo...

Além disso, ponderando que as amostras do pensamento devem ser avaliadas em sua historicidade, a própria análise de um texto filosófico necessita ser historicizada e posta em afinidade com as demais disciplinas. Desse modo, como já foi lembrado, a Filosofia pode assumir uma de suas principais funções, a de ser uma ferramenta conceitual, produtora de síntese, com que animaria o debate multidisciplinar, elevando os padrões do Ensino Médio. Em primeiro lugar, o Ensino de Filosofia na educação básica deve ser entendido como o reconhecimento do valor desta matéria para expandir o significado e os objetivos sociais e culturais da Educação. Para tanto, é indispensável a presença, nos fluxogramas escolares, de disciplinas que – como a Filosofia – sugerem reflexões que aceitam compreender melhor as relações histórico-

---

balhar no hospital psiquiátrico da Universidade de Heidelberg, tornou-se professor de psicologia da Faculdade de Letras.

4 A professora Maria Inês Fini é coordenadora do Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.



sociais e, ainda, implantar o educando no mundo subjetivo das representações simbólicas, fazendo com que a Educação chegue a um nível político-existencial, adequado para que seja superada a mera transmissão e aquisição de conteúdos, feitas de jeito mecânico e inconsciente.

Tendo-se em vista este panorama, pode-se entender o porquê da importância da Filosofia não somente para os educandos, mas também para os professores, que serve como tecla chave para a mudança na Educação. Buscando o potencial de cada educando, e expandindo seu potencial por intermédio de uma orientação de acordo com a capacidade de cada um. O aluno deve ser convidado a refletir sobre o mundo que o cerca o conhecimento de uma realidade da qual ele próprio faz parte. Faz-se necessário ao educador o comprometimento como profissional durante as suas inter-relações em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas sim a inserção da práxis na prática educativa de professor e aluno. A filosofia deve ter um lugar privilegiado na vida humana, pois além de possibilitar a racionalidade, sempre esteve na origem das mudanças decisivas na história da humanidade, por isso não é inútil como pensam.

Tem como objetivo a totalidade das coisas, desde as raízes, as causas primeiras até as últimas. Pois, “o mundo da cultura é um mundo no qual a difamação é a principal arma no duelo de ideias”. (PONDÉ, 2014, p. 107)<sup>5</sup>

### 1.1 A Sociedade “Pós-Moderna”

A sociedade “pós-moderna” é cada vez mais marcada pelo uso intenso do conhecimento, seja para trabalhar, conviver ou exercer a cidadania, seja para preocupar-se com ambiente em que se vive. O mundo tem se transformado rapidamente em nosso secular “mundo moderno”. Muitas pessoas preferem ser vistas como “seres imortais”, em vez de “mortais”. Atualmente o mundo nos apresenta diversas características novas, principalmente depois da II Guerra Mundial, nossa vida acabou sendo influenciada e alterada, principalmente nas relações humanas de um modo geral. As causas dos problemas e dificuldades nem sempre se encontram fora do homem, senão amiúde em seu interior. Hoje em dia o estudo da Filosofia na educação básica enfrenta alguns desafios como destaca Clademir Araldi<sup>6</sup> (2005, n.p.) “Na maioria das vezes as aulas de Filosofia são destinadas a professores de outras áreas por não terem docentes preparados, o que acarreta em aulas deficitárias”.

Além disso, nos deparamos com a falta de interesse dos alunos pela disciplina de Filosofia. Rubin<sup>7</sup> diz que vivemos em um mundo no que ele denomina de “cultura do vídeo” (2001, p. 40). Essa sociedade, fruto da revolução tecnológica que cresceu rapidamente na segunda metade do século passado e dos métodos políticos que refizeram as relações mundiais, já está originando um novo tipo de diferença, ou

5 Luiz Felipe Pondé é filósofo, escritor, ensaísta e Doutor pela Universidade de São Paulo.

6 Escritor e Professor Doutor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Rio Grande do Sul.

7 Doutor em Filosofia pela Universidade de Friburgo, Suíça, Professor emérito de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria – RS.

eliminação, unida ao uso das tecnologias de comunicação que hoje em dia mediam o acesso a informação e aos bens culturais. “Na sociedade atualmente, são indesejáveis tanto a exclusão pela carência de acesso a bens materiais quanto a exclusão pela falta de acesso ao conhecimento e aos bens culturais” (FINI, 2008, n.p.). De um modo geral, filosofar é tirar os pés do chão e ficar em devaneios em cima das nuvens.

Essa ideia do pensador com visão e mente distantes, flutuando sobre os pobres mortais, foi inventada com a ajuda dos próprios filósofos e professores de Filosofia, durante anos especializados numa forma de trava-línguas do pensamento e desatentos às demais amostras e dimensões da Cultura. Por isso, ponderando que o ensino de Filosofia no ensino médio foi restaurado de forma legal, parece conveniente perguntar como o professor de Filosofia vê sua atuação no mundo escolar. Qual o papel, ou papéis, que ele pode e deve exercer? Qual o desempenho do ensino de Filosofia nos atuais formatos curriculares, determinados principalmente no desenvolvimento de competências e habilidades? Antes de tudo, o retorno da Filosofia ao Ensino Médio deve ser entendido como o reconhecimento da importância desta disciplina para expandir o significado e os desígnios sociais e culturais da Educação.

Para isso, é indispensável a presença, nos fluxogramas escolares, de disciplinas que – como a Filosofia – sugerem reflexões que permitem compreender melhor as afinidades histórico-sociais e, igualmente, inserir o estudante no universo subjetivo das representações alegóricas, elevando a Educação a um grau político-existencial, capaz de superar a mera transmissão e obtenção de conteúdos, feitas de modo automático e inconsciente. Quem pode divergir, por exemplo, de que já está mais do que na hora de alterar os debates sobre ética para fora das salas de aulas e congressos especializados, camuflados nas universidades e produzidos para meia dúzia de especialistas de discurso incompreensível? Ao mesmo tempo, por maior que seja a habilidade que os meios de comunicação têm de influenciar a opinião pública, praticando positivamente seu direito de revelação social, nenhum educador imagina transferir aos meios de comunicação social a encargo pelo estabelecimento de valores éticos para desenvolvimento de crianças e adolescentes.

O assunto se torna ainda mais complexo quando se confere à escola a função de formar cidadãos capazes de intervir, de maneira consciente, no contexto social de que fazem parte. A qualidade de cidadania não se concretiza com o uso de símbolos externos, aplicados após a arquivamento de umas poucas sentenças, mais decoradas do que compreendidas, como se fosse um documento de identificação que distinguisse seu portador das demais pessoas que compõem a sociedade. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que, para a obtenção dos valores da cidadania, são cruciais as influências que o estudante armazena dos ambientes sociais que convive, em particular a família. É claro que o professor de Filosofia, assim como os demais, deve participar ativamente do método de percepção e desenvolvimento desses valores, mas isso não quer dizer que ele deva abandonar as funções de docência, deixando de produzir conhecimento sobre sua disciplina.

Contudo, conquanto ainda sejam poucas as vozes que questionam a importância do ensino da Filosofia, os profissionais da Educação, em geral, e os da Filosofia, em particular, manifestam apreensão quanto a determinadas questões fundamentais: “Como ensinar Filosofia?” Ou: “Como formar professores para o ensino de Filosofia no Ensino Médio?”; “Será que os cursos superiores preparam, adequadamente, esses professores?”; “Qual a qualidade do material didático disponível?”; “Como despertar o interesse dos alunos e estimulá-los a pensar filosoficamente?” ... Além do mais – ponderando que as manifestações em relação ao pensamento devem ser avaliadas em sua historicidade –, a adequada análise de um texto filosófico precisa ser historicizada e posta em afinidade com outras disciplinas.

Desse modo, como já foi recordado, a Filosofia pode assumir uma das suas principais funções, que é a de ser um instrumento conceitual, elaboradora de síntese, com o que alegraria a disputa multidisciplinar, fazendo com que os padrões do Ensino Médio se tornem elevados. Aqui, é importante considerarmos o caminho percorrido pela Filosofia na história da educação no Brasil. A juventude que cursam hoje em dia os cursos superiores de Filosofia talvez nem saibam que, durante décadas – desde sua aparição no mundo escolar, há cerca de oitenta anos –, seus conteúdos comprimiam-se, abandonados ora pelo discurso teológico, ora pelo uso excessivo de palavras intraduzível que saía dos moinhos de palavras de alguns especialistas. Tais conteúdos mais assemelhavam-se a raciocínios derivados de seres supremos, cujas as senhas de acesso poderiam ser decifradas graças à mecânica das palavras, dispensando maiores confusões de pensamento.

A filosofia pode ser praticada como exercício do pensamento com anseios educativos ou como uma reflexão teórica sobre assuntos educacionais. Essas duas alternativas dão espaço a duas áreas do saber na atualidade que, ainda estejam relacionados, merecem separados: o ensino de filosofia e a filosofia da educação. Neste contexto, o professor de Filosofia tem uma enorme missão, levar os estudantes a um processo de reflexão ensinando-os a pensar, a se interrogar a partir da própria realidade de uma forma que nasça nos jovens e adolescentes aquele tipo de questão que faziam quando ainda eram crianças. Tais como: “O que é isto? O que é aquilo?”, pelo que se pode concluir que há no ser humano uma aspiração de conhecimento, mas quando esta criança chega à escola, esta começa a lhe arrancar o anseio de saber que se estenderá por toda sua vida de estudante, segundo comprova Rubin ao afirmar que “os jovens, ao ingressarem na universidade, estão com o desejo de saber apagado ou até definitivamente morto” (2001, p.33).

## **2 | A REALIDADE NA SALA DE AULA**

Quem vive em sala de aula conhece o quanto se faz urgente despertar no aluno a criatividade e a criticidade indispensável para a preparação de uma representação

coerente do mundo, da sociedade e da vida humana no mundo. Para tanto, torna-se definitiva a contribuição da Filosofia. Paradoxalmente, no entanto, há dentre nós quem ainda acredita que o aluno da educação básica “se prepare” para posteriormente aprender a filosofar. Pensar e refletir são os primeiros passos para se criar conceitos. Saber pensar sobre o mundo e saber refletir igualmente sobre a sala de aula. Pensar sobre as coisas mais atuais e buscar melhorar estas coisas do mundo. Influenciando no costume de olhar para o mundo quem sabe para se tornar uma pessoa mais justa.

Desta forma, a filosofia na educação tende a perceber melhor o mundo, cooperando para novos conhecimentos – unindo agora a filosofia de Deleuze<sup>8</sup>: criação de conceitos – para em seguida saber – fazer – entender para o mundo. Assim sendo, importante por entusiasmar uma nova visão do mundo para o mundo, compreendê-lo e solucioná-lo insinuando na qualidade educacional. A escola é o espaço para a educação. É nela que nos deparamos ou precisaríamos encontrar a estrutura para uma boa educação. As pessoas fazem uma alusão da escola como constituindo o lugar da criança e do jovem. Isto porque concebe um desenvolvimento profissional (futuramente), inserindo-se no mercado de trabalho e ocupando um bom status na sociedade.

Determinadas escolas censuram os alunos quando eles começam a questionar sobre o ensino que estão recebendo. Isso é um absurdo! Pois isto tende a afastar o aluno de fazer perguntas, ter participações espontâneas em trabalho de classe, de até mesmo crer que não sabe de nada e receio de produzir algo, não acolhendo aquilo que a escola deve sugerir. Deve-se avaliar o estudante, e não avaliar na soma de acertos, em testes ou provas, mas sim “identificar dificuldades e facilidades na relação do ensino / aprendizagem do modo de reorientar o processo pedagógico” (CORTELLA. 2000. P.143)<sup>9</sup>. “Portanto, desde crianças que devem aplicar-se à ciência do cálculo e da geometria e de todas os estudos que hão de proceder e da dialética, fazendo que não sugam contrafeito este plano de aprendizado” (PLATÃO. 2000. P.234)<sup>10</sup>.

Assim sendo, educar se torna a orientar para os mais variados caminhos ou áreas do conhecimento; é fazer reflexões sobre as informações, não atribuir exclusivamente o que está em livros didáticos ou que um ou outro autor afirmou como verdade; é agir no sentido de que todos os sujeitos apresentem uma reflexão – uma vez que alguns não o procuram por se aparecerem óbvios pelos nossos sentidos. “Além de colocar as crianças e os jovens em ação e manipulação de materiais, deve-se também levá-los a “tomar consciência” da ação, o que implicaria uma escola que

---

8 Foi um filósofo francês que, a partir do início dos anos 1960 até sua morte, escreveu influente em filosofia, literatura, cinema e obras de arte.

9 É um filósofo, mestre e doutor em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde também é professor-titular do Departamento de Teologia e Ciências da Religião e da pós-graduação em Educação.

10 Platão foi um filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, autor de diversos diálogos filosóficos e fundador da Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental.

não as fizesse somente escutar, mas também as colocasse em situação de fazer e de falar” (GHIRALDELLI JR. 2003. p. 20)<sup>11</sup>.

O professor deve conhecer a face da verdade, fazer sair do desconhecido para o conhecido, saber reconhecer o que antes não era percebido e nem visto e repartir o que se sabe com os que pouco sabem de maneira que o que diz seja importante para quem escuta, pois se não existir interesse por parte daqueles que ouvem, nada do que for dito terá valor algum; é, por isso que pensar sobre as práticas, repassar o conhecimento através do estudo com mais perfeição possível; é também reparar a infância; é levar a novos lugares por meio de leituras, é praticar a dialética<sup>12</sup> para aquilo que é a essência das coisas. Na sala de aula, devem haver cuidados particulares. São necessidades do estudante que necessitam ser compreendidas. Necessidade do professor que deve estar do lado de fora – da sala de aula – se não houver relação com suas próprias técnicas pedagógicas.

E fazer, ou saber-fazer, desenvolver os alunos percebendo as suas necessidades e que estão aí com suas “mentes abertas” para “pegar” os conhecimentos que o professor irá passar minimizando, o professor, os erros e de modo com que ele entenda – e para ele entender o professor deve estar preparado. É importante saber que o conhecimento é infinito, muito ainda para aprender, todos os envolvidos na área da educação podem muito aprender, em particular os educadores; no entanto necessitará ter afinidade de respeito por todos sem restrições. O professor além de cooperar para o desenvolvimento dos estudantes colabora também para a sua própria formação. A filosofia é importante para a educação. Ela colabora para uma compreensão crítica, uma reflexão crítica, para todo o método educativo, bem como para as técnicas pedagógicas, a conduta do professor, a estrutura escolar, o conhecimento a ser repassado, etc.

Se faz atual à medida que se interroga sobre os objetivos da escola e dos educadores. É pertinente os conhecimentos que adquire. Compreender o presente. Sendo assim, a relação entre Filosofia e Educação contribui para compreender melhor o mundo em que vivemos e a própria Educação. Nesse contexto, a Filosofia ganha valor e se confronta com esses novos desafios, avaliando, interpretando, percebendo como se desenvolve a ação educador e aluno. A filosofia pode causar susto a muita gente, mas para muitos é assunto reservado aos especialistas e, por isso, desinteressante. “Porém, na escola, é preciso abrir perspectivas que despertem o gosto pela Filosofia sem gerar no aluno uma aversão à tarefa de pensar” (GADOTTI, 1979)<sup>13</sup>. Dar a devida importância para a Filosofia dentro da metodologia educacional constitui levar a

---

11 Paulo Ghiraldelli Jr. É filósofo e Escritor. Tem Doutorado em Filosofia Pela USP e Doutorado em Filosofia da Educação Pela PUC-SP. Tem Mestrado em Filosofia Pela USP e Mestrado em Filosofia e História da Educação.

12 É um método de diálogo cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias e que tem sido um tema central na filosofia ocidental e oriental desde os tempos antigos.

13 Moacir Gadotti é professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo desde 1991 e o atual diretor do Instituto Paulo Freire em São Paulo.

sério as necessidades e anseios que todos os jovens têm de refletir, de pensar e de interrogar, de voltar-se sobre seu pensamento e apurar suas respostas, para que tenham uma oportunidade real de explorar temas de importância.

### 3 | FILOSOFIA E O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO

Por isso, a conhecimento filosófico para os jovens é extremamente estonteante, pois leva a procura da verdade e das respostas completando seu espírito inquieto. Estamos continuamente em transformação, e que a partir disso o conhecimento passa a ser distinguido. Portanto, precisamos informar que o domínio de conhecimento é de grande valor para que os professores e que devem comunicar-se do melhor modo possível, propondo uma metodologia de qualidade. Com a sugestão de Mário Cortella: “o melhor método é aquele que propuser a melhor aproximação como objeto, isto é, aquele que propiciar a mais completa consecução da finalidade” (CORTELLA. 2000. P.111). É extremamente importante que o professor não passe a regular o conhecimento para o aluno e prenda-se ao conhecimento científico.

“O conhecimento é fruto da convenção, isto é, de acordos circunstâncias que não necessariamente representam à única possibilidade de intervenção da realidade” (CORTELLA. 2000. p.104). Em determinadas viagens, por exemplo, apreciamos outras tradições, detendo de tal modo conhecimentos. A seguir se deve relativizar até o que assemelhar-se a ser mais firme. Explicar que o conhecimento é diferente em épocas porque as qualidades para que se pensar em tais circunstâncias eram diferentes, não assegurar que um determinado conhecimento antecedente é falso – sem outras definições para tal –, pois era certo para a época em que se confiava. Como diz Platão: Por conseguinte, meu excelente amigo, não eduque as crianças ao estudo da violência, mas a brincar, a fim de que fiques mais habilitado a descobrir as tendências naturais de cada um (PLATÃO. 2001. P.234).

É importante saber que o conhecimento é infinito, muito ainda para aprender, todos os envolvidos na educação podem aprender e muito, em particular os professores; no entanto precisará ter uma relação de respeito por todos sem exceções. O professor além de contribuir para o desenvolvimento dos alunos colabora também para o seu desenvolvimento contínuo. Se a Filosofia está a encontrando outra vez um espaço no ensino é porque os professores compreenderam que os jovens podem se maravilhar com ela e que ela coopera significativamente para seu aprendizado educacional. Quem sabe em qualquer outro lugar a Filosofia seja mais amparada do que na sala de aula. Toda matéria parece ser mais simples de estudar quando seu ensino é movido pelo princípio aberto, crítico e de rigidez lógica típico da Filosofia, auxiliando os estudantes a pensarem efetivamente sobre os valores que realmente são importantes para eles.

É necessário encarar o desafio que a Filosofia tem pela frente, para



compreendermos seu encanto, seu segredo, adquirindo a responsabilidade de trocar de opinião e da simples crença ao conhecimento, acreditamos ainda, que ocorre pelo Ensino da Filosofia a melhor ou senão a oportunidade de uma melhoria do ensino nas escolas. Podemos entender agora a causa pelo qual a filosofia não precisa temer a questão de ter ou não valor prático. A Educação é um espaço de sucessivos conflitos. Exceder a nacionalidade dos conhecimentos e adestrar-se como um carro de combate frente ao aparelho de Estado são estratégias a serem arriscadas por aqueles que pensam ser atraente e complexo o lugar e o significado do Ensino de Filosofia rumo a uma Educação Filosófica.

Entende-se que uma Educação Filosófica pode contribuir para refletir sobre probabilidades de alterar-se o modo como nós pensamos o mundo; para fazer o pensamento a se pensar. O que parece mais adequado e copioso para a Filosofia na Educação Básica é sua eficiência de educar filosoficamente, sua força de instigar os jovens ao sair de seu comodismo; fruto que pode ser conquistado pela renúncia à rotina dos estilos de vida, muitas vezes empobrecidos e alívio nos quais, hoje em dia, sobrevivem desiludidos e incrédulos. O Ensino da Filosofia precisa ser capaz de fazer com que se experimente existir de acordo com ela. Isto é decisivo e convida a praticar uma Filosofia na escola não tanto angustiada em passar conteúdos, mas a aspirar uma dimensão de Educação Filosófica com condições de ressoar no modo de viver dos alunos.

E, desde então, é a partir da relação que o professor tem com a Filosofia e com os filósofos pelos quais se preocupa que essa possibilidade pode ser atual. Em particular, ao resgatar o que Sócrates<sup>14</sup> nos ensina na Apologia<sup>15</sup> “interrogar, examinar e confutar” a própria vida. A Filosofia na escola, ou uma Educação Filosófica, pode ser um acesso a estabelecer um ambiente, proporcionar uma sensibilidade atenta para que ocorra o pensamento. Antes de ocupar-nos do teor da matéria – quais temas, textos ou problemas que vamos mencionar para explorar com os alunos – pensamos ser condição de possibilidades para ensinar a filosofar com os jovens a agitação em estabelecer um ambiente favorável ao esquecer aquilo que já havia estudado. Esquecer no sentido de despir-se de alguns costumes, desfazer alguns supostos, dar as costas às certezas.

E isso acontece fundamentalmente pela estima, uma Educação Filosófica não é simplesmente trabalho do pensamento, mas quem sabe e, de maneira especial

---

14 Sócrates foi um filósofo ateniense do período clássico da Grécia Antiga. Creditado como um dos fundadores da filosofia ocidental, é até hoje uma figura enigmática, conhecida principalmente através dos relatos em obras de escritores que viveram mais tarde, especialmente dois de seus alunos, Platão e Xenofonte.

15 Apologia de Sócrates é a versão de Platão de um discurso dado por Sócrates. Apologia de Sócrates é considerado o segundo livro da tetralogia formada pelos seguintes diálogos: Eutífron, onde vemos o filósofo, ainda livre, indo para o tribunal a fim de conhecer as acusações que lhe foram movidas pelo jovem Meleto; a Apologia, com a descrição do processo; o Críton, com a visita de seu amigo mais querido ao cárcere; o Fédon, com os últimos instantes de vida e o discurso sobre a imortalidade da alma.

trabalho do sentimento. A vontade por refletir juntos pode nascer no estabelecimento de uma atmosfera de expectativa atenta ao inesperado e ao visivelmente sem sentido. Temos que ter uma abertura para o que está por fora, conhecimento do legítimo dom. A fala de quem ensina é a fala da filosofia, fala desconhecida pelos aprendizes convidados a viver uma Educação Filosófica. Uma Educação Filosófica comprometida com a vida de cada um e com o hoje comum a todos está em concordância com o que estabelece antes do esperado: Vir a ser o que se é. Auto exigência de alteração, abertura a novas mudanças. Vir a ser o que se é não recomenda a passagem de um ser em energia a um ser em ato.

Deste modo, o movimento de ensinar Filosofia tendo como alvo a uma Educação Filosófica implica fazer do aprender próprio e alheio a um conhecimento no sentido de se abrir ao encontro no pensamento. Encontros no pensamento em si e nos outros, se envolvendo com a Filosofia de modo essencial e comprometida. Fazer do ensinar e aprender Filosofia um momento para virmos a ser aqueles que aprendemos a ser. Assim sendo, não anseia pronunciar ao outro o que ele tem que fazer e aprender e sim fazer com que o outro aprenda por si próprio a estudar e desconfiar dos dados do conhecimento comum e instituído, para refazê-los em suas possibilidades comprometidas.

Nesse processo, será possível a identificação dos pensamentos de uma boa alegação, proporcionar-se-á a ocasião de recuperar os argumentos expostos nos textos estudados, admitirá enfrentar teses filosóficas e instigará a construção de bom senso de valores, implantando o ser humano de forma mais autêntica dentro da sociedade. Seguramente a encargo que nos espera nessa “aventura” dentro dos perímetros do ensino da Filosofia, demandará um empenho criativo do educador quanto a sua habilidade de improvisação e de adaptação aos recursos encontrados, do aspecto de cada sala, da verdade de cada comunidade, e isto fará com que seja difícil imaginar com uma aula pré idealizada, pois as situações conduzirão cada tema por passagens relacionadas a esses fatores, o importante é se ter ideia que se procurará formar um fala que aceite julgar, criticar e manifestar o pensamento do estudante a consideração de sua origem.

E com o decorrer das aulas é que os alunos vão dar início ao valor do filosofar. O educador difundirá o conteúdo que conduzirá o estudante a apreciar algo que lhe trará um certo assombro. Ao assombrar-se proporcionar-se-á alteração, à transformação, que é o caminho do pensamento mítico ao pensamento racional. “Todo pensamento exige que se pare para refletir”, de acordo Arendt<sup>16</sup> (1978, p.78). Toda reflexão leva o ser humano a sair da realidade humana. Na atividade reflexiva o ser humano se move para fora do mundo em que vive usando uma linguagem, expressões meditativas. Heidegger<sup>17</sup> (1966, p.45) afronta com austeridade o serviço específico da Filosofia e

16 Hannah Arendt foi uma filósofa política alemã de origem judaica, uma das mais influentes do século XX.

17 Martin Heidegger foi um filósofo alemão. É um dos pensadores fundamentais do século XX - ao lado de Russell, Wittgenstein, Adorno, Popper e Foucault.

a distingue do conhecimento científico: “Ocorre que a Filosofia não é um saber que, à maneira de conhecimentos técnicos e mecânicos, se possa aprender diretamente ou, como uma doutrina econômica e formação profissional, se possa aplicar imediatamente e avaliar de acordo com a utilidade”.

O filosofar determina tranquilidade, diálogo entre o professor e seus alunos, muita interpretação e muita meditação para, então, com o tempo, advir a maturidade do pensar do aluno. A Filosofia é antes de tudo um chamado para pensar, e é acolhendo este chamado que os seres humanos vão, aos poucos, sendo introduzidos no seu universo. A colaboração que a Filosofia dá à Educação na verdade, é de grande importância e ao mesmo tempo estimular o ser humano a refletir sobre si e sobre o mundo e ao seu redor, pois ambas se completam. Creio que embora as irregularidades e deslizamentos pelos quais ocorreu na história da cultura ocidental, a Filosofia, enquanto Filosofia da Educação, sempre buscou concretizar essa ajuda, na medida em que consecutivamente se sugeriu como empenho de exploração e de procura dos fundamentos.

Mesmo quando confiou tê-los achados nas essências imaginadas ou nas proporções da natureza! E ela poderá prosseguir colaborando se compreender que esses fundamentos têm a ver com o significado do existir do ser humano em seu conjunto trançado na realidade histórico-social. Certamente há uma longa caminhada pela frente desde o princípio do ensino brasileiro quanto a reintrodução da disciplina de Filosofia na grade curricular, entretanto não se deve perder de vista o valor dessa prática como fator de transformação da realidade do país, do desenvolvimento da sociedade e da edificação de um plano de vida mais natural e justo para todos os brasileiros, passo principal para se gerar o desenvolvimento, da cultura e resgatar a dignidade de todos os cidadãos.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Ensino de Filosofia, para colaborar com o desenvolvimento dos alunos da educação básica no Brasil, deve ser desenvolvido por educadores verdadeiramente formados e licenciados nesta área, pois esperava-se que estes tenham maior preparo para desenvolverem da melhor maneira o grande número de assuntos e questionamentos filosóficos que necessitarão ser expostos aos alunos. Apenas o educador formado em Filosofia está capacitado e preparado para desenvolver com os estudantes uma reflexão crítica, fornecendo-lhes a ocasião de organizar raciocínios, discutir ideias e desenvolver um pensamento independente sobre as hipóteses e as dificuldades a eles sugeridos e ainda edificar seus próprios textos.

Os professores precisam buscar ser prudentes quando falarem do conhecimento científico, pois este ocasionou ao ser humano muitos benefícios. No entanto, devem lembrar que o conhecimento filosófico excede o científico, porque o primeiro busca

aceitar a soma das coisas existentes e como estas se constituem no todo da realidade, o segundo, ao se atentar tanto com a especialização, conhece apenas um assunto separado, sofrendo o risco de tornar-se irresponsável e acrítico as dificuldades a sua volta. Ao ensinar a Filosofia, o educador deve tomar cuidado em transmitir um conhecimento verdadeiro e não simplesmente o que poderá ser útil ao estudante pois, apenas clareado pela verdade, este encontrar-se á provido com a capacidade de distinguir, avaliar e escolher, ponderar e resolver, o que o auxiliará a adquirir autonomia intelectual.

No ato de formar o docente de Filosofia poderá até fazer uso de determinadas metodologias e recursos, mas estes precisarão servir somente como um meio para se chegar o fim último que é o de ajudar o estudante a adquirir conhecimentos que lhe serão uteis para se aprimorar como ser humano. O diálogo pode abrir passagem para a amizade e esta é que garante também uma abertura para que o ensino se concretize. Este diálogo educacional não deve servir para que se transmita ideologias. O educador que usa a sala de aula para difundir ideais sobre política, sociais e religiosas, além do seu ponto de vista em particular, deve ser considerado contrário à ética, manipulador e desonesto. Na atual sociedade “pós-moderna”, voltada à tecnologia, parar para refletir é o mesmo que perder tempo.

Portanto, o trabalho da Filosofia na Educação é a de atrair o estudante a uma resiliência das compreensões infantis e superficiais da sociedade onde está plantado, ensinando-o a refletir de forma coerente, abstrata e compreensiva sobre a realidade. É instigar o estudante a pensar sobre si próprio para aprender a se criticar e pensar sobre o mundo para entendê-lo e, depois disto, procurar saber qual a sua responsabilidade perante o mundo que o cerca e diante do seu próximo. Assim sendo, o próprio estudante poderá, com o passar do tempo, entender a seriedade de se aprender a filosofar e responderá por si próprio a questão que foi feita ao seu professor no primeiro dia de aula: Por que estudar Filosofia?

## REFERÊNCIAS

ARALDI, C. L. *A experiência do estágio supervisionado dos alunos da UFPel*. In: RIBAS, Maria Alice. etc tal. (Org.) *Filosofia e ensino: A Filosofia na escola*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

ARENDT, H. *A condição Humana*. São Paulo, EDUSP/Forense Universitária, 1978

CHAUÍ, M.: *Para que Filosofia?* In: \_\_\_\_\_ **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática S.A. 1999, p. 9 – 18.

CORTELLA, M. S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O que é filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FINI, M. I. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo – Filosofia*. São Paulo: SEE, 2008.

GADOTTI, M. “Para que serve afinal a filosofia?” Reflexão 4(13): jan./abr.1979.

GHIRALDELLI JR., P. *Pedagogia e Infância*. In: \_\_\_\_\_ **O que é Pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HEIDEGGER, M. *Introdução à metafísica*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1966.

JASPERS, K. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1971.

MERLEAU-PONTY, M. *Elogio da filosofia*. Lisboa: Idea Nova/Guimarães Editores, 1986.

PLATÃO. Livro VII. In: \_\_\_\_\_ *A República*. Tradução de Pietro Nassati. São Paulo. Editora Martin Claret, 2001.

PONDÉ, L. F. *A era do ressentimento: uma agenda para o contemporâneo*. São Paulo: LeYa, 2014.

PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO “FILOSOFIA – ENSINO MÉDIO.  
Disponível em: <[http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portais/18/arquivos/Prop\\_FILO\\_COMP\\_red\\_md\\_20\\_03.pdf](http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portais/18/arquivos/Prop_FILO_COMP_red_md_20_03.pdf)> Acesso em: 24 ago. 2014.

RUBIN, A. A. *Minha pequena Filósofa*. Santa Maria: Pallotti, 2001.

## A TRAJETÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL E A POLÍTICA DE RECONSTRUÇÃO DO JAPÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

**Tomoko Kimura Gaudioso**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** Este trabalho pretende mostrar um recorte do aspecto da imigração japonesa no Rio Grande do Sul, desde os primeiros imigrantes até final do século XX, de forma sucinta a fim de compreender como ocorreu a história da imigração japonesa neste estado. Após a Segunda Grande Guerra, o Japão passava por dificuldades econômicas e sociais visto que havia excedente da população que, retornando ao país arrasado pela guerra, das localidades que antes eram colônias, tinham que se estabelecer em algum lugar. Em 1956, após negociação com o governo brasileiro, chegaram ao estado do RS os primeiros japoneses vindos do Japão através do programa de imigração planejada. Os primeiros imigrantes envelheceram ou faleceram, mas deixaram um legado que reproduz e alimenta a memória da própria imigração japonesa através das práticas culturais e religiosas. Através da observação de práticas e de pesquisas documentais, pode-se observar que as atividades como culto coletivo aos antepassados, o Ireisai, gincana esportiva, o Undokai e outras atividades são realizadas

para o fortalecimento do laço nipônico e essa memória são exercitadas regularmente e reproduzidas, muitas vezes, por intermédio de associações japonesas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imigração. Pós-guerra. América Latina. Japão.

**ABSTRACT:** This paper intends to briefly present an aspect of the Japanese immigration in Rio Grande do Sul, from the first immigrants until the end of the XX century, as a means to comprehend how history played out. After World War II, Japan had a hard time economically and socially since there was a population surplus that, when returned to the country after the war from countries before known as Japanese colonies, had to be had to be relocated somewhere. In 1956, after negotiations with the Brazilian government, the first Japanese arrived in Rio Grande do Sul through a planned immigration. The first immigrants grew old or died, but left a legacy that feeds and shares the memory of the Japanese immigration itself through cultural and religious practices. Through the observation of these practices and documentary research, we are able to observe that the activities such as the collective ancestor worship – the Ireisai –, the annual sports competition – the Undokai – and other peculiar activities from that culture happen as a way to strengthen the nipponic bond. Therefore, they preserve the place for the



practice of these memories, that nowadays is represented by Japanese associations and receive indirect or direct support from Japanese institutions.

**KEYWORDS:** Immigration. Post-war. Latin America. Japan.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este ensaio pretende analisar a Associação de Assistência Nipo e Brasileiro do Sul, fundada por imigrantes japoneses no início da década de 1970 e que funcionou ao longo das décadas como instituição integradora da comunidade japonesa que instalaram no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A reflexão será desenvolvida a partir do pensamento filosófico de Hans Ulrich Gumbrecht (2009, p. 13), no que se refere à linguagem utilizada, na perspectiva da cultura de presença e, sobretudo a da cultura de sentido, o que atribui sentido à existência humana. A compreensão da palavra “linguagem” neste trabalho foi utilizada de forma mais ampla, não somente como sistema de comunicação e compartilhamento de ideias, porém, como meio pelo qual se expressa a identidade, a estratificação social e assim, funcionando como instrumento da manutenção da unidade de uma comunidade através e inclusive para o entretenimento. Nesta perspectiva, o papel dessa instituição será abordado, relacionando a linguagem utilizada com a presença, no ponto de vista dos sete tipos de amálgama que Gumbrecht (2009, p. 14) apresenta.

Assim, depois de apresentar breve relato sobre imigração japonesa no Rio Grande do Sul, serão abordadas algumas das práticas culturais desses imigrantes, junto à Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul, como a do culto anual religioso, o *ireisai* e a gincana esportiva, o *undokai*, organizados por este e realizados junto à comunidade, tendo como discurso a necessidade de rememoração do passado para não esquecer a origem japonesa.

Por fim, haverá uma pequena consideração sobre esses aspectos abordados. A pesquisa sobre papel das instituições na imigração japonesa no estado do Rio Grande do Sul está em fase de pesquisa de modo que o assunto poderá ser explorado no futuro ampliando as perspectivas.

## 2 | A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE JAPONESA

A imigração japonesa iniciou-se no Brasil ainda na primeira década do século XX, para suprir a falta de mão de obra nos cafezais de São Paulo, com a chegada de 781 japoneses que trabalhariam nas lavouras do café e mais 12 homens sem contratação prévia (TANAKA, 2003, p. 37-41). As razões pelos quais foram motivados a migrarem ao Japão são variadas onde esses primeiros imigrantes, chamados imigrantes anteriores à Segunda Guerra Mundial, a maioria eram pobres e visavam retornar ao Japão após ganhar boa quantidade de dinheiro no Brasil. Segundo 6º Relatório Anual da Revista de Negócios e Econômicos de Kobe, apresentado pelo

SAITO (1959, p. 50), de 1908 até 1941, 188.615 imigraram do Japão ao Brasil.

No caso do Rio Grande do Sul, a primeira tentativa de instalação da colônia japonesa, na região de Santa Rosa, mais precisamente em Horizontina, noroeste do iniciou-se em 1936, através da Companhia de Imigração Japonesa, KKKK, e por intermediação da Dahne Conceição & Cia. Mas por se situar na região ribeirinha do rio Uruguai, zona de segurança nacional em plena Segunda Guerra Mundial, e por medo de perder suas terras, a maioria dos japoneses venderam suas terras. (OGASAWARA, 2004, p. 230-243).

Após esse fracasso de assentamento, a imigração foi retomada depois do término da segunda grande guerra, e somente a partir de 1956, primeiro com a chegada de solteiros e depois as famílias japonesas para se instalarem no estado, na maioria dos casos como agricultores, através do sistema de subsídios a imigração. As noivas eram chamadas do Japão para casarem com os solteiros. Esse sistema subsidiada pelo governo japonês perdurou até 1963 quando a política de envio sistemático encerrou. (SANTOS; DOLL; GAUDIOSO, 2003, p. 55).

Esses imigrantes, inicialmente realizavam na comunidade as atividades tradicionais japonesas no âmbito familiar, mas logo que chegaram no estado, se organizaram em associações locais chamados *Nihonjin-kai*. Literalmente traduzido, significa “associação de japoneses” e, através dessa associação, passou-se a realizar as atividades comunitárias como a de confraternização e discutir os problemas da comunidade em comum (HANDA, 1981, p. 296). Segundo Handa, a confraternização era necessária porque essas associações eram formadas pelos indivíduos de regiões diferentes do Japão, de modo que somente dessa forma poderiam se conhecer para discutir harmoniosamente os assuntos de interesse da comunidade.

Os japoneses criavam associações de modo que as pessoas diziam: onde os três japoneses se juntam, criam sua associação. Mesmo sendo colônia, não é necessariamente o grupo de pessoas conhecidas ou de amigos e, sendo assim, pensava-se que era necessário realizar atividades de *confraternização*. A *confraternização* significava espaço para os homens se juntarem e beberem [...] e se tornando mais íntimos, empenhar no desenvolvimento e melhoramento na qualidade de vida da comunidade [...] Junto a isso, criam *Seinen-kai* a associação de jovens. Às vezes, o prédio da associação de jovens ficam prontos antes do prédio da *Nihonjin-kai*. A razão disso é que, para obrigar aos jovens à trabalharem nos preparativos e no término das atividades como a de *Undokai* e de confraternização, necessitava de local para guardar objetos usados para tais atividades culturais. (HANDA, 1981, p. 298).

Assim, como em outras comunidades, no Rio Grande do Sul foi criada a Associação de Assistência Nipo-Brasileira do Sul, no início da década de 1970, na cidade de Porto Alegre, com o apoio do governo japonês, com aquisição de terreno e construção do prédio. A sua jurisdição abrange o estado do RS e SC, devido a jurisdição do antigo Consulado Geral do Japão em Porto Alegre, aberto até 2006.

Conforme documentos arquivados na época de sua fundação, percebe-se que quando a associação foi criada, já havia outras associações locais, em sua maioria

não cadastrada como pessoa jurídica, existindo como grupo social de fato. Não há ainda o levantamento quantitativo e identificação precisa dos locais em que esses grupos se organizaram visto que toda documentação está escrita em língua japonesa e, portanto requer maior tempo para identificar tais dados. Entretanto, acredita-se que seu número se aproxima de 15 a 18 associações, tendo como parâmetro as que existem nos dias de hoje.

A Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul, neste contexto além de cumprir sua função como Federação de Associações Japonesas Regionais do Rio Grande do Sul, assume igualmente o papel de associação japonesa de Porto Alegre. Os associados, desde sua fundação são identificados segundo sua região onde mantêm a residência ou domicílio, de modo que esta associação possui visibilidade sobre a comunidade japonesa do estado. Essa associação conhecida entre os japoneses com o nome Enkyô, realiza várias atividades culturais e assistenciais e culturais.

Os dirigentes atuais, na sua maioria composto de associados de segunda geração, têm dificuldades em acessar a esses documentos, de modo que entre os associados, a memória da instituição se restringe à própria memória de indivíduos como memória oral salvo os associados idosos que, beirando a setenta e oitenta anos de idade que ainda conseguem ter acesso às informações escritas. Assim, urge realizar o levantamento de dados documentais assim como o registro da história oral.

### 3 | EVENTOS CULTURAIS COMO EXERCÍCIO DA BUSCA DO PASSADO PELO PRESENTE

Neste espaço criado pelo esforço conjunto dos imigrantes, passou a funcionar um escritório administrativo, o dormitório para os jovens, filhos de agricultores do interior que precisavam estudar na capital, consultório médico e odontológico. Paralelo a estas atividades, também passou a realizar festividades tais como *Engeiai*, o festival artístico com temas nipônicos e locais, *Undokai*, a gincana esportiva e mais tarde o *Ireisai*, o culto aos antepassados. Neste capítulo, serão abordadas as atividades culturais organizadas pela Associação e como essas atividades dialoga com a comunidade japonesa.

O *Undokai* surgiu no Japão como atividade esportiva para incentivar a integração da comunidade ainda no início do período Meiji, na primeira metade do século XX para todas as comunidades japonesas, desde escola até as empresas. Nesse dia, várias atividades são realizadas, sendo o cabo de guerra, curiosamente, é realizado sempre na parte final do evento, dividido em equipes regionais e aquele que vence a todos recebe a taça do ano. Por sua vez, a competição de caça-grãos de soja, pratica a habilidade de usar o *hashi*, os pauzinhos de madeira para juntar os grãos de soja num pote, numa quantidade predeterminada.

Há ainda outras atividades já acima mencionadas como pescaria, e outras e todas elas incentivam as desenvolver o sentimento de competições individuais, em grupo e regionais, seguindo o objetivo inicialmente implantado para a unificação da nação japonesa pelo governo Meiji durante a modernização do país recém emergido do período feudal que durou até 1868. Assim, no *undokai*, todos ganham prêmios pelo simples fato de participar do evento e, com isso, fortalecer o laço entre os integrantes e se identificarem como membro da comunidade.

O *Engeikai* é atividade que visa interação dos membros da comunidade, num sentido de apresentar habilidades pessoais e assim ser reconhecido pela comunidade. Geralmente, no Japão, essa atividade acontece nas escolas em forma de festival anual. Dentre as atividades são realizados os teatros, dança, música e apresentação de comédia e outras habilidades pessoais e, curiosamente, nessa atividade não há premiação por parte do organizador como ocorre em *Undokai*. É o espaço para demonstrar habilidades mais pessoais, podendo ser até acrobacias ou mágicas, desde que tenha cunho artístico. Na colônia japonesa de Ivoti, por exemplo, realiza anualmente no meio do ano com participação de toda comunidade. É o dia que os moradores podem apresentar o que treinou durante o ano e ser estrela do palco, com exibição artística desde que o tema esteja ligado à cultura japonesa e normalmente é falado em língua japonesa.

O *engeikai* é realizado todos os anos, nas datas diferentes as de *undokai* e *engeikai*, com elementos japoneses visivelmente presentes e, mesmo com aumento de casamento inter-étnico e, ao decorrer do tempo e o aumento de jovens mestiços, observa-se que o número de participantes tem se aumentado para se integrarem ao evento, dando a entender que há grande interesse nesses jovens de origem japonesa de reconhecer a sua origem e o passado de suas avós através da Prática dessas atividades culturais. Esses espaços também são locais onde pode ouvir as velhinhas falarem, no seu próprio dialeto, com as amigas e amigos japoneses, o que aumenta ainda mais a sentimento da presença do passado japonês entre as pessoas que participam desses eventos.

Através da participação em eventos como esses, os participantes criam laços com a prática de origem japonesa, percebendo na própria prática do presente o passado, pois “a nossa relação com as coisas (e especificamente com artefatos culturais), nunca é apenas uma relação de atribuição de sentido” (GUMBRECHT, 2009, p. 12).

Segundo este autor, ao se referir à relação cartesiana

Sempre viveremos entro e consciente de uma relação espacial com estas coisas. As coisas podem estar “presentes” ou “ausentes” para nós, e se elas estão “presentes” elas podem estar perto ou longe de nossos corpos. Chamando-as de “presentes”, então, no sentido original do latim *prae-esse*, estaríamos afirmando que as coisas estão em “frente” de nós, sendo assim tangíveis. GUMBRECHT, 2009. p. 12).

Essa prática japonesa organizada e realizada pela Associação japonesa formada, comunidade local faz com que os indivíduos participem das atividades, enquanto cultura de presença, integrando-se à comunidade como um todo e para ter reconhecimento enquanto indivíduo diante da mesma.

Outro evento anual organizado pela Associação é a cerimônia de culto aos antepassados, chamado *Ireisai*. Este culto essencialmente religioso é realizado geralmente no primeiro sábado da segunda quinzena do mês de agosto e tem como objetivo agradecer e homenagear o espírito de antepassados. A data da celebração se aproxima do período e finados do Japão, o chamado *Bom*, quando ocorrem vários festivais que homenageia os antepassados, tanto da sua localidade como o do espírito do familiar.

A concepção sobre religiosidade no Japão é mais ampla do que os países ocidentais na sua maioria, calcado na religião cristã. Segundo Paiva,

As concepções, atribuições e histórias relacionadas com Deus ou deuses; sentimentos, afetos e emoções também relacionadas com essas entidades; ações, práticas, ritos igualmente relativos a essas concepções e emoções (PAIVA, 2007, p. 184).

fazem parte da religião, o que essa atividade praticada através da verbalização desses imigrantes no culto religioso faz os identificar como pertencente daqueles raízes, a sua origem japonesa.

No que se refere às práticas religiosas, o povo japonês, desde seus primórdios, atribui à natureza e aos seres vivos e inanimados um princípio vital, como se as pessoas fossem e, na época em que a agricultura passou a ser praticado com divisão do trabalho, aproximadamente III séculos AC, passa a acreditar na existência de deuses baseados na mitologia, semelhante aos deuses gregos, sem que isso substitua a concepção das percepções religiosas anteriores nem que haja o sincretismo religioso (TAZAWA; OUDA; MATSUBARA, 1973, p. 9-15).

Em relação ao budismo, Ronan Alves Pereira (2006) afirma que

não somente teve um relacionamento sincrético com o Xintoísmo, como também desenvolveu uma espécie de “divisão de trabalho” com o mesmo, no que tange a ritos de passagem: enquanto o Xintoísmo geralmente está relacionado com o nascimento e o matrimônio, o Budismo continua na esfera do culto aos antepassados e dos ritos funerários. Note se, porém, que apesar de não serem práticas comuns, também é possível haver casamento budista e funeral xintoísta. (PEREIRA, 2006, p. 34).

Os imigrantes trouxeram consigo essa crença religiosa, sobretudo sentindo a necessidade de realizar o culto a seus antepassados, procurou na instituição por eles mesmos organizados o espaço para realização de tal evento. Assim, a Associação passou a organizar e realizar o culto, segundo preceito de cada religião convidada para celebrar seus ritos, todos em língua japonesa. Conforme Gaudioso e Soares,

No dia de homenagem aos mortos, *ireisai*, os monges, padres, pastores e reverendos de várias religiões se reúnem com os imigrantes e seus descendentes na sede da Associação Assistencial Nipo e Brasileira do Sul, *Enkyo*, para realizarem cultos religiosos em língua japonesa. Nessa celebração, os japoneses e seus descendentes reúnem-se para homenagear seus entes queridos que decidiram perpetuar-se no solo gaúcho. É o momento no qual se manifestam compreensão, harmonia e interação entre as religiões, de todas as origens, ocidentais e orientais, entre idosos e jovens. (GAUDIOSO; SOARES, 2011, p. 6).

Nesse dia, são organizados os rituais religiosos de três religiões que a comunidade considera mais tradicionais: o budismo, o católico e o protestante. A religião xintó não é celebrada nessa cerimônia, pois na religião japonesa o xintoísmo é praticado mais com assuntos ligados no cotidiano entre os vivos que mortos e, por outro lado, esses deuses do Japão são regionais ou pertencentes à família, como deus protetor daquela casa. Observa-se que no xintoísmo,

diferentemente da religião católica, por exemplo, cuja data de celebração religiosa é unificada independentemente do local onde o indivíduo esteja, as festas religiosas xintoístas do Japão variam de região para região. Cada um desses deuses e entidades está firmemente enraizadas no local, de forma que em todo o território japonês se realizam durante o ano, diversos festivais e rituais locais, de forma independente uma das outras. (GAUDIOSO; SOARES, 2011, p. 3).

Desta forma, enquanto que o culto aos deuses do xintoísmo ocorre mais no âmbito individual e familiar, como nas casas que possuem altar *kamidana*, próprio do xintoísmo, os imigrantes japoneses praticam os rituais das demais religiões no espaço em comum, para rememorar os entes falecidos e que no passado compartilharam as experiências da vida.

#### 4 | DIALOGANDO COM AS SETE AMÁLGAMAS DO GUMBRECHT

Neste capítulo será analisada as atividades culturais realizadas pela Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul sob ponto de vista das sete amálgamas apontadas por Gumbrecht.

O primeiro amálgama é a linguagem tratada como uma realidade física que afeta não somente o órgão sensor acústico mas o corpo todo, percebendo-a “mesmo se não nos for possível entender o que supostamente suas palavras significam” pois “alguém pode captar certas qualidades da poesia declamada, mesmo sem saber o idioma que está sendo usado”(GUMBRECHT, 2009, p. 13).

No caso dos festivais artísticos como o *engeikai*, grande parte dos participantes apresentam suas habilidades em língua japonesa, sobretudo quando cantam em japonês, mesmo sem saber exatamente o que a letra da música significa. Este evento é altamente incentivado, principalmente por parte dos mais idosos e pelo próprio incentivo por parte do órgão japonês, valorizam a comunidade por exercer tal atividade, como presença do membro do corpo consular e demais autoridades como



aqueles ligados a Câmara de Indústria e Comércio Japonesa do RS por entender que o evento como esse preserva a cultura de origem, portanto o passado, tornando presente as tais práticas.

Em se referindo ao *undokai*, como já foi mencionado, diversos elementos culturais e funcionais estão presentes, tanto para rememorar o passado no presente assim como a utilização da língua japonesa falada no evento, como as palavras de incentivo e de diálogo dos locutores e líderes locais na inserção de atividades em execução, muitas vezes em seus dialetos locais, reforçando a sua identidade cultural. No rito religioso em questão, sobretudo no ritual celebrado por monge budista, entoam-se sutras, uma oração budista, falado em sânscrito durante o ritual de modo que ninguém entende o seu conteúdo, salvo a entoação em língua japonesa que segue logo após. Mesmo assim, as pessoas que comparecem a essa celebração sentem-se que oraram conforme a tradição quando participam do ritual com entoação de tais sutras, identificando-se com a alma que está sendo homenageada, guardada em sua memória.

Desde 2013, quando o monge japonês faleceu, o ritual budista é realizado por monja budista da seita Soto, da linhagem do zen budismo japonês. Sendo americana e não sendo falante fluente da língua japonesa, a monja celebra uma parte do ritual em sânscrito e, mesmo assim, as pessoas demonstram suas comoções e satisfações por poder ter realizado o ritual em japonês e no ritmo que lhes é familiar. Por outro lado, as missas católicas e protestantes, também são realizadas em língua japonesa. Para os presentes na missa de segunda e de terceira geração que entende melhor o português, dizem que a cerimônia precisa ser feita em língua japonesa para que as almas dos falecidos compreendam o que estão falando em orações e assim, poder consolar os espíritos japoneses que permanecem na memória e que entende melhor o japonês.

Conforme Gumbrecht (2009, p. 14) a linguagem possui um 'ritmo' que pode sentir e identificar independentemente do significado que a linguagem 'carrega' e que, como uma realidade física que tem forma e pode dar performance à memória da pessoa. Assim, estas orações podem trazer aos parentes dos falecidos a sensação de reencontro momentâneo com os entes que já se foram, pois, pode-se atribuir uma função encantatória para a linguagem como tornar algo ausente em presentes e coisas presentes em algo ausente (GUMBRECHT, 2009, p. 14).

O segundo amálgama enunciado entre presença e linguagem, segundo Gumbrecht (2009, p. 14) "está presente em algumas práticas básicas de filologia". Sob esse aspecto, os enunciados da linguagem utilizados nos eventos organizados para tais atividades remetem ao passado japonês dos imigrantes e seus descendentes tais como no momento do pronunciamento da abertura e encerramento de cada uma das atividades, sendo que essas interpretações estão sempre em conexão com o tempo presente de modo a solucionar algum problema ou comentar o que as pessoas vivem no momento, como as práticas que os participantes vivenciam no presente,

rememorando o passado.

Por sua vez, o terceiro caso do amálgama se manifesta através da linguagem que é capaz de disparar uma experiência estética. Segundo Gumbrecht (2009, p. 15), essas formas poéticas estão engajadas em uma oscilação com o significado, no sentido de que um leitor/ouvinte não consegue prestar atenção de forma satisfatória a ambos os lados.

Isso seria o caso de imigrantes que não dominam bem a língua portuguesa por um lado e, por outro lado, a de seus descendentes que, já sem dominar a língua de origem de seus ancestrais, fazem de conta que entendem o que uns falam aos outros ou simplesmente ignoram. Seria aqui o caso dos imigrantes que ouve entoação de sutras como se ouve poemas e se encanta com o som? Gumbrecht afirma que entender o significado da linguagem não ocorre ao mesmo tempo em que se percebe o aspecto estético da mesma.

O quarto paradigma do amálgama é a linguagem do misticismo onde “a linguagem mística produz o efeito paradoxal de estimular imaginações que parecem tornar esta mesma presença palpável” e que “uma visão tanto secular como analítica compreenderá a experiência mística em si mesma como um efeito de presença produzido pela linguagem” produzindo o efeito do passado no presente “por seus poderes inerentes de autopersuasão” (GUMBRECHT, 2009, p. 15).

No caso das religiões mais tradicionais do Japão como xintoísmo e o budismo, em que acredita se retorno de falecidos em determinadas condições, esse paradigma se faz maior sentido. Por outro lado, as pessoas que participam nos eventos e festivais organizados e realizados pelos próprios japoneses, falando e escutando as línguas familiares a da sua terra de origem, pode trazer a sensação de vivenciar o tempo memorável como se ali estivessem no presente.

O outro amálgama é aquele que a própria linguagem passa a assumir a posição de “coisas”. Isto quer dizer que, “este inclui textos em que o paradigma semiótico de representação é substituído por uma atitude dêitica em que as palavras são experimentadas como apontando coisas, ao invés de substituí-las” (GUMBRECHT, 2009, p. 16). No caso do *ihai*, um tabuleiro com o nome do falecido ou mensagem ao falecido, os japoneses consideram esse tabuleiro a própria figura do falecido de modo que, nas celebrações anuais, coloca no altar um tabuleiro grande escrito “espírito dos falecidos”. Além disso, algumas pessoas trazem o *ihai* da sua casa consigo para que o falecido possa participar do ritual religioso.

Em relação ao efeito da epifania, o sexto modo de amálgama, produzido pela linguagem, Gumbrecht (2009, p. 16) sugere que “se levarmos em conta a fenomenologia da linguagem como uma realidade física, e, com isto, o potencial de encantamento da linguagem, então uma convergência entre literatura e epifania parece ser muito menos estranha”. Considerando os trechos de escrituras ou de alguma passagem histórica falada ou lida durante a cerimônia de culto religioso e isso resulta no estado de alteração espiritual momentânea, pode-se afirmar que ocorreu a epifania através

da linguagem utilizada na cerimônia. O discurso das autoridades ou notícia que for publicada no boletim ou jornal a respeito das atividades acima mencionadas também poderá ocasionar a epifania, conforme estilo de linguagem utilizada em tal texto, visto que na língua japonesa há diversos estilos de linguagem e isso poderá afetar o conteúdo da mensagem.

Por fim, como sétimo amalga, Gumbrecht afirma que,

a linguagem, sob determinadas condições, pode tornar o passado tangivelmente presente” pois “sempre que ‘tornamos presentes’ coisas, corpos ou sentimentos, ativamos e acentuamos aquela dimensão de experiência que, em minha tipologia introdutória básica, chamo ‘cultura de presença’ (GUMBRECHT, 2009, p. 17).

Isto quer dizer que através das “linguagens que apontam para objetos e lugares que conferem uma presença material ao passado dentro do presente temporal” pode fazer emergir passado presente e que isso pode acontecer por contato físico com antiquários que contêm escritas do passado ou, “pelos estilos e formas lingüísticas [sic] que são percebidas como ‘antiquadas’ sem serem tão remotas que precisem de uma tradução formal para uma linguagem contemporânea” (GUMBRECHT, 2009, p. 18).

Este amalga é percebida nos textos escritos ou mesmo na linguagem falada em japonês, como linguagem oral em geral, pois ela tem peculiaridade de expressar enquanto estilo de linguagem as características dos locutores, interlocutores e terceiros envolvidos na fala e na escrita, além dos dialetos presentes em cada região do país carregado de significados.

Nesse sentido, num ambiente como a de celebração em homenagem aos mortos, atividades culturais originárias do Japão, quando se utiliza as palavras em estilo mais antiga, formal ou informal, ligados ao material que visivelmente simboliza a presença do passado como a *ihai*, instrumentos usados na competição esportiva ou nas apresentações teatrais, possibilita tornar o passado presente, de forma palpável.

Finalmente, Gumbrecht conclui que vê “a descrição da linguagem como ‘a casa do Ser’ de forma promissora, mas que, quando efetivada, pode vir a ser diferente daquilo que Heidegger quis dizer com estas palavras” já que, segundo este autor, “o conceito de ‘Ser’ aponta para uma relação entre as coisas e o ‘Daisen’”, na qual o ‘Dasein’ é concebido como algo ontologicamente uno, numa convergência linguística para o tempo presente. Nesse contexto, a preservação da cultura japonesa se pratica mesmo fora do território nacional garantindo, grosso modo, a identidade nacional japonesa.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto do Hans Ulrich Gumbrecht utilizado no presente trabalho possibilitou

a realizar o estudo das atividades culturais japonesas realizadas na Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul junto à comunidade japonesa do Rio Grande do Sul, sobretudo em seus aspectos de linguagem presentes e ver como tal prática exerce a função de resgatar a memória dos imigrantes, tornando presente o passado. Ao analisar essas práticas sob os aspectos de sete amalgamas entre linguagem e cultura de presença, pode-se perceber que há conexão profunda entre utilização da linguagem para resgatar a memória no tempo presente, isto é, a linguagem é utilizada para tornar presente o passado.

Assim, pode se afirmar que tanto o *engeikai*, a *undokai* como o *ireisa*, realizados pela Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul, são significativos no sentido de resgatar a memória coletiva, através da linguagem utilizada, tornando o passado presente e que sendo praticado na comunidade japonesa, preserva o elemento de sua identidade enquanto japonês mesmo fora do território nacional.

## REFERÊNCIAS

GAUDIOSO, Tomoko Kimura; SOARES, André Luis Ramos. Entre o Bustsudán e a missa: práticas religiosas de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul, Brasil. *Amérique Latine Histoire et Mémoire*, n. 20, 2010. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/alhim/3667>>. Acesso em: 10 maio 2019.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História e Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 10-22, set. 2009.

HANDA, Tomoo. Imin no seikatsu no rekishi (História da imigração japonesa). São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1981.

OGASAWARA, Kôei. *Kieta Ijûti wo motomete* (A procura das colônias japonesas desaparecidas). São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros. (Coleção The Research Institute of Humanities Research, 3).

PEREIRA, Ronan Alves. O budismo japonês: sua história, modernização e Transnacionalização. Ponto de Encontro de Ex-Fellow, São Paulo, n. 1, 2006. Suplemento. Disponível em: <<http://www.fjsp.org.br/estudos/ed%2001/artigo%20Budismo%20%20Ronan.doc>>. Acesso em: 11 maio 2019.

SAITO, Hiroshi. Alguns aspectos da mobilidade dos japoneses no Brasil. In: KOBE UNIVERSITY. *Kobe Economic and Business Review 6th Annual Report*. Kobe, 1959.

SANTOS, Geraldine Alves; DOLL, Johannes; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A integração cultural do japonês na cultura brasileira: a experiência da Colônia de Ivoti. *Cadernos de Pós-graduação em Direito*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, nov. 2003. Edição especial.

TANAKA, Aline Midori de Moraes. Imigração e colonização japonesa no Brasil. *Cadernos de Pós-graduação em Direito*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 37-41, nov. 2003. Edição especial.

TAZAWA, Y.; OKUDA S.; MATSUBARA, S. *História Cultural do Japão: uma perspectiva*. Tóquio: Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, 1973.

## DE IBICABA A SUPERAGUI: APROXIMAÇÕES ENTRE A IMIGRAÇÃO DEDICADA À GRANDE LAVOURA E A COLONIZAÇÃO HAVIDA NO PARANÁ

**Caiubi Martins Dysarz**

**RESUMO:** O presente artigo pretende acompanhar as vicissitudes do empreendimento colonial de Superagui, iniciado pelo Cônsul Geral da Suíça no Brasil, Carlos Perret Gentil, no ano de 1851. Perret Gentil era empresário na cidade do Rio de Janeiro e, por diversos contatos com cafeicultores paulistas, decidiu por lançar-se à exploração agrícola na região do Superagui, próximo a Paranaguá, declarando como modelo ideal as colônias de parceria iniciadas na grande lavoura de São Paulo. Por mais que o empresário colonizador tivesse por desiderato tais experiências, a colonização levada a cabo no litoral do Paraná afastou-se em grande medida daquelas iniciativas. A investigação do empreendimento e dos agentes históricos que permearam a colonização de Superagui permite-nos delinear aproximações entre a colonização europeia havida no Brasil Meridional e aquela dedicada à substituição de escravos na lavoura do café. Mesmo consideradas muitas vezes antitéticas, ambas as iniciativas de introdução de colonos europeus possuíram muitas ligações e partilharam de um destino comum: a modificação de arranjos de trabalho entre proprietários de terra e

trabalhadores foreiros ou assalariados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização no Paraná; Sistema de parceria; Colônia de Superagui; Carlos Perret Gentil;

**ABSTRACT:** The present article intends to investigate the transformations of the colonial enterprise of Superagui, started by the General Consul of Switzerland in Brazil, Carlos Perret Gentil, in the year 1851. Perret Gentil was enterprising in the city of Rio de Janeiro and by many contacts with paulistas farmers, he decided to aim at the agricultural exploration in the Superagui peninsula, declaring as an ideal model the sharing system colonies, implemented in the São Paulo's great farming. For more the colonizer enterprising had as design such experiences, the colonization initiated in Paraná's shores distanced itself in a large way from those initiatives. The investigation of the enterprise and the historical agents that pass through the colonization of Superagui allow us to outline proximities between the European colonization that took place in the south of Brazil and the other one, dedicated to the replacement of slaves in the coffee plantation. Even considered the many times each other as opposites, both initiatives of introduction of Europeans colonists had much liaisons and

shared a common fate: the changes of work arrangement between landlords and renters or wage earner workers.

**KEYWORDS:** Paraná's Colonization; Sharing System; Superagui Colony; Carlos Perret Gentil;

## INTRODUÇÃO

Defende-se que os empreendimentos de colonização havidos na região do Paraná, a partir da segunda metade do século XIX, distinguiam-se largamente da imigração destinada à grande lavoura exportadora, cujo principal objetivo foi angariar trabalhadores livres para cafeicultura. As colônias de estrangeiros estabelecidas na região supracitada estariam voltadas para o fornecimento de gêneros de subsistência<sup>1</sup> e seriam formadas por colonos pequenos proprietários. Essa antítese é corroborada por diferentes estudos e está longe de ser refutada<sup>2</sup>.

Porém, a análise de trajetórias individuais e empreendimentos de colonização específicos aponta para imbricações entre as duas iniciativas, e, por momentos, quase uma simbiose.

Tal foi o caso da Colônia de Superagui, empreendimento iniciado na região homônima do litoral paranaense em 19 de outubro de 1851, por iniciativa do então Cônsul Geral da Suíça no Brasil, Carlos Perret Gentil. O fundador do núcleo colonial afirmou ser um entusiasta do sistema de parceria, praticado nas propriedades cafeicultoras paulistas, e decidiu criar seu empreendimento a partir das observações lá colhidas. Acompanhar as transformações no projeto original do empreendimento havido às margens da Baía de Paranaguá é o objetivo principal deste trabalho. Como fio condutor de nossa análise, relacionar-se-ão os empreendimentos de colonização europeia havidos em âmbito nacional com a trajetória de cônsul suíço Perret Gentil; após, o foco será suas observações da imigração na lavoura paulista e o discurso em defesa de tais iniciativas; posteriormente, haverá a observação do estabelecimento do núcleo colonial na Baía de Paranaguá; por fim, serão sugeridas hipóteses para explicar a diferença entre o discurso proclamado e a organização da Colônia de Superagui.

---

1 BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilati. Un Mazzolino de Fiori, vol. I / Cecília Maria Westphalen (org.). Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 367; DRABIK, Belquis Ribeiro. GONÇALVES, Marcos. Notas sobre política imigratória na Província do Paraná. In: BOSCHILIA, Roseli (Org.). Reconstruindo Memórias: os Poloneses do Santo Inácio. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2004, p. 26-29; SANTOS, Carlos Roberto Antunes do. História da Alimentação no Paraná. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 103; NADALIN, Sérgio Odilon. Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: Ciclos Matrimoniais e Etnicidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p. 174.

2 BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns Aspectos Relativos Aos Estudos de Colonização e Imigração. In: BALHANA, Altiva Pilati. Un Mazzolino de Fiori, vol. I / Cecília Maria Westphalen (org.). Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 245; MENDOÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. In: Antíteses, Londrina, v.8, n.16, p.204-226, jul./dez. 2015, p. 207; SEYFERTH, Giralda. Imigração e Cultura no Brasil. Brasília: Editora UNB, 1990, p. 14.



## PROJETOS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO IMPÉRIO DO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

A entrada de elementos europeus na América Portuguesa durante o período colonial não foi substancialmente estimulada pela coroa portuguesa<sup>3</sup>, porém, portodooséculoXVIII, mobilizaçõesde maior montade portugueses e projetos de colonização oficial ocorreram, como as imigrações em função da atividade mineradora<sup>4</sup> e a colonização de casais açorianos<sup>5</sup>.

A tentativa oficial tinha objetivos defensivos e de mudança da crença na degradação do trabalho manual, características que vão pontuar as iniciativas posteriores ao decreto real de 1808, que permitia a súditos não-portugueses a aquisição de sesmarias no território brasileiro<sup>6</sup>.

Já no período pós-Independência, as necessidades de recrutamento de tropas são conjugadas às premências de melhoria na agricultura e ocupação do território<sup>7</sup>.

Os projetos de colonização levados a cabo pelo Império foram objeto de inúmeras críticas de parlamentares ligados à agricultura de exportação, como o senador paulista Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, pelo fato de serem considerados empreendimentos inócuos e geralmente fracassados. O fato de tais iniciativas fornecerem terras aos imigrantes, enquanto havia necessidade de mão de obra para a agricultura, foi outro ponto destacável das críticas<sup>8</sup>. Em 1830, o parlamento imperial proibiu o gasto com projetos de colonização, retomando-o apenas em 1834<sup>9</sup>, bem como o engajamento de regimentos estrangeiros<sup>10</sup>.

Passada a década de 1830 – talvez o período mais crítico para a imigração europeia no Brasil<sup>11</sup> – o decênio de 1840 assiste ao recrudescimento dos projetos de colonização. Entre estes, encontrava-se um

3 BALHANA, Altiva Pilatti et al, op. cit., p. 245.

4 KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 19; NADALIN, Sergio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2002, p. 56.

5 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonizar para Atrair: A Montagem da Estrutura Imperial de Colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1996, p. 10; BALHANA, Altiva Pilatti. *Política Imigratória no Brasil Meridional*. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori*, vol. III / Cecília Maria Westphalen (org.). Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 131.

6 BALHANA, Altiva Pilatti et al, op. cit., p. 245; LAZZARI, Beatriz Maria. *Ideologia e Imigração: reação do parlamento brasileiro à política de imigração e colonização (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 31.

7 OBERACKER JR, Carlos H. *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1985, p. 172; 177-179.

8 LAZZARI, Beatriz Maria, op. cit., p. 33, 49. PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 22. Sobre as cisões no interior da elite imperial e o papel dos fazendeiros no Império Cf. ALENCASTRO, Luís Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. *Caras e Modos dos migrantes e imigrantes*. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil – volume 2*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 295-299.

9 BALHANA, Altiva Pilatti et al, op. cit., p. 246.

10 LAZZARI, Beatriz Maria, op. cit., p.49; MACHADO, Paulo Pinheiro, op. cit., p. 15.

11 NADALIN, Sergio Odilon, *Paraná: Ocupação do Território...*, op. cit., p. 66; RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e conflitos anti lusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002, p. 163.

de autoria do mesmo senador Vergueiro, que introduziu em sua propriedade de Ibicaba dezenas de portugueses provenientes da região do Minho<sup>12</sup>, adotando com eles o regime de trabalho denominado de parceria. O cerne do regime consistia na divisão do montante proveniente da venda do café entre o fazendeiro e colono europeu na razão de 50%. Além disso, fornecia-se um pequeno lote na grande propriedade para que o trabalhador pudesse cultivar gêneros; em caso de sua comercialização, o fazendeiro retinha metade do ganho pecuniário. Por fim, uma cadeia de dívidas atrelava o colono ao grande proprietário, e sua liquidação era obrigatória para o término dos contratos<sup>13</sup>.

Porém, a experiência é desfeita pelo envolvimento de Nicolau Vergueiro na Revolta Liberal de 1842<sup>14</sup>. Apenas em 1846, com apoio do Governo Imperial, o senador paulista retomaria as atividades para ingresso de colonos europeus como trabalhadores sob a égide de grandes fazendeiros. Para isso, criou a Vergueiro e Cia no mesmo ano, com sede na cidade de Santos, sob a presidência de seu filho, José Vergueiro<sup>15</sup>. É por essa época que o primogênito do senador Nicolau Vergueiro iria entrar em contato com aquele que talvez fosse o maior propagandista e defensor das empresas da família paulista: o Cônsul Geral da Confederação Suíça no Brasil, Carlos Perret Gentil.

## A RELAÇÃO DO CÔNSUL GERAL DA SUÍÇA NO BRASIL COM A IMIGRAÇÃO PARA A CAFEICULTURA PAULISTA

Carlos Perret Gentil nasceu em 19 de outubro de 1814, na cidade de Fleurier, no Cantão de Neuchatel, na Suíça, e emigrou para o Brasil por volta dos anos de 1835 e 1836<sup>16</sup>.

Uma vez que não dispomos de relatos sobre sua emigração, o contexto do país alpino à época auxilia-nos a formular hipóteses para tal<sup>17</sup>. Após as guerras napoleônicas, formam-se na Suíça diversas *casas de comissão*, que realizavam comércio transatlântico por meio do agenciamento de mercadorias, cujo rendimento provinha de comissões sobre as vendas – daí seu nome. É a partir de 1830 que tais empresas

12 WITTER, José Sebastião, A revolta dos parceiros. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 26; DEAN, Warren. Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 97.

13 HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de parceria. In: História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p. 246-247; HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1984, p. 112.

14 WITTER, José Sebastião, Op. cit., p. 26; DEAN, Warren, op. cit., p. 97.

15 VERGUEIRO, Nicolau. Correspondência ao Presidente da Província de São Paulo, Manoel Fonseca de Lima e Silva. Santos, 1º de agosto de 1846. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

16 SILVA, Joaquim Félix da. Certidão de naturalização do suíço Carlos Perret Gentil. Paranaguá, 16 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 79-83.

17 Giovanni Levi explicitou a respeito da utilização do contexto histórico para compreender trajetórias individuais, conferir: LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 175.

suíças se estabelecem no Brasil, representadas por homens jovens com o intuito de fazer fortuna<sup>18</sup>.

Tal contexto explicaria a imigração de Perret Gentil no Brasil, na qualidade de comerciante, algo corrente aos europeus imigrados no Rio de Janeiro à época<sup>19</sup>. O suíço fora sócio da Terrisse & Cie, casa de comissão fundada por três irmãos genebrinos que se instalaram no Brasil em 1815 e iniciaram suas atividades em 1820, com operação na cidade fluminense<sup>20</sup>. Enquanto esteve a cargo da empresa, Perret Gentil fora nomeado cônsul da Confederação Suíça em 1838, com apenas 23 anos. Sob sua influência, elevou a representação existente no Rio de Janeiro em consulado geral no ano de 1840. Em seu período consular, deixou livros de registro repletos de lacunas, além de ser acusado de criar cargos de vice-cônsul sem a autorização de seu país de origem, de papel irrelevante e mesmo em troca de alguma retribuição pecuniária<sup>21</sup>.

A Terrisse & Cie encerrou suas atividades em 1844. Em vista disso, o agora cônsul fundou em 1845 na cidade fluminense de Campos uma fábrica de garrafas e lâmpadas à base de gás hidrogênio líquido, utilizadas na iluminação pública e privada<sup>22</sup>. Nos anos seguintes, seus produtos foram adotados no teatro e na iluminação pública do município<sup>23</sup>, e, na tentativa de expandir mercado, o cônsul suíço encontrou uma personalidade paulista que o influenciaria em seus negócios futuros.

Em 1846, em viagem num vapor em direção a Santos, Perret Gentil conheceu José Vergueiro, o presidente da Vergueiro e Cia, oportunidade na qual versaram largamente sobre colonização e utilização do trabalho livre na lavoura de café em oposição ao escravo. Posteriormente, em 1847, Gentil visitou a propriedade da família paulista de Ibicaba, lavrada por 215 escravos e sete famílias de portugueses remanescentes da empreitada de 1840, estes sob o sistema de parceria. O nível de vida em que se encontravam os portugueses impressionou bastante Perret Gentil, que fora informado por José Vergueiro que a introdução de trabalhadores europeus não ficaria limitada a essa tentativa. No ano seguinte, várias famílias viriam financiadas pelo fazendeiro, cujo reembolso do investimento seria feito pelos próprios colonos<sup>24</sup>.

18 VEYRASSAT, Béatrice. *Les Suisses et la Suisse au Brésil (1817-1930). Le renouvellement des communautés de'affaires ou le recul de l'influence économique de la Suisse française. Etudes et Sources*, 1995, n° 21, p. 12-13. Disponível em: "<http://www.amtsdruckschriften.bar.admin.ch/viewOrigDoc.do?id=80000185>". Acesso em 08/02/2012.

19 RIBEIRO, Gladys Sabina, op. cit., p. 186.

20 VEYRASSAT, Béatrice, op. cit., p. 14.

21 TSCHUDI, Johann Jakob Von. *Rapport de Mr. de Tschudi, Envoyé extraordinaire de la Confédération suisse au Brésil, sur les Consulats suisses dans le dit pays. Feuille Fédérale Suisse*. Ano 13, Volume 3, N° 63, 31 de dezembro de 1861, p. 277- 281;

22 GENTIL, Carlos Perret. *Requerimento a S.M.I., solicitando privilégio exclusivo para fabricar gás hidrogênio líquido para iluminação*. Rio de Janeiro. 1845. Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos – documentos biográficos. Localização: C – 0777, 069.

23 RODRIGUES, Herve Salgado. *Na taba dos goytacazes*. Niterói: imprensa oficial, 1988, p. 56; 60.

24 GENTIL, Carlos Perret. *A Colonia Senador Vergueiro – Considerações*. Santos: Typographia Imparcial de F. M. R. de Almeida, 1851, p. 31-33.

Tal é a história contada por Carlos Perret Gentil de como passou a se interessar pelos assuntos de colonização em seu livro “A Colônia Senador Vergueiro: Considerações”, opúsculo dedicado ao seu anfitrião em Ibicaba<sup>25</sup>. O livro trata de dois temas principais: primeiro, as observações a respeito da colonização no Brasil, concluindo-se que o sistema praticado por Vergueiro seria o único passível de sucesso; e, segundo, o estabelecimento dos alemães introduzidos em 1847 e sua situação alguns anos depois. Com os auxílios provenientes dos cofres imperiais, a Vergueiro e Cia conseguiu angariar 423 colonos hamburgueses, iniciando em julho do mesmo ano as atividades da Colônia Senador Vergueiro, na circunscrição da propriedade de Ibicaba<sup>26</sup>. Em 1851, ano da publicação do livro, Gentil verificou o estado em que se encontravam os colonos introduzidos, fornecendo-nos impressões quase nababescas da vida dos alemães no empreendimento.

Primeiro, descrevera a opulência das habitações dos colonos, que teriam muitos itens que não se encontrariam nas casas de “aldeões ricos” europeus, denunciando o “gráo de abastança” a que chegaram essas famílias<sup>27</sup>. Encontrara famílias contentíssimas e felizes, com víveres em fartura, que não sofriam frio e nem miséria<sup>28</sup>. Durante sua estada em Ibicaba, Perret Gentil encontrou um lavrador que possuía treze escravos pedindo para ser admitido na colônia, uma vez que “no seu sitio nunca tinha podido chegar a ganhar tanto quanto um colono bem trabalhador<sup>29</sup>”. Por fim, as dívidas contraídas pelos colonos seriam facilmente quitadas em apenas três anos<sup>30</sup>.

Enquanto autor, Perret Gentil acalentava que seus possíveis leitores se apropriassem dessas observações, com o objetivo de lhes incutir uma série de atitudes e comportamentos<sup>31</sup>. O primeiro deles era tornar a propriedade paulista atraente aos possíveis emigrantes europeus, e o livro supracitado e suas derivações em línguas europeias foram utilizadas com esse intuito. Os relatos do famoso colono Thomas Davatz e do enviado suíço Johann Jakob Von Tschudi apontam para essa conclusão. Davatz imigrou no Brasil em função dos escritos do cônsul suíço e esteve decidido a questioná-lo pessoalmente sobre as maravilhas que escrevera. Tschudi afirmara que Gentil apresentou o sistema de parceria de maneira muito favorável, conseguindo assim atrair numerosos europeus atingidos pelo pauperismo<sup>32</sup>.

25 Ibidem, p. 3; 31.

26 VERGUEIRO, Nicolau, op. cit.

27 GENTIL, Carlos Perret, op. cit., p. 60.

28 Ibidem, p. 63-64.

29 Ibidem, p. 66.

30 Ibidem, p. 90.

31 A respeito das atitudes de leitores frente às informações veiculadas por um livro, bem como os objetivos destas, conferir: CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998, p.77; \_\_\_\_\_. Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001, p. 24, 113-117; \_\_\_\_\_. Lectures et Lecteurs dans La France d’Ancien Régime. Paris: Éditions Du Seuil, 1987, p. 11, 45.

32 DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono de Brasil (1850). São Paulo: Editora da Universi-

Entretanto, não bastava apenas persuadir os imigrantes do sucesso da empreitada – era necessário convencer os potenciais clientes da firma Vergueiro: os diversos fazendeiros paulistas, escravocratas empedernidos que ainda estavam pouco dispostos a aceitar o trabalho de colonos europeus. Perret Gentil argumentava que os fazendeiros poderiam lucrar muito mais com o trabalho livre na base da divisão da venda do café do que com o trabalho escravo. José Vergueiro tinha por fim convencer outros proprietários, uma vez que mediante seu exemplo daria “uma prova incontestável contra a opinião geral, de que introduzindo uma população branca que trabalhasse a meias com o proprietário, [...] este ganhava no aumento de valor das terras e obtinha safras muito maiores<sup>33</sup>...”.

Nesse sentido, acusações são dirigidas aos grandes proprietários, que são considerados, em parte, responsáveis pelo insucesso da colonização no Brasil, por seu tratamento rude com os colonos<sup>34</sup>. O fim do tráfico de escravos e da escravidão, já vislumbrado por Perret Gentil, tornava-se mais uma justificativa para a introdução de imigrantes europeus; entretanto, esbarrava na convicção dos grandes fazendeiros, de que “os colonos não podem prestar os mesmo serviços dos escravos, e que a introdução d’aquelles tende a mudar totalmente seus hábitos, porque de necessidade deve ser todo diverso o regimen a seguir com elles<sup>35</sup>”. Perret Gentil defendia que a produção decorrente da divisão da venda do café poderia ser vantajosa aos fazendeiros, uma vez que, com o trabalho escravo, a produção ficaria estacionária, ao passo que com a introdução de colonos, estimulados por possíveis ganhos, e com compra de novas terras, sua safra deveria apenas aumentar:

(...) quando se falla á maior parte dos fazendeiros na partilha dos productos com os colonos, parece que isto equivaleria a arrancar-lhes a alma [...] Calculam sómente que tem – tantos negros os quaes lhe dão um rendimento de – tantas arrobas – ; e por conseguinte substituindo-os por colonos, e dividindo os productos, apenas teriam metade d’aquelle redito<sup>36</sup>

A insistência nos ganhos que os cafeicultores poderiam obter com a utilização dos colonos europeus, bem como nas qualidades desses trabalhadores (brancos, estáveis, industriais...), tinha o intuito claro de convencer outros proprietários não só a adotar o sistema proposto por Vergueiro, como também a contratá-lo para a remessa de tais colonos, como ocorre na década de 1850<sup>37</sup>. De fato, nesse decênio são criadas 42 colônias no interior de fazendas particulares em São Paulo<sup>38</sup>. Entretanto,

---

dade de São Paulo, 1980, p. 149; TSCHUDI, Johann Jakob Von Tschudi. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1953, p. 140.

33 GENTIL, Carlos Perret, op. cit., p. 33.

34 Ibidem, p. 6.

35 Ibidem, p. 19.

36 Ibidem, p. 27-28.

37 COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.125

38 OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Relação das colônias existentes em 1860. Repartição



a resistência dos fazendeiros em substituir os trabalhadores escravos por colonos, mesmo europeus, persistiria por décadas a fio, mesmo que talvez fosse mais caro obter um escravo do que trazer uma família oriunda da Europa<sup>39</sup>.

O sistema de colonização posto em prática pelos Vergueiros seria tão passível de sucesso que o próprio apologista da empresa tornar-se-ia agricultor, fazendo uso das experiências obtidas pela família paulista. É o que nos afirma o próprio Perret Gentil, que, encontrando-se enfermo para dar andamento a sua fábrica de gás hidrogênio em Campos, pretendia dedicar-se “a agricultura sobre as bases do seu systema<sup>40</sup>”, atraindo trabalhadores novos, sendo assim útil a sua nova pátria. Depois de ter averiguado as causas do fracasso de todas as empresas de colonização, teve por plano estabelecer uma companhia para tal, cujo capital proviria da venda de ações. Tal companhia deveria comprar uma grande extensão de terra, com escravos ou não, para receber um grande número de colonos; cada família receberia um terreno para explorar de dimensões em correspondência com suas forças, devendo dividir seus produtos com a administração colonial; por fim, as famílias seriam responsáveis pelos custos de seu transporte e não poderiam deixar a empresa sem antes quitar suas dívidas<sup>41</sup>.

Perret Gentil tinha por objetivo iniciar um empreendimento imigrantista que fizesse uso do esquema de trabalho livre posto em prática na grande lavoura, aproximando-se, dessa forma, dos desígnios e projetos de tais empreendimentos. Em função de os fazendeiros do Oeste Paulista empregarem colonos europeus como simples trabalhadores, atacavam no legislativo do Império os fornecimentos de terras a tal contingente, uma vez que se deveria atender às necessidades prementes do setor mais produtivo da economia nacional, abalado em função do fim do tráfico de escravos<sup>42</sup>. As tentativas de colonização de áreas inexploradas ou parcialmente exploradas por colonos europeus como pequenos proprietários<sup>43</sup> eram empreendimentos dispendiosos com resultados de pouca monta, cujos capitais seriam melhor empregados na imigração destinada aos grandes latifúndios. Mesmo quando o emprego da mão de obra europeia se restringia à lavoura, ainda havia discordâncias no financiamento de sua vinda pelo Governo Imperial, manifestada pela oposição do legislativo das províncias do Norte do Império<sup>44</sup>. Entretanto, por mais próximo que fosse o projeto de Perret Gentil dos empreendimentos da grande lavoura, sofreria transformações que, no fundo, distanciavam-se de grande parte dos ideais defendidos pelos cafeicultores do Oeste Paulista, aproximando-se muito da

---

das Terras Públicas e Colonização na Província de São Paulo. São Paulo, 13 de dezembro de 1861. Arquivo Nacional – Série Agricultura: \*IA<sup>6</sup> 87 (código).

39 COSTA, Emília Viotti, op. cit., p. 84

40 GENTIL, Carlos Perret, op. cit., p. 33.

41 Ibidem, p. 21-23.

42 BALHANA, Altiva Pilatti et al., op. cit., p. 240; LAZZARI, Beatriz Maria, op. cit., p. 69.

43 BALHANA, Altiva Pilatti et al., op. cit., p. 266.

44 LAZZARI, Beatriz Maria, op. cit., p. 54; 59; 65.



colonização que considerava inócua ou improdutiva.

## A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DE SUPERAGUI SOB OS AUSPÍCIOS DA GRANDE LAVOURA

Vimos acima o afã de Perret Gentil em tornar-se agricultor sob “as bases do sistema Vergueiro”, bem como seu plano de formar uma companhia para tratar dos assuntos de colonização. No mesmo ano em que publicara suas opiniões a respeito da fazenda de Ibicaba, lançara-se em seu próprio projeto de colonização, no litoral da 5ª Comarca da Província de São Paulo. Por volta do mês de outubro de 1851, o cônsul desembarcou em Paranaguá acompanhado de 12 colonos suíços, que se dirigiram para a península do Superagui, distante algumas léguas da cidade portuária. O núcleo pioneiro da futura Colônia de Superagui estabeleceu-se na região em 19 de outubro de 1851<sup>45</sup>.

A referida circunscrição provincial já estava em processo avançado de elevação à categoria de província, projeto acalentado desde os idos de D. João VI e efetivado pelos esforços de João da Silva Machado, o Barão de Antonina, em angariar a lealdade dos liberais locais à Coroa durante a Revolta Liberal de 1842. A antiga 5ª Comarca de São Paulo passaria a ser a nova Província do Paraná, criada em 29 de agosto de 1853<sup>46</sup>. Nesse ínterim, a nova região experimentou esforços de colonização, animados e acompanhados pelo mesmo Barão de Antonina que, em 1816 e 1828, instalaria respectivamente açorianos e alemães na região da Capela da Mata, um dos ramais do Viamão, constantemente atacada por índios, formando-se na última oportunidade a colônia de pequenos agricultores de Rio Negro<sup>47</sup>.

Outro ensaio de colonização, quase coetâneo ao de Carlos Perret Gentil, foi o do médico francês João Maurício Faivre, a Colônia Thereza, às margens do Rio Ivaí, no interior da futura província, iniciada com 64 franceses, em 18 de fevereiro de 1847. Argumentando que a agricultura seria a fonte de riquezas de um país e que as tentativas de colonização no Brasil tinham fracassado nesse objetivo, Faivre foi animado pela Imperatriz Thereza Cristina a constituir um núcleo que lograsse ter sucesso nessas atividades por meio de um novo sistema de colonização. O projeto de Faivre, ao menos em tese, era dotado de certo idealismo<sup>48</sup>, uma vez que a localização

---

45 GENTIL, Carlos Perret. Mappa da Colonia de Superaguy no ano de 1858. Superagui, 3 de junho de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 59, p. 20-24.

46 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p.139-147; BELOTO, Divonzir Lopes. A criação da Província do Paraná: a emancipação conservadora. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990, p. 55-68.

47 BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná... , op. cit, p. 363.

48 A afirmação de que Faivre pudesse ter se inspirado em ideias socialistas utópicas parece pouco confiável. Mesmo os argumentos mostrados por Josué Correa Fernandes, de que a constituição da Colônia Thereza, pelo fato de ser afastada, agrícola e valorizar o trabalho executado com as próprias mãos, tivesse sofrido influência das ideias socialistas, carece de comprovação, uma vez que os ideais referidos eram a base de todas as colônias formadas no Império. FERNANDES, Josué Corrêa. Saga da Esperança: socialismo utópico à beira do Ivaí. Curitiba, Imprensa Oficial 2006, p. 100-107.

remota tinha por objetivo deixar os colonos afastados da atividade mercantil e dos grandes centros de comércio, considerados como incompatíveis com uma colônia agrícola. O contato com vendedores e com proprietários de escravos deveria ser evitado a todo custo<sup>49</sup>.

Faivre tinha recebido por empréstimo 6 contos de réis da Imperatriz e despendido 4 contos do próprio patrimônio, tornando a pedir em novembro de 1847 mais recursos uma vez que poderiam “os actuaes habitantes da Colonia Thereza desesperando de sua sorte, abandona[r] a recém nascida povoação”<sup>50</sup>. De fato, meses depois restariam apenas seis dos franceses imigrados. O diretor da colônia admitiu que não selecionara os imigrantes mais aptos para o projeto, mesmo tendo-lhes ofertado terrenos e auxílios gratuitos. Posteriormente, angariou brasileiros de Castro e Guarapuava “muito mais próprios para trabalhar e viver nos sertões do que os estrangeiros”. As terras foram cedidas gratuitamente a tais colonos, sob a obrigação de que as lavrassem. Faivre lembrava ao Presidente de Província que sua empresa era, “motivada por hum espirito de caridade e como bem longe d’huma especulação financeira<sup>51</sup>”.

Como observado acima, as tentativas de colonização na região da futura Província do Paraná pautavam-se pela introdução de colonos europeus como pequenos proprietários e em regiões ermas, projetos diferentes da imigração destinada ao Oeste Paulista, cujo fim era suprir de mão de obra a agricultura de exportação. O empreendimento de Perret Gentil, por mais que este afirmasse, distanciou-se da experiência que o estimulou, tornando-se análogo aos projetos então encampados na nova Província.

O primeiro desafio aos desígnios do empreendedor suíço seria a aquisição da localidade em que instalou seu núcleo pioneiro, a península de Superagui, propriedade particular do inglês David Stevenson. No ano de 1815, Stevenson adquiriu as terras de Superagui, então pertencentes à região de São Paulo. Na qualidade de senhor absenteísta, estimulou a cafeicultura em sua propriedade, cuja escravaria alcançou 48 indivíduos, empregados no trato de 28 mil cafeeiros<sup>52</sup>. Na década de 1830, as atividades foram interrompidas. A coroa inglesa determinou que seus súditos emancipassem os escravos sob sua custódia, tal como Stevenson, negociante em Londres<sup>53</sup>. Sem cultivar sua propriedade, podemos supor que tencionasse vendê-la e que a oferta de tal extensão de terras interessou Perret Gentil, em busca de uma propriedade que atendesse seus planos de constituir um empreendimento de

49 FAIVRE, João Maurício. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando uma ajuda ate a primeira colheita, os 64 colonos agricultores que formam a colonia Tereza, fundada por ele, as margens do rio Ivaly, Sao Paulo, proximo ao porto de Paranagua. Biblioteca Nacional - Documentos Biográficos, C – 0090, 022 n° 005.

50 Idem.

51 FAIVRE, João Mauricio. Correspondência enviada ao Presidente de Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos. Colônia Thereza, 4 de março de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP 74, p. 99-102.

52 LOPES, José Carlos Veiga. Superagui: Informações Históricas. Curitiba: Instituto Memória, 2009, p. 85-92.

53 PLATZMANN, Julius. Da Baía de Paranaguá. Curitiba: Edição do tradutor, 2010, p. 80.

colonização.

Assim, Perret Gentil, por ocasião de seu desembarque no litoral paranaense, apresentou ao comendador Manoel Antônio Guimarães, o maior exportador de erva-mate do Paraná e um dos potentados locais<sup>54</sup>, uma autorização de David Stevenson para estabelecer-se na península de Superagui em conjunto com o grupo de colonos. O comendador elogiara a escolha da região pelo cônsul suíço para a fundação do estabelecimento, tendo em vista sua extensão – cinco léguas defronte ao mar, três de fundo – e pela abundância de madeiras. Entretanto, a região ainda não era propriedade de Perret Gentil, obrigando-o ir ao Rio de Janeiro para comprá-la de Stevenson, logo após ter deixado seus colonos para dar início aos trabalhos. Caso não o conseguisse, Manoel Antônio Guimarães sugeria outras regiões ao norte da Baía de Paranaguá, como o leito dos rios de Guaraqueçaba, Grogossu ou Tagaçaba: “Não será pois pela falta de terrenos adequados em posição e qualidade, que o ensaio colonial do Snrº Perret Gentil deixará de prosperar”<sup>55</sup>.

Porém, o cônsul suíço logra a região pretendida, em 14 de janeiro de 1852, arrematando-a por 6:500\$000 réis, pagáveis em duas prestações no decorrer de três anos<sup>56</sup>. Em Superagui, Perret Gentil decidiu por instalar-se no limite setentrional de sua propriedade, próximo à Baía dos Pinheiros e à Ilha das Peças, às margens do Rio Segredo. Lá construiu seu engenho de beneficiamento de diversos produtos coloniais. Parece-nos que a totalidade dos colonos e moradores brasileiros de Superagui se instalou às margens do referido canal, via de comunicação com a Baía de Paranaguá e de mais facilidade no trato agrícola.

Desvencilhando-se das ocupações que podiam obstar sua nova empresa<sup>57</sup>, Perret Gentil procedeu ao aliciamento de novos colonos estrangeiros. Começara seu estabelecimento com apenas cinco famílias, quando chegara em outubro de 1851. No decorrer do ano de 1852, recebera poucos colonos solteiros e algumas famílias, em sua maioria de origem suíça, embora houvesse alguns franceses e um dinamarquês. Por fim, um dos habitantes brasileiros da região tornou-se colono na mesma época: era Antônio Rosa, admitido em 1852, e que acabaria por se tornar o

---

54 OLIVEIRA, Ricardo Costa de, op. cit., p. 150.

55 GUIMARÃES, Manoel Antonio. Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo. Paranaguá, 26 de janeiro de 1852. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

56 2º TABELIONATO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Auto de Arrematação da Fazenda do Superagui. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1852. Arquivo Nacional – Livro 169, p. 68v-69.

57 A fábrica que possuía em Campos acabou sendo transferida para o inglês Samuel Henshel, encontrando-se em atividade no ano de 1856. O cargo de cônsul geral que possuía transferiu apenas em 1853 a Jean François Emery, também negociante suíço no Rio de Janeiro, partícipe de casas de comissão e bancos Durante os anos de 1851 e 1852, servira interinamente, sendo efetivado cônsul em 1853. Em 1855, falira o banco a seu cargo e fora afastado do consulado pela acusação de roubo de caixa. Cf. RIO DE JANEIRO. Relatório apresentado ao Excellentíssimo Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro o senhor conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino pelo presidente o conselheiro Luiz Antonio Barbosa sobre o estado da administração da mesma Província. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1856, p. 59. VEYRASSAT, Béatrice, op. cit., p. 15; TSCHUDI, Johann Jakob Von, Rapport de Mr. de Tschudi, Envoyé extraordinaire..., op. cit., p. 277.

primeiro proprietário definitivo entre os colonos de Superagui.

É difícil precisar os meios de recrutamento lançados à mão por Perret Gentil para angariar colonos, mas podemos supor que tais indivíduos não imigraram com sua passagem financiada pelo empreendimento de Superagui, mas sim espontaneamente. Os registros do colono suíço Guillaume Henri Michaud, mais conhecido como William Michaud, esclarecendo suas motivações em emigrar para o Brasil, são os únicos conhecidos e preservados, fornecendo-nos embasamento suficiente para tais conclusões. Michaud era natural da cidade de Vevey, na Suíça francófona, e desembarcou no Rio de Janeiro em 1º de fevereiro de 1849, com proposta de trabalho numa grande propriedade fluminense para a cultura do bicho da seda. Após um ano e meio, em virtude de problemas no cultivo e de pagamento, abandonara o empreendimento. Charlez Pradez, o comerciante suíço responsável pela sua vinda ao Brasil, sugeriu-lhe que procurasse ocupação em outras empresas suíças<sup>58</sup>. Pelo exemplo podemos supor um padrão de aliciamento de colonos para Superagui: indivíduos vindos às próprias expensas, engajados em função das ligações de Perret Gentil com seus compatriotas negociantes.



FIGURA 1—Mapa da Colônia de Superagui. Conforme podemos ver na imagem abaixo, o núcleo colonial ocupava a maior parte da península de Superagui e a parte sul da Ilha das Peças.

Fonte: BRASIL. *Mappa das Bahias de Paranaguá compreendendo a Colônia de Superaguy Entrada do Mar Pequeno de Iguape*. Rio de Janeiro: Archivo da S. de Desenho, 1870. Arquivo Nacional: 4M.O.MAP.163.

Ao mesmo tempo em que Perret Gentil recebia novos indivíduos, outros abandonavam o empreendimento. No primeiro ano de instalação de Superagui, o núcleo recebeu 20 colonos, somando-se aos vinte já existentes em junho de 1852, dos

58 MICHAUD, William; LAMBERT, Françoise. Chère soeur [Emma] Vevey, le 28 octobre 1848; Cher père, Rio de Janeiro, le 24 août 1850. William Michaud [(1829-1902)]: lettres, dessins et aquarelles d'un émigrant vaudois au Brésil. Vevey: Musée historique, 2002, p. 39; 53.



quais se evadiram nove, o que fez Manoel Antônio Guimarães suspeitar do sucesso da empresa. Os colonos ainda não haviam exportado nada, com exceção de três navios carregados de madeira. Guimarães afirmava, inclusive, que desconhecia os “contractos que tem os Collonos com o proprietario, com que condição são admitidos na Collonia, que sistema de trabalho é ahi admitido, e se esse trabalho é proprio do Collono ou do empresario para haver o interesse da terra ou vantagem do Capital que entregou”<sup>59</sup>.

O potentado parnanguara defendeu que o empreendimento poderia trazer progresso à região, mas que arriscava extinguir-se por má administração<sup>60</sup>. Tais impressões reverberam em relatório da Presidência da Província de São Paulo, sublinhando que a colônia não prosperava e seus colonos plantaram apenas para subsistência<sup>61</sup>. Estariam os primeiros anos de Superagui já bem estabelecida a impressão sobre o núcleo colonial: uma empresa que não prosperava e dificilmente lograria algum resultado. O relatório da Repartição Geral das Terras Públicas repetiria a mesma ideia poucos anos depois, afirmando laconicamente que o núcleo: “pouco promette”<sup>62</sup>.

## E OS COLONOS PARCEIROS TORNAM-SE PEQUENOS AGRICULTORES

Observamos acima a defesa de Perret Gentil ao “sistema Vergueiro” e sua intenção de adotá-lo em seu próprio empreendimento de colonização. Como destacado acima, as experiências de colonização no Brasil meridional não se pautaram pelo emprego de colonos assalariados em grandes propriedades exportadoras, tal como na parceria, mas sim pela venda de terrenos aos adventícios. Procederia a Colônia de Superagui aos seus desígnios originais? Isso será observado logo abaixo.

Mesmo após a fundação de Superagui, Perret Gentil teria defendido que sim, seu empreendimento seguia as bases do que vira na propriedade da família Vergueiro. As afirmações nesse sentido não saíram de seu próprio punho, mas de outrem. Uma obra panfletária é publicada na Europa promovendo a emigração para o Brasil, principalmente para Ibicaba e, com menos ênfase, para a colônia de Superagui: é o opúsculo “Le Brésil en 1852 et as Colonisation Future”, de autoria de Jean-Louis Moré. Na parte que trata de Ibicaba, Moré copiou integralmente boa parte das informações descritas pelo antigo cônsul em seu livro “A Colonia Senador Vergueiro: Considerações”. O capítulo que se destina a Superagui é o único que recebe o nome

59 GUIMARÃES, Manoel Antonio. Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo. Paranaguá, 3 de janeiro de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

60 Idem.

61 SÃO PAULO. Relatório com o que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Josino do Nascimento da Silva Presidente da Provincia de S. Paulo abriu a Assembléa Legislativa Provincial No dia 16 de fevereiro de 1853. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853, p. 11.

62 BRASIL. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Seção da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855. N.1 Mappa Estatistico das Colonias Existentes no Império.

da colônia e de seu diretor no título, chegando Moré inclusive a afirmar que Perret Gentil era seu “estimável amigo”<sup>63</sup>.

De acordo com “Le Brésil en 1852...”, os princípios que norteavam Superagui seriam os mesmo praticados em Ibicaba: “tudo isto que relatamos com a mais exata fidelidade da colônia Vergueiro, bem como de outras Fazendas, existe realmente na colonização de Superagui”<sup>64</sup>. De acordo com o opúsculo, posterior a fundação do núcleo:

Após ter estudado com cuidado e a fundo os diversos sistemas de colonização em uso no Brasil, após ter dado uma larga preferência àquele do Vergueiro, é em pleno conhecimento de causa que o proprietário de Superagui agiu, outrossim introduziu, assim como dissemos em outra parte, todas as modificações e melhorias as quais este sistema pode ser suscetível<sup>65</sup>.

O trecho em referência destaca que, embora a empresa colonial fosse inspirada no modelo do senador Vergueiro, haveria modificações que tornariam os acordos praticados em Superagui diferentes daqueles firmados em Ibicaba. A principal modificação, um verdadeiro anátema para os cafeicultores paulistas, consistia na venda de lotes de terra aos colonos, tornando-se tal prática o cerne das formas de engajamento para o núcleo colonial. Perret Gentil pretendia comercializar na Europa parcelas de sua propriedade para que os colonos viessem a se instalar nela. O terreno a ser vendido seria de quinze hectares, tamanho pequeno para os padrões de colonização ao sul do Brasil<sup>66</sup>, pelo valor de mil francos (algo entre 333\$000 e 360\$000 réis). Outra oferta aos postulantes à colônia seria o aforamento dos terrenos, com custo anual entre 60 e 30 francos (algo entre 21\$600 e 9\$900 réis), de acordo com as medidas do lote colonial, também diminutos para os padrões da colonização europeia dos oitocentos<sup>67</sup>.

Tais acordos de concessão de terras não pressupunham a divisão do produto da venda dos gêneros coloniais, tal como na parceria, pertencendo ao colono toda a produção decorrente de seu trabalho. Acordo semelhante à parceria restringiu-se apenas a uma oferta de trabalho em Superagui veiculada na referida fonte, ainda assim, sem grande alarde.

Não havia nada mais distante da mentalidade dos fazendeiros do Oeste Paulista que a concessão ou venda de lotes de terra aos colonos europeus, sendo o próprio senador Vergueiro contrário à iniciativa. Devia-se antes solucionar a falta de braços para a lavoura em expansão, e não desviar um contingente propício à faina nas grandes propriedades, fornecendo-lhes lotes de terra<sup>68</sup>. Entretanto, a família Vergueiro, por mais que fosse contrária à colonização oficial, não deixaria

63 MORÉ, Jean-Louis. *Le Bresil en 1852 et sa Colonisation Future*. Geneve: Chez les Principaux Libraries, 1852, p. 222.

64 Ibidem, p. 225 (tradução livre).

65 Ibidem, p. 230-231.

66 SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito*. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 279.

67 Ibidem, p. 232.

68 HOLLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. 245.



de estimular em parte alguns de seus princípios, pois, conforme vimos, fornecia aos imigrantes engajados uma pequena extensão de terra em suas propriedades para cultivo de gêneros, apresentando a parceria como uma síntese entre os dois projetos<sup>69</sup>.

A perspectiva de que o parceiro não seria apenas um lavrador proletarizado, mas teria acesso a um pedaço de terra para cultivo<sup>70</sup> tal como nas colônias de pequenos proprietários, é um dos pontos de tangência entre a experiência de Ibicaba e a de Superagui, e talvez o elemento dos acordos de parceria que estimulou Perret Gentil no desenvolvimento de seu núcleo, sendo uma das poucas características correlatas à experiência da lavoura paulista.

Tendo por base um elemento secundário dos acordos de parceria – assim presume-se – Carlos Perret Gentil daria um passo à frente nos acordos existentes na lavoura paulista, não apenas cedendo para uso parcelas de sua propriedade, mas vendendo-as aos imigrantes engajados – e, dessa forma, alterando a essência do empreendimento ao qual até então se reportava. Em seus escritos, o antigo cônsul observou que a maioria dos imigrantes tinha a pretensão de adquirir um terreno próprio para o cultivo, algo que reprovava, uma vez que as dificuldades de estabelecimento faziam os colonos retornarem às colônias de parceria, nas quais conseguiam prosperar<sup>71</sup>. Portanto, a transformação proposta para os arranjos de trabalho de Superagui tinha por fim satisfazer a principal “ambição” e o “desideratum” dos adventícios, transformando-os em proprietários de seu quinhão de terras, perspectiva partilhada por diversos empreendedores imigrantistas<sup>72</sup>.

O opúsculo “Le Bresil en 1852 et as Colonisation Future” destaca outro anúncio que endossa a ligação entre José Vergueiro e Perret Gentil, esta laureada também por referências ao sistema praticado na propriedade da família paulista. De acordo com a obra, ambos formaram uma companhia de imigração que, entre as atividades, oferecia emprego “em uma colônia situada sobre a costa do mar, a 75 léguas do Rio de Janeiro”, na qual os colonos trabalhariam à ‘metade do fruto’ e, num prazo de cinco anos, receberiam um lote de terras comunais de dez hectares ou, caso preferissem pagar pelo lote, “todo o produto de seu trabalho ser[ia] sua propriedade exclusiva”<sup>73</sup>. O contrato da tal companhia com os colonos engajados também previa a venda de lotes para aqueles que já possuíssem recursos suficientes.

Com o fim de angariar fundos e intermediar vendas de terras na Europa, Perret Gentil também obteve o apoio de Robert Melly, sócio da casa bancária suíça George & Robert Melly Cie, que viria a se instalar no empreendimento de Superagui. Sócio na empresa junto com o antigo cônsul, Robert Melly defendia

69 Ibidem, p. 249.

70 MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 74

71 GENTIL, Carlos Perret A Colônia Senador Vergueiro..., op. cit., p. 65.

72 HALL, Michael McDonald. The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Columbia University, 1969, p. 61; PETRONE, Maria Thereza Schorer, op. cit., p.47.

73 MORÉ, Jean-Louis, op. cit., p. 314-315.

a emigração e o fornecimento de terras alhures a preços módicos para combater o fenômeno do pauperismo e a pobreza da classe trabalhadora no continente europeu<sup>74</sup>. Assim sendo, a emigração das classes mais desfavorecidas deveria ter como objetivo, além de ‘melhorar’ a vida dessas pessoas, afastá-las da influência do comunismo, “a mais indigna teoria, o mais reprovável dos sistemas”<sup>75</sup>, em função do qual os países europeus eram forçados a “derramar ao longe seu excedente de população e de forças, a fim de evitar toda perturbação nas relações do próprio país”<sup>76</sup>. No intuito de custear o transporte de possíveis emigrantes, o banqueiro suíço expediu uma circular para atrair investidores que pudessem fazer adiantamentos à expedição com vistas ao Brasil. Os capitais seriam retornados ao final de quatro anos, a juros anuais de 4%, restituindo-se a quarta parte dos adiantamentos ao final de cada ano do acordo. Nos arranjos de parceria, eram necessários capitais europeus para o custeio das passagens dos imigrantes, fornecidos em primeira instância pelas municipalidades europeias, expediente ao qual recorreriam outras empresas de colonização<sup>77</sup>.

Posteriormente, Robert Melly renovaria mais uma vez as tentativas de comercialização dos terrenos de Superagui na Suíça, utilizando-se para tal de anúncios em jornais. Em 1853, intercedia Perret Gentil na venda de quatro lotes de terra na colônia de Paranaguá, aludindo as suas vantagens naturais, como seus terrenos férteis e abundância de água e madeira, bem como as possibilidades de valorização no decorrer dos anos.

---

74 Sobre a questão do pauperismo, a pobreza dos trabalhadores europeus e a relação de ambos com a emigração européia, Cf. CASTEL, Robert. Uma Política sem Estado. In: As Metamorfoses da Questão Social. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 284-287; HOBBSBAWN, Eric. Os Trabalhadores Pobres. In: A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 226; \_\_\_\_\_. Os Homens se Põem a Caminho. In: A Era do Capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 212-213.

75 MORÉ, Jean-Louis, op. cit, p.282.

76 Ibidem, p. 283.

77 Cf. RICHTER, Klaus. A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986, p. 23-24.

terres incurables :  
contraire.  
(Annonces.)

S.

avis que, dans le  
cham, il mettra en  
terrains qui ser-  
vice que l'État

avant la division

du cahier des  
des guerres, hôtel  
de la  
le jour, l'heure et

départ. militaire,  
MILLARD.

malis.

la Mairie, aujour-  
3 h., et demain,  
(982)

la Carabine.

de l'Argéuse et  
soulouvenaire, les  
savoir :

ères ;

présentant qu'une

heures du matin ;

bonnes cibles, le

Commission :  
l. secrét. général.

res publiques.

**TERRAIN A VENDRE.**

Quatre lots, chacun de 5,000 peres à 400 toises  
(1 peres = 27 ares), à 1 1/5 centime la brasse  
de 6 1/2 pieds carrés.

Ces terres vierges, d'une excellente qualité, sont  
sises dans la colonie de Superagui, à 8 lieues du  
port de Paranaguá, dans la province de Saint-Paul,  
au Brésil, qu'habite M. Charles Perret-Gentil, ex-  
cônsul général suisse. Il nous autorise de passer acte  
de vente, et s'engage de diriger par ses conseils l'éta-  
blissement des colons.

Le premier lot occupe la partie sud de l'île des  
Rozas, à l'entrée du golfe de Paranaguá, qui est sé-  
paré par le canal de Superagui ; il y a pâturage du  
côté de la mer, et les élévations vers l'intérieur de  
l'île sont propres à toute culture, y compris cañiers,  
canne à sucre, vigne, etc. ; il y a de l'eau courante  
et un étang, ainsi que suffisamment de bois.

Le second lot est sis à l'est, sur la presqu'île de  
Superagui, et fait face à la mer ; il y aboutit une  
rivière navigable, en canot, jusqu'au milieu de la  
presqu'île ; il y a pâturage, culture pour la canne à  
sucre, riz, maïs, manioc (farine de sa racine), et d'au-  
tres plantations à introduire. Une route se dirige le  
long de la plage, vers Paranaguá, tandis qu'il y a  
vers Cananca, au nord, communication par eau ; il y  
a suffisamment de bois.

Le troisième lot fait face au canal de Superagui,  
et se compose de plaines et de monts fertiles et bois-  
sés, propres à toute culture : cañiers, canne à sucre,  
vigne, etc. ; il y a de l'eau courante et pâturage.

Le quatrième lot occupe l'extrémité ouest de la  
presqu'île ; il communique à la mer par le canal de  
Superagui, qui a 14 pieds d'eau. C'est une vallée  
bordée de monts boisés, et arrosée de deux rivières ;  
son sol est propre à toute culture : cañiers, canne à  
sucre, vigne, etc.

La position mercantile et indépendante sont les  
avantages que les spéculateurs retireront de l'achat  
de ces quatre lots, que nous pourrions céder séparé-  
ment ; leur prix aura triplé dans quatre ou cinq ans  
avec une bonne gestion. (Affranchir.)

(949) ROBERT-MELLY c<sup>o</sup>.

**Vente volontaire d'Immeubles aux Echères.**

Le lundi 5 septembre prochain, à 3 heures après  
midi, en l'auberge de M. Métrol, à la Balotte, les  
héritiers de M. Muechade feront vendre, au plus of-

FIGURA 2: Anúncio de venda de terras em Superagui no Journal de Genève.

FONTE: Terrain a Vendre. Journal de Genève. Genebra, 21 ago. 1853, p. 4.  
Disponível em: <http://www.letempsarchives.ch/Default/Skins/LeTempsFr/Client.asp?Skin=LeTempsFr&enter=true&AppName=2&AW=1343222359111>. Acesso em: 25/07/2012

Os diversos anúncios de venda das terras na península de Superagui são indicativos das transformações sofridas no projeto inicial de Perret Gentil. Não mais o contrato de trabalhadores parceiros proletarizados, mas o emprego do contingente europeu como pequeno agricultor e dono de seu próprio quinhão de terra. Nesse sentido, o antigo cônsul suíço definiria o ‘sistema’ de trabalho introduzido em sua propriedade, cujo teor consistia em “aforar ou vender os lotes de terra [aos colonos], os productos são em totalidade para elles, a unica obrigação que os liga comigo alem da divida e dar me a preferencia para me vender ou fazer preparar o producto a igualdade de preço”.<sup>78</sup> Por essa época, não são mais feitas referência ao “sistema Vergueiro” e nem mesmo críticas às formas de emprego do contingente imigrante em outras colônias diferentes daquelas praticadas na lavoura paulista, mas a defesa do procedimento adotado por Perret Gentil para seu empreendimento. A experiência de Superagui, no fundo, tornava-se semelhante a outros empreendimentos congêneres no tempo e no espaço, como as colônias Dona Francisca e Blumenau, ou mesmo a colônia Thereza: o fornecimento de lotes de terra a colonos europeus para que

78 GENTIL, Carlos Perret. *Ofício para o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Superagui, 22 fev. 1854. Arquivo Público do Paraná, AP – 3, folhas 207-213.

fossem pequenos “proprietários”.

Indicamos acima que a venda de terrenos em Superagui poderia provir de uma característica dos acordos praticados nas grandes fazendas de São Paulo, que era a cessão de um pedaço de terra para uso pessoal do colono – posto então à venda ou aforado em Superagui. Outra característica do arranjo de trabalho paulista colocada em prática na colônia parnanguara com leve reminiscência do sistema de parceria diz respeito ao pertencimento ao próprio colono do fruto de seu trabalho. Conforme Perret Gentil escrevera, pelo sistema Vergueiro ao fazendeiro e ao imigrante caberia a ‘metade do fruto’ da venda do café, não podendo este ser comercializado de forma independente pelo colono. Em Superagui, os colonos engajados poderiam comercializar os gêneros que produziam, pertencendo-lhes assim todo o fruto de seu trabalho, interferindo Perret Gentil de maneira menos acentuada na produção desses trabalhadores, sendo apenas um comprador privilegiado de tais mercadorias. Como se processaria a aquisição da produção dos imigrantes pela administração colonial nos parece obtuso, talvez por uma compra consignada do diretor da colônia, mas é demonstrativo do pouco controle da produtividade e da preferência em auferir ganhos principalmente com a venda de terras.

Chama-nos a atenção a insistência na denominação dos acordos de trabalho como ‘sistema’. A Colônia Thereza seguia por linhas parecidas. O Dr. Faivre alegava que o sistema pelo qual os trabalhos eram encaminhados no núcleo consistia em fornecer gratuitamente aos colonos um terreno por volta de 500 braças quadradas para erguer sua moradia e mais 30 mil braças quadradas de terrenos lavrados. A administração colonial fazia os adiantamentos em víveres para os primeiros anos de moradia, devendo os colonos saldar os avanços em quatro anos. A adesão a tal projeto implicava obrigações como gramar os terrenos dos pastos comuns ou manter uma produção constante de mantimentos.<sup>79</sup> O regulamento de terras do Paraná, produzido em 1893, ainda se referiria ao engajamento de trabalhadores para as propriedades rurais como ‘sistema’, arranjos tais como salário, empreitada e parceria.<sup>80</sup>

As cadeias de endividamento, seja pela aquisição de lotes ou adiantamento de gêneros, eram elementos correlatos ao sistema de parceria, embora fossem presentes em diversos empreendimentos de colonização – a “dívida colonial”, cuja cobrança dos colonos foi muitas vezes protelada.<sup>81</sup> Um último elemento no qual constatamos a influência da grande lavoura é a cultura que seria a principal fonte de

79 FAIVRE, João Mauricio. *Correspondência enviada ao Presidente de Província do Paraná...*, op. cit.

80 PARANÁ. Secretaria D’Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonização. *Decreto N. 1, de 8 de abril de 1893*. Curitiba; Typographia D’A Republica, 1893. Anexo: Modelo de um processo de discriminação de terras em conformidade com o Regulamento a que se refere o decreto N.1 de 8 de abril de 1893, p. 12.

81 BALHANA, Altiva Pilatti. *Política Imigratória no Brasil Meridional*, op. cit., p. 141-142; LAMB, Robert Edgar. *Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994, p. 67.

dividendos de Superagui: o café. Perret Gentil declarara certa vez que era necessário manter os possíveis imigrantes próximos aos centros de riqueza, cultivando os gêneros que dão maiores rendimentos ao Império do Brasil. E o cultivo do café em si não chegava a ser uma grande novidade na região. Vimos acima que os ingleses de Superagui mobilizaram sua escravaria com vistas à cafeicultura. O relatório de polícia apresentado na ocasião da emancipação da Província já indicava que um dos produtos agrícolas mais cultivados na região de Guaraqueçaba era justamente o café.<sup>82</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos olhos contemporâneos, quando se pensa sobre a possibilidade do empreendimento de colonização da península de Superagui ser inspirado na iniciativa havida na fazenda de Ibicaba, tal como defendeu o cônsul da Suíça, Carlos Perret Gentil, o primeiro elemento que deveria ser destacado da experiência inspiradora é justamente o seu sistema de trabalho, o regime de parceria. De fato, o empresário fundador da colônia às margens da Baía de Paranaguá defendeu que seu objetivo seria justamente se dedicar à agricultura sob as bases do sistema idealizado pela família Vergueiro. A referência é defendida após a fundação do núcleo, mas os acordos de trabalho que seriam o cerne da empresa são esquecidos e relegados a segundo plano. Pode-se inferir que a reiteração desse pressuposto fosse de grande valia ao antigo cônsul suíço, uma vez que sua empresa, de pequenas dimensões, quando comparada a outra de grande vulto e importância, adquirisse o mesmo prestígio e atenção das iniciativas do Oeste Paulista. Assim, a ligação sempre referenciada exercia mais uma função retórica de enaltecimento do núcleo colonial do antigo cônsul, ao invés de definir os arranjos de trabalho lá havidos.

Sob o ponto de vista contemporâneo pode parecer contraditório o desenvolvimento de Superagui, mas sob uma interpretação coetânea, dos agentes históricos que vivenciaram tais acontecimentos, talvez não o fosse. Uma imigração destinada à grande lavoura para engajamento de imigrantes como trabalhadores livres, e uma colonização que pretendia fornecer lotes de terras a estrangeiros, talvez não fosse tão antitética como pareceu aos olhos da historiografia do século XX.<sup>83</sup> Por mais que aos agentes históricos coetâneos houvesse de fato uma diferença entre os dois empregos da mão de obra adventícia, a palavra que definia ambas as iniciativas era ‘colonização’, tanto que o imigrado era sempre denominado colono, seja na lavoura paulista ou em uma colônia de pequenos proprietários. Colonização – a atividade de ocupar terras e controlar populações com o objetivo de extrair riquezas<sup>84</sup> – conseguia expressar os dois sentidos de emprego da população imigrante. É um caso no qual

82 Polícia. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, N° 34, 18 de Novembro de 1854, p. 3

83 Sobre os conceitos antitéticos, conferir KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 191-197.

84 BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 11-12.



o significado coetâneo de uma expressão utilizada no passado possui sentidos diferentes e menos específicos daqueles que lhe seriam atribuídos no futuro<sup>85</sup> – colonização, de acordo com a historiografia dedicada ao tema, referir-se-ia apenas ao estabelecimento de imigrantes como pequenos agricultores e proprietários.

Por fim, deve-se sublinhar que as transformações no projeto original de organização da colônia de Superagui são correlatas às transformações nos contratos de trabalho em uso na grande lavoura e mesmo nos significados atribuídos ao próprio sistema de parceria. Os diferentes problemas havidos com os colonos parceiros na década de 1850 suscitaram modificações nos arranjos de trabalho: não haveria mais a divisão da venda de café a razão de 50% entre trabalhador e fazendeiro, mas preferencialmente a retribuição fixa por arroba de café colhida pelo colono. A parceria, por sua vez, passou a significar arranjos de trabalho nos quais haveria a divisão bruta da produção obtida, não havendo mais a comercialização dos produtos da lavoura apenas pelo fazendeiro. Pela modificação, fazendeiro e trabalhador seriam responsáveis pela comercialização de seu respectivo quinhão de gêneros.<sup>86</sup> Assim, a modificação do sistema de trabalho na Colônia de Superagui, feita de chofre, já em seus inícios, seguiu padrão observável nos arranjos de trabalho da grande lavoura.

## FONTES UTILIZADAS

2º TABELIONATO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Auto de Arrematação da Fazenda do Superagui*. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1852. Arquivo Nacional – Livro 169, p. 68v-69.

BRASIL. *Mappa das Bahias de Paranaguá compreendendo a Colônia de Superaguy Entrada do Mar Pequeno de Iguape*. Rio de Janeiro: Archivo da S. de Desenho, 1870. Arquivo Nacional: 4M.0.MAP.163.

BRASIL. *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Seção da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Couto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855. N.1 Mappa Estatístico das Colonias Existentes no Império.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono de Brasil (1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

FAIVRE, João Mauricio. *Correspondência enviada ao Presidente de Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos*. Colônia Thereza, 4 de março de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP 74, p. 99-102.

FAIVRE, João Maurício. *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando uma ajuda ate a primeira colheita, os 64 colonos agricultores que formam a colonia Tereza, fundada por ele, as margens do rio Ivahy, Sao Paulo, proximo ao porto de Paranagua*. Biblioteca Nacional - Documentos Biográficos, C – 0090, 022 nº 005.

---

85 RUSEN, Jorn. *Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 111-112. Sobre a relação e sinonímia entre os dois sentidos, conferir MEDONÇA, Joseli Maria Nunes, op. cit., p. 220-221.

86 CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 136-137; MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 68-69.



- GENTIL, Carlos Perret. *A Colonia Senador Vergueiro – Considerações*. Santos: Typographia Imparcial de F. M. R. de Almeida, 1851.
- GENTIL, Carlos Perret. *Mappa da Colonia de Superaguy no ano de 1858*. Superagui, 3 de junho de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 59, p. 20-24.
- GENTIL, Carlos Perret. *Ofício para o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Superagui, 22 fev. 1854. Arquivo Público do Paraná, AP – 3, folhas 207-213.
- GENTIL, Carlos Perret. *Requerimento a S.M.I., solicitando privilégio exclusivo para fabricar gás hidrogênio líquido para iluminação*. Rio de Janeiro. 1845. Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos – documentos biográficos. Localização: C – 0777, 069.
- GUIMARÃES, Manoel Antonio. *Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo*. Paranaguá, 26 de janeiro de 1852. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.
- GUIMARÃES, Manoel Antonio. *Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo*. Paranaguá, 3 de janeiro de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.
- MICHAUD, William; LAMBERT, Françoise. *William Michaud [(1829-1902)]: lettres, dessins et aquarelles d'un émigrant vaudois au Brésil*. Vevey: Musée historique, 2002.
- MORÉ, Jean-Louis. *Le Bresil en 1852 et sa Colonisation Future*. Geneve: Chez les Principaux Libraries, 1852.
- OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Relação das colônias existentes em 1860*. Repartição das Terras Públicas e Colonização na Província de São Paulo. São Paulo, 13 de dezembro de 1861. Arquivo Nacional – Série Agricultura: \*IA6 87 (código).
- PARANÁ. Secretaria D'Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonização. *Decreto N.1, de 8 de abril de 1893*. Curitiba; Typographia D'A Republica, 1893. Anexo: Modelo de um processo de discriminação de terras em conformidade com o Regulamento a que se refere o decreto N.1 de 8 de abril de 1893.
- PLATZMANN, Julius. *Da Baía de Paranaguá*. Curitiba: Edição do tradutor, 2010.
- Polícia. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, N° 34, 18 de Novembro de 1854.
- RIO DE JANEIRO. *Relatorio apresentado ao Excellentissimo Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro o senhor conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino pelo presidente o conselheiro Luiz Antonio Barbosa sobre o estado da administração da mesma Província*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1856.
- SÃO PAULO. *Relatorio com o que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Josino do Nascimento da Silva Presidente da Província de S. Paulo abriu a Assembléa Legislativa Provincial No dia 16 de fevereiro de 1853*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.
- SILVA, Joaquim Félix da. *Certidão de naturalização do suiço Carlos Perret Gentil*. Paranaguá, 16 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 79-83.
- Terrain a Vendre. *Journal de Genève*. Genebra, 21 ago. 1853, p. 4. Disponível em: <http://www.letempsarchives.ch/Default/Skins/LeTempsFr/Client.aspSkin=LeTempsFr&enter=true&AppName=2&AW=1343222359111>. Acesso em: 25/07/2012.
- TSCHUDI, Johann Jakob Von. *Rapport de Mr. de Tschudi, Envoyé extraordinaire de la Confédération suisse au Brésil, sur les Consulats suisses dans le dit pays*. Feuille Fédérale Suisse. Ano 13, Volume 3, N° 63, 31 de dezembro de 1861.
- TSCHUDI, Johann Jakob Von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1953.
- VERGUEIRO, Nicolau. *Correspondência ao Presidente da Província de São Paulo, Manoel Fonseca*

de Lima e Silva. Santos, 1º de agosto de 1846. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil – volume 2*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol. I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Brasil Meridional. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.III / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns Aspectos Relativos Aos Estudos de Colonização e Imigração. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol. I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

BELOTO, Divonzir Lopes. *A criação da Província do Paraná: a emancipação conservadora*. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CASTEL, Robert. Uma Política sem Estado. In: *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CHARTIER, Roger. *Lectures et Lecteurs dans La France d'Ancien Régime*. Paris: Éditions Du Seuil, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DRABIK, Belquis Ribeiro. GONÇALVES, Marcos. Notas sobre política imigratória na Província do Paraná. In: BOSCHILIA, Roseli (Org.). *Reconstruindo Memórias: os Poloneses do Santo Inácio*. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2004.

FERNANDES, Josué Corrêa. *Saga da Esperança: socialismo utópico à beira do Ivaí*. Curitiba, Imprensa Oficial, 2006.

HALL, Michael McDonald. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Columbia University, 1969.

- HOBSBAWN, Eric. Os Trabalhadores Pobres. In: *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOBSBAWN, Eric. Os Homens se Põem a Caminho. In: *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de parceria. In: *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1984.
- KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das América. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAMB, Roberto Edgar. *Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.
- LAZZARI, Beatriz Maria. *Ideologia e Imigração: reação do parlamento brasileiro à política de imigração e colonização (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- LOPES, José Carlos Veiga. *Superagui: Informações Históricas*. Curitiba: Instituto Memória, 2009.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonizar para Atrair: A Montagem da Estrutura Imperial de Colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. In: *Antíteses*, Londrina, v.8, n.16, p.204-226, jul./dez. 2015.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: Ciclos Matrimoniais e Etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- NADALIN, Sergio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2002.
- OBERACKER JR, Carlos H. *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e estado no*

Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

RODRIGUES, Herve Salgado. *Na taba dos goytacazes*. Niterói: imprensa oficial, 1988.

RUSEN, Jorn. *Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes do. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990.

VEYRASSAT, Béatrice. Les Suisses et la Suisse au Brésil (1817-1930). Le renouvellement des communautés de'affaires ou le recul de l'influence économique de la Suisse française. *Etudes et Sources*, 1995, n° 21, p. 12-13. Disponível em: "<http://www.amtsdruckschriften.bar.admin.ch/viewOrigDoc.do?id=80000185>". Acesso em 08/02/2012".

WITTER, José Sebastião. *A revolta dos parceiros*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

## AÇÕES POLÍTICAS DE PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA: MODERNIDADE E POLÍTICA EM GOIÁS (1930-1933)

**Ivo Monteiro de Queiroz**

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de  
Ciências Socioeconômicas e Humanas.

Anápolis – Goiás

**Claitonei de Siqueira Santos**

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Educação.

Goiânia – Goiás

**RESUMO:** O presente artigo reflete acerca das estratégias políticas utilizadas por Pedro Ludovico Teixeira, no bojo do discurso mudancista, ainda na condição de interventor em Goiás entre os anos 1930-1933. Dado a instabilidade, as disputas políticas que se desenhavam no Estado eram oriundas dos desdobramentos em âmbito nacional. Conseqüentemente, tais acontecimentos colocava a necessidade de o interventor se afirmar politicamente para vencer os dissidentes que disputariam o controle do poder local em função das eleições que ocorreria no ano de 1934. Nessas condições, indaga-se sobre o tipo de costura, no âmbito do discurso mudancista, foi realizado pelo interventor para que o projeto de construção de uma nova capital lhe desse as condições necessárias para se afirmar no poder político? Utilizando da pesquisa de cunho bibliográfico e análise de discurso, compreender e desnudar as estratégias presentes no discurso mudancista

de Pedro Ludovico constitui o objetivo central do presente trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedro Ludovico. Estratégia política. Goiás.

**ABSTRACT:** This article reflects on the political strategies used by Pedro Ludovico Teixeira, in the context of the discourse of the population, still in the position of intervener in Goiás between the years 1930-1933. Given the instability, the political disputes that were being drawn in the State came from the unfoldings at the national level. Consequently, such events made it necessary for the intervener to assert itself politically in order to defeat the dissidents who would dispute the control of the local power in the light of the elections that would take place in 1934. Under these conditions, the type of sewing is questioned in the context of discourse, was carried out by the intervener so that the project of building a new capital gave him the necessary conditions to assert himself in political power? Using the literature search and discourse analysis, understanding and undressing the strategies present in Pedro Ludovico 's discursive discourse constitutes the central objective of this work.

**KEYWORDS:** Pedro Ludovico. Political strategy. Goiás.

## 1 | INTRODUÇÃO

Mudanças políticas e econômicas que ocorreram na década de 1930 em nível nacional, contribuíram para alterações nos estados brasileiros. Interventores foram nomeados por Getúlio Vargas para substituir os antigos governadores. Nessas condições, ao assumir o cargo maior da estrutura política goiana, Pedro Ludovico Teixeira se encontrava imerso em um cenário político conturbado e de insegurança. Seu primeiro projeto de governo, um programa sanitarista, não logrou êxito. Rapidamente o interventor lançou mão de um discurso político fortemente ancorado na ideia de mudar a capital de Goiás. Devido os condicionantes históricos após a chegada de Vargas ao executivo federal, articulou o projeto mudancista aos ideais progressistas estabelecidos em âmbito nacional.

A ideia de progresso e modernidade veiculada no país a partir de 1930 possibilitou a Pedro Ludovico forjar um discurso mudancista, balizado na historiografia local, com os interesses presentes na ideologia do novo grupo a frente do governo federal. Ao se trabalhar sobre a perspectiva do moderno, pelo viés da necessidade de uma nova capital para o Estado, o então interventor, aos poucos, foi consolidando o ideal de uma capital nova e moderna como elemento essencial para a “transformação” de Goiás. Sob essas condições, indaga-se que tipo de costura no âmbito do discurso mudancista foi realizado pelo interventor para que o projeto de construção de uma nova capital lhe desse as condições necessárias para se afirmar no comando do poder político local?

Compreender e desnudar os elementos presentes no discurso mudancista de Pedro Ludovico e como este foi associado às transformações em âmbito nacional, constitui o objetivo central do presente trabalho. Uma das hipóteses é que a construção de uma nova capital para o planalto central parece ter se efetivado primeiro no campo das ideias. Esses elementos nos auxiliam ainda no trabalho de desvelar, no bojo do discurso de construção e mudança da nova capital, a também ideia fixa da futura capital como idealização materializada de um só homem. Ao nosso entendimento, essa perspectiva além de equivocada, imobiliza o movimento do real, estabelecendo uma perspectiva determinista para o desenvolvimento da história.

## 2 | ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA URBANIZAÇÃO: A CONJUNTURA DAS CIDADES

A cidade não é uma construção recente na história da humanidade. No continente europeu, os registros das cidades remontam aos séculos VII a VI a.C. Porém, destituídas das roupagens das cidades do período moderno. As cidades gregas eram centros comerciais, religiosos, políticos e artísticos, com grande autonomia política (SALLES, 1982). Durante séculos Atenas e Esparta dominou parte do comércio no Mediterrâneo e no Mar Egeu, um dos fatores do seu fortalecimento (FINLEY, 1988).



Contrário do que se imaginam, com a queda de Roma, as cidades não desapareceram no período conhecido como Idade Média. Elas foram aos poucos perdendo seu vigor, mas conforme destaca Franco Junior (1989), perduraram por todo o período medieval e ganharam novo fôlego enquanto centros econômicos, principalmente Gênova e Veneza, com o desenvolvimento das cruzadas que possibilitou a retomada do florescimento do comércio e a expansão cada vez mais vertiginosa dos centros urbanos.

Nas condições em que se apresentavam as transformações históricas, a formação de uma mentalidade acerca do econômico foi preponderante para o desenvolvimento e centralidade dos aglomerados urbanos. No entanto, teórica e metodologicamente é preciso refletir que antes mesmo da reconfiguração de um novo modo de produção, da intensificação do comércio e da política, a cidade é constituída primeiramente de homens, de cidadãos, e não somente de pedras (LE GOFF, 2006). Portanto, são os homens que vão se utilizar de certos discursos para fazer “do espaço urbano um espaço de liberdade (*Stadtlufmach frei*, ‘o ar da cidade traz liberdade’, diziam os alemães) ou de liberdades, no plural, quer dizer de privilégios” (LE GOFF, 2006, p. 228).

As metamorfoses ocorridas foram significativas para as representações acerca do ideário de cidade/urbano que seria construído e intensificado posteriormente como expressão do progresso. Assim, foi possível para grupos distintos, a burguesia ligada ao comércio e, posteriormente, os representantes do capitalismo industrial, fortalecer os interesses de classe. A burguesia se apropriou das terras para intensificar a exploração agrícola. O solo foi incorporado ao capital, transformado em mercadoria, gerou para os industriais uma massa de proletários sem lar e sem pão (MARX, 1989).

As pessoas que procuravam as cidades seguiam imbuídas do ideário de liberdades movidos pelas concepções ideológicas cuja emancipação era o grande mote. Deparavam, na realidade, com condições adversas, cuja contradição se expressava na lógica do desemprego, fome, violência e doenças. A cidade idealizada pelo discurso mostrava-se distante da realidade encontrada por muitos.

Em finais do século XIX fomentava-se o imaginário de uma vida moderna, aos moldes burgueses, que exercia grande força na classe menos favorecida; a lógica do consumismo estava se impondo. O momento histórico foi amplamente utilizado para a disseminação do ideário de moderno, via urbanização. O grande elã era “ser cada vez mais moderno: [em função disso] um turbilhão de modernidade” (LE GOFF, 1996, p. 98). O autor entende que esse elemento foi construtor de certos mitos, tais como o amor, a felicidade, o bem-estar, o descanso, a busca pela prosperidade financeira, o individualismo, o fatalismo, ambos atuando num movimento que vai do real para o imaginário, mas também faz o movimento em sentido inverso. Assim sendo, a modernidade como um conceito exerce influência no imaginário, “que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes”. (LE GOFF, 1996, p. 179).

A busca pela modernidade, que conforme Le Goff (1996) também pode ser entendida como sentimento de ruptura com o passado, associado ao antigo que precisa ser superado. Essa perspectiva foi amplamente trabalhada pela elite brasileira, sobretudo no processo de constituição do Estado nação. A necessidade de apagar um passado de estagnação para que a modernidade pudesse romper com anos de atavismo econômico no qual a mão de obra escrava negra era a grande expressão. De tal modo, mal surgia o século XX, a necessidade de ruptura “manifesta-se acima de tudo no campo da ideologia econômica, na construção da modernização [para o país], isto é, do desenvolvimento e da *aculturação*, por imitação da *civilização* europeia” (ibidem, p. 202).

A construção do ideário de modernidade pelo viés da urbanização logo assumiu conotação central. As contradições desse processo não foram levadas em conta e nem pensadas conforme as especificidades locais. A busca pela modernidade era urgente e não podia mais esperar, mesmo que ela afetasse estrondosamente os interesses da nação. As peculiaridades desse processo, no caso brasileiro é bastante instigante, pois o desenvolvimento econômico não significou melhorias nas condições econômicas, políticas e socioculturais da população.

### **3 | ASPECTOS HISTÓRICOS DA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL: A DINAMIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

O processo de constituição do Estado nação e, posteriormente, das bases de urbanização e industrialização brasileira foram ímpares. Historicamente faz-se necessário retomar esse movimento de urbanização enquanto expressão do moderno já a partir do século XVII.

Com a transferência da corte monárquica para a colônia constituía-se o pólo civilizador no território e, junto com ela, vieram muitos elementos da vida urbana do continente europeu (ALENCASTRO, 1997), alterando significativamente a dinâmica no Rio de Janeiro, pois houve a necessidade da montagem de um aparato burocrático típico do continente europeu. O cotidiano da cidade seria paulatina e radicalmente alterado; novos costumes peculiares a uma população urbana foram se estabelecendo a partir das festas religiosas e civis e dos diferentes hábitos da indumentária, da moradia e alimentares.

Foram vários os esforços para dar às terras tropicais feições mais próximas às da Europa e dignas de uma corte real marcada pela suntuosidade, as instituições culturais e científicas foram uma delas. Uma missão de artistas vindas da França com o objetivo escuso de estabelecer a diferenciação entre a corte e o restante da população por meio do gosto pela arte e pelos ofícios. A preocupação do governo em beneficiar a maioria da população que vivia no Brasil não existiu. Seu propósito foi fundamentalmente o de satisfazer os anseios das elites coloniais e da corte, a ideia

de não alteração das relações socioculturais e produtivas se mantinha (FAUSTO, 2015).

Costa (1999) destaca fenômenos que a partir de meados do século XIX irão introduzir algumas modificações nas estruturas econômicas e sociais do país que conseqüentemente estimularão o processo de urbanização. Primeiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo a instalação de uma rede ferroviária, iniciada em 1852. E, finalmente, as tentativas, bem-sucedidas, de industrialização e de um mercado de crédito.

Esse processo histórico que culminou com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem suas origens nas bases coloniais. Até a superação de relações apenas mercantis e a consumação das bases materiais para a instalação do capitalismo industrial, muitas alterações ocorreram. Mello (1998) denomina esse processo de industrialização retardatária. Este conceito associa-se aos elementos trabalhados por Costa (1999). Para o autor um país que se constituiu a partir de bases agrárias, com todas as conseqüências imbricadas pela exclusão sociocultural, políticas e econômicas, o desenvolvimento desses mesmos aspectos torna-se mais complexo e menos equitativo.

Refletindo acerca das mudanças de costumes que se internalizavam nos grupos sociais urbanos, nos ancoramos em Marx (2007, p. 56) ao dizer que “as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. A colocação do autor ajuda a compreender a força do sudeste no processo de urbanização e industrialização brasileiro, visto as classes dominantes do país se concentrar, prioritariamente, nesta região, de maior importância econômica, onde propalavam ideias no sentido de fortalecer a ideologia regionalista, essa concepção ia de encontro com os ideários de uma República.

Ainda na linha de pensando do o autor, a impressão que se tem é a de que nada foi feito para barrar os interesses da elite paulista enquanto condutora do ideário de progresso pensado para a nação, mais especificamente com a Proclamação da República devido a perspectiva liberal contratualista, visando o progresso dentro da ordem. Esse movimento, no entanto, não pode ser enclausurado numa redoma, uma vez que capital ao ter horror à cizânia, à medida que se estruturou na região sudeste, para gerar mais capital, precisa inserir novas regiões na lógica de exploração capitalista. No âmbito do discurso, a sustentação se dava por meio da tríade modernidade, industrialização e urbanização.

O ideário de modernização se fortaleceu estrondosamente a segunda fase da República iniciada com o governo de Getúlio Vargas, em 1930. Momento em que um grupo político, que se intitulava novo, ascendeu ao governo. Getúlio Vargas ao assumir o comando iniciou um processo centralizador; nomeou interventores para os Estados, demonstrando clara tentativa de afirmação de autoridade do governo federal (SKIDMORE, 1998). Politicamente a nomeação de pessoas da sua confiança,

para governar os Estados, em tese facilitaria o controle sobre os possíveis levantes regionais.

Antes, porém, no primeiro quartel do século XX, as questões de saúde pública já haviam sido colocadas em destaque pelo governo federal visando atender os interesses de mercado a partir de uma política higienista que buscasse controlar possíveis surtos epidemiológicos. O discurso dominante foi colocando a figura do médico como o grande representante da saúde pública. Vargas conduziu o governo dialogando e atendendo aos interesses dos latifundiários e industriais. Era a ideia do Estado como condutor dos destinos da nação (SILVA, 2005). Outras regiões foram anexadas à lógica de exploração capitalista sob o viés de modernização, mas sem, no entanto, alterar o ideário de progresso dentro da ordem. Goiás cumpriria uma função essencial nesse processo (CHAUL, 2015).

#### **4 | DA IDEALIZAÇÃO AO SURGIMENTO DA CIDADE MODERNA: PRESSÕES E ESTRATÉGIAS ENFRENTADAS POR PEDRO LUDOVICO PARA A EFETIVAÇÃO NO PODER EXECUTIVO REGIONAL.**

O processo “revolucionário” que chegou a Goiás, liderado pela Coluna Mineira, colocou Pedro Ludovico como interventor no executivo. Sua fragilidade política colocava a necessidade de busca por afirmação. Segundo Chaul (2015, p. 218) o interventor não tinha “(...) nenhuma orientação ideológica capaz de dar sustentação à sua carreira política”. A primeira aposta política foi a de um projeto sanitarista – as questões sanitárias estiveram presentes no discurso político de toda década de 1930. “Sanear a sociedade significava, naquele momento, afirmar-se no poder” (ibid., p. 228).

Os grupos que subiram ao poder em 1930 tinham que apresentar mudanças no sistema de governo que os separassem e distinguissem do anterior. Pedro Ludovico tinha um caminho difícil rumo a sua consolidação política (CHAUL, 1998). O interventor era representante dos novos grupos regionais, mais vinculados à mentalidade moderna, progressista e urbana.

A condição de médico dava a Pedro Ludovico prestígio e legitimidade em função do capital cultural inerente a profissão. Ao assumir o governo lançou mão de uma campanha higienista para o Estado. Através desta, figurava o seu interesse na tentativa de estabelecer uma política de governo capaz de lhe angariar apoio político, o que lhe seria fundamental para a sustentação no poder. Questões de saúde pública constavam entre as prioridades nacionais do período. O interventor buscava fazer a junção dos interesses locais com os pressupostos do governo federal.

Essa perspectiva, no entanto, não era nova. É importante ressaltar que desde a década anterior, políticas de cunho higienista já estavam postas no Estado. O governador que antecedeu ao interventor, o também médico Mario Caiado, havia

implantado o Serviço Sanitário do Estado, suspenso por Ludovico assim que assumiu o governo (CHAUL, 2015). Portanto, para nós, em termos de análise, este discurso, assim como o mudancista, não foram tão original ou inédito como se costuma atribuir.

Os jornais da época, no bojo dessas transformações, retratavam Goiás como a região que marchava rumo ao progresso, à modernidade. O jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba, publicavam com enorme destaque a manchete em primeira página: “Goyaz avança impávido e sereno no rumo de seus grandes destinos”. As ideologias do progresso fomentadas a partir 1930 começavam a ressoar em Goiás. Pedro Ludovico parece ter se aproveitado bem dessa perspectiva.

No jornal *Lavoura e Comércio*, na cidade de Uberaba, 1931, estampava na sua capa a seguinte matéria: “Goyaz avança impávido e sereno no rumo de seus grandes destinos”, a leitura do mesmo nos permitiu encontrar um imbróglio bastante sugestivo para os objetivos deste trabalho, segundo o interventor Pedro Ludovico o Estado não se encontrava afundado em dívidas.

Antes, porém, para melhor entender a situação, apesar de todos os esforços feitos pelo interventor ao seu programa sanitaria, à convicção de que estava amplamente integrado ao projeto de nação do governo federal, a proposta não logrou êxito. O principal argumento foi por falta de recursos. Essa situação intensifica o imbróglio suscitado. O relator justificava a não execução do projeto da seguinte forma: “Infelizmente, porém, as condições financeiras em que se debate o nosso Estado não permitem a execução integral dos pontos básicos do programa traçado, cuja eficiência repousa, antes de tudo, no factor monetário” (Regulamento de Saúde Pública, apud CHAUL, 2015, p. 225).

Se devemos dar crédito à declaração do interventor para a Informação Goyana, em 1931, no qual o Estado não estaria afundado em dívidas, deve-se analisar com criticidade a justificativa da não efetivação do programa sanitaria. Por que, de fato, ocorreu a negação de recursos para tal programa? Mesmo estando em consonância com os interesses federais, indagamos que o projeto de saneamento visando atender a população no âmbito regional, não traria impactos suficientes para consolidar os anseios nem do governo local, como também do nacional. Inferimos que os impactos ideológicos seriam praticamente nulos e sob essas condições, geralmente, o recurso desaparece.

Correndo contra o tempo a mudança de discurso realizada pelo interventor Pedro Ludovico passava a fazer mais sentido. O discurso mudancista apresentava em seu bojo a necessidade de construir uma nova e moderna capital para Goiás, em região melhor adequada, que possibilitasse o desenvolvimento do Estado. Esse discurso encontrava mais consonância com os desdobramentos que vinham ocorrendo no cenário nacional, uma vez que a modernização do país se fazia necessário.

Nessas condições, o projeto de construção e mudança da capital para um local melhor apropriado, passou a ser o grande mote do discurso sociomédico do interventor. Diante ainda da instabilidade política e das pressões impostas pela oposição, Pedro

Ludovico, ainda como interventor, sentia o efeito gangorra da política. Situação agravada com a suspensão do projeto sanitarista. O chefe do executivo goiano agiu rápido na direção de outro projeto político capaz de lhe arrebanhar aliados visando a sua estruturação à frente do poder local. Iniciava uma série de discursos visando legitimar a ideia mudancista.

No âmbito do discurso Pedro Ludovico foi buscando convencer seus pares. Chaul (2015) argumenta que uma nova capital seria o símbolo capaz de dar a sustentação política ao interventor.

Porém, a situação era delicada, além de Pedro Ludovico outras duas lideranças ambicionavam o comando do poder executivo no Estado, Domingos Netto Velasco e Mário Caiado. O primeiro fundou em 1931 a Legião de Outubro que visava ganhar espaço dentro da política goiana, e também foi companheiro de Ludovico nos primeiros anos, rompendo com o interventor logo após o levante paulista de 1932. O segundo tinha enormes influências no Estado e sobre prefeitos do interior, além de enorme prestígio entre os latifundiários que haviam controlado o executivo por anos.

Tentando sufocar a oposição Pedro Ludovico utilizou-se fartamente de um discurso sociomédico para inviabilizar a Cidade de Goiás, esta, no discurso do interventor, possuía condições inaceitáveis para ser uma capital. Assim, aguçava em outras o desejo de se tornarem centro político regional por reunirem melhores condições. Pedro Ludovico costurou o discurso político de mudança da capital de tal modo que foi envolvendo seus pares, o convencimento total parecia que era questão de tempo.

O “novo” projeto de construção e mudança da capital tinha raízes históricas, Pedro Ludovico resgatou-o da historiografia regional. A ideia alavancada pelo interventor não foi uma novidade ou invenção como comumente tem se colocado. Novidade pode ser atribuída à forma como o discurso mudancista foi sendo construído, numa íntima relação com os interesses em âmbito nacional. Parecia que a construção de uma nova capital era condição essencial para o desenvolvimento não somente de Goiás, mas de toda a região Centro Oeste.

Ao esboçar essas questões é preciso atentar para o conceito de memória discursiva para se seguir com a análise. Vale salientar que ela se adapta tanto ao discurso escrito ou oral.

(...) as palavras e o discurso agregam sentidos historicamente construídos, não acumulados de forma organizada e linear e que se atualizam e se inter-relacionam a todo tempo. O sujeito não é sua própria fonte de sentidos, já que estes se formam na relação constante com a história por meio do trabalho da memória (MENDES, 2011, p. 49).

O discurso se associa a memória e a história do grupo social que se pretende atingir. Utilizando da memória discursiva o ideário mudancista agregava sentido e atualizava a memória já construída, principalmente, pelos grupos políticos. Tal



discurso também dialogava com o momento histórico, cuja presença e expansão do capital no país era latente. Portanto, o discurso de fortalecimento e ampliação dos centros urbanos atenderia tanto aos interesses do grande capital, como os anseios do grupo político que ascendera ao executivo federal.

Ainda na linha de raciocínio de Mendes (2011), a memória discursiva refere-se à memória social e coletiva de sentidos que podem ser partilhados. Nessas condições, é mister indagar para qual grupo Pedro Ludovico direcionava seus discursos? Isso é fundamental para compreendermos a direção e o interesse do discurso. Daí, o auxílio do conceito de memória discursiva, uma vez que “o sentido do dizer só se dá porque existe um sentido já dito, como conhecimento partilhado. Ela [memória discursiva] está estreitamente ligada às condições sócio-históricas e aos dados extra discursivos e pré-discursivos” (MENDES, 2011, p. 50).

A memória discursiva atua resgatando discursos já partilhados anteriormente, ou seja, reconstrói o passado, mas também organiza o presente e é atualizada por meio do acontecimento. No caso aqui em análise, o discurso mudancista trabalhado por Pedro Ludovico Teixeira. Teoricamente pode-se inferir que uma das grandes estratégias do interventor de Vargas em Goiás foi direcionar o discurso para os seus pares políticos.

Outro conceito pertinente na busca pela compreensão das manobras e estratégias do discurso do interventor é o de memória metálica. Um processo de repetição incansável dos discursos através dos meios de comunicação disponíveis. Deste modo a ressignificação do conteúdo do discurso não acontece em detrimento da repetição e da interiorização do discurso, perpassado pela ideologia de quem emite o discurso. Ou seja, através da repetição tenta-se interiorizar certa ideia nos grupos para os quais se discursa (ORLANDI, 2007).

Tomando como mote as questões teóricas, analisa-se algumas estratégias presentes em discursos mais contundentes de Pedro Ludovico sobre a questão mudancista. Dentre eles o proferido no dia 04 de julho de 1932, quando o interventor fez a primeira declaração pública sobre a mudança da capital. Na cidade de Bonfim (atual Silvânia), Pedro Ludovico deixou explícito a possibilidade de se transferir a capital goiana. Naquele momento, o chefe do executivo goiano não falava à população única e exclusivamente, o seu discurso era em direção a seus pares políticos, visto precisar de apoio para as eleições de 1934.

Segundo Bakhtin (2003, p. 301) nenhum discurso é de alguém para ninguém, ou seja, possui direção, um alvo. Para o autor “um traço essencial (constitutivo) do enunciado [do discurso] é seu *direcionamento* a alguém, o seu *endereçamento*. (...) o enunciado tem autor e destinatário”. Daí, o entendimento de que o seu discurso estava direcionado aos seus pares.

Em três dias, o chefe do executivo municipal de Bonfim demonstrava abertamente interesse em receber a nova capital. Parece que o objetivo de Pedro Ludovico tinha sido alcançado. Por meio de uma carta oficial, destinada ao interventor, pode-se

perceber que Ludovico instigou o grupo político local, o que para nós, de posse das análises de Bakhtin (2003), reflete seu real interesse, centrar o discurso em Bonfim a seus pares políticos.

No mesmo ano, a Informação Goyana trazia uma entrevista com Pedro Ludovico onde se discutiu economia e a mudança da capital. Na entrevista o interventor afirma que a aspiração da mudança da capital era uma demanda do povo goiano como um todo. “(...) Considero a maior necessidade e mais séria garantia para o futuro de Goyaz. (...) É uma velha aspiração do povo goyano. E não só isto: - é uma necessidade gritante” (Informação Goyana, 1932, p. 26-27).

O trecho da revista não foi o único com esse teor. Vários outros foram publicados nessa direção, o que evidencia o conceito de Orlandi (2007) de memória metálica, que por sua vez, ia aos poucos através dos discursos proferidos nos meios de comunicação, se fortificando no imaginário social dos grupos, inclusive o político. No fragmento destacado da entrevista cabe salientar como Ludovico colocava a aspiração da nova capital como sendo vontade de todos e não somente aspiração pessoal sua de manutenção no poder, visto que desse modo, dificilmente conseguiria garantir o apoio político necessário.

A maneira como aparece os discursos nos possibilita, teoricamente, inferir sobre certa intencionalidade. Ao se reportar a nova capital como sendo uma velha aspiração do povo, tal colocação se associa aos preceitos liberais, presentes desde a configuração do Estado Nação, na qual o governo deve ser do povo e para o povo. Desse modo, os políticos que não concordavam com uma capital nova e moderna, não estariam somente contra o interventor, mas contra toda a população de Goiás. Mais uma vez, em Goiás, o povo era utilizado para atender aos interesses pessoais dos políticos.

Conforme vem se analisando, não é intenção afirmar que única e exclusivamente no âmbito do discurso as mudanças foram ocorrendo. O discurso foi essencial enquanto ideia central a ser acampada. No entanto, ele precisa se associar a elementos concretos, ou seja, era preciso demonstrar de forma concreta os prelúdios de modernização tão propalados no âmbito do discurso. Reside nesse aspecto, mais uma vez, a habilidade política do interventor.

Era possível visualizar alguns elementos da propalada modernidade como sinais de mudanças ligadas aos novos grupos políticos e também a expansão do capital no Estado. Em 1931, foi implantado uma usina de álcool-motor em Catalão, o Estado foi dotado de Serviço Postal Aéreo, a inauguração em Ipameri, do primeiro cinema falado, a autorização do Ministério da Viação, de verba para extensão da estrada de ferro (MACHADO, 1990).

Estas alterações eram amplamente trabalhadas no âmbito do discurso de modernidade. A consolidação dessas transformações somente seria possível, ainda no âmbito do discurso, com a construção de uma nova cidade, apropriada para receber as benesses do progresso que era conduzido pelo novo grupo. Em relação

à Cidade de Goiás, o discurso construído foi inverso; capital retrógrada, incapaz de abarcar as novas estruturas da modernidade. Lançando mão de seus conhecimentos científicos de médico, Pedro Ludovico ia legitimando suas ações junto a seus pares políticos. A cidade de Goiás ia se constituindo num doente incurável.

Outro elemento contundente para nossa análise encontra-se na ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro – capital federal – o interventor afirmou que o Estado teria uma nova capital, em 1933. Esta declaração foi dada à imprensa e causou impacto significativo. A ideologia do progresso via urbanização já era circulante no governo federal. Era necessário povoar o interior do Brasil. Essa conjuntura, associada ao discurso mudancista parece ter colocado Goiás como via possível. O Estado se antecipava à Marcha para o Oeste de 1937.

Seguindo o seu obstinado intuito, Pedro Ludovico publicou o decreto que nomeava a comissão para proceder com estudos necessários à escolha do local para se edificar a futura capital (CHAUL, 1998). Esta ação reforçava os intentos do até então interventor e teve grande impacto no Estado de Goiás. O discurso mudancista dava mais um passo rumo a sua materialização.

Apesar de constituída a comissão para a escolha do lugar a ser edificada a futura capital parece-nos que a tal decisão já havia sido tomada pelo interventor. Mendonça (2009, p.188) argumenta que “Pedro Ludovico Teixeira, antes mesmo da nomeação da comissão incumbida de eleger o ponto da nova metrópole, já havia escolhido Campinas”. Aqui, habilidosamente, pode-se perceber que Ludovico trabalha com os ânimos políticos das cidades vizinhas. Bonfim, Campinas, Bela Vista, possivelmente locais com bancadas expressivas na Assembleia e também com possíveis concorrentes ao cargo de Governador.

Pela análise que viemos fazendo, acredita-se que o intuito não era de apenas transferir a sede da capital da cidade de Goiás para outra, seja Bonfim, Campinas ou Bela Vista, mas sim edificar uma **nova e moderna** capital para o Estado de Goiás, tanto que os dois termos em destaque foram amplamente repisados pelo discurso mudancista, cuja necessidade de modernizar o Estado acabava legitimando o intento do interventor em Goiás. Desse modo, o discurso em âmbito local ia, aos poucos, se associando ao interesse nacional e, à medida que isso ocorria, o apoio dos pares políticos de Pedro Ludovico se concretizava.

A repercussão que ganhou o referido decreto, visto como outra ação ludoviquista, entra mais uma vez na perspectiva da memória metálica. Uma vez que, a cada ação de Pedro Ludovico, no sentido de efetivar o projeto mudancista, fazia com que os grupos políticos passassem a se convencer não somente de que ele, de fato, poderia dotar o Estado de uma nova capital, mas na viabilidade e necessidade desta para o desenvolvimento de Goiás. Uma vez isto ocorrendo, Pedro Ludovico, pela via do discurso, se constituía, entre seus pares, no único capaz de tal intento. As bases para sua efetivação no poder estavam lançadas.

O mesmo enquanto interventor tinha autoridade suficiente para determinar o

local, a data e como seria construída a nova capital. Ao não fazer isso e ressaltar a necessidade de uma comissão, pelo viés da memória metálica, pode ser entendida como mais uma estratégia para angariar apoio político ao interventor. Uma vez que, atitudes autoritárias – em um momento tão delicado – não mais seriam aceitas, conforme o discurso de Domingos Velasco.

O relatório da comissão que escolheu o local da futura capital foi assinado pelo urbanista Armando Augusto de Godoi “como maneira de trazer a opinião de um técnico de gabarito, não residente em Goiás e com especialização no exterior” (CHAUL, 1998, p. 72). A ratificação do engenheiro sobre a escolha do local reforçava não somente a necessidade de se construir uma nova e moderna capital. O aval de um perito renomado, homem de ciência, plugava os interesses locais com as pretensões do governo federal. A assinatura de Godoi dava o aval científico e legitimava o discurso de modernizar o Estado pela via da urbanização.

Na presente reflexão, ancorando nos aspectos teóricos da análise de discurso, acredita-se que somente os pares de Pedro Ludovico estavam em condições de interpretar os significados simbólicos e reais das ações do interventor (BAKHTIN, 2003). Daí, o círculo de discussão serem muito mais no espaço político. A repercussão das mesmas para a população do Estado como um todo parece ter sido reduzido, haja vista, essa mesma população residirem na sua grande fração no espaço agrário. Estas são questões que nos incomodam bastante e, dado as limitações e objetivos do trabalho, não foram aprofundadas nessa discussão.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o ideário mudancista possibilitou desvelar os elementos ideológicos e as estratégias presentes, na esfera do discurso, que colocava a necessidade da construção de uma nova e moderna capital como forma de sedimentar o então interventor na política goiana.

A retomada do processo histórico nacional pela vertente da urbanização auxiliou perceber que a região sudeste serviu de “modelo” e/ou “exemplo” para se expandir a mentalidade moderna, no qual o viés da urbanização foi o carro chefe. Foi ainda nesta região que se formou uma mentalidade voltada ao comércio mais intenso. Em momento oportuno, convergiram para essa região os interesses do capitalismo no país, encontrando terreno propício para se desenvolver, sobretudo com a emergência do café.

Dado as exigências do capital pela contínua expansão, visando gerar mais capital, visto o mesmo ter horror ao vácuo e aversão aos baixos lucros (MARX, 2007), a necessidade de expandir seus tentáculos para outras regiões era inevitável. A inserção de novas terras à especulação capitalista, não atendia aos interesses ideológicos de modernização e disciplinarização da força de trabalho. Então, o

caminho que se encontrou foi o de fortalecimento dos centros urbanos pela via da construção de cidades capitais no interior do país. A partir de 1930, então, o que se viu foi a intensificação do processo de urbanização e industrialização.

Foi em meio a essa conjuntura que Pedro Ludovico Teixeira, assumiu o poder executivo em Goiás, contudo, sem qualquer política de governo capaz de lhe garantir estabilidade no poder. Ao lançar mão de um projeto sanitaria, entendemos que os impactos ideológicos com tal programa não teriam os resultados necessários. A construção de uma nova capital encontrou mais ressonância na tentativa de estruturação política do interventor.

Compreendemos que durante o discurso mudancista Pedro Ludovico tinha em mente atingir seus pares políticos. Colocando um anseio pessoal como vontade geral, ou seja, aspecto ideológico de interesse de todo o Estado. Quando na realidade não eram todos que tinham possibilidades de inferir ou mesmo identificavam-se com o que estava ocorrendo a partir dos discursos veiculados. As condições mais adequadas para compreender o teor do discurso nos jornais, revistas, rádios e nas audiências era, sem dúvida, de seus pares políticos.

Vargas ao ser convencido da viabilidade do projeto de uma nova capital, se comprometeu, inclusive com apoio financeiro para a sua edificação. Isso evidencia, no nosso entendimento, os vínculos ideológicos entre Pedro Ludovico e os acontecimentos no cenário nacional. Desnudando os elementos históricos na sua relação com o discurso mudancista, percebe-se que a nova capital de Goiás não foi obra de um só homem. Ideologicamente a capital foi edificada em função dos interesses do grande capital. A habilidade do interventor, entretanto, foi a de associar os interesses regionais com os anseios em âmbito nacional. Aspecto essencial para consolidá-lo na política regional.

Com a repetição dos discursos progressistas pelos periódicos buscou-se a internalização dessas informações por parte dos leitores, reduzindo o saber discursivo a um aglomerado de informações ideologicamente equivalentes aos interesses da classe dominante. Esse discurso buscou também a internalização da perspectiva de modernidade para uma região majoritariamente rural.

Portanto, foi nessa direção que se construiu ideologicamente a futura capital goiana. Antes de sua concretude ela já existia no campo das ideias, no imaginário dos grupos políticos para quem Pedro Ludovico discursava. Essa estratégia política, por conseguinte, favoreceu Ludovico vencer as eleições indiretas em 1934 e mais, consolidou o mesmo no âmbito da política regional e o imortalizou para todo o sempre na história de Goiás.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A vida privada e ordem privada no Império. In: \_\_\_\_\_. (org). **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo:

Companhia das Letras, 1997. p.11-94.

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BAKHTIN, Mikail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHAUL, N. F. **A construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia: Cegraf UFG, 1988.

\_\_\_\_\_. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 4ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. Urbanização do Brasil no século XIX. In: **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999. p.235-270.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FINLEY, M. I. Quem eram os Gregos? In: **Os gregos antigos**. Lisboa: Editora Edição 70, 1988. p.13-25.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **As cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_; SCHMITT, Jean-Claude. Cidade. In: **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: Edusc, 2006. v.1. p.219-236.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. História. In: **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. Goiânia: Cegraf. 1990. p.117-178.

MARX, Karl. **A origem do capital: A acumulação primitiva**. 6ª edição. São Paulo: Global, 1989.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MENDES, Gardene Leão de Castro. **O discurso da criminalização da juventude no Jornal DAQUI**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas**. Revista Mosaico, v.2, n.2, jul./dez., 2009, p.175-189.

ORLANDI, Eni. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. São Paulo: Pontes Editores, 2007.

SALLES, Catherine. **Nos submundos da Antiguidade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Câne Editorial, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.



## ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL DO CRESCIMENTO DA MANCHA URBANA DO BAIRRO COLINA DE LARANJEIRAS – SERRA/ES A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE IMAGENS GOOGLE EARTH

### **Rubyana dos Santos Vieira**

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES  
Vitória – Espírito Santo

### **Jordano Francesco Gagno de Brito**

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES  
Vitória – Espírito Santo

### **Eliana Cassia Rocon**

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES  
Vitória – Espírito Santo

### **Daiane Entringer Modesto**

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES  
Vitória – Espírito Santo

**RESUMO:** O município de Serra, em meados do ano de 2000 obteve uma nova função na região metropolitana de Vitória, considerado como periferia, o mesmo acolhia a população de baixa renda, além de trabalhadores de classe média baixa, vinculados a grandes empresas, com isso, município passou de lugar da indústria no contexto da Grande Vitória a lugar de moradia destes trabalhadores. Diante disto, o objetivo desta pesquisa consistiu em realizar um mapeamento espaço temporal da ocupação urbana que ocorreu no bairro Colina de Laranjeiras, no município de Serra – ES. Desde o início de sua construção até os dias atuais, o bairro passou por um período de transformações decorrente do processo de industrialização do município, tanto em sua

extensão territorial, como o seu crescimento populacional. Foram analisadas imagens obtidas por meio do Google Earth (imagens de arquivo Digital Globe), no período de 2003 e 2013 e a elas foram aplicadas técnicas do Sensoriamento Remoto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sensoriamento Remoto, urbanização, Sistemas de Informações Geográficas.

**ABSTRACT:** The Serra city, in mid-year 2000 obtained a new function in the Vitória metropolitan area, considered suburbs, the city received the population with low income and also workers with formal employment of lower middle stratum, tied to large companies then, the Serra city changed a industry place, in the context of the Vitória region, to the dwelling place of these workers. Therefore, the objective of this research was to conduct a mapping timeline of urban occupation that happened in Colina de Laranjeiras neighborhood, in Serra city - ES. Since the beginning of its construction to the present day, the neighborhood has undergone a period of transformation due to the industrialization of the city, both in its territorial extension, as their population growth. Images of high spatial resolution obtained through *Google Earth*, between 2003 and 2013 and with the help of the techniques of remote sensing, it was possible to delimitate places who suffered with

the urban expansion.

**KEYWORDS:** Remote Sensing, urbanization, Geographical Information System.

## 1 | INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil ocorreu com maior intensidade a partir da década de 1970, quando houve fluxo considerável de migrações de pessoas do campo para a cidade. Esse fato implicou na necessidade de expansão de áreas para uma melhor acomodação de moradias, comércio e indústrias. Compreende-se portando, que o desenvolvimento econômico e tecnológico de uma região tende a atrair o crescimento populacional, que exerce uma pressão nas cidades.

Assim como em outras localidades, o município de Serra que pertence a RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória/ES, também atraiu um grande contingente populacional que permanece alterando a configuração de seu território. Sua posição geográfica e suas facilidades logísticas fizeram com que se tornasse um dos mais significativos polos de desenvolvimento urbano e industrial do Estado, e uma das cidades mais prósperas do Brasil. Pode-se perceber isso na afirmação de Gonçalves (2009, p. 69 e 70),

Historicamente, a dinâmica urbana de Serra esteve associada à expansão periférica da metrópole da Grande Vitória, com a consolidação do processo de industrialização a partir da segunda metade da década de 1970. Assim, parte do território do município, de um lado, foi utilizada como suporte para a atividade industrial e, por outro, como lócus para a reprodução da população com menos rendimento, que chegava aos milhares à Grande Vitória nos anos 1970 e 1980.

Paralelo ao desenvolvimento urbano do município surgiram interesses que alavancaram o processo das edificações em suas várias formas. Concomitante a isto, temos a especulação imobiliária, um processo que nas últimas décadas está direcionado a construções de grande porte como, por exemplo, os condomínios fechados em regiões onde predominam localidades próximas consideradas de periferia, conforme Corrêa (1999, p.85),

[...] o processo de segregação socioespacial, quando as camadas de maior renda passam a buscar melhores condições de moradia, conforto e comodidade. Isso vem acirrar as desigualdades da ocupação dos espaços e a auto-segregação dos grupos menos abastados na reprodução da moradia, empurrados cada vez mais para áreas periféricas, com limitações da estrutura urbana.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a evolução espaço temporal da ocupação urbana no bairro Colina de Laranjeiras (figura 1), localizado no município de Serra/ES, utilizando-se das técnicas de Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas.

## 2 | ÁREA DE ESTUDO

A área utilizada para o estudo (Figura 1) compreende o bairro Colina de Laranjeiras, localizado no município de Serra que integra a RMGV e tem como área limite a rodovia Norte Sul uma das principais rodovias do Município de Serra, os bairros Taquara I e II e Chicocity ao Sul.

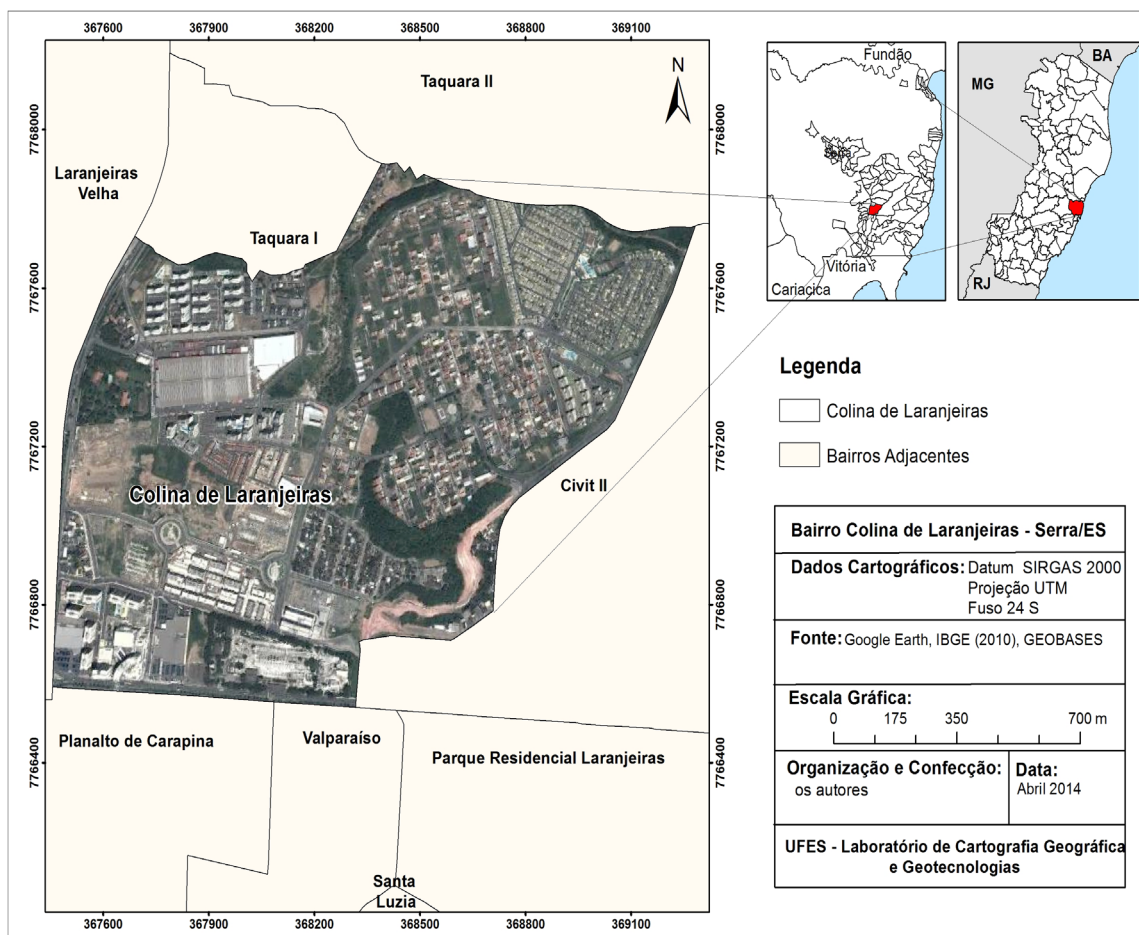


Figura 1. Localização do bairro Colina de Laranjeiras – Serra/ES.

O loteamento Colina de Laranjeiras, que antes pertencia ao bairro Taquara I distrito de Carapina, conta com uma área total de 1.642.128,63 m<sup>2</sup>. A área é composta basicamente por moradias que em sua maioria são representadas por condomínio fechados de alto padrão, além de algumas empresas do segmento logístico.

## 3 | METODOLOGIA DE TRABALHO

Para realização deste trabalho, o mesmo foi dividido em duas principais etapas, partindo da aquisição de referencial bibliográfico referente a problemática estudada, como: livros, periódicos, dissertações e teses. A segunda etapa iniciou-se com a aquisição dos seguintes Planos de Informações: limite municipal (IDAF, 2014); limite de bairros (IJSN, 2014); limite de estados (IBGE, 2014); ortofotomosaico (IEMA 2007/2008); imagens de alta resolução espacial coletadas no programa *Google Earth*,

com datas de passagem em 06/11/2003 e 26/12/2013.

Iniciou-se com o pré-processamento das imagens de arquivo *DigitalGlobe* e Ortofotomosaico IEMA e com as imagens selecionadas deu-se início ao processo de georreferenciamento, e para o mesmo foram utilizados entre 6 e 10 pontos, foi utilizada a projeção cartográfica (UTM, SIGARSS 2000, fuso 24S).

Após o processo de georreferenciamento das imagens foi realizada a etapa de extração de informações através da classificação supervisionada e interpretação visual das imagens de satélite. Para a classificação supervisionada foram estabelecidas 03 classes (urbano, vegetação e descampado).

Anterior ao início do processo da classificação supervisionada, foram criados arquivos no tipo vetores no formato de polígonos para cada imagem referente aos anos estudados (2003 e 2013), o objetivo destes vetores, foi editar amostras de cada tipo de classe estabelecida, com intuito de coletar o maior número possível das mesmas. Com isso, foi possível uma melhor análise e conseqüentemente um melhor resultado, pois algumas informações geradas não condiziam com a real situação do local, necessitando de correção manual. Após o processo final de interpretação das imagens, realizou um *Clip* do plano de informação de Bairros (IJSN, 2014) com o plano de informação que continha as classes de uso do solo, gerando assim um recorte referente ao bairro estudado, Colina de Laranjeiras.

Concluída a etapa no software ArcGis 10.1, os resultados alcançados foram trabalhados na ferramenta Excel, originando gráficos e tabelas que possibilitaram uma melhor análise.

#### 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a elaboração de mapas, foi possível delimitar o crescimento da mancha urbana no bairro Colina de Laranjeiras/Serra para os anos de 2003 e 2013, e a localização das áreas de concentração, facilitando a visualização do processo de desenvolvimento urbano. Nas figuras resultantes (2 e 3), as cores dos polígonos correspondem às classes estabelecidas (descampado, urbano e vegetação).

Com o intuito de detalhar e refinar os resultados obtidos foram calculados os percentuais para cada classe (descampado, urbano e vegetação) dos anos analisados, onde foram encontrados para o ano de 2003 (figura 2), os seguintes valores 37% descampado, 32% urbano e 31% vegetação.

Diante destes valores observou-se que a área total com cerca de 1.642.128,63 m<sup>2</sup>, se apresentava com uma proporção semelhante para todas as classes estabelecidas. Sendo que a área correspondente ao uso urbano, era composta por empresas de diversos segmentos.

Em um período de 10 anos, estes valores tiveram uma mudança expressiva, conforme encontrado nos percentuais para o ano de 2013 (figura 2), a classe urbana

saiu do percentual de 32%, o que correspondia a 519.793,90 m<sup>2</sup> da área total e passou a ser de 67%, correspondendo a 1.096.201,27 m<sup>2</sup> da área total. Com isso, é correto afirmar que a expansão urbana presente neste bairro, foi intensa, levando um curto período de tempo, o que pode se relacionar ao de desenvolvimento econômico, presenciado pelo município de Serra neste período.

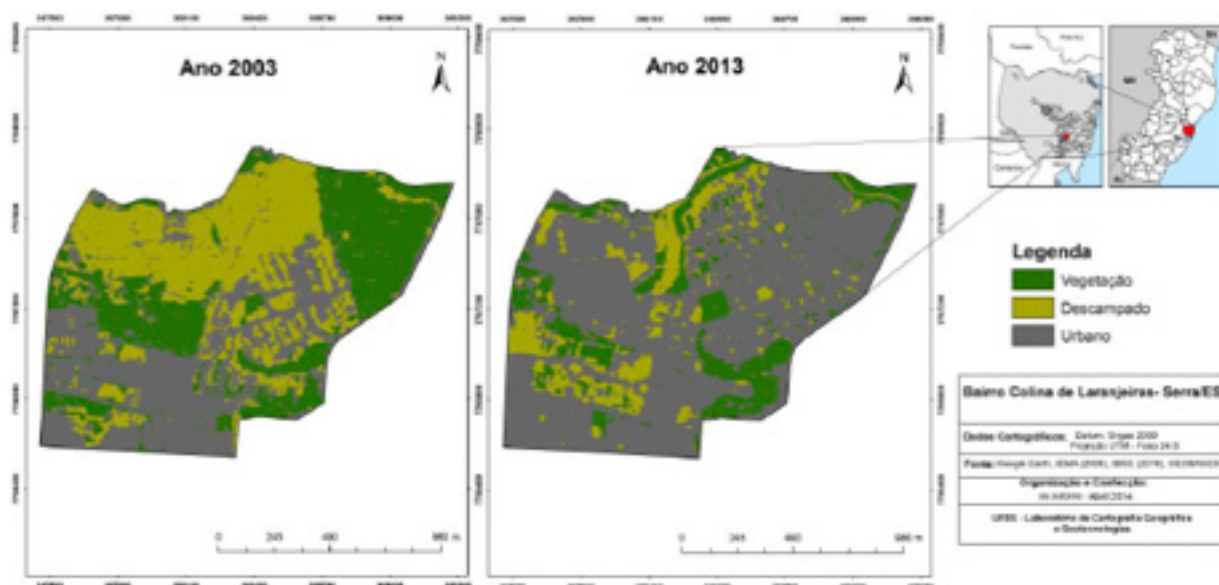


Figura 2. Uso e cobertura da terra anos 2003 e 2013.

Por meio das análises obtidas com este estudo, verificou-se que as mudanças, principalmente as econômicas ocorridas no município de Serra influenciaram o crescimento da mancha urbana no bairro Colina de Laranjeiras. Carlos (2007, p.35) em seus estudos nos traz essa relação,

[...] as transformações dos bairros são bastante significativas, uma vez que adensam-se, ganham novas atividades e novos moradores, mudando de perfil em poucos anos, às vezes, meses. Os contrastes, que não cessam de se aprofundar, revelam se, com toda sua força no plano da habitação.

De fato, a formação social é uma particularidade espaço-temporal de um determinado modo de produção, quer dizer, é uma combinação particular e relacional de uma ordem temporal e de uma ordem espacial de um dado modo de produção dominante (BESSA, 2010).

## 5 | CONCLUSÃO

O crescimento urbano é um processo presente nas grandes cidades, sendo assim, buscou-se compreender as transformações ambientais e sociais geradas pelo mesmo no local de estudo. Considerando que o levantamento do uso e cobertura da terra atualmente é de extrema importância para que se acompanhe e entenda de que forma está sendo utilizada a mesma, além de compreender como se apresenta



a nova configuração dos padrões de organização do espaço territorial. Neste campo de estudo, muitas são as ferramentas de geotecnologias que auxiliam na execução deste procedimento, portanto, este estudo utilizou-se do desempenho de softwares como ArcGis 10.1 e Google Earth, visando conferir um detalhamento mais minucioso a temática proposta.

Estas tecnologias possibilitam estudos relacionados às mudanças ocorridas no espaço em que se vive e proporcionam uma visão multitemporal das áreas estudadas, destacando as transformações ocorridas em determinados períodos, tornando-se fortes mecanismos no acompanhamento de desmatamentos, queimadas, expansão urbana, ou outras alterações do uso e da ocupação da terra ocasionadas pelo homem.

Por meio das análises obtidas com este estudo, verificou-se que as mudanças ocorridas no município de Serra influenciaram o crescimento da mancha urbana no bairro Colina de Laranjeiras, gerando uma competição entre os diferentes grupos da população, onde a cada dia o uso da terra torna-se mais que uma questão de uso e ocupação e passa a adquirir valores que estão diretamente relacionados a seus agentes, que acabam por influenciar diretamente na transformação e reprodução do espaço social.

## REFERÊNCIAS

BESSA, Kelly. **Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da geografia**. Mercator (Fortaleza. Online), v. 9, p. 43-56, 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/394/308>>. Acesso em : <abril 2014>.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 4ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GONÇALVES, Thalismar Matias. **A dinâmica do espaço urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra – ES**. 2007. Monografia – graduação em bacharel do curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

### Sites consultados:

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth>

<http://www.idaf.es.gov.br/>

<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>



## BIOGRAFIA, METODOLOGIA, SENSIBILIDADES E PRÁTICA RELIGIOSA CATÓLICA EM MARINGÁ, NORTE DO PARANÁ (1969-2000)

### **Marcia Regina de Oliveira Lupion**

(Universidade Estadual de Maringá, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História – Maringá-PR)

### **Solange Ramos de Andrade**

(Universidade Estadual de Maringá, Professora no Departamento de História, no ProfHistória e no Programa de Pós-Graduação em História – Maringá-PR)

**RESUMO:** Apresentamos neste artigo a metodologia sobre a qual serão criadas e analisadas as fontes orais utilizadas na pesquisa sobre a religiosidade católica maringaense sob os aportes da corrente historiográfica conhecida como História das Sensibilidades. Em fase inicial, a pesquisa não conta com extenso levantamento de informações junto às fontes, que serão, em sua maioria, fontes construídas a partir da oralidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Religiosidade Católica; História das Sensibilidades; Metodologia; Biografia; Maringá-PR.

**ABSTRACT:** This article presents the research methodology of Maringá's catholic religiosity, using oral sources analysis under the historiographic current known as History of Sensitivities. In the initial phase, the research does not count on an extensive collection of

information from the sources, which will be mostly spoken.

**KEYWORDS:** Catholic Religiosity; History of Sensibilities; Methodology; Biography; Maringá-PR.

### **1 | A BIOGRAFIA E A MEMÓRIA: BERNARDO CNUUDE, PADRE**

Malan, figura folclórica em Maringá por caminhar pelas ruas anotando o nome de pessoas que desejam orações comemora em cinco de maio seu aniversário e, há vinte e cinco anos, costuma preparar dois bolos para a festividade. O duplo quitute se deve ao fato de que na data citada o conhecido Padre Bernardo Cnudde teria rezado por Malan para que este abandonasse o vício em bebidas alcóolicas e, tendo isso acontecido, o receptor da graça, ou podemos dizer milagre, teria passado a ver na data um novo nascimento, daí a comemoração com dois bolos: um para si e outro em agradecimento ao padre Bernardo (TRADICIONAL FESTA..., 2017).

O padre ou monsenhor Bernardo, já é falecido. Malan continua por aqui, mas, o fato envolvendo ambos revela um outro lado da religiosidade maringaense, algo totalmente diferente do que se costuma ouvir quando o

assunto é religião católica na cidade. O ocorrido com Malan e Bernardo torna visível uma religiosidade imaterial cujo registro ainda não foi realizado ou problematizado sobre o catolicismo maringense. Nesse artigo será apresentada a metodologia sobre a qual a peculiar prática religiosa do monsenhor Bernardo Cnudde, padre católico que atuou em Maringá, no norte paranaense, entre os anos de 1969 e 2000 será estudada.

A citada peculiaridade se deve ao fato de que na memória local, sobretudo a praticada pelos fiéis que o conheceram, conviveram e participaram de suas celebrações, existe uma narrativa na qual o pároco não somente celebrava os sacramentos comuns aos rituais católicos, mas também costuma realizar práticas exorcistas nos domínios da igreja e fora dela. A memória oficial, porém, não registra de forma tão efetiva tais práticas embora se saiba que havia conhecimento por parte dos superiores ao monsenhor da existência de tais atividades. Para verificar tais práticas estabeleceu-se como prioridade a documentação oral sem abrir mão de qualquer outro tipo de fonte que possa vir a colaborar com o tema.

Aportes teóricos comuns a estudos biográficos e pertinentes ao perscrutar de indícios e minúcias assim como o foco nas sensibilidades são relevantes para o trabalho que se pretende construir sobre Bernardo Cnudde. As balizas cronológicas datadas entre os anos de 1969 e 2000 foram escolhidas por permitirem uma visão panorâmica da experiência vivida pelo padre na Paróquia Divino Espírito Santo e da formação de um grupo de leigos cuja fé em Bernardo permanece após seu falecimento. Passamento que encerra o período da pesquisa enquanto a história da religião católica em Maringá continua sua trajetória.

## 2 | HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA DAS SENSIBILIDADES

Para além da ampliação já realizada pela Escola dos *Annales* no início do XX, a “virada cultural” ocorrida nos anos 1990 legitimou a possibilidade de realização de pesquisas em diversas temáticas e objetos sob o respaldo da História Cultural redescoberta, segundo Peter Burke (2008), em 1970 na Europa e nos Estados Unidos. Assim, a história cultural ao inserir na faina histórica outras dimensões do universo das sociedades como religião, os ritos, as vestimentas, o amor, o medo, etc., gera identidade entre o saber produzido na academia e a sociedade que a envolve.

Outra característica da história cultural é seu apreço pelo estilo de narrativa que deve estar focada na complexidade. Assim esse estilo é o mais apreciado pelos historiadores culturais é a narrativa fluida e sedutora marcada tanto pela exposição dos detalhes, pelo que foge ao convencional quanto pela busca do padrão. Afinal, o que se quer destacar é exatamente a complexidade das relações individuais e coletivas. E, como explicita Le Breton (1999), afetividade e emoções são social e culturalmente construídas e dentro desse campo devem ser estudadas.

A História Cultural então, aponta para uma nova escrita da história. Mais ampla e certamente menos seletiva. Por isso uma linha de pesquisa que tem por foco as emoções humanas e suas sensibilidades resulta exatamente da amplitude de abordagens permitida por aquela foi considerada o modelo ideal para fundamentar a presente pesquisa.

## 2.1 História das Sensibilidades

A História das Sensibilidades tem sua consolidação como área específica do conhecimento ainda com seu paradigma fundador, a história das mentalidades e também a história das representações. Frédérique Langue, historiadora francesa traça o perfil da história das sensibilidades na obra *História e sensibilidade* lançada em 2006 e vê nessa corrente historiográfica uma possibilidade de “balizamento a partir do ‘não-dito da história’, na fronteira – para não dizer à margem e à sombra – da disciplina histórica impregnado de emoções e paixões na esfera de um cotidiano distante do dia-a-dia elites governantes” (2008, p. 22).

Não se nega que as sensibilidades sejam difíceis de capturar haja vista toda a alteridade envolvida e para superar essa dificuldade é necessário que se estabeleça a temática específica, o grupo ou os indivíduos envolvidos, o fato catártico (caso exista) e principalmente a temporalidade a que se refere a pesquisa. Sentir os homens e as mulheres de outra época é um trabalho que precisa reconhecer as experiências desse outro momento. Experiências essas marcadas pelas subjetividades comuns a cada momento histórico de cada grupo específico.

Captar detalhes, sobretudo em obras já existentes sobre o tema é essencial nesse processo de construção de evidências ligadas ao registro das sensibilidades e é a historiadora gaúcha Sandra Jatahy Pesavento quem sugere que o resgate do sensível ou das práticas culturais deve ser feito “através das marcas que deixaram nos materiais de arquivo, nas artes, na literatura” (PESAVENTO, 2007, p. 15) sempre precedido de um questionamento pois “mesmo nos documentos oficiais [...] é possível encontrar traços da alma, traços do mundo sensível de uma outra época” (PESAVENTO, 2007, p. 15) e, no caso da pesquisa com o monsenhor, traçar o perfil dessa religiosidade e que o tornou uma figura emblemática para muitos fiéis católicos de Maringá e região a partir da memória oral.

## 3 | FONTES ORAIS E SUA METODOLOGIA

Como visto até aqui será no campo das subjetividades, da imaterialidade, da emoção, da sensibilidade que se constituirá o objeto da pesquisa, ou seja, as experiências humanas serão o destaque. Construir fontes a partir da oralidade é essencial nesse processo posto que se tais documentos são ricos em informações por revelarem as múltiplas facetas de um processo histórico e por conectarem o

entrelaçamento entre as individualidades as coletividades que se manifestam na cultura e sociedade. Registra-se que além das fontes orais, uma ampla busca na internet de dados sobre o padre foi realizada ainda durante as primeiras incursões para conhecer o objeto pesquisado. O surgimento de fontes desconhecidas e sob qualquer suporte serão objeto de análise e posterior uso ou descarte conforme a relevância. É conveniente esclarecer que visitas a Centros Espíritas e outras denominações religiosas se deve à estreita ligação entre essas instituições e o Padre Bernardo Cnudde dada sua especificidade, nem sempre exposta, de praticar o exorcismo. Ação quase sempre citada com gestos marcados pelo segredo como se tais atos não devessem ser citados em voz alta, talvez exatamente o “maior” não-dito dito, dessa história.

Construir uma fonte oral, contudo, demanda mais do que a identificação de possíveis depoentes. Para a produção deste tipo de material existe toda uma logística específica que envolve um saber técnico, um saber teórico e um saber legal. Trabalhar com a construção de documentos orais embora seja uma técnica utilizada desde o início do XX como se verá a seguir não resulta apenas em definir quem será entrevistado ou a forma como a narrativa presente nos depoimentos será analisada. No Brasil a Resolução nº 466 baixada pelo Ministério da Saúde em 12 de Dezembro de 2012 estabeleceu, dentre outras prerrogativas, que cabe ao pesquisador elaborar um projeto cuja execução necessita de aprovação do CEP/CONEP, respectivamente Comitês de Ética em Pesquisa e Comissão Nacional de Ética e Pesquisa quando a pesquisa envolve seres humanos e em 2016, a Resolução n. 510 verticalizou as pesquisas da área de ciências humanas e sociais por considerar esse campo com especificidades próprias e, portanto, com critérios definidores diferentes da área da saúde por exemplo. O rigor com que as pesquisas com seres humanos vêm sendo tratadas desde 2012 no Brasil nos levou a considerar o trabalho com as fontes orais a partir das três dimensões citadas acima, ou seja, a técnica, a legal e a teórica para desenvolver o trabalho com o monsenhor e seu grupo. Iniciemos historicizando a técnica.

### **3.1 A História Oral como técnica**

Diversos autores são criteriosos em postular o rigor acerca da técnica de construção de fontes orais, mas, o importante é que todos também são unânimes em definir História Oral como mais do que uma técnica. Dentre esses podemos citar os historiadores Paul Thompson e Carlos Sebe Bom Meihy, britânico e brasileiro respectivamente. De acordo com Paul Thompson e sua célebre obra *A voz do passado*, a história oral é, além de um método, “uma história construída em tomo de pessoas [e] propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história” (1998, p. 44).

José Carlos Sebe Bom Meihy compartilha com Thompson no que concerne aos aspectos subjetivos e o sentido social do trabalho com a oralidade, e, em seu Manual de História Oral publicado em 1998 define que o trabalho com História Oral se divide em três categorias: História de Vida, História Temática e Tradições Oraís. Enquanto as duas últimas são formas de trabalhar com a oralidade caracterizando grupos ou espaços específicos – história local ou de comunidades no caso da História temática e, sociedades tradicionais no caso das Tradições Oraís – a História de Vida se caracterizaria por ser uma técnica que objetiva colher relatos de pessoas cujas memórias retomem um passado coletivo, porém, na singularidade do particular e como auto representação (1998, p. 14). Entretanto, embora Bom Meihy defina na paráfrase acima a história oral como uma técnica de fato o autor demonstra a impossibilidade de uma definição unívoca em relação às fontes orais.

Assim, é possível encontrar discussões acerca das diversas definições para a construção e análise dos documentos orais que os conceituam como um método, uma técnica, uma ferramenta, uma disciplina, uma narrativa, um gênero, um discurso. Ou seja, a História Oral é multifacetada e multidisciplinar e tem nesse aspecto sua riqueza e relevância, características que podem ser compreendidas também a partir dos estudos de Verena Alberti, historiadora e pesquisadora do CPDOC cuja atuação no mundo da oralidade é notória. Conta a historiadora que a História Oral surgiu em meados no século XX, mais especificamente 1948 atrelada à invenção do gravador a fita e seria:

[...] uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2008, p. 155).

Bom Meihy e Thompson historicizam a História Oral para além da invenção do gravador e da fita K7 e mesmo do uso do computador uma vez que a internet ainda não havia se popularizado em fins dos anos 1990 quando as obras citadas foram escritas. Para demonstrar sua teoria acerca do uso da oralidade como fonte de pesquisa Thompson cita a obra História da Revolução Francesa, publicada em fins do XIX por Jules Michelet como um trabalho que foi produzido com dados coletados também a partir da experiência de pessoas que participaram daquele evento e Bom Meihy vai ainda mais longe identificando as raízes da história oral ainda na Antiguidade Clássica. Registre-se, no entanto, que Bom Meihy conceitua a história oral praticada após o emprego da tecnologia como a “moderna história oral” em contraposição a Tradição, sendo esta última a definição para os testemunhos ou para a história que se caracterizava pela narrativa oral sem registro escrito sendo possível incluir nessa categoria tanto a história praticada pelos *griots* africanos quanto a história praticada

por Heródoto.

A definição acima dada por Verena Alberti é bastante técnica, mas, de fato, explicita o que vem a ser uma fonte oral, isto é, o uso acadêmico ou não de relatos de pessoas cuja experiência vivida em determinado momento ou evento torna-se fonte histórica podendo ser utilizada também para outros fins, como documentários, construção de biografias ou filmes por exemplo.

Mediada por critérios bastante rígidos, a construção de fontes atualmente não demanda que as entrevistas em áudio ou vídeo sejam transcritas resultando num documento escrito uma vez que no presente a História Oral alcançou estatuto equivalente às demais fontes históricas sobretudo a partir das proposições da Escola dos Annales. Lembra Karnal e Tatsch que no início do século XX houve um estímulo à ampliação dos objetos históricos como era desejo de Marc Bloch e, que com essa ampliação também o conceito de fontes históricas sofre uma alteração substancial quando estatuto de documento histórico passa a ser compreendido como relativo a tudo que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 15). E, nessa perspectiva, as fontes construídas a partir da oralidade garantem sua legitimidade como produtora de informações e como forma de registro de memórias individuais e coletivas cujo uso para fins de pesquisa pode ser exclusivo ou atrelado a outras fontes.

Serão feitas ainda, incursões ao cemitério municipal de Maringá com o objetivo de perceber a incidência de visitas ao túmulo do padre tanto em dias comuns quanto em datas comemorativas como finados e aniversário de morte do monsenhor. Ocasões nas quais se pretende identificar possíveis depoentes e então formar de grupos de amostragem quando então as entrevistas serão efetivadas. Parte dessa estratégia de levantamentos já foi realizada quando se verificou que é possível organizar os fiéis em quatro grupos sendo, fiéis da paróquia Espírito Santo cujo contato com o padre foi mais intenso; participantes da RCC quando da sua fundação; pessoas que acreditam ter recebido graças após pedirem a intercessão do padre e frequentadores do cemitério. Nesse último grupo se entrelaçam fiéis que conheceram ou não padre além de famílias que trazem filhos ou netos ainda crianças e apresentam a elas o monsenhor com uma breve biografia do mesmo.

É importante registrar que a coleta de entrevistas ainda não foi iniciada tendo em vista a necessidade de o projeto ser aprovado pelo CEP/CONEP que na Universidade Estadual de Maringá é representado pelo COPEP, o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, instituição a qual a pesquisa está vinculada. Esse tema será melhor elaborado no próximo subtópico, por hora, registra-se que o levantamento de dados se dará no formato de questionários abertos e fechados e com entrevistas temáticas cujo foco será a experiência dos integrantes dos grupos de amostragem com o padre. Informações quantitativas podem vir a tornar-se gráficos cujos dados estatísticos serviriam para demonstrar o alcance da população em relação ao fato de conhecerem o padre e parte de sua biografia e prática peculiar.



As entrevistas abertas serão gravadas por meio da câmera fotográfica e filmadora da marca Sony material tecnológico que permite o registro simultâneo em áudio e vídeo do depoente. Verifica-se que as entrevistas juntamente com as técnicas de gravação audiovisual e os questionários foram os métodos escolhidos para a construção das fontes orais e a busca de informações acerca da religiosidade católica maringaense no período em que Bernardo por aqui esteve.

Feitos esses esclarecimentos, a construção e análise das entrevistas deverá seguir o proposto por pesquisadores da área cujas experiências com a oralidade resultaram num extenso e minucioso trabalho sobre como construir e avaliar as fontes orais notadamente em relação a elaboração de um projeto que, segundo Meihy e Holanda,

[...] é o instrumento norteador que ajuda a planejar o trabalho de pesquisa, delineando a proposta a ser desenvolvida, a justificativa/fundamentação, os meios operacionais, a questão da forma e a evidência dos objetivos por meio de hipóteses de trabalho (MEIHEY; HOLANDA, 2017, p. 42).

Um dos elementos mais expressivos do projeto é o estabelecimento do questionário ao qual serão submetidos os memorialistas, mas, além de estabelecer o questionário, outros passos devem ser seguidos no que diz respeito às entrevistas. Sebe Bom Meihy (1998) sugere que uma entrevista siga os seguintes passos: em primeiro lugar, uma pré-entrevista, momento no qual o pesquisador entra em contato com o entrevistado e prepara a entrevista denominada pré-entrevista. Em seguida viria a entrevista propriamente dita e na sequência uma pós-entrevista para só então partir para a registro escrito do depoimento.

Um outro ponto a ser observado quando se organiza o trabalho com as entrevistas é a influência que estar na presença de uma câmera ou gravador pode ter sobre o entrevistado. Dessa forma, realizar mais de uma entrevista torna possível ao depoente sentir-se menos intimidado frente ao material tecnológico ou ao caderno de anotações do pesquisador. Portelli (2001, p. 24) chama a atenção para a necessidade de mais de uma entrevista ao descrever o caso em que coletou um testemunho marcado pela informalidade junto a um pedreiro que, vinte anos após tornou-se prefeito numa cidade do interior italiano.

Conta o historiador que na primeira entrevista o então pedreiro não apresentava a mesma linguagem corporal e expressões faciais que utilizava como prefeito já que nessa segunda ocasião havia uma consciência de si por parte do ex-pedreiro que agora precisava transmitir confiança e convencer seus interlocutores dado o cargo que ocupava. É sempre interessante observar a experiência de outros pesquisadores da oralidade e com elas aprender, contudo, é essencial ao pesquisador aprender com suas próprias experiências e verificar as variáveis presentes nos depoimentos é tarefa que nos incumbimos na pesquisa sobre Bernardo.

Definidos tema e questionário, o passo seguinte será a avaliação da narrativa

presente nas entrevistas cujos critérios norteadores serão dados pela socióloga alemã Gabriele Rosenthal e o historiador italiano Alessandro Portelli discutidos no subtópico 3.3. Sigamos descrevendo a produção e o registro legal das fontes orais.

### 3.2 O registro legal dos documentos orais

O ano de 2012 marca um momento de inflexão acerca do uso de seres humanos em pesquisas de cunho científico por meio da Resolução n. 466 no Brasil. Desenvolvida tanto para o âmbito da saúde quanto das ciências humanas e sociais, a Resolução preza pela dignidade humana e pela proteção aos participantes em pesquisas científicas e não é uma prerrogativa iniciada em terras brasileiras. Buscando manter a integridade dos depoentes, o disposto na Resolução brasileira remonta à Resolução n. 196/1996 que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e que por sua vez foi criada considerando diversos organismos internacionais criados no pós-Segunda Guerra Mundial, sendo um de seus marcos referenciais o Código de Nuremberg (1947) considerado o primeiro documento a enfatizar a necessidade do consentimento do indivíduo para fins de pesquisa científica. Segundo o Editorial da Revista Educação e Sociedade:

[...] historicamente, tem-se criado consensos em torno da necessidade de estabelecer normas que regulamentem a relação pesquisador/pesquisado mediante procedimentos que possam causar constrangimentos ou mesmo ferir, direta ou indiretamente, a dignidade de pessoas ou comunidades investigadas (REVISÃO, 2018).

Assim, o que se tem é que o uso da oralidade em pesquisas científicas extrapola o simples trabalho de encontrar e entrevistar pessoas cujas experiências sobre um determinado fato sejam do interesse do pesquisador. O trabalho com fontes orais demanda um caráter ético que deve ser observado assim que a pesquisa se inicia e, no caso das Ciências Humanas e Sociais, a Resolução n. 510/2016 trouxe especificidades ainda mais singulares para o trabalho com seres humanos quando considera

[...] que as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico (RES. N. 510/2016).

A Resolução n. 510/2016 se constitui num documento com oito páginas, oito capítulos e 34 artigos nos quais as diretrizes para o trabalho de pesquisa realizado na área de Ciências humanas e sociais está disposto. Estão lá definidos os papéis relativos à participação do CNE/CONEP; das Instituições às quais a pesquisa está vinculada; dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa. Define ainda em parágrafo

único pesquisas que não serão registradas nem avaliadas pelos dois órgãos citados acima.

Nesse quesito registram-se oito tipos de pesquisa e uma atividade cujo desenvolvimento não será objeto de avaliação e registro por parte dos Comitês. Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares não se enquadram nessa categoria e serão objeto de análise e registro. A Resolução n. 510/16 trata ainda dos termos e suas definições, princípios éticos, processo de consentimento e assentamento livre e esclarecido por parte do participante da pesquisa, dos riscos que o participante possa correr e suas precauções e das atribuições do CEP/CONEP. Trata ainda das responsabilidades do pesquisador responsável e das disposições transitórias relativas ao procedimento adotado pelos Comitês acerca do registro da pesquisa/pesquisador responsável que deverão, no caso das Ciências Sociais, serem registrados também na Plataforma Brasil, um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país.

No caso da Universidade Estadual de Maringá o recebimento de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos nas áreas de Ciências Humanas e da Saúde é feito em datas previamente estabelecidas pelo COPEP, Comitê Permanente de Ética em Pesquisa, e a presente pesquisa está agendada para ser avaliada e registrada por esse órgão de acordo com o calendário e as normas propostas tanto pelas Resoluções, sobretudo a n. 466/2012, quanto pelos critérios do Comitê.

### **3.3 Os aportes teóricos do trabalho com os relatos orais**

Muito tempo decorreu desde 1948 quando os gravadores possibilitaram o registro sonoro das memórias e, mais do que simplesmente utilizar as informações oriundas da oralidade, os pesquisadores se deram conta de que cada narrativa era constituída a partir de singularidades e assim, a História Oral estabeleceu também como um de seus critérios a análise do discurso presente nos relatos, ou seja, verificou-se que o caráter subjetivo presentes no documento oral devia ser considerado quando do seu uso. Dessa forma, observamos que uma técnica não abrange a complexidade que acompanha esse tipo de documento. Complexidade essa que foi definida por Alessandro Portelli como sendo um discurso dialógico no qual se entrelaçam o entrevistador, o entrevistado e o material final como sendo produto de ambos (PORTELLI, 2001, p. 10). Assim, o documento oral extrapola o simples relato de experiências e torna-se o resultado de um produto mediado pelo encontro entre entrevistador que houve e o entrevistado que conta.

Mas, este é apenas um dos pontos a serem considerados numa entrevista. Esse método deve passar ainda por outros crivos avaliativos como questões gramaticais e a definição da identidade sob a qual o depoente se coloca. Fica ainda o registro que, não obstante o estatuto alcançado pelas fontes orais ser o mesmo que das

escritas, imagéticas e audiovisuais, é válido que informações presentes nos relatos devem ser objeto de confronto com outros documentos não no sentido de validá-las a partir dos últimos, mas como uma forma de verificar em que medida o depoimento revela, confronta, inova ou mesmo “inventa” novos dados por vezes com interesse de agradar o entrevistador. Uma forma de evitar esse tipo de “ajuda” é realizar mais de uma entrevista e comparar as informações.

Com relação às questões gramaticais, o crivo da avaliação deve compreender a análise dos pronomes e tempos verbais utilizados e, sobretudo, o tempo e o espaço presente na narrativa. Aliado a esse escrutínio gramatical, a socióloga Gabriele Rosenthal considera essencial que os papéis sociais nos quais o entrevistado se auto reconhece também sejam definidos assim como seus pontos de vista e códigos de ética. O levantamento dos pronomes pessoais “eu” e “nós” por exemplo, é essencial para estabelecer se o entrevistado se posiciona como sujeito ou objeto perante os fatos experienciados ou como observa Rosenthal, verificar “a ordem da inter-relação primordial do ‘mundo’ e do ‘eu’” apresentada pelo mesmo (ROSENTHAL, 2001, p. 196). E, ao verificar-se essa ordem é essencial ao pesquisador que compreenda que há na narrativa uma linearidade que lhe é própria e que é dada pelo depoente. Perder de vista essa linearidade e analisar somente partes do depoimento é, segundo Rosenthal, “rigorosamente proibido” sob pena de perder a *gestalt* ou identidade do depoente que se revela, por exemplo, na incidência dos pronomes pessoais citados acima.

Contudo, há que se refletir sobre o fato de que um indivíduo pode apresentar mais de uma identidade. Não se questiona o fato de que em alguns casos, uma dessas identidades aflore com mais intensidade em alguns momentos e menos em outros. Mas, deve-se ter em mente que quando o pesquisador chega para entrevistar um provável depoente ele apresenta as razões de sua vinda, ou seja, o pesquisador, ao esclarecer o porquê daquela entrevista e para qual fim ela será utilizada, de certa forma, já está induzindo o depoente a adotar um tipo de posicionamento – ou “identidade” – que ele acha que seja coerente com o pretendido pelo historiador. Todos esses passos criteriosos têm, por objetivo dar forma, ou construir, uma figura na qual se vislumbre o rosto do entrevistado dimensionando como ele próprio se posiciona perante a vida.

Como os depoimentos ainda não foram coletados, é impossível fazer uma descrição apurada das condições sob as quais as fontes foram criadas. Resta-nos, por hora, estudar as teorias e metodologias propostas e, após resolvidas as questões legais, colocá-las em prática e descobrir os rostos dos depoentes, sua identidade perante o evento e o mundo, e por meio dessas informações, dos ditos e não-ditos e escrever um capítulo acerca da religiosidade católica maringense.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. História Oral: histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 196, DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. Brasília, DF, out 1996. Disponível em <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html)>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Brasília, DF, dez 2012. Disponível em <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html)>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 510/2016, DE 07 DE ABRIL DE 2016. Brasília, DF, abr 2016. Disponível em <<http://www.anped.org.br/news/nova-resolucao-5102016-de-etica-na-pesquisa>>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** 2. ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Primeira edição 2004).
- GRUPO FILHOS DE SIÃO. Disponível em <[https://www.facebook.com/pg/filhosdesiao/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/filhosdesiao/about/?ref=page_internal)> Acesso em: 19 dez. 2017.
- KARNAL, Leandro.; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-28.
- LANGUE, Frederique. O sussurro do tempo: ensaios sobre a história cruzada das sensibilidades Brasil-França. In: ERTZOGUE, M. H.; PARENTE, T. G. **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 21-34.
- LE BRETON, David. **Las pasiones ordinarias**. Antropologia de las emociones. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1999.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2017.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatay. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, S. J.; LANGUE, F. (Orgs.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 15.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 22. j. 2001. p. 9-36.
- REVISÃO ÉTICA NA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00857.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2018.
- ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas conseqüências metodologias. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 196.
- SITTON, Thad; MEHAFFY, George. L. e DAVIS Jr., Ozroluke. L. **Historia Oral: una guía para profesores (y otras personas)**. México: F.C.E., 1993. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/364895987/Varios-Historia-Oral-Una-Guia-Para-Profesores-Y-Otras-Personas>>. Acesso em: 04 jan. 2018.
- Tradicional festa do Malan aconteceu depois de ser proibida em salão paroquial. Disponível em <<http://www.carlaomaringa.com.br/2015/05/tradicional-festa-do-malan-aconteceu.html>> Acesso em: 24 jan. 2017.

## CAMPESINATO NA DIOCESE DE GOIÁS: MEMÓRIAS DAS LUTAS E COM D. TOMÁS BALDUÍNO

### **Valtuir Moreira da Silva**

Professor efetivo da UEG no Curso de História em Itapuranga, Coordenador da Pós-Graduação Lato Sensu em Cultura, Identidade e Região, Coordenador do Projeto de Pesquisa Organização popular e a Diocese de Goiás: mobilização e luta do campesinato em Goiás (1967-1998) e Coordenador do Projeto de Extensão alternativas à violência: educação para uma cultura de paz.  
valtuir13@gmail.com

### **Damiana Antonia Coelho**

Professora efetiva da UEG no Curso de História em Itapuranga, Coordenadora do Estágio Supervisionado do Curso de História, Coordenadora do Projeto de Extensão: Museu de História da UEG-Câmpus Itapuranga: memória local e educação.  
damianaprof@hotmail.com

**RESUMO:** Pesquisa que procura discutir o discurso e a representação dos camponeses em sua luta tendo a Diocese de Goiás, via bispado de D. Tomás Balduino, como instituição que esteve presente e se envolveu ativamente nos movimentos de luta e permanência na terra, com intensa mobilização e formação nas experiências que foram surgindo ao longo das décadas de 1970-80. A partir da troca de saberes entre camponeses e membros da Igreja da Libertação, como ficou conhecida, nascem outras instituições que foram importantes

instrumentos e espaço para conquistas em relação à terra. Surgem os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST dentre tantas outras instituições e embates que foram sendo reinventados ao longo dessas décadas. Procura-se com as memórias de alguns destes atores sociais, camponeses e representantes da Diocese de Goiás entender como foram sendo apreendidos culturalmente o processo da luta em prol dos camponeses, momento ao qual, nestas memórias coletivas ou individuais podemos compreender como se fora produzida a luta e sua intensa mobilização, o formar-se coletivamente. Destaque da presença importante, para estes embates, do bispo D. Tomás Balduino, cuja vida sacerdotal fora dedicada em ouvir, aprender e incentivar a luta dos camponeses. Leituras essenciais para nossa pesquisa como Walter Benjamin (1994), E. P. Thompson (1987), Jadir de Moraes Pessoa (1999), Carlos Rodrigues Brandão (1986), José de Souza Martins (1990), Maria Yedda Linhares; Francisco Carlos Teixeira (1999), Paul Thompson (2002), Ecléia Bosi (1994) dentre outros. Somem-se a todo este debate os documentos produzidos no trabalho da caminhada da Diocese de Goiás e da Comissão Pastoral da Terra que foram disponibilizados para que pudéssemos acessar as memórias



dos camponeses que serviram como instrumentos para pensar e desenvolver leituras possíveis acerca dos camponeses em Goiás, com especificidade na região da Diocese de Goiás. Assim, o discurso e as inúmeras representações dos envolvidos nos trabalhos da Diocese de Goiás, quer seja os camponeses, como as narrativas de José Bernardino da Cunha e Moris Joaquim da Costa, dentre outros, como lavradores de Jussara, Itapirapuã, Novo Brasil e representantes sindicais de outros municípios traz à tona memórias que narram e contam um pouco desse passado de luta e parceria profícua entre o papel profético de D. Tomás Balduino e os embates experienciados pelos camponeses na região de Goiás.

**PALAVRAS-CHAVE:** Camponeses. Memória. Diocese de Goiás. Luta e Terra.

**ABSTRACT:** Research that seeks to discuss the peasants' discourse and representation in their struggle by having the Diocese of Goiás, via bishopric of D. Tomas Balduino, as an institution that was present and actively involved in the movements of struggle and permanence in the countryside, with intense mobilization and formation in the experiences that emerged throughout the decades of 1970-80. From the exchange of knowledge among peasants and members of the Liberation Church, as it became known, other institutions were born that were important instruments and space for conquests in relation to the land. The Rural Workers' Unions, the Pastoral Land Commission (CPT) and, later, the Landless Rural Workers' Movement (MST) are emerged among many other institutions and struggles that have been reinvented throughout these decades. It is sought with the memories of some of these social actors, peasants and representatives of the Diocese of Goiás to understand how the process of the struggle for the peasants was being culturally seized, at which time, in these collective or individual memories we can understand how it had seen produced the struggle and its intense mobilization, the forming itself collectively. It is highlighted the important presence, for these conflicts, of Bishop D. Tomás Balduino, whose priestly life had been dedicated to listening, learning and encouraging the peasants' struggle. Essential readings for our research such as Walter Benjamin (1994), E. P. Thompson (1987), Jadir de Moraes Pessoa (1999), Carlos Rodrigues Brandão (1986), José de Souza Martins (1990), Maria Yedda Linhares; Francisco Carlos Teixeira (1999), Paul Thompson (2002), Ecléia Bosi (1994) and others. Add to this whole debate the documents produced in the work of the Diocese of Goiás and the Pastoral Land Commission that were made available so that we could access the peasants' memories who served as tools to think and develop possible readings about the peasants in Goiás, with specificity in the region of the Diocese of Goiás. Thus, the discourse and numerous representations of those ones involved in the work of the Diocese of Goiás, whether they are peasants, or the narratives of José Bernardino da Cunha and Moris Joaquim da Costa, among others, as farmers from Jussara, Itapirapuã, Novo Brasil and union representatives from other municipalities elicits memories that narrate and tell a little about this past of struggle and fruitful partnership between the prophetic role of D. Tomás Balduino and the clashes experienced by the peasants in the region of Goiás.

**KEYWORDS:** Peasants. Memory. Diocese of Goiás. Struggle and Land.

## INTRODUÇÃO

Ao se estudar as memórias do campesinato compreende-se que existe uma construção identitária que se produz coletivamente, na qual estão envolvidos estes atores sociais, grupos de mediações e a interlocução com a sociedade envolvente. Quando se fala no trabalho da mediação em relação ao campesinato temos que estar atentos para muitas facetas da construção dialógica existente levando-nos para compreender que são testemunhos que contam e narram suas histórias como sujeitos. Neste percurso de dialogar, discutir e compreender tais memórias que produzem discursos e representações que remetem à vida em constante embate para viver na terra e ocupá-la é que se propõe pensar a mobilização camponesa em meio ao trabalho da Diocese de Goiás, durante o bispado de D. Tomas Balduino.

Para que se pudéssemos desenvolver as nossas análises aqui propostas utilizamos de fontes que foram selecionadas, nos 20 anos de pesquisa sobre a luta e embates vivenciados pelos camponeses, principalmente, no campo de atuação na Diocese de Goiás, durante as atividades pastorais de D. Tomás Balduino, como Bispo. O acervo documental fora se formando e se tornou um importante arquivo particular, que trabalhamos em projetos de pesquisa e extensão durante nossa trajetória acadêmica na Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Itapuranga.

Ressalte que, parte deste material já está disponível no Arquivo da Comissão Pastoral da Terra, através do Arquivo D. Tomás Balduino, inaugurado em 2016. Também acessamos os arquivos de outras instituições, como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Itapuranga, bem como, temos um importante acervo de entrevistas que foram realizadas com inúmeros camponeses e lideranças.

Para a análise e escritura da presente comunicação utilizamos a interpretação das memórias registradas em um documento intitulado “Ato de Solidariedade aos Posseiros da Mamoneira”. Também foram essenciais interpretações teóricas de Paul Thompson (1989), Ecléia Bosi (1994), Jacques Le Goff (1982), Verena Alberti (1989) dentre outros autores que ajudaram na compreensão dos usos e abusos da oralidade como instrumento metodológico para interpretar as memórias e produção de sentido nestas narrativas.

Também foram fundamentais as leituras e discussões teóricas de Walter Benjamin (1994), além de pesquisadoress como Carlos Rodrigues Brandão (1987), Jadir de Moraes Pessoa (1999) dentre outros que ajudaram na compreensão releitura da luta, história e resistência do campesinato.

Constata-se que, a estratégia de ouvir e assumir a luta esteve sempre presente na vida pastoral de D. Tomás Balduino, quando toma posse como Bispo na Diocese de Goiás, em 26 de novembro de 1967, percurso que durou até 02 de novembro de 1998, momento ao qual passou a assumir e participar das inúmeras lutas que foram sendo produzidas em prol da permanência e conquista da terra. Com esse

envolvimento pastoral a Diocese de Goiás se colocou como importante instrumento de apoio e expressão frente aos embates que foram sendo materializados e experienciados na história e cotidiano no meio rural em Goiás, principalmente ao longo dos anos de 1970-80. Para que se tenha uma noção da territorialidade, na qual se processaram inúmeros embates em prol dos camponeses, apresentamos a seguir o mapa com os municípios que compõem a Diocese de Goiás. Saliente-se que, em tais regiões estiveram presentes no palco lutas em prol das ocupações, no combate aos despejos, na garantia dos direitos sociais e humanos, no enfrentamento às violências físicas e simbólicas, assassinatos e em todo o processo da organização popular dos camponeses que sonham e esperavam uma caminhada de libertação, como podemos visualizar na figura 01, o mapa da atuação da Diocese de Goiás.

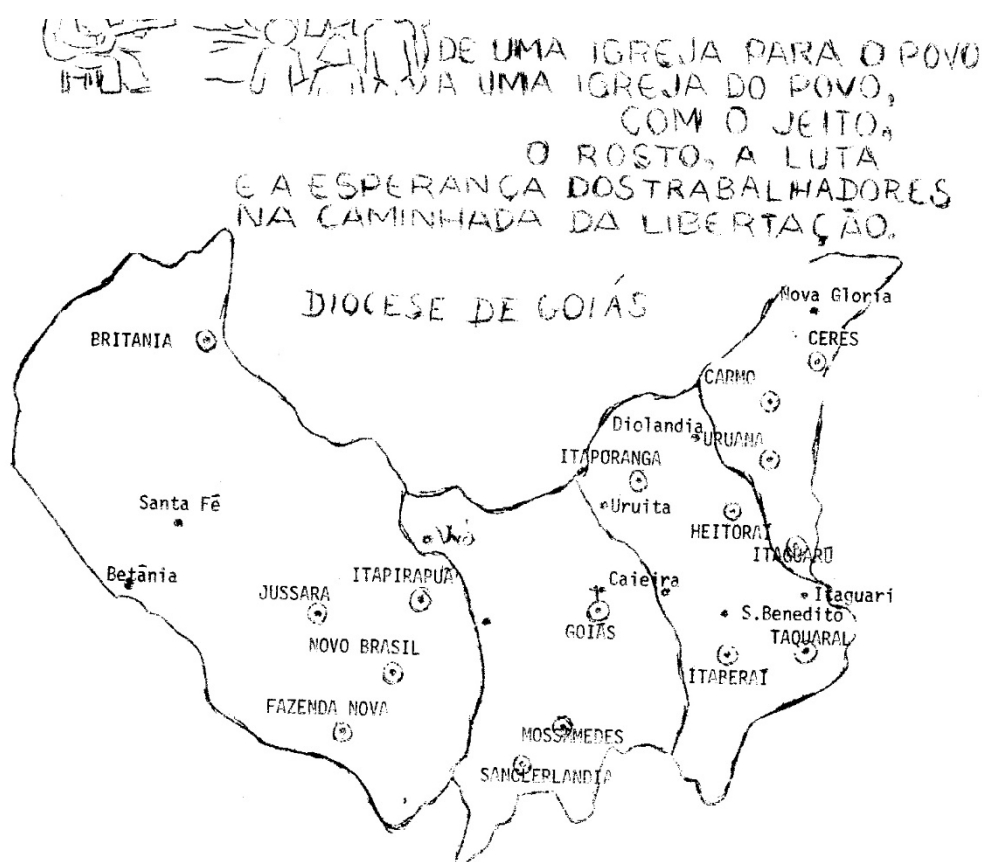


Figura 01: Mapa da caminhada pela libertação

Fonte: Documento 10 anos da Assembleia Diocesana – 15 de setembro de 1978

Com toda essa produção da memória em lutar a partir da mediação fundamental da Diocese de Goiás é que encontramos um processo histórico de formação constante dos envolvidos, quer seja produzido pela Diocese ou nos espaços dos embates vividos. Ao pesquisar as narrativas dos envolvidos nos enfrentamentos vamos nos deparar com memórias coletivas e individuais que nos dão a dimensão do papel essencial da figura emblemática que fora D. Tomas Balduino para a movimentação intensa dos camponeses. Saliente-se que tais fontes foram registradas em fotos, impressos, xerox de reportagens de jornais, como *O Popular*, *Diário da*

*Manhã e Opção* – ou através de narrativas que foram colhidas e transcritas a partir de entrevistas, ou contares que foram reproduzidos em folhetos que a Diocese de Goiás ou algumas Paróquias produziram demonstrando essa preocupação relevante do papel na mediação, interlocução e possibilidades de trazer à tona tais vozes que eram silenciadas e que se tornaram essenciais para se conhecer a relevância política destes atores sociais. O que se percebe é que há um discurso que se aproximava do rosto e a luta do povo, como demonstra os dizeres do documento anterior, procurando criar uma representação da caminhada que auxilia e apoia a libertação.

Saliente-se que, o empoderamento e tomada de decisões em relação aos lavadores, camponeses ou posseiros, estava posto no discurso e representação do grupo diocesano, momento ao qual encontrou eco no cotidiano destes homens e mulheres que vivia no meio rural, realidades que se entrecruzavam para se reconhecerem como expropriados, como nos demonstrou Martins (1990). Importante afirmar que, a luta pela terra e garantias legais em relação ao campo já estavam postas, eram *costumes em comuns* entre os camponeses em vários municípios que compunha a atuação da Diocese de Goiás.

Goiás, estado agrário e que sempre vivera sob os auspícios do latifúndio e da opressão de fazendeiros em relação aos camponeses, razão pela qual, com a presença de D. Tomás Balduino, a partir de 1967, o que se percebe é que os processos de resistência contra o *status quo* reinante se fortaleceu, ao longo das décadas de 1970-80. De posse das fontes documentais encontradas nos arquivos da Diocese, Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Paróquias constatamos que toda essa região se transformou em uma área de constantes lutas e embates tendo como espaço de intensa mobilização produzida pelos trabalhadores(as) rurais. Assim, os camponeses aproveitaram o trabalho pastoral e da mediação da Igreja do Evangelho<sup>1</sup>, procurando reinventar os discursos existentes e construindo um novo olhar para essa realidade e que pudesse ser modificada toda a exploração, expropriação e exclusão destes que lutavam pela terra.

Portanto, nas memórias dos camponeses encontramos todo esse entrecruzar do envolvimento do Bispo da Diocese de Goiás, refazendo um longo caminho de não mais agora, rezar somente com os ricos, mas houve uma aproximação e colaboração para com a luta dos trabalhadores rurais, permanecer, ocupar, produzir a terra, sem contar que, a busca por justiça social e direitos humanos integrais para todos – saúde, educação, alimentação e garantias legais no mundo do trabalho.

Várias experiências da luta camponesa poderiam ser tratadas aqui, no entanto, há uma escolha do pesquisador, quando nos apropriamos dos testemunhos dos

---

1 O termo Igreja do Evangelho serviu como um discurso importante para se preconizar entre os trabalhos pastorais desta direção pastoral de Tomás Balduino como um chamamento e envolvimento de todos para com as causas dos trabalhadores rurais. Interessante observar que a construção desta Igreja do Evangelho se fortalece com o aprendizado que os agentes das pastorais se apropriam da vivência e experiências dos trabalhadores(as) rurais, constituindo uma igreja preocupada em fazer com o evangelho transformasse e ajudasse na mudança de vida de todos.

Posseiros da Fazenda Mamoneira, município de Fazenda Nova que, através de um ato público de solidariedade realizado, no dia 08 de fevereiro de 1981, podemos visualizar o fortalecimento e as novas orientações nas experiências da jornada de luta dos camponeses. Portanto, muitos outros embates vividos puderam contar com a mediação da Diocese de Goiás, destaque para eventos dos posseiros em Itapuranga, Fazenda Nova, Itaguaru, Cidade de Goiás, Sanclerlândia e Mossâmedes, nas décadas de 1970-80, tornando-se em importante espaço de aprendizados para com o envolvimento e tomada de decisão, nesse caos, do “posseiros da Fazenda Mamoneira”, como foram conhecidos.

Compromissos coletivos da Diocese de Goiás que foram socializados no relatório da 11ª. Assembleia Diocesana, publicado no dia 13 de setembro de 1980, demonstrando o papel importante da Igreja que se aproximava e se envolvia com os mais necessitados, principalmente com os lavradores. Veja-se o que nos apresenta um trecho do documento:

Que os lavradores:

- Se juntem com os trabalhadores conscientizados, mesmo de outra religião, para organizar a classe trabalhadora.
- Expliquem para os trabalhadores não conscientizados a importância e o sentido dos sindicatos.
- Batalhem para que as mulheres e menores lavradores sejam sindicalizados.
- Deem importância às chapas de oposição e se esforcem no sindicato.
- Os que têm terra não saiam de suas terras.
- Os sem-terra lutem para conseguir terra para nela trabalhar.

Também é importante destacar que a opção em estar ao lado e com a luta dos camponeses, criou uma importante mobilização coletiva, ou seja, do grupo social. Fato constatado no movimento vivido pelos posseiros da Fazenda Mamoneira, no município de Fazenda Nova (GO), que pudemos encontrar relatos de dirigentes sindicais e companheiros que representavam outras experiências na luta camponesa em toda a região. No preâmbulo do documento intitulado “Ato de Solidariedade aos Posseiros da Mamoneira” registrou-se a presença e participação do bispo D. Tomás Balduino, no dia 08 de fevereiro de 1981. A seguir apresentamos um trecho dessa narrativa:

Os posseiros da Mamoneira, no município de Fazenda Nova (GO), para ter mais força na luta de reivindicação de seus direitos sobre a terra deles, pensaram bem em convidar Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás Velho. Ele veio junto com o advogado de confiança da diocese, conversou bastante com a turma, se informou sobre os últimos acontecimentos, porque ele está seguindo passo a passo a luta dos posseiros. À noite foi celebrada uma missa com a comunidade de Fazenda Nova em apoio da luta dos posseiros. Contamos com a presença de representantes das comunidades e dos trabalhadores de outros municípios (Jussara, Itapirapuã,

Novo Brasil...), além de todas as comunidades do município de Fazenda Nova. Tinha representante da CPT Regional (Comissão Pastoral da Terra), e participou também o advogado Antonio Geraldo Ramos Jubé, de Goiás.

Importante destacar que a presença de representantes da Diocese de Goiás, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais serviu como um instrumento dos posseiros da Fazenda Mamoneira se reconhecessem como sujeitos da história, trazendo narrativas dos embates vivenciados cotidianamente contra a grilagem de suas terras e a importância de um movimento que os unia em suas diferenças. José Bernardino da Cunha, posseiro da Fazenda Mamoneira narra assim a história da luta:

A gente que é posseiro da Fazenda Mamoneira tem algumas dificuldades pra comunicar pra vocês. Tem que explicar o que é a dificuldade, porque se agente fala que tem dificuldade e não explica, talvez vocês não poderiam entender por que motivo existe essa dificuldade na qual estamos passando.

Ressalte que a narrativa de José Bernardino da Cunha quer demonstrar um discurso unificador de que todos que estão na luta pela Mamoneira são posseiros, criando uma identidade daqueles lutadores para na terra permanecer, distinguindo da grilagem perpetrada pelo fazendeiro naquele momento. Daí, os discursos proferidos seria uma estratégia para esclarecer à sociedade os motivos e as razões de estarem se manifestando em praça pública. Tal como assevera Moris Joaquim da Costa, outro posseiro ao afirmar que:

Eles – os grileiros – chegaram, passaram na porta de minha casa, da casa da minha mãe e mediram a terra sem autorização nossa. Aí nós pegamos e fomos falamos para entender qual era a intenção deles. Aí nós fomos, e encontramos eles com o agrimensor deles na estrada. Batemos um papo... nós disse pra ele: como que você está fazendo esta medição nesta terra? Nossa terra, em 1948 meu pai comprou uma escritura, na Mamoneira.

Assim, como parte dialógica entre estes e a sociedade envolvente seria importante e necessário fazer a distinção entre ser posseiro e grileiro, deixando evidente que a posse da terra, desde 1948, era uma demonstração histórica e social de quem deveria ficar e continuar em suas glebas. Fazem registro do processo de pressão vivido pelos posseiros com a derrubada das cercas que faziam divisas da Fazenda Mamoneira. José Bernardino da Cunha narra assim tal fato:

O fazendeiro – grileiro que está mexendo na nossa área, mandou derrubar 400 metros de cerca, e jogou na base de 400 réis de gado no pasto de um nosso companheiro. Isso aí continuou mais ou menos uns noventa dias, este gado comendo na terra do posseiro. Para o pessoal que é pequeno, o prejuízo é grande.

O que se apreende de toda essa narrativa de pressão e violência sofrida pelos posseiros da Fazenda Mamoneira foi a produção de um longo aprendizado dos seus



direitos em relação à posse da terra. Daí, a importância de D. Tomas Balduino e os agentes de pastorais que motivaram os trabalhadores contratar um defensor, advogado. Nesse sentido, surge a primeira vitória, quando a Justiça lhes deu ganho de causa, “o juiz liberou a favor do posseiro. Eles conseguiram fincar as cercas de novamente; e o grileiro tirou o gado. Então isso aí para nós é uma libertação”, afirma José Bernardino.

Assim, toda essa trajetória vivida pelos posseiros da Fazenda Mamoneira produziu narrativas que destacam a importância do papel Diocese de Goiás, CPT e do apoio fundamental de outros companheiros que se somaram à luta, vindos de outros municípios para comporem a luta. Destaque para uma representação cultural que sempre estivera no universo camponês, a sua solidariedade, via o mutirão, expressa por José Bernardino da Cunha assim:

Então o que fizeram os posseiros? Fizeram um mutirão mais ou menos quarenta pessoas, e arrancamos aqueles marcos. Bom! Isso aí a gente tem de amostrar pra todo o pessoal, que a gente fez isso ai porque a gente tem um direito que assiste a gente. Nós estamos lutando na força da união dos posseiros – somos muita gente. Mas também temos apoio da CPT e também o apoio dos trabalhadores que vai nos ajudar, que tem dado o respaldo, para nós posseiros. Tudo que conseguimos através do respaldo dos companheiros e através da nossa união.

Nesse intenso processo de articulação entre os seus companheiros, a presença do bispo diocesano serviu como um fator instigador para com a intensa luta dos camponeses, demonstrando que a Igreja Goiás deveria estar se “metendo” com o sofrimento e embate dos outros, nesse caso os camponeses, inspirados em princípios bíblicos como demonstrar a narrativa de D. Tomás em sua homilia proferida durante o ato de solidariedade para com os posseiros da Fazenda Mamoneira, afirmou que:

Como primeira coisa, vou dar uma explicação. O pessoal pode perguntar assim: por que a Igreja está se metendo também nesta questão de posse? Se mete no sindicato, se mete em movimentos dos trabalhadores, agora também de posse. Eu respondo com este Evangelho (Jesus alimenta a multidão, MC 6,34-44. Como nós acabamos de ouvir: Jesus se preocupa com a fome do pessoal. Mas eles entenderam a palavra de Jesus; saíram por aí procurando: conseguiram os pães, os peixes. O começo da solidariedade!! Os apóstolos animaram a solidariedade. É por isso que estou aqui em nome de Jesus Cristo, que multiplicou os pães; em nome da Igreja que continua a Caminhada de Jesus Cristo.

Essa caminhada que continua, como afirmou D. Tomás Balduino, serviu como instrumento para motivar os camponeses em suas intensas lutas e embates. E que, as memórias que relatam toda essa trajetória da luta camponesa, estivera presente a lembrança do papel importante da Diocese de Goiás e outras instituições que ajudaram e apoiaram muitos movimentos ao longo das décadas de 1970-80. E que, a partir das memórias da luta camponesa e com D. Tomás Balduino seja perceptível uma intensa rede de solidariedade entre todos na luta pela terra e seus direitos coletivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o discurso e as inúmeras representações dos envolvidos nos trabalhos da Diocese de Goiás, quer seja os camponeses, como vimos com José Bernardino da Cunha e Moris Joaquim da Costa, dentre outros, como o próprio D. Tomás Balduino, além de outros companheiros que não foram compartilhados nesta comunicação, como lavradores de Jussara, Itapirapuã, Novo Brasil e representantes sindicais de outros municípios traz à tona memórias que narram e contam um pouco desse passado de luta e parceria profícua entre o papel profético de D. Tomás Balduino e os embates experienciados pelos camponeses na região de Goiás.

Os exemplos são significativos e se fazem representar por todos os municípios que compõem a Diocese de Goiás. Os camponeses são vistos no envolvimento da luta pela terra, na tentativa de fazer frente a expropriação do campo, nos embates por saúde pública, na sindicalização e tomada dos sindicatos dos trabalhadores rurais, a partir da oposição sindical.

Entrementes aos debates e representações encontradas nas experiências dos camponeses em todo o campo da Diocese de Goiás, tendo ao lado o bispo D. Tomás Balduino concluir-se-á com a letra da Folia da Esperança de autoria dos irmãos Pedro e Onofre, do município de Itaguaru retratando todo este percurso de caminhada e envolvimento dos camponeses e com a presença de D. Tomás Balduino em prol de uma vida no campo com solidariedade. Assim diz a letra, produzida em 1979:

Dez anos de Caminhada  
Na Diocese de Goiás  
Trouxe do Concílio de Roma  
O nosso Bispo Tomás

Contra a injustiça e exploração  
A sua voz se levantou  
E a nós pobres sem terra e liberdade  
O seu apoio ele mostrou

Éramos um povo sem futuro  
E todos desanimados  
Com ele apreendemos a coragem  
E não seremos derrotados

Descobrimos a verdade  
Na caminhada de 10 anos.  
Com certeza e esperança  
Que nós estamos lutando

O Cristo da justiça e igualdade  
Não deixa nós parar  
Ai todos os lavradores

Vão ter terra pra plantar

Um dia que vai chegando  
Os últimos será os primeiros  
Cristo nos fortalece  
Ele é nosso companheiro

Nessa noite de alegria  
Vamos cantar nossa Esperança  
Quem aceita o Evangelho  
A vitória ele alcança

São 10 anos que hoje celebramos  
De luta e dedicação,  
Pra frente com Tomás ao lado  
Celebraremos a libertação.

Desta forma, salientamos que a integração de D. Tomas Balduino, Bispo da Diocese de Goiás, a Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com os movimentos camponeses contribuiu para o fortalecimento da identidade e do reconhecimento dos camponeses enquanto sujeitos no processo de luta pela terra. Essa formação identitária favoreceu a construção do discurso e das redes de apoio coletivo na luta contra a grilagem, que expropriava o camponês que tinha trabalho na terra, porém não possuía a documentação da mesma.

No estudo de caso específico, da Fazenda Mamoneira, no município de Fazenda Nova, observamos que a presença da Diocese de Goiás trouxe possibilidades de formação de uma rede coletiva para o enfrentamento e luta pela manutenção do camponês na terra, desafiando a estrutura vigente e a garantia de suporte para as eventualidades e ameaças dos grileiros que se legitimavam donos da propriedade. Essas redes de apoio foram estendidas em outras regiões da Diocese, o que demarcou a relevância das lutas pela terra empreendidas por D. Tomas Balduino, que continuam na memória e nas ações práticas pelas causas sociais.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia. *Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudança (1850-1910)*. Goiânia: Ed. UCG, 1993.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato goiano: três estudos*. Goiânia: Ed. UFG, 1986.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

CARNEIRO, Maria E. Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Coleção Teses Universitárias. Goiânia: Ed. UFG, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim/Finep, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GEERTZ, Clifford. *O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem*. A interpretação das culturas. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 45-66.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LE GOFF, *História e memória*. II Volume. Tradução de Rui Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1982.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4. ed. São Paulo: Vozes, 1990.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Tomo I. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## IGREJA CATÓLICA E A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SANTA LUZIA D'OESTE/RO (1980-2017)

**Cátia Franciele Sanfelice de Paula**

UNIR, História, Rolim de Moura/RO

**Pâmela Kamila da Silva Gomes**

UNIR, História, Rolim de Moura/RO

**Andrea Gomes Veríssimo**

UNIR, História, Rolim de Moura/RO

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo discutir o papel da Igreja Católica e a formação de organizações sociais em Santa Luzia D'Oeste/RO entre 1980 à 2017. Para isso, dialogamos com narrativas produzidas com trabalhadores, com a imprensa local e de circulação nacional. Buscamos trazer para o campo da reflexão histórica experiências de luta pela terra e pela garantia de direitos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja Católica; Organizações Sociais; Santa Luzia D'Oeste/RO.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the role of the Catholic Church and the formation of social organizations in Santa Luzia D West/RO ´ between 1980 to 2017. For this, the way we deal with narratives produced with workers, with the local press and national movement. We seek to bring to the field of historical reflection experiences of struggle for land and the guarantee of social rights.

**KEYWORDS:** The Catholic Church; Social

Organizations; Santa Luzia D'oeste/RO.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem como objetivo discutir o papel da Igreja Católica e a formação de organizações sociais em Santa Luzia D'Oeste/RO, entre 1980 à 2017. O tema foi escolhido a partir do interesse dos acadêmicos de História da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Rolim de Moura, que pesquisam sobre migração e a formação de organizações sociais naquela localidade.

A escolha do tema também possui relação com experiências de investigação realizadas a partir do curso de extensão intitulado História e Memória: questões teórico-metodológicas, no primeiro semestre de 2017 na Universidade Federal de Rondônia. O curso teve como objetivo promover discussões teóricas e metodológicas acerca da relação entre História e memória, abordar sobre técnicas e métodos na produção e análise de fontes orais a fim de propiciar o contato dos acadêmicos com a pesquisa científica. A partir de entrevistas com trabalhadores que se deslocaram para Santa Luzia do Oeste na década de 1980 e da investigação do tema na imprensa local e de circulação nacional, objetivou-se apresentar o papel da Igreja Católica e a formação de



organizações sociais, tomando como ponto de partida os elementos narrados e evidenciados pelos trabalhadores entrevistados.

Primeiro, é preciso situar que a atuação da Igreja Católica em Rondônia data da década de 1970, momento de avanço das fronteiras agrícolas sob a coordenação do governo Federal, responsável pela criação de vários órgãos e projetos de intervenção. Esses projetos configuraram-se tentativas de controle social, principalmente no que se refere a distribuição da terra. Dentre as agências, coube ao INCRA sistematizar os projetos de colonização, processo marcado por diversas críticas e conflitos. A partir desse período foram implantados sete projetos de colonização no Estado de Rondônia. Foram cinco PICS (Projetos Integrados de Colonização) e dois PADS (Projetos de Assentamento Dirigido). Porém devido ao intenso fluxo migratório que continuava na década de 1980 foi necessária a criação dos PARs (Projetos de Assentamento Rápido).

Tratou-se de um contexto de mudanças no processo histórico e de desenvolvimento e expansão das relações capitalistas, pautado no discurso de “espaço vazio” e “integração” nacional esteve marcado por privações diversas. Dentre as principais estão saúde, educação, deslocamento e comercialização.

A participação dos trabalhadores nos projetos criados foi marcada por dificuldades e muita luta na aquisição da propriedade da terra em todo o Estado. Refere-se a casos de ameaças e de expulsão em áreas de fazenda. Tais relações envolviam proprietários que se apropriavam indevidamente de terras e as disputavam judicialmente, não raras vezes, com direito a reintegração de posse e expulsão dos trabalhadores.

Pelos registros em diversas fontes de jornais, de circulação nacional e local, e a partir das entrevistas realizadas, os deslocamentos aconteceram em sua grande maioria da região Sul do país e datam da década de 1970. Em meio a esse contexto, constatamos a atuação da Igreja Católica no Estado de Rondônia através de registros que evidenciam a preocupação da instituição em proceder com um mapeamento sobre os problemas enfrentados por aqueles que chegavam. Vale ressaltar que, a ação da Igreja Católica não estava isolada, mas relacionava-se diretamente ao papel cumprido pela Instituição desde a década de 1970, no apoio às lutas de trabalhadores empreendidas em todo o país.

Tal atuação fica ainda mais evidente após a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em 1975, em Goiânia. Houve a intensificação das lutas junto aos trabalhadores, questão também visível no Estado de Rondônia. Vale ressaltar que, os trabalhadores foram aqui compreendidos na acepção clássica de Marx, como aqueles que não dispõem de outra coisa, além da força de trabalho para sobreviver. Não nos referimos a eles como trabalhadores rurais ou, camponeses, tendo em vista que, as entrevistas realizadas assinalaram para diversas ocupações realizadas por eles na relação campo e cidade.

A realidade política do país, discutida pela ala progressista da Igreja junto aos

grupos de trabalhadores trazia à tona problemas ligados à ditadura e ao problema agrário. De acordo com Souza, “os debates estão, assim, na raiz da constituição posterior dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de Rondônia” (SOUZA, 2011, p. 118).

Já na década de 1980, diversos projetos foram elaborados pela Igreja em Rondônia voltados à agricultura, à saúde e educação. Nessa direção, o intuito nesse artigo, não foi tratar dos projetos desenvolvidos pela Igreja Católica, mas o papel desempenhado na década de 1970, voltado ao mapeando da realidade que estava posta e, na intermediação das lutas dos trabalhadores que culminaram na constituição de organizações sociais em Santa Luzia D'Oeste.

## TRATAMENTO METODOLÓGICO

O recorte temporal proposto, entre 1980 à 2017, possui relação com a escolha metodológica que voltou-se ao uso da história oral. Compreendemos o uso da oralidade, numa relação presente–passado, na qual falar sobre o passado requer considerar as condições vividas no presente por aquele que narra.

Primeiro, partimos do suposto de que, o caminho metodológico, embora pautado por reflexões consolidadas, não está fechado, mas se constitui a medida em que as evidências vão surgindo no processo de investigação, o que por sua vez abre a possibilidade de outras investigações, sejam elas, por meio de narrativas ou, outras fontes que propiciem argumentações necessárias para a construção da história. Ou seja, o caminho de pesquisa constrói-se no processo de investigação, à medida que as fontes são descobertas ou produzidas. Através desta concepção metodológica concebemos a história enquanto um movimento dinâmico e em transformação, cientes de que o resultado da investigação proposta depende não apenas do material disponível ou produzido, mas fundamentalmente dos questionamentos propostos.

As entrevistas orais foram produzidas com trabalhadores que migraram para Rondônia na década de 1980. O contato se deu a partir do conhecimento dos pesquisadores às pessoas que ainda no presente residem na localidade estudada. Quando ao trato metodológico, compreendemos as narrativas enquanto memória, definida por Fenelon do seguinte modo:

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual, esforços de ocultação e clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais (FENELON, 2004, p. 9).

Visto que as memórias são construídas tendo como referência o que as pessoas vivenciam no tempo presente, consideramos na análise a avaliação que os sujeitos fizeram de suas trajetórias e como são representativas de outras

experiências sociais. Por isso, as memórias foram aqui entendidas como constitutivas e mediadas culturalmente pelo presente, pensadas a partir do movimento histórico e das temporalidades vividas por homens e mulheres que expressam elementos como valores, sentimentos e a incorporação ou não de memórias instituídas.

## **ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM SANTA LUZIA D'OESTE/RO**

A cidade de Santa Luzia D'Oeste foi desmembrada da cidade de Rolim de Moura e emancipada em 1986. Pelos registros produzidos pela Comissão Pastoral da Terra, a atuação da Igreja Católica em Rondônia data de 1970. Desde esse período, a Instituição mapeava as condições vividas no Estado tendo como objetivo intervir posteriormente por meios de projetos. Também atuou na intermediação das lutas dos trabalhadores, culminando na constituição do Partido dos Trabalhadores, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ainda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Não consideramos que a Igreja tenha sido responsável pelas lutas empreendidas pelos trabalhadores mas pela sua organização, através da criação de grupos de reflexão por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) nas quais instruíam sobre a importância de engajar-se em Movimentos Sociais para a luta e conquista de direitos.

A luta pela Reforma Agrária e pela conquista de direitos constituiu-se a bandeira dos Movimentos Sociais durante as décadas de 1970 e 1980. Eder Sader, em sua obra Quando novos personagens entraram em cena (SADER, 1988) ao discutir o papel da Igreja Católica em São Paulo fez referência a ação dos militantes católicos progressistas a partir do Concílio Vaticano II “que ao falar da igreja como “povo de Deus”, referia-se à participação ativa de grupos comunitários, através da qual os leigos deixariam de ser meros “fregueses” ou presentes passivos” (SADER, 1988, p.151). Esta, uma referência do teólogo Leonardo Boff com relação aos leigos, para lembrar como as pessoas deveriam se engajar em uma luta por todos e não esperar que as coisas continuassem como estavam, marcada pelo desemprego, pelo arrocho salarial nas grandes cidades, etc. Nessa direção, Sader pontua que:

Ao observamos os movimentos sociais que dão uma nova configuração social aos trabalhadores no cenário público na segunda metade dos anos 70, nós nos damos conta da existência de novos significados atribuídos às suas condições de vida, e esse novos sentidos nem se desprendem “naturalmente” do cotidiano popular e nem decorrem dos discursos previamente instituídos sobre os trabalhadores. Eles constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas - quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com meio e, portanto, abordam diversamente a realidade (SADER, 1988, p.143).

Sader utilizou a expressão “novo sujeito” para designar a configuração de sujeitos criados a partir da prática política e social. Embora coletivo, não estava preso

a organizações ou determinadas instituições que os organizassem, como as Igrejas, os Sindicatos e as Esquerdas. Estes precisaram encontrar novas vias para reatar relações com os novos sujeitos, a partir do surgimento de novos discursos e práticas por parte desses. Isso ocorreu, segundo o autor, devido a falta de representatividade de tais instituições e aos problemas vivenciados pelos sujeitos no período.

A defesa à autonomia dos Movimentos Sociais em relação a política institucionalizada, levou não somente a constituição de um novo sujeito social, mas a novos lugares para o exercício da política e a novas práticas diretamente relacionadas a vontades e interesses dos próprios sujeitos.

Assim, padres e bispos de orientação progressista, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, passaram a lutar junto às famílias por seus direitos, num movimento que não ficou restrito somente à grande São Paulo, como discute Sader, mas que pode ser investigado de modo mais amplo a partir das especificidades das localidades em que a atuação da Igreja se fez presente.

Em Santa Luzia D' Oeste, a situação descrita pelos entrevistados era de precariedade. Precisavam de alguma maneira engajar-se em organizações que defendessem seus direitos. Enquanto agricultores, dependiam de recursos para conseguirem manter-se no campo. Registros em jornais locais e de circulação nacional assinalam para diversas manifestações realizadas durante as décadas de 1980 e 1990 e, como ganharam força formando assim as organizações sociais presentes no Estado. A entrevistada e professora Maria Fortunato, traz questões pertinentes acerca desse processo ao narrar:

O cristianismo em si surge, através, vamos chamar assim de um movimento, que são grupo levado por ideais de Jesus, que a gente vê na própria teologia da libertação que também é um movimento dentro da própria igreja católica, e é dentro desse movimento que a gente vai estudar teologia lá dos primeiros cristãos que eles vão sair formando comunidades e formar comunidades para um novo ideal de uma certa justiça social (Entrevista realizada com Maria Fortunato em 12/09/2017, Santa Luzia D'Oeste).

Maria, recupera elementos que situam a atuação que membros da Igreja Católica tiveram em Santa Luzia ao sistematizar a proposta da Teologia da Libertação. A memória da entrevistada se reporta a constituição dos grupos formados pelas CEBs, cujo objetivo era politizar a esfera cotidiana.

O discurso advindo da Teologia da Libertação foi utilizado pela Igreja Católica para organizar comunidades e o maior número de pessoas para lutar por demandas que estavam colocadas. A Teologia da Libertação despertou a consciência pela politização das demandas postas no cotidiano e para as formas de opressão vividas pelos trabalhadores.

Para Sader, a matriz discursiva da Teologia da Libertação “emerge nas comunidades da Igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apoia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do “reconhecimento imediato” estabelecido

através da religiosidade popular.”(SADER, 1988, p. 144). Assim, a Igreja Católica intervinha nas comunidades através da fé, movendo os sujeitos através do discurso da liberdade dos oprimidos. Esse fenômeno, estimulou através dos movimentos, a busca pelo exercício da democracia. Através da ação, as pessoas se reconheciam enquanto sujeitos e buscavam através da luta uma realidade mais justa e igualitária. Para Neto:

Quase sempre vinculada ao poder dominante, as igrejas buscaram adequar os sujeitos sociais às normas das sociedades nas quais eles se encontravam. Mas, contraditoriamente, ao longo da história, são diversos os movimentos de cunho religioso que se engajaram nas lutas pela terra e pelo direito ao trabalho humano com dignidade. Nas últimas décadas, tivemos, na América Latina, o fenômeno da Teologia da Libertação, um movimento religioso muito vinculado às lutas populares e que buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Esse movimento ganhou força nas organizações populares do campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (NETO, 2007, p.331).

A Teologia da Libertação esteve presente nas discussões propostas pelos Movimentos Sociais. A bandeira levantada pelo MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em torno da Reforma Agrária, politizou e politiza sobre a necessidade de mudança na estrutura fundiária por meio da redistribuição de terras improdutivas que atenderia a necessidade de inúmeros camponeses desfavorecidos.

## **A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SANTA LUZIA D’OESTE/RO**

Considerando que a constituição de formas coletivas de luta perpassa a organização dos sujeitos a partir de interesses individuais, buscamos situar alguns aspectos que informam sobre as organizações sociais em Santa Luzia D’Oeste.

Desde meados da década de 1980, identificamos o papel cumprido pela Igreja Católica junto aos poderes políticos constituídos, pautado na proposta de organizar e politizar o cotidiano, questão que ficou evidente ao acompanhar as reportagens do Jornal Tribuna Popular e nas entrevistas realizadas com os trabalhadores.

Nessa dinâmica histórica, os elementos responsáveis por “unificarem” propostas de luta coletiva estiveram invariavelmente ligados as privações quando a saúde, acesso e permanência à terra. Para compreendê-las, tomamos como orientação as considerações de Hobsbawn acerca do processo de constituição das classes sociais a partir de elementos de identidade que propiciam formas coletivas de luta em torno de interesses comuns, de classe (HOBSBawn, 1987).

Ao estudar o fazer-se da classe operária inglesa no processo de Revolução Industrial, o autor se atentou a observar gostos, costumes e estilos de vida dos trabalhadores no sentido de demarcar a emergência da classe operária. Para Hobsbawn, a classe operária inglesa não era uma classe pronta e acabada, mas em

processo de constituição. Para o autor, as classes sociais estão sempre mudando, por isso ele as percebe no seu fazer-se. Entre os fatores que identificavam os trabalhadores estavam o uso de boné, o estilo de vida e de lazer que apresentavam, a filiação a sindicatos e partidos, etc. A vida cotidiana era responsável pela formação de uma consciência de classe que apontava para a união solidária dos sujeitos em busca de melhores condições de existência, o que, por sua vez, fazia com que houvesse organizações de sindicatos

O autor destaca que interesses individuais tornam-se coletivos a medida que verifica-se fatores comuns que identificam os trabalhadores e que expressam uma consciência coletiva. Elementos como as condições de vida e práticas políticas foram utilizados por Hobsbawm para compreender a formação da classe operária inglesa. Sua preocupação estava em entender não apenas a forma que a classe operária se via, seus elementos indenitários, mas as relações sociais que os trabalhadores estabeleciam com outras classes e sujeitos históricos e como eram vistos por eles.

A partir de Hobsbawm compreendemos que entender formas de organização coletiva deve-se levar em consideração o fazer-se dos sujeitos. No diálogo com Thompson entendemos que investigar formas coletivas de organização perpassa considerar classe como um conceito histórico, investigado a partir das experiências dos sujeitos, suas ações, ou não, de resistência, formas individuais e coletivas de organização e os valores presentes em cada contexto histórico.

Para os trabalhadores de Santa Luzia D'Oeste, a década de 1980 foi marcada por muita opressão. Além das privações vividas na área rural, o maior desafio era sobreviver enquanto arrendatários ou meeiros. Todos esses elementos contribuíram para a formação de uma identidade coletiva, pautada na luta pela terra e outros direitos sociais.

A criação do MST, em Rondônia, por exemplo, possui relação com a articulação política nacional que reuniu camponeses em 1984 em Cascavel no Paraná. Em grande medida, as mobilizações nos estados foram organizadas pela CPT. Segundo Souza (SOUZA, 2011) a CPT em reuniões com Comunidades de Base e nos Sindicatos de Trabalhadores rurais elegeu representantes de Rondônia para participar do encontro no Paraná. Dali em diante criariam uma regional do MST em Rondônia e iniciaria uma série de ocupações pelo Estado.

A partir da década de 1990, outros movimentos se constituiriam como o MCC (Movimento Camponês Corumbiara), a LCP (Liga dos Camponeses Pobres), e o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Na década de 1980 era comum críticas quanto a forma em que o INCRA conduzia a distribuição das terras, questões noticiadas no Jornal Tribuna Popular e pela CPT. Além das críticas, a Comissão Pastoral da Terra registrou inúmeros casos de conflitos envolvendo trabalhadores em áreas de fazenda. Na maioria dos casos, os conflitos eram provocados pela própria autarquia que destinava terras aos trabalhadores em áreas de conflito.

A ocupação empreendida pelos trabalhadores foi regra já que por meio da via



legal não conseguiam adquirir uma propriedade. Inúmeros casos de assassinatos ocorreram. Um exemplo foi o massacre de Corumbiara (RO), em 9 de agosto de 1995, quando morreram 11 trabalhadores Sem Terra. Outro caso emblemático, foi o assassinato do Padre Ezequiel ocorrido na cidade de Cacoal em 1984. Ezequiel destacava-se pela luta junto aos posseiros e à população indígena. O padre atuava na região de Cacoal/RO há pouco tempo. Após seu assassinato se constituiu em todo o Estado uma memória sobre o ocorrido que pode ser notada em nomes de escolas, acampamentos e projetos desenvolvidos pela igreja. Seu assassinato evidencia a perseguição contra lideranças e àqueles que lutavam por mudança social no Estado:

(...) chegava à este jornal a notícia. Segundo a qual, Ezequiel Ramim fôra encontrado morto nas imediações da linha 7. (...) Ezequiel Ramim, padre, comboniano, italiano havia chegado a Cacoal a menos de um ano atrás, tendo se destacado na defesa intransigente da questão indígena e na defesa de uma reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores (Jornal Tribuna Popular, ed. 123, 25/07/1985. p. 1.

No contexto nacional, Leonardo Boff também se destacou por pensar nos oprimidos e lutar por justiça atuando junto aos Movimentos Operários. A crítica da Igreja em 1970 estava relacionada a problemática indígena. A instituição também se colocava contrária ao trabalho escravo contemporâneo. Tais preocupações, portanto, antecedem a atenção despendida à questão agrária. Porém, essas críticas não estiveram restritas ao Estado de Rondônia. Albuquerque discute que embora a proposta de Reforma tenha sido tímida nas décadas de 1980 e 1990, as formas de resistência e as iniciativas dos trabalhadores permaneceram fortes:

Nesse período o balanço da Reforma Agrária apontou poucas áreas desapropriadas, contudo, a resistência dos personagens envolvidos nesses conflitos manteve viva a demanda pela Reforma Agrária. Para Medeiros (2003), o envolvimento da Igreja Católica com os movimentos dos trabalhadores foi fundamental, pois, nela eles encontraram abrigo para continuar suas reivindicações em meio a tantas perseguições políticas. E foi, sobretudo, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, que deu uma nova dinâmica política aos conflitos, trazendo-os para a esfera pública por meio de sucessivas denúncias, fornecendo espaço e infraestrutura para reuniões e combatendo os sindicalistas pouco comprometidos com os interesses dos trabalhadores do campo (ALBULQUERQUE, 2001, p. 51).

As dificuldades vividas pelos trabalhadores não foram omitidas pela imprensa regional. Do mesmo modo, a imprensa não omitiu o apoio dado pela Igreja e pelo Partido dos Trabalhadores ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

O partido dos trabalhadores apoia firmemente a luta dos Sem Terra, por se tratar de uma reivindicação justa e igualitária. Hoje mais de um 1 milhão de brasileiros não tem terras para morar [...]. Isto é o resultado da política discriminatória promovida pelo Incra, que em vez de fazer a Reforma Agrária está vendendo terra a grandes grupos econômicos. Estas afirmações foram dadas a TP, pela Comissão Executiva do PT- Cacoal (Jornal Tribuna Popular, ed. 101, 23/01/1985, p. 1)

A reportagem faz referência ao apoio prestado pelo Partido dos trabalhadores

em 1985, uma vez que o Partido fora criado nacionalmente em 1980. No entanto, além da imprensa, elementos importantes sobre o processo de luta pela conquista da terra e de organização dos trabalhadores puderam ser percebidos na construção de narrativas sobre Santa Luzia D'Oeste. Nesta direção, situamos alguns aspectos narrados pelos trabalhadores sobre suas lutas no processo de formação do Partido dos Trabalhadores em Santa Luzia D'Oeste.

Consideramos que, se na História nosso objetivo é explicitar questões sobre o social pautado em experiências dos sujeitos que vivenciam o processo histórico a ser estudado, o diálogo com materiais de natureza diversa e, também, a produção de fontes orais se colocam dentre as possibilidades de problematizar o social e, ao mesmo tempo, conferir visibilidade aos diferentes agentes que se puseram e se colocam cotidianamente em movimento no processo de constituição do campo e da cidade em distintos lugares.

Nessa direção, ao tomarmos as contribuições da História Social como caminho de reflexão para a produção e análise de fontes orais, enquanto memória, trazemos para o campo da reflexão histórica aqueles que são referidos apenas como coadjuvantes, quando o são: mulheres, trabalhadores rurais e urbanos, idosos, grupos subalternos dentre outros. Refletir sobre a experiência social dos diversos agentes para que os mesmos se revelem como sujeitos do e no processo histórico permitiu problematizar e compreender o processo histórico de forma ampla.

Khoury, em seu artigo “Narrativas orais na investigação da história social”, aborda que os caminhos que se constroem pelos trabalhadores ao narrar, permite ao pesquisador visualizar como os sujeitos ao lutar buscam a realidade da qual fazem parte:

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem história e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente. Esses sujeitos são moradores da cidade, pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, grupos de imigrantes, de mulheres, de jovens, velhos ou crianças, membros de movimentos específicos, vivendo experiências de trabalho, construindo modos de viver e de se organizar ou sobrevivendo em becos e ruas, com bagagens culturais diferentes, com perspectivas futuras diferentes, enfrentando, ou não, processos de exclusão, marginalização e segregação social (KHOURY, 2001, p. 80).

Utilizando-se dos supostos citados por Khoury foi que buscamos perceber o campo de lutas que as pessoas estavam inseridas em Santa Luzia D'Oeste/RO. Na entrevista com a professora Maria, ela destaca como foi intensa a repressão aos trabalhadores. Assim, com o surgimento das pastorais foi possível a constituição de formas de organização na luta por direitos. Nota-se na narrativa da entrevistada a busca em historicizar e justificar os problemas vividos, trazendo como referência a constituição do Movimento Católico Operário, cuja atuação certamente refletia não

só nas discussões que eram propostas pelas pastorais mas também no incentivo à constituição de outros Movimentos no campo e na cidade:

(...) a opressão que sempre tivemos no período escravista, na indústria nascente durante a ditadura militar tudo isso a questão trabalhista no Brasil (...) e o capitalismo em si que vem por todos lados. Então é daí que surge o movimento católico operário” (Entrevista realizada com Maria Fortunato em 12/09/2017)

A atuação da Igreja por meio das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) movimentaram a politização do cotidiano. Segundo Sader, “Em 1981 calculava-se em 80 mil para todo o país, mas os números eram imprecisos” (SADER, 1988, p. 155, 156). Segundo o autor, essas comunidades se multiplicaram primeiro na zona rural e, posteriormente na periferia das grandes cidades. Em Rondônia, esse trabalho começaria a partir de 1987.

Em Rondônia, a CPT encarregou-se de registrar as relações de conflitos e os projetos desenvolvidos pela Igreja desde a década de 1970. As ações desenvolvidas pela Pastoral tiveram como objetivo desenvolver propostas de intervenção no social ao mesmo tempo em que mobilizava ações também no campo da memória. Consideramos que a CPT fez da produção da memória uma dimensão da luta, haja vista que a produção dessa memória se deu por todo o Estado de Rondônia e articulada ao movimento que ocorria em outros locais do país.

Outra entrevistada, Tida, agricultora, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores junto com seus pais, na década de 1980. Ao narrar sobre o processo de constituição do Partido, marcado pela realização de eventos, venda de camisetas, leilões como forma de manter e dar-lhe sustentação, expressa sua experiência de luta em Santa Luzia D’Oeste: “Aí que nós fazia uma roça comunitária. Fora isso a gente fazia de vez em quando um evento, uma festinha, uns leilão a gente sempre juntava as coisas e leiloava um frango assado, coisas assim e levava para leiloar” (Entrevistada realizada com Tida (pseudônimo) em 09/06/2017). Já a professora Maria, lembrou que a medida que as filiações aumentavam puderam se organizar remunerando uma comissão responsável pelo trabalho burocrático. Estas lembranças expressam as dificuldades no processo de constituição do Partido dos Trabalhadores:

M: [...] a gente do partido tem as contribuições né Pamela, nos temos o estatuto que para mantê-lo para ser filiado a gente contribui mensalmente com anuidades.

P: cada um né?

M: sim, isso, isso! E como manter partido uma vez que não podia vim dinheiro e não podia ser por emenda parlamentar? Não poderia ser por 10%? Né. E como manter o princípio de honestidade então foi amarrado instituto que aquele que fosse eleito todo mês uma parcela ia para o partido, vai para o partido?

P: Até hoje?

M: Até hoje até hoje! Mudou o percentual, era pouco. Quem fosse prefeito, vereador, deputado, quem tivesse uma portaria teria que dar um percentual ao partido, então até hoje é assim, tem que ser assim, pois aqueles que entrarem para o partido oportuno, com oportunidades de corromper, havia aqueles que não pagaram, mais

perto da organização, mais perto de entrar indícios de atos corruptos, que a gente ta vendo, por isso essa informação (Entrevista realizada com Maria Fortunato em 12/09/201).

Ainda na década de 1980, segundo Tida, o Partido conseguiu eleger um representante no parlamento:

(...) tinha muitas pessoas, tinha muitas pessoas, seu Gonçalves, finado Gonçalves, né? E daí a gente foi se organizando e fundou o partido, foi fundado o partido, no primeiro pleito foi eleito um vereador e teve vários candidatos, mas foi eleito um vereador, e, mais o objetivo principal era que atendesse, que fosse uma coisa que lutasse pelos trabalhadores né, e logo na sequencia também teve a organização do município, que o município se organizou, a questão do movimento Sem Terra, a pastoral da terra né? Então tudo veio, veio unido né com, com a necessidade, no caso, junto com o partido. E daí as coisas que a gente começou a ter, buscando junto com o partido e outros, outros movimentos, outras organizações para defender nossos direitos como trabalhadores rurais (Entrevistada realizada com Tida (pseudônimo) em 09/06/2017).

Além das dificuldades em torno da constituição do Partido, a entrevistada relembrou casos de perseguição aos seus integrantes e à integrantes de Movimentos Sociais. Acompanhando as reportagens nos jornais de circulação nacional e local e, registros feitos pela CPT, até meados da década de 1990, diversos casos de violência contra trabalhadores engajados no MST teriam ocorrido em Santa Luzia.

Algumas reportagens noticiadas na década de 1990 evidenciam as condições dos trabalhadores do campo em Santa Luzia, e a relação de violência vivenciada. Na reportagem “Pm’s continuam a espancar Sem Terra nas ocupações em RO”, a denúncia feita pela CPT sobre a expulsão de um grupo de trabalhadores situa sobre conflitos numa ação de expulsão:

As duzentas famílias de trabalhadores rurais sem terra que ocuparam dia 29 de julho passado, a fazenda Araucária no município de Santa Luzia do Oeste, foram expulsas por cerca de 150 soldados da Polícia Militar e jagunços de fazendeiros no dia 13 de agosto último. Mais uma vez a PM usou da violência contra trabalhadores rurais durante o despejo. As famílias dos Sem Terra perderam suas plantações feitas na área ocupada após a ação policial. Até o fechamento desta edição os Sem Terra estavam acampados num campo de futebol em Rolim de Moura e sobrevivendo de pequenos serviços e da solidariedade da população daquela localidade (Informativo CIMI e CPT/RO, 11/11/93, nº18)

Após expulsão, os trabalhadores realizaram diversas manifestações (Jornal O Estadão, 07/09/93, p. 6.) e ocupações na sede do INCRA de Pimenta Bueno/RO. Outras reportagens ainda dão conta das más condições (Jornal o Estadão, 08/10/93, p. 6.) a que ficaram submetidos.

O processo de luta pela terra realizado pelos trabalhadores resultou na formação de assentamentos e acampamentos. Conforme pontua Souza (SOUZA, 2011) na mesorregião geográfica do Leste rondoniense, se formaram dois acampamentos, o Silvio Rodrigues, em Alvorada do Oeste/RO e, o Acampamento Che Guevara em Alto

Alegre dos Parecis/RO. E, três assentamentos, sendo eles o 25 de Julho em Espigão do Oeste/RO, criado em 1990, o Assentamento Padre Ezequiel Ramin em Mirante da Serra/RO, criado em 2001 e, o Assentamento 14 de agosto em Ariquemes, criado em 2009. A formação dos acampamentos e assentamentos fez diminuir os casos de conflitos em Rolim de Moura e Santa Luzia ou deixaram de ser registrados pela CPT a partir de 2000 devido, questão que necessita uma análise mais aprofundada. Uma das hipóteses é que os trabalhadores que lutavam por terra nessas localidades tenham se organizado nos acampamentos e assentamentos que foram se constituindo a partir da década de 1990.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse processo, consideramos que a intermediação da Igreja na localidade teve grande importância. Contudo, não atribuímos a luta dos trabalhadores à Igreja, ela já existia no âmbito cotidiano. Por meio das lutas protagonizadas pelos trabalhadores a Instituição, ao mesmo tempo que contribuiu para o fortalecimento da luta, também se constituiu por meio de projetos que iam ao encontro das demandas vividas no campo e na cidade.

Nesse contexto, as questões trazidas no limite deste texto, abre caminhos para futuras investigações e contribui para pensar a constituição das organizações ora citadas numa dimensão ampla entre campo e cidade. A carência de discussões sobre o tema, na historiografia local, tona-se um limite que precisa ser transposto frente a riqueza de evidências e do terreno fértil que pesquisadores podem encontrar acerca da temática.

## REFERÊNCIAS

AILBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. *Reforma Agrária no Governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária*. 137 f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP, Campus de Franca – SP, 2006, p. 51.

FENELON, Déa R. O historiador e a cultura Popular: História de classe ou história do povo? – *Revista História e Perspectivas*, jan/jun, 2009, p.51

GOMES, A.C. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*, 32(64):167-184, 2012; GOMES, A.C. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História Oral*, 11(1-2):21-39, 2008.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, (22) jun. 2001.

NETO, Antonio Julio Menezes. *A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*. Cad. CRH vol. 20, nº 50. Salvador, Maio/Agosto de 2007, p. 331.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*/Eder S. Sader. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 155 e 156.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. *Luta, territorialização e resistência camponesa no Leste rondoniense (1970-2010)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia, UFU, 2011.



## FÉ EVANGÉLICA E A AÇÃO POLÍTICA NA OBRA CINEMATOGRAFICA SELMA (2014): UMA VISÃO PROTESTANTE ACERCA DA LUTA PELOS DIREITOS CIVIS

### Vinicius Almeida Teixeira

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia - Go

Graduando do oitavo período do curso de Licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, é bolsista PIBIC CAPES/CNPQ vinculado ao projeto "A voz do povo e a voz de Deus: igreja e nacionalidade no populismo de Goiás (1930-1945)" sob a orientação de Dr. Eduardo Gusmão de Quadros trabalha em sua pesquisa: "Catolicismo e Nacionalidade: Um estudo do campo religioso durante a transferência da Capital". e-mail: [viniciusalmeidateixeira@yahoo.com.br](mailto:viniciusalmeidateixeira@yahoo.com.br).

**RESUMO:** Martin Luther King Jr. foi um pastor norte americano, que lutou pelos direitos civis dos negros e pastoreava uma Igreja Batista, em Montgomery, no estado do Alabama - Estados Unidos da América. Sua atuação na luta pela garantia dos direitos dos negros foram tão expressivas que lhe resultou no Prêmio Nobel da Paz, concedido em 1964, pois em suas manifestações sempre exaltava o pacifismo. O filme a ser analisado, Selma: Uma luta pela liberdade (2014) foi dirigido por Ava DuVernay, a primeira diretora negra a ser indicada para o prêmio Globo de Ouro. Esta obra demonstra uma parte da vida deste ícone da resistência, ocorrida na cidade de Selma, no estado do Alabama. A questão é a luta pelo direito ao voto

da população negra, sendo de grande relevância as cenas que mostram a estratégia pacífica do grupo ativista negro. Nosso intento é articular tal modo de resistência defendido por Luther King com os princípios cristãos protestantes, ou seja, como o filme relaciona uma fé evangélica a ação política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos civis negros, protestantismo, resistência pacífica, cinema.

**ABSTRACT:** Martin Luther King Jr. was a North American pastor who fought for the civil rights of blacks and pastored a Baptist Church in Montgomery, Alabama - United States of America. His performance in the fight for the rights of blacks was so expressive that he was awarded the Nobel Peace Prize, granted in 1964, because in his demonstrations he always exalted pacifism. The film to be analyzed, Selma: A Fight for Freedom (2014) was directed by Ava DuVernay, the first black director to be nominated for the Golden Globe Award. This work demonstrates a part of the life of this icon of resistance, which occurred in the city of Selma, Alabama. The issue is the fight for the right to vote of the black population, and of great relevance are the scenes that show the peaceful strategy of the black activist group. Our aim is to articulate Luther King's resistance to Christian Protestant principles, that is, how the film relates an evangelical faith to political action.

**KEYWORDS:** Black civil rights, Protestantism, peaceful resistance, cinema.

*Por mais que eu deteste a violência, existe um mal pior do que a violência: a covardia.*

Martin Luther King Jr.

Martin Luther King Jr. nasceu em 15 de Janeiro de 1929, na cidade de Atlanta no estado da Georgia nos Estados Unidos da América. Em 1951, formou-se em Teologia pela Faculdade de Crozer e em 18 de junho de 1953 casou-se com Coretta Scott, sua companheira na luta pela igualdade civil dos negros. Foi ordenado pastor e assumiu a liderança da Igreja Batista da Avenida Dexter, Montgomery – Alabama, em 1954.

O filme que aqui analisado, *Selma: Uma luta pela liberdade – 2014*, é um episódio da luta de Luther King Jr. pelos direitos dos negros ao voto, pois na cidade de Selma no estado do Alabama os negros eram cerceados do direito de voto. A película aborda questões como a articulação do movimento de marcha até Montgomery, capital do Alabama, para reivindicar o direito, a presença constante do protestantismo e a militância pacifista do movimento. Por outro lado, demonstra o conflito com política “branca”, representada pelo governador do estado do Alabama George Wallace e pelo desconforto da situação por parte do presidente Lyndon Baines Johnson.

## O CAMINHO DO HERÓI

Podemos relacionar a esse episódio da vida de Martin Luther King Jr., como é retratado no filme, com a caminhada do herói, descrita por Joseph Campbell. O autor a analisou no livro *O herói de mil faces* (1997). O nosso protagonista se comporta como tal: representante do movimento negro dos Estados Unidos, passa por aflições, descritas por Campbell, na caminhada penosa.

Observe-se que o herói tem vários desafios em sua jornada. Os desafios apresentam-se até mesmo para confirmar a sua “chamada” como herói, como representante de um propósito maior. Ele é aquele que sacrifica sua vida pela dos demais, aquele que se priva da convivência familiar para dedicar-se à luta de todo um povo, de toda uma nação, como um mártir do movimento. No caso de King, isso realmente ocorreu com seu assassinato no dia 09 de abril de 1968.

É importante entendermos que por mais que Luther King seja visto na história como herói, o grande representante de um movimento de direitos civis dos afroamericanos, estamos falando de um homem dotado de erros, pecados e limitações. Este aspecto é comprovado quando o filme apresenta para o espectador duas situações. O primeiro quando o personagem principal da trama acende um

cigarro e começa a fumá-lo (01'31"50) e quando sua esposa tem acesso a momentos gravados em áudio de uma traição de King (01'01"02). Mas como é possível um pastor batista cometer tais atitudes? A resposta para o questionamento se dá quando lembramos que o indivíduo é um ser pecador, como ressalta a teologia protestante. Tal como o rei Davi bíblico, que era “o homem segundo o coração de Deus” (Atos 13,22). Por mais que o personagem bíblico possuísse a aprovação divina, este ainda não perdeu suas características humanas, pois adulterou com Bete-Seba (2 Samuel 11,4) e planejou a morte do esposo da moça Urias (2 Samuel 11,15).

Na jornada do personagem, ele passa por testes para provar se está pronto ou não para a batalha. Isso acontece quando King chega à cidade de Selma e leva um soco na face desferido por um branco (00'15"40). A cena mostra a capacidade de suportar a dor, o desaforo e os descontentamentos da vida, o que simboliza a vida cristã evangélica. Basta lembrar do princípio dentro do cristianismo de “dar a outra face”. A atitude é de suma importância para que suas obras sejam aprovadas pela vontade divina, o que caracterizará *O caminho de provas* tratado por Campbell.

Todavia, em algum momento do caminhar do herói, será necessário o consolo divino, escutar “a voz de Senhor”. Nesse instante, surgem os auxiliares, pois segundo Joseph Campbell “O herói é auxiliado, de forma encoberta, pelo conselho, pelos amuletos e pelos agentes secretos do auxiliar sobrenatural que havia encontrado antes de penetrar nessa região”, (Campbell, p. 57, 1997).

O fato se apresenta no momento em que Luther King liga para Mahalia Jackson, a conhecida cantora gospel, para pedir que ela cante para ele, pois “precisava ouvir a voz do Senhor” (00'20"29).

## A IGREJA EVANGÉLICA COMO LOCAL DE IDENTIDADE

Na trama observamos uma imagem muito frequente: o ato das lideranças do movimento reunirem-se sempre na igreja para discutirem á respeito das próximas ações. Esse fato ressalta ser a igreja um local de identidade dos afroamericanos.

A igreja protestante negra é diferenciada, pois nela a todo momento se tenta confirmar a identidade negra, as atitudes negras, e demonstrar que Deus têm lugar no céu para aqueles que perecem aqui na terra. Um dos grandes exemplos para esse tipo de ideologia é o movimento da *teologia negra*, que teve início na segunda metade da década de 60 nos Estados Unidos. Ela refletia sobre o “Poder Negro” e a força política que seria necessária para os negros se estabelecerem como cidadãos de fato.

Nos protestos e nos livros publicados, sempre havia queixas sobre o uso do poder do branco para subjugar os negros. Já que os brancos não abriam o espaço para os negros, então o grupo afrodescendentes deveriam unir-se para conquistar o direito ao voto, protestar contra os abusos contra negros, contra os assassinatos e a violência em geral. Os criminosos não estavam sendo julgados com justiça, pois o júri

era branco e para se tornar um componente do júri seria necessário votar, o que não ocorria na cidade de Selma.

O progresso dos negros na década de 60 foi limitado para a classe média negra que era uma minoria. Então, lutas como a de King era de suma importância para o progresso dos afroamericanos. É importante lembrar as palavras de Gayraud S. Wilmore sobre o desejo de uma nação norte-americana justa:

*Quando os líderes americanos resolverem trabalhar pelo bem-estar real do povo em vez de trabalharem para a guerra e destruição; quando os líderes americanos forem forçados a reconstruir as prioridades de nossas cidades de acordo com a agenda do país; quando os líderes americanos forem forçados pelo povo americano a deixar de usar mal e abusarem do poder americano; então não se ouvirá o grito pelo “Poder Negro”, porque a estrutura na qual funcionará todo o poder na América incluirá o poder e a experiência dos negros e dos brancos. (WILMORE – CONE, p.1986, p.32).*

As palavras acima casam-se com o discurso mais famoso de Martin Luther King Jr., proferido em 28 de agosto de 1963 em Washington: “I Have a Dream”. Ali o reverendo propaga que tem o sonho de que um dia negros e brancos desfrutem dos mesmos benefícios. Os autores ainda advertem que é necessário utilizar ainda mais os recursos da igreja em prol da justiça social e que a reconciliação com os brancos é necessária (WILMORE – CONE, 1986, p. 35).

Então, observamos que a igreja é um local de muita importância dentro do filme *Selma*, pois, de um modo geral os protestantes negros organizaram-se politicamente a partir da igreja.

## **A RELIGIÃO COMO TRANSFERÊNCIA DE CULTURA**

Bem sabemos que o mundo é construído por meio de várias forças, essas forças concorreram para a formação do indivíduo, para a formação de suas capacidades e habilidades, para a construção do seu *ethos*. Dentre essas forças formadoras, a religião ocupa um local de destaque, pois ela consegue moldar o indivíduo atribuindo-lhe um papel social, sendo a religião uma força de construção do mundo, pois dentro dela o indivíduo se tornará pessoa, na verdade, dentro da sociedade o indivíduo se constituirá como pessoa e dentro da comunidade religiosa o homem terá a sua “vestimenta” social, lhe será transferido um modo de viver (BERGER, 2003, pg. 15 e 27), como é o caso dos dois jovens militantes, John Lewis e James Forman, que se aliam ao grupo para protestar (00’29”50). Eles vão adquirindo um perfil protestante militante, nos mostrando que a religião moldou-os para aquele tipo de militância, a militância pelos direitos civis negros.

O homem ao nascer é um ser inacabado, sendo que a religião vai completa-lo, vai concluir sua formação. Da mesma forma que o indivíduo aprende valores dentro do lar e na escola, a religião ensina ao homem valores religiosos, ela lhe atribuirá

o sentido do sagrado e do profano, sendo que da forma que esses símbolos lhe são transmitidos, com o passar do tempo, o indivíduo vai crer que tais aspectos já estavam dentro de si desde o princípio, que são *ipso facto*.

Dentro da construção do próprio mundo, o indivíduo vai sendo influenciado pela religião e vai influenciando a religião, criando um processo dialético de transferência cultural baseado em símbolos religiosos.

Durkheim nos diz que a religião é o elemento que purifica o homem, que o sistema de forças religiosas é fundamental para a elevação do homem a um patamar que poderia “transportar montanhas” devido à tamanha crença no intocável, no sagrado, pois a religião é um sistema de forças que impulsiona o homem a fazer o bem, a levar uma conduta correta diante do intento de conseguir sua salvação, ou seja, a religião é uma força criada pelo homem que molda condutas sociais, estilos de vida, fazendo do homem uma espécie de sustentáculo divino como nos é apresentado na obra de Durkheim que mais se fala sobre o tema *As formas elementares da vida religiosa – O sistema totêmico na Austrália (1996)*.

No processo de construção de representações religiosas são criados alguns símbolos que são caracterizados como objetos religiosos, que na verdade compõem os elementos do poder social religioso, que é chamado por Durkheim de “dinamogênica”, e quem possui as maiores atribuições de execuções deste poder é o homem religioso, que executa o rito ou faz parte dele e possui suas qualidades “superacrescentadas”, tornando-se representativo na sociedade e conseqüentemente lhe é atribuído uma característica de símbolo religioso humano.

A religião emerge em meio ao social e é administrada pelos próprios homens, de tal forma que a fé se cria e recria baseada nos sistema de símbolos, então compreendemos que o sagrado emerge do social, que na verdade é um dos argumentos que o autor nos apresenta para corroborar que a religião é um fato social afirmando que a sociedade incorpora o ideal ao real que nos é apresentado pelo seguinte excerto:

*Uma sociedade não pode nem criar-se nem recriar-se sem, pelo mesmo movimento, criar algo ideal. Esta não constitui, para ela, um tipo de ato pelo qual ela se faz e se refaz periodicamente [...]. Pois uma sociedade não é simplesmente constituída pela massa dos indivíduos que a compõem, pelo chão que eles ocupam, pelas coisas de que usam, pelos movimentos que realizam, mas antes de tudo pela ideia que ela faz de si própria. (Durkheim, 1996, pg. 595).*

A religião funcionaria, para ele, como elemento de conservação do todo, sendo portanto um Fato Social, e para que a religião continue a deixar o seu legado e continue transferindo novos modos de viver, é necessário que ocorra uma manutenção do sistema religioso, para tal fim são criadas instituições que vão, por meio da alienação, fazer o controle social. A instituição religiosa é legitimada por meio da “vontade divina”, sendo essa legitimação o modo mais eficaz para a manutenção do mundo, “A religião legitima de modo tão eficaz porque relaciona com a realidade suprema as precárias

construções da realidade erguida pelas sociedades empíricas.” (BERGER, 2003, pg. 45), sendo que ao passar do tempo as autoridades políticas vão sendo legitimadas pelos deuses, pois, a religião legitima as instituições com validade suprema.

O importante para o fiel é ter uma “vida correta” aqui na terra para ter uma “morte correta” e colher os frutos de suas penúrias, deste modo a dor será superada com mais facilidade, pois, a teodiceia entrará em ação e trará a compreensão para o homem (BERGER, 2003, pg. 67).

## RESISTÊNCIA CIVIL: UMA ARMA QUE NÃO USA ARMAS

Luther King foi um grande exemplo de resistência civil pacifista, diferentemente de seu compatriota Malcom X. Este último utilizava a violência contra a própria violência, pois dizia que o negro como nação tinha que lutar pela sua liberdade, pelos seus direitos, mesmo que para isso fosse preciso usar a força, armas ou qualquer ferramenta que fosse necessária.

A estratégia de King era usar o amor contra ódio, usar a igualdade contra a desigualdade, usar a resistência pacífica contra a violência. Tal prática foi aprendida com os ensinamentos de Mahatma Gandhi sobre a *Desobediência Civil*, pois o pastor batista era grande admirador e leitor assíduo do líder hindu. Este cria que a resistência pacífica possuía muito mais eficácia do que a guerra, de tal modo que praticava a política do amor, que pode ser ligada aos ensinamentos bíblicos. Assim, Luther King acreditava que o negro necessitava de poder político para se defender.

O poder sendo exercido sem o amor, fatalmente causaria a violência como prática de coerção, como prática de dominação. Desta forma, quando o negro assumisse o poder, teria práticas discriminatórias contra os brancos.

A grande arma de suas práticas era o protesto, aliado sempre à resistência, como corrobora Marion Brepohl de Magalhães:

*[...] o poder de resistir, que ao reclamar para si a primazia do amor sobre a violência, ultrapassava o consenso de que a política se fazia no diálogo entre governantes e governados ou de que era guerra por outros meios, mais sim como chance de ampliar o espaço da liberdade. (MAGALHÃES, p. 182, 2012)*

Desta forma, o que King desejava era a liberdade e não uma nova forma de discriminação, de preconceitos, seu intento principal, demonstra o filme, era a formação de um *exército não violento*:

*De um exército não violento. Deste exército exige-se coragem, coração, consciência, ânsia por liberdade e uma atitude intransigentemente democrática. Nesse exército, à diferença da luta armada, não faz sentido nem instrumentos repressivos nem qualquer hierarquia, mas sim a persuasão, fosse com palavras, fosse com atitudes, como o boicote, a resistência ao legal, mas não legítimo, a solidariedade com um fim em si mesmo. (Apud PADILLA, 1978, p. 178)*



Na obra *Selma* existe uma cena que demonstra a resistência de forma muito particular. No momento em que os manifestantes liderados por King chegam ao Tribunal de Justiça de Selma para protestar contra a exclusão do voto (00'33"44), o chefe de polícia em um ato autoritário deseja passar entre os manifestantes, que estão de joelhos em atitude de resistência pacífica. Ao passar, ele empurra um senhor negro que não consegue ajoelhar-se em tempo hábil e conseqüentemente uma senhora negra (representada por Oprah Winfrey, uma das produtoras do filme) desfere um golpe na cabeça do chefe de polícia. Este, já caído, ordena: “peguem essa crioula!”. Neste momento, a face do ator que representa King (David Oyelowo) fica angustiada ao ver os seus companheiros de luta apanhando, parece que ele sente a dor que os aflige, contudo não se move para agredir o xerife. O líder acredita que a arma mais eficaz é o diálogo, de modo que a característica mais marcante de King era a eloquência. Seus discursos uniam, de forma exemplar, o intelectual e o emocional, o religioso e o secular, o político e o estético (MAGALHÃES, p. 190, 2012).

## CONCLUSÃO

Em nossa breve análise do filme *Selma: Uma luta pela liberdade (2014)* entendemos que a grande contribuição do filme é apresentar a figura de Martin Luther King como um ativista negro que utiliza a técnica do pacifismo para reivindicar os direitos de igualdade para os negros e no combate ao preconceito exercido sobre os indivíduos de cor.

Cabe lembrar que com este filme uma diretora negra, Ava DuVernay, foi indicada ao Globo de Ouro como melhor diretora pela primeira vez<sup>1</sup>. A propósito, a academia de cinema norte americana não costuma a atribuir prêmios a diretores negros, tratando-se do Globo de Ouro, somente dois outros diretores negros foram indicados ao prêmio, Spike Lee, em 1990, com *Faça a coisa certa*, e Steve McQueen, com *12 anos de escravidão*, em 2013.

O filme teve sucesso de público, com a bilheteria do filme atingindo a marca de 49,5 milhões de dólares nos Estados Unidos<sup>2</sup>. Sua trilha sonora *Glory* cantada por John Sephens e Lonnie Lynn foi premiada como melhor trilha sonora no *Oscar 2015*<sup>3</sup>, e ao pegar a estatueta John Sephens e Lonnie Lynn discursaram a respeito da luta pela liberdade civil negra. Eles ressaltaram a presença do Dr. King e disseram que a ponte Edmund Pettus, marco histórico explorado pelo filme, deveria ser patrimonializada. O lugar foi cristalizado na cabeça dos populares e ativistas como um marco de luta pela resistência civil.

1 Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2014/12/diretora-de-selma-e-1-mulher-negra-ser-indicada-ao-globo-de-ouro.html>

2 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/02/1594098-veja-as-bilheterias-dos-8-longas-indicados-a-categoria-melhor-filme-no-oscar-2015.shtml>

3 Disponível: <http://g1.globo.com/pop-arte/oscar/2015/noticia/2015/02/veja-os-ganhadores-do-oscar-2015.html>

A marcha de Selma para Montgomey, realizada no dia 7 de março de 1965 ficou conhecida como o *Domingo Sangrento (Bloody Sunday)* e hoje é um marco do direito de voto civil. Todos os anos milhares de pessoas fazem a mesma caminhada de aproximadamente 87 quilômetros para lembrar o momento. No dia 07 de março de 2015 é comemorado o 50º aniversário do *Domingo Sangrento*. Neste ano, o presidente Barack Obama compareceu com sua esposa e suas duas filhas para celebrar ali. Em seu discurso, para cerca de 40 mil pessoas, ressaltou que a “longa sombra” do racismo ainda estava presente nos Estados Unidos<sup>4</sup>.

O filme se faz muito importante para promover a divulgação do movimento. O cinema, portanto, foi utilizado como ferramenta pedagógica para atender essa demanda. Agora, o longa metragem pode ser utilizado em escolas e nos próprios lares para a divulgação de um tema tão presente nos Estados Unidos, no Brasil e em todo o mundo de colonização branca.

## FILME ANALISADO

*Selma: Uma luta pela liberdade*. Dir. Ava DuVernay, 2014.

## REFERÊNCIAS

**BERGER, Peter.** *O dossel sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo, Paulinas, 2003.

**Bíblia Sagrada.** Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

**CAMPBELL, Joseph.** *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento, 1997.

**DURKHEIM, Émile.** *As formas elementares da vida religiosa – O sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1996.

**MAGALHÃES, Marion.** *A recusa à alteridade in Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2012.

**NETO, Afonso Henrique de Guimaraens e Lima, Alencar Bastos Guimarães.** *Biblioteca de História Grandes Pensadores de todos os tempos – Luther King*. São Paulo: Editora Três, 1974.

**PADILLA, Renê.** *Marin Luther King y el poder del amor*. Certeza, Buenos Aires, n. 18, p. 178-181, abr/jun. 1978. p. 178. Tradução de Marion Brepohl de Magalhães.

**WILMORE, Gayraud S. e CONE James H.,** editores. *Teologia Negra*. São Paulo: Paulinas, 1986.

## SITES

Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2014/12/diretora-de-selma-e-1-mulher-negra-ser-indicada-ao-globo-de-ouro.html>

<sup>4</sup> <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,obama-vai-a-selma-para-evento-que-lembra-o-dia-sangrento,1646403>

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/02/1594098-veja-as-bilheterias-dos-8-longas-indicados-a-categoria-melhor-filme-no-oscar-2015.shtml>

Disponível: <http://g1.globo.com/pop-arte/oscar/2015/noticia/2015/02/veja-os-ganhadores-do-oscar-2015.html>

<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,obama-vai-a-selma-para-evento-que-lembra-o-dia-sangrento,1646403>

[http://picturingamerica.neh.gov/downloads/pdfs/Resource\\_Guide/Portuguese/Portuguese\\_PA\\_Resource\\_Book\\_Chapter\\_19B.pdf](http://picturingamerica.neh.gov/downloads/pdfs/Resource_Guide/Portuguese/Portuguese_PA_Resource_Book_Chapter_19B.pdf)

## ILÊ OJU ODÉ: POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES NO CANDOMBLÉ DE GOIÁS

**Victor Hugo Basilio Nunes**

Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em História. Goiânia-Goiás.

**RESUMO:** Este trabalho se desenvolve junto ao terreiro de candomblé Ilê Oju Odé situado em Aparecida de Goiânia-Goiás e nos espaços de atuação deste terreiro, através do Afoxé Omo Odé e da organização do Fórum Goiano de Religiões de Matriz Africana. O Fórum e o Afoxé vêm se constituindo como organização política e se destacando no sentido de apresentar o candomblé para a sociedade goiana e reivindicar seu espaço nela. Concluímos, a partir da experiência no terreiro pesquisado, que o candomblé se constitui como conhecimento alternativo à matriz do pensamento colonial, ou utilizando o conceito de Walsh (2013) como exemplo de uma “pedagogia decolonial”. Talvez possamos dizer que o Fórum e o Afoxé possibilitam aos membros dos terreiros lerem o mundo a partir de si, dos seus valores e proporem algo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Candomblé. Crítica decolonial. Prática de descolonização.

**ABSTRACT:** This work is carried out by the candomblé Ilê Oju Odé terreiro (cult-house), located at Machado de Assis Street, 37th, neighborhood Cidade Satélite São Luís,

Aparecida de Goiânia-Goiás, and in the spaces where this terreiro (cult-house) operates through Afoxé Omo Odé and the organization of the Goian Forum of Religions of African Matrix. The Forum and Afoxé have been establishing themselves as a political organization and have stood out in order to present candomblé for the society of Goiás and to claim its space in it. We can affirm, from the experience in the terreiro (cult-house) surveyed, that candomblé constitutes as alternative knowledge to the matrix of colonial thought, or using the concept of Walsh (2013) as an example of a "decolonial pedagogy". Perhaps we can say that the Forum and the Afoxé allow the members of the terreiros (cult-houses) to read the world from themselves, their values and propose something.

**KEYWORDS:** Candomblé. Decolonial criticism. Decolonization practice.

### 1 | INTRODUÇÃO

Reivindicando a legitimidade do espaço afrodescendente na sociedade goiana, acreditamos que a atuação do Ilê Oju Odé possibilita a valorização do aporte cultural africano, cria um espaço de discussão política, no qual, o terreiro se torna um espaço de ressignificação da vida.

É possível entendermos a atuação deste

terreiro de candomblé como um movimento social e de luta contra opressões, a pesquisa nos mostrou como o Afoxé Omo Odé e a organização do Fórum Goiano de Religiões de Matriz Africana se configuram como importantes espaços no processo de formação identitária e transmissão cultural, em que, o que está em jogo é a possibilidade da comunidade dos membros de terreiros de candomblé de Goiânia e região defenderem seu espaço frente à marginalização social imposta a este grupo.

Acreditamos também que a fala dessas pessoas nos mostrou de que forma essas construções identitárias possibilitam uma reflexão a cerca do papel do Estado, do papel desempenhado por cada um individualmente e do grupo na afirmação da identidade negra em Goiás.

## 2 | A PESQUISA E O LUGAR DE FALA

A metodologia do nosso trabalho consistiu na junção da pesquisa participante com a utilização de recursos da história oral. Como nos mostra Carlos Rodrigues Brandão (1999) a inserção atenua a distância que separa o pesquisador do grupo com quem pretende trabalhar.

Esta aproximação, que sempre exige paciência e honestidade, é a condição inicial necessária para que o percurso de pesquisa possa, de fato, ser realizado dentro do grupo, com a participação de seus membros enquanto protagonistas e não simples objetos. (BRANDÃO, 1999, p.27)

As reflexões deste autor nos orientaram no sentido de definir a pesquisa participante como uma das metodologias do nosso trabalho. Num primeiro momento buscamos compreender a perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos acerca das situações que vivem. Foram de extrema importância as reflexões metodológicas acerca da pesquisa participante para o entendimento de que é a realidade social com a qual nos deparamos que deve determinar as estratégias metodológicas, e que o método não é algo pronto e acabado podendo ser construído junto com a investigação da realidade social, sobre isto Boterf nos mostra que,

Não existe um modelo único de “pesquisa participante”, pois se trata, na verdade, de adaptar o processo às condições particulares de cada situação concreta (os recursos, as limitações, o contexto sociopolítico, os objetivos perseguidos etc.). (BOTERF, 1999, p. 52)

A história oral serviu à nossa pesquisa uma vez que, objetivamos, ao recorrer à fala de nossos entrevistados, atingir com o máximo de clareza a experiência de organização contra a matriz colonial do poder, que articula a marginalização social e epistêmica, subalternizando saberes e populações, como no exemplo do candomblé. Acreditamos que nosso objetivo foi alcançado por meio da entrevista semiestruturada, levando em consideração que a entrevista possibilita um estudo sobre o relato dos

fatos, filtrados pela subjetividade dos entrevistados. Como nos mostra Manzini (1991) ao recorrermos a uma entrevista semiestruturada para construirmos nosso objeto de análise devemos levar em conta que o fato pode não ter ocorrido da maneira como foi relatado. De acordo com o autor um roteiro bem elaborado não significa que o entrevistado ficará refém de perguntas pré-elaboradas, principalmente porque uma das características da entrevista semiestruturada é a possibilidade de fazer outras perguntas durante a entrevista, na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo de indagar sobre questões momentâneas que sejam relevantes para a pesquisa.

O horizonte teórico que utilizamos para pensar a organização dos terreiros de candomblé consiste no debate conduzido pelo grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade. Para Quijano (2000) a colonialidade implica também um padrão cognitivo, uma perspectiva de conhecimento dentro da qual o não europeu é inferior. O eurocentrismo na experiência histórica da América Latina opera como um espelho que distorce o que reflete. Desta forma quando olhamos o nosso espelho eurocêntrico, vemos uma imagem distorcida.

Dois conceitos são centrais na formalização de repostas à colonialidade do poder: a interculturalidade crítica e a decolonialidade. Como reação à colonialidade, o grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade propõe realizar o giro decolonial que significa produzir um pensamento livre, perceber outras formas de vida, economias e teorias políticas. Desprender-se da retórica da modernidade e de seu imaginário que negam outros povos não ocidentais, objetivando, ao mesmo tempo, a decolonialidade do poder, da matriz colonial de poder. É algo que vai além de uma opção teórica mantendo um forte vínculo com movimentos sociais, indígenas e afro-americanos. Como nos mostra Aníbal Quijano (2007) o giro decolonial é um movimento teórico, ético e político questionador das pretensões de objetividade do conhecimento científico, da sujeição dos saberes, da racialização das relações de poder e da internalização da subalternidade nas estruturas subjetivas do colonizado.

Para Walsh (2007), interculturalidade crítica considera que as diferentes culturas são sopesadas em um diálogo entre iguais, o que não significa entendimento, mas possibilidade de falas diversas sem uma pressuposta hierarquização. Transformando a estrutura sócio-histórica, mais que simplesmente reconhecendo ou incluindo, o que tornaria possível um estado plurinacional, em que a diferença se coloca como constitutiva e não adicional como faz o multiculturalismo. Compreende a decolonialidade e a interculturalidade crítica como respostas, no sentido de transgredir as fronteiras do que é hegemônico.

Em síntese, utilizamos a crítica presente no pensamento decolonial como base de nosso percurso metodológico contrariando as metodologias clássicas fundadas em uma filosofia e epistemologia ocidental e compreendendo de forma mais crítica os valores que motivam as práticas de investigação. Entendemos que para este grupo, descolonizar, refere-se também ao ponto de partida metodológico de proximidade e



compromisso com o excluído, além de novas formas de investigação cujo objetivo é a transformação da realidade partindo da noção de que a ciência ocidental já não tem mais o privilégio exclusivo de definir o outro. Acreditamos, portanto, que para além de descrever etapas e processos o mais importante é o nosso lugar de fala e o compromisso pelo direito de falar não ocidental, como nos mostra Juan Pablo Puentes.

Uma perspectiva decolonial não pode evitar o seguinte problema: como ser metodologicamente decolonial quando se é epistemicamente desobediente? (Mignolo, 2010). Faz sentido pensar em uma metodologia decolonial? Como pré-escrever procedimentos de pesquisa que são decoloniais? (...) Com um caráter heurístico, minha resposta será a seguinte: toda pesquisa empírica nas ciências sociais será decolonial, se, e somente se, tender a estabelecer uma interculturalidade prolongada. O último, em vez de ser dirigido do Estado para povos indígenas/afrodescendentes, é dirigido daqueles para o Estado e a sociedade civil. Se algum grupo ou ator precisa do interculturalismo, não são os povos indígenas/originários, mas os Estados e a sociedade em geral, uma vez que os membros dos povos indígenas e afrodescendentes tiveram que ser forçosamente interculturalizados como meio de subsistência (depois de terem sido violentamente submetidos). Este tipo de interculturalidade busca desconstruir discursos monoculturais hegemônicos sobre identidade e cultura e visa considerar as interseções entre etnia, gênero, orientação sexual, idade, religião e nacionalidade que se coesionam no Estado e na sociedade. (PUENTES, 2015, p.5)

O horizonte teórico levantado pelo grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade fornece para o nosso trabalho os marcos epistemológicos que orientam nossa pesquisa. Através do conceito de colonialidade do poder entendemos que a naturalização do imaginário do europeu produz a negação de processos históricos não-europeus. Portanto, o eurocentrismo torna-se também a perspectiva cognitiva daqueles educados sob sua hegemonia. Desta maneira o colonialismo se mantém vivo em textos didáticos, na cultura, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos. É neste sentido que histórias como a do primeiro terreiro de candomblé de Goiás, da organização e luta dos terreiros em Goiânia e Aparecida, se constituem como uma resposta à colonialidade do poder. Ainda sobre uma metodologia decolonial Puentes (2015) nos esclarece que,

Isso nos permitirá deixar uma mera enunciação genealógica em torno da decolonialidade, começar a investigar a realidade empiricamente, retomando a ideia da desobediência epistêmica de Mignolo, mas começando a desobedecer desde o trabalho de campo, buscando insistir em uma interculturalidade estendida. Assim, podemos romper com as garantias ontológicas hierárquicas em que os pesquisadores foram (de)formados, evitando a violência epistêmica e buscando, no trabalho de campo, as formas de descolonização metodológica, colocando em primeiro plano e tornando explícito sempre em todos os momentos nossos pontos de partida políticos e nossas ansiedades de que a ciência esteja comprometida eticamente com um projeto de libertação. (PUENTES, 2015, p. 13)

Por essa perspectiva afirmamos que um dos pontos fortes de nosso trabalho está no compromisso e envolvimento com a comunidade na qual a pesquisa se

desenvolveu. Nossa compreensão é sustentada pela afirmação de que “se queremos continuar investigando a partir da opção decolonial, precisamos incluir mais teoria político sociológica e menos teoria literária em seu corpo de pesquisa.” (PUENTES, 2015, p. 3)

Ao entrarmos em contato com as experiências e saberes presentes em um terreiro de candomblé compreendemos assim como Amadou Hampatê Bá (2010) que a tradição oral pode parecer caótica àqueles que não desvelam o segredo e confundir a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. A tradição oral observada no terreiro pesquisado nos mostrou que o espiritual e o material não estão dissociados. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência, arte, história, divertimento e recreação. Neste sentido podemos afirmar que a tradição oral no candomblé resiste à colonialidade do poder constituindo-se como outra episteme oposta à ocidental/moderna, fundada na tradição escrita. Desta maneira a palavra escrita como elemento da autoridade cultural eurocentrada nos remete ao problema de saber se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita, quando se trata de testemunho dos fatos.

### **3 | ILÊ OJU ODÉ: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE UM TERREIRO DE CANDOMBLÉ EM GOIÁS**

Compreendemos que em um terreiro de candomblé, encontramos, além de religião, uma visão de mundo, valores, práticas, formas de se relacionar com o sagrado, com a natureza, diferentes do cristianismo e da matriz ocidental. Pensa-se o ser humano relacionado a um grande organismo vivo, uma rede de correspondência entre os orixás, a natureza e os humanos, se construindo fora dos binarismos mente/corpo, razão/emoção, indivíduo/natureza, sagrado/cotidiano. Desta forma apresenta possibilidades de se pensar a construção e transmissão do conhecimento como outra epistemologia, que resiste ao modo de pensar ocidental, uma postura perante a vida, um modo imanente que não situa o ser fora da natureza e que considera uma rede de relações entre os seres e a natureza.

Para a comunidade dos terreiros de candomblé o Afoxé na rua representa um momento de celebração da cultura negra e defesa do espaço do candomblé na sociedade goiana. Estas duas características, o legado do primeiro candomblé de Goiânia e a articulação política deste terreiro são o espaço em que inserimos nossa investigação. Marco da inserção dos elementos religiosos afro-brasileiros na sociedade goianiense o Afoxé Omo Odé foi criado por João de Abuque no ano de 1991. Os afoxés são blocos que saem às ruas em cortejos que exaltam elementos da cultura negra, se caracterizam por ser uma modalidade cultural intimamente relacionada ao candomblé, podem ser relacionados aos festejos do carnaval, mas não necessariamente estão presos a esta festa, no caso do Afoxé Omo Odé seu

cortejo ocorre sempre no mês de setembro, percorrendo a região do Jardim Botânico em Goiânia-GO e levando às ruas as roupas, toques, músicas, cores dos terreiros de candomblé.

O Afoxé Omo Odé, criado por João de Abukue, hoje é comandado por Luís Lopes Machado, Ogã Megeomam, nas caminhadas anuais que realiza o Afoxé não apenas apresenta o candomblé para a sociedade goiana, mas também luta e resiste por seu espaço nela. Apresentar os elementos do candomblé para a sociedade goiana se caracteriza, portanto, como um ato de resistência frente ao racismo e a intolerância religiosa.

Nas reuniões do Fórum vêm se discutindo as demandas dos terreiros de candomblé. Foi possível perceber que a problemática da intolerância religiosa é muito presente. O Fórum tem um ano de existência e sua principal finalidade é fortalecer os terreiros, buscando ações para superação do racismo e contra a intolerância religiosa. Apesar de ser uma organização coletiva, neste momento o Fórum conta com uma participação muito grande do Ilê Oju Ode e da Associação Mestre Bimba em sua organização. Uma de suas principais ações foi a realização do Primeiro Seminário do Fórum de Religiões de Matriz Africana do Estado de Goiás, com o tema: direitos dos povos de terreiro. Com o objetivo de promover a troca de experiências sobre os direitos dos terreiros, o combate ao racismo e à intolerância religiosa, o seminário foi realizado nos dias 13 e 14 de janeiro de 2017, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e contou com a participação da mãe de santo Jaciara Ribeiro de Oxum, de Salvador-BA, e autoridades de religiões de matriz africana de Goiás.

O fechamento das ações do seminário consistiu na coleta de dados para mapeamento dos terreiros e construção de um manifesto em defesa dos terreiros. Este documento foi construído coletivamente por integrantes da umbanda, candomblé, movimento negro e sociedade civil que se manifestaram com relação a alguns pontos referentes às suas religiões, direito e legislação, saúde e educação. No encerramento foram feitas homenagens às mães de santo.

A convivência semanal por mais de seis meses, entre 2016 e 2017, no terreiro Ilê Oju Odé e as entrevistas realizadas mostraram que há uma tomada de consciência, organização coletiva e projeto político nas ações desenvolvidas pelo terreiro estudado, sendo estas, o Afoxé Omo Odé e o Fórum Goiano de Religiões de Matriz Africana. Percebemos que além da organização e atuação coletiva há a proposição de um projeto político: defender seu espaço e seus direitos na sociedade goiana, combatendo a intolerância religiosa e o racismo.

As entrevistas e a convivência no terreiro nos leva a crer que um aspecto importante da pedagogia decolonial presente no Fórum e no Afoxé é “a ideia de que o conhecimento da sociedade deve partir da prática, entendida como expressão vivencial e como fundamento epistêmico lógico” (WALSH, 2013, p. 82). Reivindicando a legitimidade do pensamento afrodescendente acreditamos que a atuação do terreiro

Ilê Oju Odé na organização dos terreiros de candomblé possibilita a valorização do aporte cultural africano, cria um espaço de discussão política no qual o terreiro se torna um espaço de ressignificação da vida. Nossa experiência no terreiro nos mostrou a complexidade desta realidade social, marcada por uma relação de sociabilidade que, assim como destaca Walsh ao estudar as pedagogias decoloniais, produzem uma “intersubjetividade, reconhecimento mútuo, solidariedade subalterna” (WALSH, 2013, p. 173).

Nossa pesquisa foi participante e sistemática, uma vez que nos envolvemos e participamos efetivamente das atividades religiosas do terreiro, das reuniões do Fórum, do primeiro seminário do Fórum e da organização e apresentação do Afoxé na caminhada de rua. Outra questão fundamental para nosso trabalho foi a boa relação com as duas pessoas que lideram o terreiro Ilê Oju Odé, foram fundamentais, pois proporcionaram condições especiais para o desenvolvimento da pesquisa, nos dando livre acesso a lugares e fatos da história deste terreiro.

Antes mesmo da conclusão desta pesquisa já havíamos alcançado o mais gratificante resultado: as amizades que surgiram ao longo destes meses. Eu, que não tenho em minha trajetória de vida um histórico de luta contra o racismo e a intolerância religiosa, fui acolhido nesta comunidade que permitiu que o que eu vi e ouvi fosse relatado em minha dissertação.

Estar em contato direto com a organização dos terreiros de candomblé pensando as questões levantadas por parte dos estudos decoloniais nos levou a observar primeiramente os objetivos de índole intelectual e política de nosso trabalho. Esta reflexão nos levou a perceber que nosso compromisso com a comunidade estudada tem como objetivo reivindicar a legitimidade do pensamento afrodescendente na sociedade goiana, através do candomblé. Buscamos inspiração no compromisso social que Frantz Fanon nos mostra ao afirmar que, “O negro não é. Não mais que o branco. Os dois têm que separar-se das vozes desumanas que foram de seus respectivos antepassados para que assim nasça uma genuína comunicação.” (FANON, 1973, p. 191). Desta forma destacamos que em nosso caso, o terreiro é um espaço de ressignificação da vida.

Acreditamos que o Afoxé e o Fórum se constituem como espaços de conscientização e luta, e que seu objetivo maior é intervir na estrutura racial de nossa sociedade através do combate ao racismo e a intolerância religiosa. Acreditamos também que a luta dos terreiros de candomblé em Goiânia e Aparecida, que pudemos acompanhar nestes últimos meses, se aproxima do que Walsh (2013, p. 24) quer dizer ao afirmar que “a crise da colonialidade do poder sugere rachaduras, rupturas na ordem e nos padrões de poder, transição e revolução”.

Através das entrevistas e da convivência pudemos concluir que o Fórum é uma organização dos terreiros para defender seus interesses, resolvendo seus problemas através de uma articulação política e social. Dessa forma, religião e organização política se misturam na busca por encontrar saídas para os problemas criados por

uma sociedade racista, o que faz surgir a necessidade de organização dos terreiros.

#### 4 | CONCLUSÃO

A pesquisa nos mostrou que se quisermos podemos pensar uma relação entre o candomblé e o debate conduzido pelo grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade. Podemos afirmar, a partir da experiência no terreiro pesquisado, que o candomblé se constitui como conhecimento alternativo à matriz do pensamento colonial, ou utilizando o conceito de Walsh (2013) como exemplo de uma “pedagogia decolonial”. Em nossa compreensão esta forma de transmissão do conhecimento dentro do candomblé produz outra sociabilidade que estabelece uma relação entre a atuação política e a aprendizagem no candomblé como outras epistemologias, alternativa à matriz colonial do poder, do saber e do ser.

A convivência com a comunidade dos terreiros de candomblé nos mostrou também que o candomblé não deve ser tomado como um objeto a ser observado, mas sim como um modelo epistêmico, que as pessoas que formam essa comunidade não precisam que pesquisas acadêmicas deem a elas espaços de fala, pois a fala delas já é ouvida a partir de suas práticas, de sua resistência, de sua história, de seus atabaques, de seu sagrado. Percebemos também que nossa pesquisa é apenas um mecanismo através do qual essa fala é apresentada, que este artigo é um encontro de saberes que ele em si é um exercício decolonial.

Por fim, confirmamos as hipóteses que levantamos no início de nossa pesquisa: a atuação do Ilê Oju Odé se caracteriza como prática de descolonização, uma vez que, através do Fórum e do Afoxé, organiza a comunidade dos terreiros de candomblé de Goiânia e região metropolitana no combate ao racismo, à intolerância religiosa e a invisibilização imposta aos praticantes dessa religião na sociedade goiana. Concluimos também que não há a vacância do poder de pai João, ainda que dentro da ritualística do candomblé o herdeiro do Axé não tenha se apresentado, nas relações entre o povo de santo o Ilê Oju Odé, através de Yá Omualé e Ogã Megeomam, são reconhecidos como a continuação do Axé de pai João de Abuque.

#### REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FANON, Frantz. **Piel negra, máscaras blancas**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Abraxas, 1973.

HAMPATÉ BÂ. Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.) **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

PUENTES, Juan Pablo. Descolonización metodológica e interculturalidad. Reflexiones desde la investigación etnográfica. In: **Revista Latinoamericana de Metodología da las Ciencias Sociales**, Buenos Aires, Argentina, vol. 5, no. 2, ISSN 1853-7863, diciembre 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2000.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.) **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, Colômbia: Siglo del Hombre Editores, 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, Colômbia: Siglo del Hombre Editores, 2007.

WALSH, Catherine. Introducción: Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (Org.) **Pedagogías decoloniales: Prácticas isurgentes de resistir, (re) existir y (re) viver**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya Yala, 2013.



## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Denise Pereira** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

**Maristela Carneiro** - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alegoria da caverna

Análise espaço

### C

Cibercultura

Ciências política

Ciências sociais

Colonização

### D

Direitos civis territorialidades

### E

Ensino de história

Exponere

### F

Feminismo

Filosofia

Fontes documentais

Formação do homem

### H

Historiografia

História dos costumes

História intelectual

Historiografia

### I

Igreja católica

Imigração

### L

Literatura

Lutas

### M

Meio ambiente

Memória

Micro-história

## **O**

Organizações sociais

## **P**

Política

Populismo

Protestante

## **R**

Relações de trabalho

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-559-4

